

SANT'ANNA DIONÍSIO

VELHO MINHO



.1)

LELLO & IRMÃO

1100
T

VELHO MINHO

DO AUTOR:

- Scepticismos*, 1929 — Renascença Portuguesa (esg.).
Pensamento Invertebrado, 1931 — Idem (esg.).
Apontamentos (Cultura e Política), 1931 — Idem.
Antero, 1934 — Seara Nova (esg.).
Leonardo Coimbra, 1936 — Ed. do Autor (esg.).
Objecções a António Sérgio sobre a Obra filosófica de Leonardo Coimbra, 1938 — Ed. do Autor.
Tangentes, 1938 — Seara Nova.
A Não-cooperação da Inteligência Ibérica na Criação da Ciência, 1942 — Seara Nova (esg.).
Testamento filosófico de Antero de Quental, 1945 — Seara Nova.
Atlânticas, 1945 — Ed. do Autor.
A Hipótese do Eterno Retorno, 1946 — Seara Nova.
Pensamento de Raul Proença, 1946 — Idem.
A Sinceridade política de Antero, 1946 — Ed. do Autor.
A Filosofia como Objecto da Pedagogia, 1952 — Seara Nova.
O Poeta, essa Ave Metafísica, 1953 — Seara Nova.
Rio de Heraclito (Solilóquios), 1956 — Seara Nova.
Valor da Ciência para Leonardo Coimbra, 1956 — Ed. do Autor.
Diálogo do Jardim, 1959 — Ed. do Autor.
Pensamentos, 1959 — Seara Nova.
As Ideias de Espaço e de Tempo (Conferência), 1959.
Teólogo laico (Amorim Viana), 1961 — Seara Nova.
Pedagogia culminante dos Gregos, 1962 — Ed. do Autor.
O Universo de Raul Brandão, 1967 — Ed. do Autor.
Dois contra-sensos de psicologia literária — Fradique e Jacinto, 1968 (separata da revista *Palestra*).
Enigmas helénicos, 1969 — Ed. do Autor.
Ilha da Madeira e suas virtualidades espirituais, 1970 — Idem.
Da Urbe e do Burgo, 1971 — Lello & Irmão, Editores.
Alto Douro Ignoto, 1973, 1.^a ed. — Lello & Irmão, Editores.
Ares de Trás-os-Montes, 1977 — Lello & Irmão, Editores.

Outros trabalhos:

- Guia de Portugal*, vol. 3.^o (Direcção e colaboração fundamental), 1940-45 — Ed. da Biblioteca Nacional.
Museu-Biblioteca de Vila Viçosa, 1947 — Ed. da Fundação da Casa de Bragança (esg.).
Guia de Portugal, vol. 4.^o e vol. 5.^o, 1960-70 — Ed. da Fundação Gulbenkian.
Guia de Portugal, vol. 1.^o (Tomo I) (reedição), 1955 — Idem.

SANT'ANNA DIONÍSIO

VELHO MINHO



Barcelos

Perm.

1978

LELLO & IRMÃO — EDITORES
PORTO

OHZILÁ OHMIV



27807013 - OHMIV OHMIV

ARTES GRÁFICAS—PORTO

VELHO MINHO

VELHA terra, como nenhuma outra, impregnada de obscuras lembranças gratas às evocações do nosso espírito, essa é a velha terra de Entre Douro e Minho.

Nela mergulha suas primeiras raízes o rústico condado medievo de que havia de emergir o vigoroso roble afonsino.

Dessa terra surge, não se sabe por que alquimia de circunstâncias e de vontades, de acasos e de decisões, o prodigioso ser catalítico que se chamaria Afonso Henriques, o cavaleiro precoce feito por suas mãos na madrugada de uma igreja leonesa, o moço guerreiro, meditado e robusto, que concebe o porvir da sua herança paterna nos isolamentos severos da adolescência decorrida entre as veigas rodeadas de espessuras silvestres de Paço de Sousa e os horizontes montemuranos de Cárquere e Rêsende.

É o príncipe, iletrado, mas clarividente, que sobrepõe ao compromisso de honra, cavaleiresco e estreito, do velho aio, o seu pensamento premonitório de «homem novo» que sabe o que quer e que não se deixa demover.

O velho e agigantado Egas Moniz, indignado e tácito, parte para Toledo com a corda ao pescoço; o pupilo, com

os guantes de ferro e a espada digna do Cid, cruza os campos e os matagais da Maia, de Bagunte, de Vermoim, levando atrás de si os possantes e veteranos «barões» que nele viam decerto a segura promessa da alforria que, meio século antes, o infortunado conde D. Nuno deixara cair, nas margens do Cávado, sob as lanças do monarca galego Garcia.

Os nomes de Guimarães, de Lanhoso, de Valdevez, por força da sua simples pronúncia, acordam no nosso espírito a imediata visão das mesnadas que por essas terras passaram outrora, no século baptismal da cisão luso-galaica e luso-leonesa.

Como em sucessivos relances de um sonho, vê-se o homem novo que desce do seu alcácer e teria dito, com juvenil franqueza, ao velho aio:

« — A palavra dada por vós é vossa, — não a nossa. »

Vislumbra-se a refrega que tudo decide, travada entre a facção dos Maias e a dos Travas, a dois passos do possante castelo de Mumadona.

Feita a trégua de Tui, o mesmo guerreiro incansável passa, num tropel, com os seus, ao encontro da Moirama. Vencido o Islamita, volta. Vê-se, então, o torneio duro (com prisioneiros e mortos) travado junto de Ponte da Barca, no Campo da Matança — ou, talvez antes, no terraço sobranceiro da serra do Extremo, à vista das montanhas longínquas da Galiza.

E, como esse, outros relances.

Para qualquer ponto que se vá, nesta terra granítica e verde do Minho, dar-se-á de face com um nome, um picoto, uma pedra velha que nos falará da era dos fundamentos.

Assim como a farinha amassada e levedada parece dormir na masseira, embora de facto esteja a latejar sob a discreta acção da presença do fermento, assim a terra que recebeu a acção de presença de algumas vontades já não é

apenas húmus ou cascalheira; é terra, por assim dizer, impregnada de uma certa tonalidade indefinível; íamos a dizer (se nos fosse permitido) uma certa tonalidade eucarística.

A essa subtil infiltração se poderá dar o nome, à falta de melhor, de assimilação anímica, subtil mas indelével, de uma determinada terra.

O Norte de Portugal está, exemplarmente, nesse caso.

Como a Galiza (e quem diz a Galiza, poderá dizer: a velha Bretanha, ou a verde Irlanda), é uma terra que possui um dado sabor mnésico e um certo valor indizível.

Como diriam os antigos Helenos, é uma espécie de ontos (ou apeiron) que não se deixa definir. Mas, na verdade, todos os verídicos poetas e tribunos, historiadores e arqueólogos, genuinamente nossos — Camões, Vieira, Herculano, Sarmiento, Pascoaes, Pessoa, Leonardo, Proença —, sentiram a realidade dessa profunda sedimentação que decerto não vem apenas de há oito ou nove séculos, mas certamente de muito mais longe.

I

CASTROS E CITÂNIAS

EM todo o Norte de Portugal, apesar das rudes destruições e do natural desgaste erosivo, existem ainda inúmeros sinais de vida pré-histórica. É raro o serro minhoto ou duriense que não guarda alguma pedregulhada de feição castrense ou alguma vaga tradição de vivência milenária. Os achados de ferramenta rudimentar, de instrumentos cortantes, de olaria tosca, a par de prodigiosas expressões de habilidade e até de superfluidade sumptuária, são tantos que bem se pode dizer que o Norte de Portugal, assim como a vizinha Galiza, foi habitada desde remotíssimos tempos por vários povos (não se sabe se de origem asiática ou europeia, mediterrânica ou africana) mas que, em dadas épocas, teriam alcançado apreciável nível de civilização. É o que se comprova, pelo menos, pelas descobertas, algumas bastante recentes, de objectos de adorno e estilo apurado. Tal é o caso do belo e pesado bracelete de ouro, achado há poucos anos por uma pobre

mulher que roçava mato num picoto de Arouca e hoje está guardado no «museu» do antigo convento. E o mesmo se poderá dizer de uma rica pulseira, em forma de meada, também de ouro, há pouco tempo achada em uma parede, nas cercanias de Barcelos, na freguesia de Sequiade. Tais objectos de luxo, de nítida factura pré-histórica, comprovam, por um lado, relativo desaforo económico de alguns elementos sociais dessas ignotas populações montanhesas e, por outro, revelam seu gosto estético e elevada perícia fabril. A não ser (poderá objectar-se) que esses objectos tivessem sido importados das feitorias gregas e fenícias que do litoral ibérico mercadejavam familiarmente com os povos nativos do interior. Há, no entanto, algumas expressões de capacidade técnica e artística que não podem ter sido objecto de importação. Está nesse caso a chamada «Pedra Formosa» que Martins Sarmiento encontrou na citânia de Briteiros e que, com muito trabalho, em uma grande carrada minhota de muitas juntas de bois, fez transportar para o museu arqueológico vimaranense que hoje tem o seu nome. E não é um caso único, essa sumptuosa e decorativa pedra. Do «castro» de Vermoim, o mesmo museu guarda alguns típicos exemplares de pedras lavradas, de requintado gosto geométrico. A própria estrutura defensiva da «citânia» de Briteiros denuncia, por si só, com as suas três cintas de muralhas, a mentalidade já bastante evoluída dessas populações serranas que, há dois ou três milénios, viviam nos cimos dos montes hoje designados galaico-durienses. Briteiros está longe de ser um caso singular; é apenas uma ruína mais típica. Ao longo de todos os rios do Minho e do Douro se situam dezenas e dezenas de povoações pré-históricas, das idades da Pedra, do Bronze e do Ferro. O lugar hoje ocupado pela Sé do Porto foi seguramente um castro luso-romano.

E outro tanto se poderá dizer do morro fronteiro, de Gaia (a possível e antiga «Cale»). A juzante, a pequena distância da foz do Douro, lá está o sugestivo topónimo de «Castro» a denunciar o originário povoado marítimo pré-histórico. A montante, no cimo de Gondomar, depara-se com análoga reminiscência, o monte «Crasto», a despertar a incoercível lembrança de outro povilheu ou miradoiro neolítico. Mais para montante, na outra margem do majestoso rio, surge outra povoação com análoga sugestão. É «Crestuma», junto da confluência do ribeiro Uíma, nascido nas florestais espessuras da misteriosa Lancóbriga, ricas de mamoadas e de vestígios castrejos (S. Fins, Troncal, Vila da Feira). Nas margens discretas e remansosas do rio Leça, logo nos primeiros meandros rústicos, se descobrem as ruínas do povoado pré-histórico de «Guifões»; e, mais para o interior, perto das nascentes do mesmo rio, na linha divisória das águas do ribeiro de Ferreira, encontra-se outro amontoado de ruínas milenárias: a citânia de Sanfins, não tão importante como a de Briteiros, mas também rica de sugestões criptomnésicas e guardando possíveis segredos a exumar. Entre a foz do Ave e do Cávado, ao longo da linha da costa poveira, apontam-se múltiplos lombos e outeiros arqueológicos — Laundos, Viotodos, Pedra Furada, Monte da Saia, Monte da Franqueira, Monte Airó — e, mais para o interior, Vermoim, Santa Marta, Sabroso, Lanhoso, Penha...

Ao longo da costa, pelas alturas de Esposende e da foz do Neiva, desdobram-se outras ruínas, umas sobranceiras ao próprio Neiva, outras (como a de Âncora) permitindo cruzar de dia o olhar e de noite o lampejo das fogueiras com o monte afuselado de Santa Tecla, sobre o qual subsiste outra citânia que melhor se diria, como a de Santa Luzia, um «miradoiro planetário».

Entre o pouco que se sabe e adivinha da mentalidade dos povos pré-históricos da Ibéria parece poder incluir-se a meia certeza de que no seu espírito latejava uma profunda atenção ao mundo transcendente que se designa, em palavra comum e simples, o «céu». Como os nativos dos Andes e do Irão, seus contemporâneos, os caçadores celtibéricos seriam dominados, pelo menos em dados momentos — decerto ao amanhecer e ao cair da noite — pelo sentimento de que o Universo é um grande e maravilhoso mistério que era necessário encarar e perscrutar com profundo respeito.

Saber o que se passaria no íntimo desses emudecidos homens originários, de musculosos troncos e olhos fundos, cobertos de pêlos e de rugas, diante do espectáculo sempre novo do amanhecer e do anoitecer, não será fácil, por mais pertinaz que seja a pesquisa arqueológica. Examinando um punhão, um pedregulho polido, um machado tosco, que poderemos nós saber acerca do que pensava, ou acreditava, ou como se exprimia o homem que manipulava esses rudes utensílios? Tais interrogações excedem (e excederão sempre) as possibilidades de visão pré-histórica. O que se pode supor é que na alma ingénua do homem originário, das cavernas ou dos castros, das antas ou citânias, deveria existir uma atenção voltada para o «céu» mil vezes mais intensa do que a do homem epigónico e cansado (quase inteiramente destituído da capacidade de deslumbramento) que é hoje o homem dominante e comum, para quem tudo «está visto e sabido». Com toda a sua ingenuidade, o homem primitivo seria decerto um ser anímico, pela intensa vocação de perscrutar e pressentir. Daí a grande riqueza de conhecimentos tácitos que possivelmente fervilhava na seriedade do seu mutismo.

Quem sabe se o homem originário, precisamente por

ser destituído *ainda* da chamada razão lógica, não seria dotado do poder de compreender, num simples relance, realidades que nós hoje não compreendemos porque, no decorrer dos milénios, fomos perdendo esse primitivo dom do entendimento tácito e telepático?

Há tempos, ao folhear devagar um belo romance de Rosny (Aîné), hoje quase inteiramente esquecido e todavia tão interessante, intitulado «Vamiré» (vertido há mais de meio século para o nosso idioma pela mão filológica e pericial de Gonçalves Viana) tivemos a profunda surpresa de verificar que ali estava, nessa obra singela, a discreta antítese da crença comum espalhada entre os antropólogos contemporâneos (vítimas da visão simplista do transformismo e do darwinismo) de que o homem originário era (ou deveria ser) seguramente um pobre antropóide sem qualquer sombra de inquietação transcendente.

Logo nas primeiras páginas, o romancista repudia essa ignara concepção, fazendo ver, em termos discretos mas eloquentes, que o homem silvestre, sendo embora, antes de mais, um homem dado à luta — e, como tal, capaz de fazer frente não só ao leão mas até ao espeleu, apenas armado da sua pesada massa e da sua agilidade prodigiosa — seria, ao mesmo tempo, um ser habituado, nos seus grandes momentos de solitude e expectativa, crepuscular ou nocturna, a olhar os lumes do firmamento e a cruzar com eles indefinidos sinais de silenciosa conversação.

Na penumbra do amanhecer, Vamiré (o homem originário, segundo a visão pessoalíssima de Rosny) aparece precisamente nesse estado de ansiedade sideral, como que interrogando os silenciosos mundos. À volta, a floresta ainda dorme; só ele, na sua habitual espera, sobre um rochedo, sobranceiro às águas indecisas e murmurantes de

uma torrente, interroga e convive, sem palavras, com o Universo. Dentro de momentos, um rugido e um estrépito vindo da orla do bosque, despertá-lo-á dessa atitude de alheamento, convertendo o pensador incipiente (antevisto pelas mãos de Rodin) em caçador pragmático e astuto. A metamorfose será súbita. Mas o momento que ficará a definir o homem, para sempre, não é da astúcia mas o da «telepatia gratuita», puramente contemplativa.

Esta sugestão do romancista deveria ser a «constante» de todo o verídico indagador dos enigmas da pré-história. Sem ela, a pesquisa arqueológica é (digamos sem ofensa) uma simples variedade maníaca de bricabraque.

Quando se visita a sós algum serro castrense é difícil evitar a intuição de que a busca dos grandes horizontes, tão peculiar do homem originário, não deveria ser, certamente, uma imposição da necessidade defensiva, mas uma consequência da ansiedade de mais ampla proximidade do mundo cósmico.

Acendendo o seu lume, no cimo do monte escolhido, o homem primitivo teria ao mesmo tempo o poder de comunicar com outros lumes à mesma hora acesos noutros montes e o de se entender (se se pode dizer assim, considerando as suas profundas capacidades de compreensão telepática) com as miríades de luzes semeadas pela grande abóbada envolvente.

Mais do que rudimentares fortalezas, cada «citânia» e cada «castro» seria uma espécie de incipiente observatório livre do mundo.

II

CIVILIZAÇÕES DE ALTITUDE

A citânia de Sanfins, próxima de uma das nascentes do rio Leça, é uma das mais vastas, se não a mais vasta *cidade* pré-histórica existente nesta chamada sub-região da primitiva Galécia, hoje usualmente chamada Entre Douro e Minho. Como a de Briteiros, apresenta as nítidas ruínas de três cintas de muralha, contando a exterior (apenas restaurada em parte) cerca de 500 metros de perímetro.

As escavações, iniciadas há uns vinte anos pelo Padre Jallay, puseram a descoberto os fundamentos de algumas dezenas de casas (quase todas de planta circular) e diversos arruamentos de traçado bastante caprichoso.

Vista do alto da plataforma do marco geodésico (implantado, em 1858, no centro das esboroadas ruínas castrenses), colhe-se uma impressionante visão do conjunto da citânia já exumada por sucessivas campanhas de investigação arqueológica realizadas nos últimos anos, em regra no

pino do Verão, por turmas de trabalhadores assalariados (orientados pelo coronel Afonso do Paço) e muitos amadores portugueses e de diferentes nacionalidades.

A zona principalmente explorada tem sido a da encosta voltada ao Sul e a Poente.

Quem percorre as estreitas ruelas, flanqueadas pelos muros circulares das primitivas moradias ligúricas ou lusitanas, não poderá deixar de se concentrar uns instantes para se interrogar acerca do que *teria sido*, antes da sua destruição, esta estranha cidade montanhosa da originária Ibéria.

O aparelho de alvenaria grossa das muralhas e das moradias é bastante típico. Pela sua disposição oblíqua e poligonal, a justaposição é análoga à do processo construtivo das *citânias* de Terroso e de Belinho, das cercanias da Póvoa de Varzim e de Esposende, mas a alvenaria é mais miúda.

No interior de algumas das casas exumadas e restauradas apenas alguns palmos (três ou quatro) acima dos fundamentos, notam-se pedras de forma discóide ou molar, com uma cavidade no centro, que serviriam presumivelmente de apoio aos fustes de madeira que decerto suportavam as coberturas dessas rudes moradias primitivas.

Numerosos achados (utensílios e armas de pedra, de lucernas, fragmentos de olaria, etc.) têm sido recolhidos num museu incipiente, existente na freguesia que se encontra na base do monte e hoje empresta o nome à citânia.

Na realidade, o nome verídico da obscura urbe pré-histórica é-nos desconhecido.

Até à data, nenhuma *necrópole* foi descoberta, nem qualquer inscrição que nos permita vislumbrar o idioma ou o pensar dessa gente ignota.

A carência de vestígios de natureza tumular fortalece

a hipótese de que os primitivos povos da Lusitânia destruíam pelo fogo os corpos inanimados.

Quem sabe se, por atavismo étnico, os moradores das *citânias* galaicas e interamnenses, herdeiros de longínquos emigrantes do planalto do Irão, teriam, como os seus distantes parentes, os originários Persas, a ideia-crença arreigada de que a terra não devia ser, de modo algum, conspurcada, e que a conservação de qualquer corpo inanimado, sobre ela ou dentro dela, seria como que um sacrilégio radicalmente oposto a esse princípio de limpeza radicado no seu pensamento telúrico e totémico?

Volatizar um corpo inanimado e ameaçado de imediata corrupção seria, para eles, os moradores das *citânias*, um acto de homenagem religiosa à pureza essencial do Universo.

O ar da altitude dava-lhes decerto o gosto da limpeza e da frugalidade. Um punhado de bolotas e uma tigela de leite de cabra bastavam decerto a um desses homens para fazer uma dura jornada de quatro ou cinco léguas. A vida era decerto, para eles, dura e simples; as palavras breves e concisas.

Uma boa parte do que lhes era preciso dizer, diziam-no pelo simples olhar ou pela simples sinalefa, imperativa e rápida.

De noite, cada *citânia* corresponder-se-ia com outras *citânias* por meio de vigilantes luzeiros, feitos de resina. Daqui, do alto de Sanfins, se veriam, nas noites de atmosfera transparente, os longínquos fachos da *citânia* hoje chamada a *Cidade Morta* (ou *Mosinho*), sobranceira a Entre-os-Rios, ou da *citânia* de *Roriz*, sobre o Cávado, ou do *Crasto*, de Gondomar, ou de *Santa Marta*, na direcção de Briteiros, ou de *Santa Luzia*, no promontório da serra de Arga, e tantas outras.

De dia, o homem peludo e magro, de cabeça descoberta, saía da citânia para se dirigir ao chavascal onde iria procurar alguns frutos silvestres ou alguma caça.

As mulheres, por sua vez, de cabelos negros e soltos, desceriam ao vale com as suas enfusas de barro, para trazer para cima a porção de água que a prole e o tugúrio, acanhado mas limpo, exigiriam.

O visitante de imaginação mais desperto que diante destas ruínas pobres e silenciosas quisesse saber hoje quem seriam esses povos serranos poucas probabilidades terá de satisfazer a sua curiosidade. Em vão perguntará a si mesmo qual seria o modo de ser e de pensar, de viver e de conviver, da gente rude e invisível que nasceu e viveu durante séculos nestas estranhas *cividades* de meia altitude.

As pedras, estremes, pouco dizem, e o céu imenso que as cobre é indefinidamente mudo.

Quantas vezes o magro perfil de Martins Sarmiento se recostaria, ao cair da tarde, nos escavados relevos de Britteiros e de Sabroso, nas horas de silenciosa concentração criptomnésica, tentando ver e conhecer, por um esforço de suprema reminiscência, as figuras autênticas dos caçadores e dos guerreiros que há dois ou três mil anos teriam criado estas tão obscuras «obras de civilização montanhosa»?

E, como ele, o invulgaríssimo espírito perscrutante de Ruy de Serpa Pinto — genuíno arqueólogo talvez da estirpe de Evans, mas prematuramente levado pela morte mal dava os primeiros passos no caminho da sua vocação —, quando percorria, ofegante, na sua ansiedade juvenil, os castros e as *cividades* do rio Leça, do Lima e do Minho, do alto Cávado?

Como algumas outras, situadas dentro do seu horizonte, a destruição desta «citânia de Sanfins» talvez tenha sido levada a efeito na segunda fase da ocupação romana, a seguir à revolta das tribos lusitanas, ocorrida à roda da terceira década antes de Cristo, e brutalmente jugulados pelos comissários de Octávio Augusto.

Acerca do aniquilamento «exemplar» de Cartago, de Corinto e de Numância ainda se sabe alguma coisa; acerca destas destruições de dezenas e dezenas de citânias do Ocidente ibérico, levadas a efeito desde o cônsul Décio Bruto até os fins do século segundo, pouco ou quase nada se conhece.

O que se pode presumir é que a luta deve ter sido prolongada e tenacíssima. Mas, ao fim e ao cabo, os rudes e altivos guerrilheiros das povoações serranas tiveram de curvar-se perante as disciplinadíssimas centúrias vindas do Lácio, por terra e por mar.

Da situação alta das «citânias» é lícito inferir que as tribos que nelas viviam eram fortemente dominadas pelo sentimento da autonomia. Daí a relativa diferenciação de níveis de «civilização» que elas acusam, segundo se vê pela maior ou menor perícia fabril, traduzida nas ferramentas, nas armas, nos adornos e até na técnica «urbanizante», relativamente distinta de citânia por citânia.

Pelo estudo atento do que tem sido descoberto em Laundos, Terroso, em Sabroso, no Mosinho, em Briteiros, em Sanfins, decerto se chegará um dia à conclusão de que as *citânias* eram verdadeiras pequenas repúblicas pré-históricas e não decerto núcleos dotados de coesão, ética ou política.

Das ruínas de Sanfins já se colheram algumas interessantes sugestões.

Da aparente rudeza dos instrumentos e fragmentos de olaria descobertos é de pressupor que o nível de preparação técnica e da mentalidade do *clã* ali fortificado era sensivelmente inferior ao da *tribo* brácara que teria vivido e terminado na *citânia* de Briteiros, exumada por Martins Sarmiento.

Mas não é necessário ser arqueólogo para se ter a satisfação profunda de percorrer e visitar qualquer *citânia*. Por si só, a dádiva que quase todas oferecem de amplidão contemplativa basta para pagar o pequeno incómodo de uma subida mais ou menos íngreme.

Aqui, em Sanfins, a 570 metros de altitude, a vista que se colhe é deslumbrante.

A largueza de horizontes deixa-nos embevecido. Avistam-se as serras de Argá, do Gerês, do Marão, de Montemuro, de Arouca. Em dias de boa claridade, distingue-se, nitidamente, ao longe, a fímbria azulada do mar de Leixões e da Póvoa.

Não eram só os Incas que amavam o ar puro e a vizinhança do firmamento.

III

MADRUGADA IBÉRICA

EM dado momento — nos princípios do séc. v — toda a Europa mediterrânica foi percorrida por uma fria aragem crepuscular. Era o anoitecer do mundo antigo, como todas as noites, seguido de um amanhecer. Sinuosos formigueiros penetram no corpo enorme do império prostrado e meio apodrecido. Pelos desfiladeiros dos Pirenéus descem algumas dessas temerosas serpes de povos ignotos, uns, de feições caucásicas, outros, loiros e altos, outros, de pigmento tartárico. São as migrações dos Suevos e Alanos; são os temidos Silingos; são os primeiros Godos. Ora confluem; ora se esquivam; ora se digladiam. Fixam-se num vale; assediam uma cidade; acampam e hesitam diante de um rio. Palavras de angústia passam de boca em boca, entre os moradores da Península romanizada. Orósio, sobraçando os rolos das suas memórias, foge da Espanha para ir procurar o conselho de Agostinho. A mão de Hidácio, ao escrever o que lhe chega ao conhe-

cimento, treme. Ninguém, como ele, sente que, naquela confusão bárbara e cruenta, termina uma certa forma de viver, uma dada civilização. As escolas ficam silenciosas; os tribunais desertos; os campos são invadidos pelo tojo; os soldados, sem soldo, largam os acampamentos e passam a viver como podem. No meio de toda essa confusão, apenas uma força se mantém: é a hierarquia da Igreja nascente, mas já fortalecida por alguns concílios.

Aqui e além, um ou outro prelado procura conter o ímpeto bárbaro. É o que faz o bispo flaviense, ao tentar obter na Gália um socorro que liberte os Galécios dos truculentos intrusos. Não o conseguindo, recorre a um acordo. Os invasores entram na posse de um terço das terras dos Galaicos (as «*tertias barbarorum*»). A pouco e pouco, a custosa coabitação torna-se consentida. O invasor, germânico, cruza-se com o fundo celta do nativo galaico-duriense. Assim se constituiria a primeira monarquia bárbara do Ocidente, cuja cabeça seria, a princípio, Bracara; mais tarde, Cale.

Um dos primeiros monarcas suevos, Requiário, vencido pelo rei dos Godos (Teodorico), perto de Samora (456), refugia-se nos muros de Cale. Aí mesmo é aprisionado e conduzido à presença do rei godo, que o manda executar, em Bracara, já dizimada e desmantelada.

Cinco anos depois, outro chefe suevo, Ataulfo, sublevado e submetido, é, por sua vez, morto em Portucale (459), por ordem do mesmo godo.

A monarquia galaico-sueva sobreviveria ainda, no entanto, cerca de um século. O maior dos seus monarcas seria Teodomiro (559-570), contemporâneo do bispo Martinho, oriundo do país dos Hunos, a Panónia, mas tão diligente na evangelização e no combate às heresias como os mais estrénuos apóstolos do Oriente. É no seu tempo

e por acção de presença sua, segundo dizem seus coetâneos, que se dá a segunda conversão religiosa dos Suevos e se realizam dois grandes concílios; um em Braga (561); outro em Lugo (569). É por sugestão sua que, no segundo desses concílios, se opera a separação das dioceses de Portucale e de Tui, retiradas do âmbito (por ele tido como desmedido) da diocese bracarense.

Nesse mesmo concílio se consagraria a minuciosa divisão paroquial que, nas suas linhas gerais, ainda hoje se reconhece ser o fundo toponímico da Galiza e da região de Entre Douro e Minho.

Na realidade, a monarquia galaica-sueva, embora tenha existido somente cerca de cento e cinquenta anos, pode bem dizer-se o mais claro prenúncio da futura «nacionalidade portugalense». O condado que Henrique de Borgonha consolidou e transmitiu vem daí, desse obscuro estado protomedieval, absorvido, no final do séc. vi (584) pela monarquia visigótica de Toledo, após uma campanha rápida e implacável dirigida por Leovigildo.

O último acto dessa luta desigual travada entre os reis suevos e toletanos parece ter decorrido em Portucale. A célebre exclamação do chefe gaulês, no Capitólio — «Vae victis!» — mais uma vez faria de lei. O último rei suevo, humilhado e tonsurado, seria enclausurado; o tesouro do povo vencido transportado para Toledo; o palácio régio de Portucale, rapinado e demolido. As próprias colunas de mármore que o embelezavam seriam transportadas, mais tarde (nos meados do séc. ix), pelo rei galaico-asturiano Afonso II, para a metrópole de Compostela, cujo santuário estava então em vias de construção, após a «descoberta» do túmulo de Sant'Iago (ou «invenção» da Arca Marmórica).

Mas, como sempre também, a iniquidade é um ferro

de dois gumes. Pouco mais de um século após a absorção do reino dos Suevos, a monarquia visigoda, minada por discórdias e ressentimentos, atingia, por sua vez, seu desastroso fim. Um pequeno exército muçulmano, comandado por Tárique, desembarca, em 711, no Sul da Península e, com a ajuda de alguns godos (incluindo um bispo e um conde), faz em pedaços as forças enormes que o último rei godo pretendia opor-lhe. O rei godo desaparece, não se sabe como. Em rápida avançada, o islamita toma a capital Toledo, com a complacência de alguns moradores. O emir de África (Musa), cioso e irritado, tenta participar da prodigiosa fortuna do seu subalterno e acode com novas vagas da Mauritânia. Os Godos sofrem em Saragoça novo desbarato, confirmando-se a desagregação da monarquia toletana. Para todos os quadrantes da Península se abrem os caminhos do invasor. Surgia, porém, um invisível estorvo: a largueza da meseta era grande de mais para não quebrar o ímpeto expansivo dos Muçulmanos. Ocupar tudo era difícil. Por isso, certos territórios do Ocidente, incluindo o Entre Douro e Minho, puderam respirar durante algum tempo. Só com a aparição de nova onda guerreira de Abdelaziz (sucessor de Tárique e de Musa, desavindos e chamados a Bagdade, pelo califa) viria essa faixa a sentir a invasão islâmica. Coimbra, Portucale, Braga, Tui caíram em poder do novo chefe árabe. Orense seria destruída «até os alicerces». Muitas populações fugiam para as montanhas, esperando que a onda se afastasse. E, na verdade, não se enganavam. A ocupação moirisca na região galaica seria relativamente efêmera.

Em 740, dá-se um grande levantamento das guarnições de origem africana que estacionavam no Norte. As forças sublevadas, pretendendo regressar à África, travam

dura luta com as forças dos árabes. É uma autêntica guerra oculta que culminaria, dois anos depois, no morticínio dos Berberes. O terceiro rei asturiano, Afonso I, conhecendo, decerto, o que se passava no campo dos invasores, desce dos recessos cantábricos à região galaico-duriense, retoma Bracara e Portucale, chacina muitos islamitas dispersos e regressa às montanhas levando consigo, a bem ou a mal, bandos de godos libertos, procurando, assim, criar uma «zona de ninguém» entre o seu reino montanhês e o invasor. Extensos tratos de Trás-os-Montes e da Beira tornam-se ermos (ou quase ermos). Os fundos de boa lavoura passam depressa a bravios; as vilas e as cidades tornam-se mortas. A pouco e pouco, os neogodos empurram para o sul os invasores, quase sempre envolvidos em lutas fratricidas. Outro monarca, meio asturiano, meio leonês, Afonso III, volta a invadir a região galaico-duriense, tentando repovoá-la e cristianizá-la. Portucale e Bracara renascem das ruínas. A população moçárabe, embora rarefeita, mas persistente, seria decerto nessa fase uma discreta ajuda da «reconquista».

Outro elemento, esse mais patente, é o da acção isolada de alguns homens vigorosos (os «barões») que aqui e além se destacam, na luta diuturna contra o Sarraceno. São os guerreiros rústicos, «tenentes» de terras, que se começam a chamar «condes» («comites»), defendendo-as das «razias», organizando os periódicos «fossados» destinados a causar estragos no campo dos Muçulmanos e a desanimar os íncolas moiriscos, fazendo-os ir para mais longe.

Como no Império Carolíngio, após o decisivo edicto de Quierzy-sur-Oise (877), os «condes» neocristãos da Península, em regra afastados dos reis por exigência do permanente estado de guerra, começam a considerar-se verdadeiros «senhores», erguendo suas casas-fortes em sí-

tios altaneiros e falando aos monarcas quase de igual para igual. Daí os frequentes dissídios que entre eles se dão, tal qual entre os chefes muçulmanos. Castela nasce de um desses condados. Navarra, Galiza, Aragão, Portugal nasceriam por sua vez de modo análogo.

Na região de Entre Douro e Minho encontram-se ainda alguns roqueiros ligados à evocação de «barões» e «condes» dos sécs. xi e xii. Outros, porém, levaram sumiço. Estão nesse caso, por exemplo, as «casas-fortes» que nessas terras decerto foram possuídas pelo guerreiro Hermenegildo, conde de Tui e de Portucale (899); na região do Cávado, o presumível solar do conde Nuno Mendes, morto em combate pelas forças de Garcia, rei da Galiza; nas terras da Maia, o castelo que aí decerto tiveram os poderosos precursores da rebelião portugalense, Soeiro Mendes e seu irmão Gonçalo, o lendário «Lidador»; na região duriense, os paços ameaçados que aí decerto construiu o opulento Egas Moniz, senhor de muitos montes e vales (em Sousa, Penafiel, Pedorido, de Entre-os-Rios, Alpen-durada, Resende).

Quem quer conhecer pela memória o que terão sido esses tempos, tem de sentir a cada instante uma impressão análoga à de quem atravessa um extenso pinhal no lusco-fusco de um amanhecer.

IV

ENIGMAS DA ARQUEOLOGIA

○ homem afasta-se dos outros seres por muitas virtudes específicas; uma delas, a do anseio de saber como teriam sido ou vivido os seus mais longínquos antepassados.

Não consta, com efeito, que em qualquer outro ser (do nosso pequeno e limitadíssimo mundo) transpareça a preocupação de atingir a compreensão concreta dos seres da mesma espécie, desta ou aquela era, relativamente obscura ou longínqua.

Não diremos, bem entendido, que tal anseio seja incoercível e nítido em todos os homens. Seria ir longe de mais. O que se pode sustentar, porém, é que essa espécie de apetência, puramente especulativa e gratuita, inteiramente isenta de qualquer intuito de utilização, existe *em todos nós*, sob formas interrogativas extremamente discretas e latentes.

É o que faz lícito afirmar ou sugerir (por muito para-

doxal que isto possa parecer ao chamado senso comum) que todo o homem, por mais vulgar que se julgue, é, no íntimo ou de essência, um virtual devoto da Arqueologia. Pois que é a Arqueologia senão a curiosidade de conhecer o que está submerso pelo curso irreversível do tempo *através* dos paupérrimos e levíssimos indícios de vida humana originária que se descobrem, aqui e além, nesta muda cristalização de emudecidas existências, humanas e telúricas, que chama usualmente a «terra» ou «crosta da terra»?

Nos bons tempos de Winckelmann ou de Goethe assim era entendida, na sua virginal semântica, essa palavra então tão inovadora e tão sugestiva, e ainda isenta da crosta de pesadume académico (ou lastro professoral) que a torna, hoje, tão antipática e esotérica para tanta gente.

Para as pessoas que se dizem comuns, o gosto-apetente de saber o que está oculto e sepulto no corpo morto da «terra» ou no fundo do rio invisível do tempo não se deixa pressentir senão nos interstícios de despreocupação das exigências da vida corrente.

Mas o que define a essência humana não é a distração ou complacência tão peculiares da existência pragmática do dia-a-dia; é, sim, o que, muitas vezes, de modo brusco, acorda e chama o nosso espírito para o que não tem proveito prático de espécie alguma.

Entre nós (isto é, nesta nossa terra, usualmente tão propensa à distração e à complacência da chamada vida vulgar ou prática), podemos apontar como um caso exemplar de paixão gratuita e interrogativa de saber o que está sepulto no irreversível fluir do tempo, o caso do extraordinário e incansável devoto da Arqueologia que foi o revelador da *Citânia* de Briteiros.

O modo como esse homem magro e camiliano, genui-

namente ibérico (duplamente sério e sardónico, crente e descrente, ocioso e incansável no trabalho, violento e delicadíssimo) se consagrou, de corpo e alma, a partir de certo momento, à investigação pura e simples dos enigmas que as pedras silenciosas e inertes guardam na sua inviolável serenidade, constitui, na verdade, um exemplo, por assim dizer, simbólico do acordar irreprimível de um *místico anseio*.

Em dado dia e em dada hora (ninguém poderá saber com exactidão nem onde nem quando) o calcorreador irrequieto e magro que, muitas vezes a sós, percorria os montes de Donim e de S.^{ta} Marta, ao longo das vertentes do rio Ave, à cata de uma ou outra revoada de perdizes, teve decerto um sobressalto que lhe trespassou o espírito, como um verdadeiro traumatismo de ansiedade iluminante.

Foi o dia ou momento em que sentiu a atracção irresistível de conhecer, por assim dizer, por um esforço criptomnésico, o que teria sido o modo de ser e de viver da gente ibérica, remotíssima, cujas habitações e fortificações esboroadas estavam bem à vista, aqui e além, nos cimos desses montes.

Até essa fase da sua vida, o futuro arqueólogo havia preenchido as horas disponíveis (relativamente amplas, que a sua posição de proprietário rústico lhe concedia), com a leitura atenta de muitas obras de sociologia, de história fáctica e história da filosofia.

Ele mesmo, em uma carta confidente, dirigida ao velho Pereira Caldas, seu confrade, confirmou essa preocupação do seu espírito.

«Tomou-me muito tempo a filosofia e a história dos sistemas filosóficos, mormente no que tinham relação com as religiões e a psicologia.» «Nestas santas disposições atirei-me à história, principalmente à história antiga e, ia

neste caminho, quando a citânia me fez recuar até à pré-história.»

Em face daquelas muralhas desmanteladas, daquelas casinhas redondas, demolidas quase até ao rés-do-chão mas ainda bem visíveis nos seus fundamentos, daquelas ruelas outrora decerto animadas, os olhos vivos do irrequeto devoto de S.^{to} Huberto, por instantes esquecido das perdzes, sentiram uma tentação ao mesmo tempo inefável e cruciante: a de possuírem, de qualquer modo, pelo estudo ou esforço telepático, ou pelos dois em conjunto, a percepção viva dessa *civilização* tão longínqua.

Daí teria nascido o *voto* de estudo e auscultação que, de certo modo, dividiu a sua existência de meio a meio, um pouco à maneira do que sucedeu com o conhecidíssimo caso de Agostinho de Hipona.

Animado de uma força incansável, Martins Sarmento consagra-se à exumação daquelas enigmáticas ruínas. Uma espécie de fé, impensável e fremente, anima o «fidalgo» de Briteiros, abastado e singularíssimo, naquela tarefa estranha de limpar, refazer, reconstruir as muralhas e as moradias da arrasada cidade ibérica que tinha a dois passos da sua porta.

Durante sete anos, a sua angústia expectante incide sobre aqueles muros e aquelas pedras que ele, cautelosamente, manda remover, pôr no seu possível lugar, desenterrar, alinhar, esforçando-se, em silêncio, por vislumbrar o segredo que elas contêm, no seu inviolável mutismo.

Dia a dia, Martins Sarmento exuma e refaz a antiquíssima *cividade*, recolhendo tudo o que a crivagem paciente da terra removida lhe traz. Uma vez por outra, surge uma pedra gravada ou um pedaço de cerâmica, uma lucerna, uma fivela de bronze ou um fragmento de estátua

rude. O que não aparece é qualquer indício de necrópole ou estela votiva.

A pouco e pouco, o arqueólogo vai acumulando um certo espólio de armas e utensílios, de resíduos de incipiente valor artístico, de uma ou outra lápida lavrada ou siglada. Sinais expressos de pensamento, nenhuns.

A esperança do indagador não se deixa, porém, esmorecer em presença da modéstia significativa do que vai acumulando. Munido de um argutíssimo poder de intuição e interpretação, o indagador ansioso, aparentemente frio e irónico, tem seguramente certos momentos de verdadeira visão telepática em que *como que vê*, através desses pobres resíduos, a *vida autêntica* do povo longínquo e obscuro que dentro desses muros e dessas choupanas cilíndricas, derruídas, teria vivido.

Simplesmente, o que é de natureza telepática dificilmente se deixa transferir!

Ao cabo de vinte anos de meditações, de escavações e estudo, de jornadas e visitas de confronto, o arqueólogo deve ter chegado a um dado estado de espírito, de visão lucidíssima, que, mais dia, menos dia (pensava decerto), lhe permitiriam tentar exprimir a compreensão profunda e tácita que possuía dessa remotíssima gente, ibérica ou ligúrica, que teria precedido a vinda dos Celtas e, mais tarde, dos Cartagineses e Romanos.

Uma confidência semi-irónica que a cada passo aparece nos escritos dispersos de Martins Sarmento referente a múltiplos problemas arqueológicos foi a de que a sua situação, perante muitas coisas que exumara e reflectira, lhe fazia lembrar a posição angustiosa do Édipo em presença da silenciosa Esfinge. Assim, a propósito das suas escavações de Sabroso, num escrito dado à publicidade em 1879, no Porto, desfecha as suas incisivas considerações, dizendo:

«Para terminar, diremos que, mesmo concedendo que a Esfinge de Sabroso nos deixasse decifrar alguns dos seus enigmas, é opinião nossa que os enigmas mais importantes e curiosos estão à espera do seu verdadeiro Édipo.» (Cf. *Dispersos*, 1933, p. 35).

Infelizmente, o que o arqueólogo descobriu e recolheu no decorrer desses dispendiosos e demorados trabalhos de exumação e reconstituição fundamental das duas povoações fortificadas pré-históricas, a *Citânia* e *Sabroso*, embora tenham o seu relativo valor como elementos de interpretação de uma civilização rudimentar não constituíram, de modo algum, revelação de primeiro plano.

Outros indagadores, bem mais bafejados pela fortuna, mas não mais dotados de virtudes, nem mais persistentes ou argutos que o sábio vimaranense, lançados na pesquisa de povoações coetâneas sepultadas pelo tempo em lugares mais propícios à indagação fecunda, conseguiram nessa mesma década em que M. Sarmiento se consagrou à exumação da *sua* citânia, trazer à luz importantíssimas preciosidades documentais, sumptuárias e artísticas.

Tal foi o caso do Schliemann (1822-1887), ou o caso de Evans (1851-1941), o desencantador de Minos.

Martins Sarmiento em vão procuraria nas suas escavações o equivalente do que esses distantes coetâneos ou concorrentes obtiveram.

Revestido da sua inalterável ironia (puro disfarce do sentido dramático das suas decepções), o indagador de Briteiros prosseguiu sem descanso, nas suas prospecções, na esperança, sempre, de conseguir algum dia um fio demonstrativo da sua ideia-crença de que os habitantes da «citânia» do Noroeste Ibérico eram povos pré-celtas, isto é, uma ramificação migratória da raça ligúrica.

Convencido decerto de que a vida não lhe negaria o

jus do *saber esperar*, o sábio vimaranense foi dilatando o mais que pôde a realização desse desígnio íntimo de dizer em uma obra que fosse, por assim dizer, o seu canto de cisne.

Aos discípulos e admiradores (Ricardo Severo e Rocha Peixoto, por exemplo) que o exortavam a que deitasse mãos à obra, o arqueólogo respondia, com firmeza, que não se sentia nada inclinado a dar apenas uma simples descrição objectiva do que examinara ou descobrira. O que tinha em mente e queria, com certeza, realizar, em freme-mente estado de transe, seria a expressão, por assim dizer, científica e inefável, vigorosa e gratuita, documentada e telepática, do que sabia e apreendera por virtude simultânea do trabalho concreto das escavações, por virtude dos mais amplos e duros estudos, e, acima de tudo, por obra e graça da visão intuitiva ou quase mística que toda a pessoa que perscruta uma realidade obscura acaba por obter, *em acréscimo*, como um prémio transcendente da sua discreta solicitude e persistência.

Essa visão discreta e fulgurante, fugitiva e branca, que a cada instante esvoaçaria na sua inteligência vivíssima, era seguramente a secreta obsessão do arqueólogo, irre-quieto e magro, curtido por mil caminhadas, mil e uma pesquisas, indefinidas e laboriosas vigílias.

A esperança alternava, sem descanso, no seu espírito, com o desespero. Muitos indícios o comprovam.

Já em 1883, a 17 anos de distância da morte, o sábio diria num dos seus escritos de ocasião:

«Desenganado estou há muito, atenta a quantidade inumerável dos nossos monumentos arqueológicos, as dificuldades da sua descoberta e os dispêndios das escavações, que só poderia chegar ao fim da minha tarefa, sonhada em momentos de entusiasmo insensato, se tivesse

ao meu dispor duas coisas simplesmente impossíveis: o elixir de longa vida e a pedra filosofal.»

Uma das razões da sua íntima desesperança de levar a cabo o seu sonho e a razão mestra por que não tentou dizer o que intuía foi, seguramente, a dificuldade, infelizmente ainda hoje insuperável para a arqueologia ibérica, de se descobrir quaisquer indícios claros de uma escrita dos povos primitivos da Península.

Um dos amigos mais íntimos e admiradores mais dedicados de Martins Sarmiento, Alberto Sampaio, esse outro grande investigador da proto-história nascido em solo vimeirense, nos meados do século passado, tendo assistido aos derradeiros momentos do infortunado arqueólogo, assim se referiu ao dramático transe:

«Regressando de Briteiros em 19 de Junho de 1899, quase saiu da carruagem para a cama. Cortado de dores que o imobilizavam numa única posição, sem palavras de lamentação ou de amargura, viu a doença aumentar dia a dia com a impossibilidade estoica dos fortes, até que, em 9 de Agosto, sucumbiu à hora e meia da tarde. Mas pouco antes, quando a morte se debruçava sobre a fronte a dar-lhe o beijo da eterna paz, estendendo o braço emagrecido sobre a dobra do lençol, e dispondo a mão, como se tivesse uma pena, fazia o jeito de escrever, de quem escrevia freneticamente. Que pensamentos que tanto quis e não pôde exprimir lhe revolveriam o cérebro agonizante? E assim acabou, agitado num turbilhão de ideias, sem conhecer a velhice intelectual, quem passara um quarto de século a procurar raios de luz, que iluminassem as trevas do passado.»

V

CIVILIZAÇÕES VIZINHAS ANTIPOLARES

No lusco-fusco madrugante da Idade Média, a Península Ibérica esteve, por um fio, na iminência de cair, de ponta a ponta, nas mãos da aguerrida e fanatizada turbamulta que, de chofre, irrompeu das bandas de África.

Umas atrás outras, após o destroço dos Visigodos, algures, nas plagas béticas (711), as grandes urbes hispânicas, já cristianizadas (Toledo, Mérida, Évora, Saragoça), renderam-se à rapidez das hordas brancas do Crescente.

As populações nativas que mais resistiam eram dizimadas. As que se submetiam com alguma complacência seriam as futuras colmeias de *moçárabes* que o invasor, com relativo espírito tolerante, procuraria assimilar. Os mais lúcidos condutores islâmicos da turbamulta agressiva, oriunda do Magrebe e da Berberia, fariam decerto, em silêncio, a eles mesmos esta pergunta: — «Como pode-

remos nós, a sós, zelar tão vastas campinas, tão laboriosas herdades?»

A Península era realmente bela e rica, mas não poderia ser frutuosa nem apropriada só com o braço munido do alfange. Por isso, o Islamita, só em caso extremo, mutila e dizima.

Apesar desse relativo espírito de tolerância, o decréscimo de trabalho, em todos os sentidos, braçal e anímico, em diversas zonas da Península, dentro em pouco, seria patente.

Muitos rincões rústicos voltam ao estado silvestre, pois, como toda a gente sabe, a brenha retoma depressa o pomar e o agro; bastam duas ou três décadas de abandono.

Assim, as terras aráveis de Entre Douro e Minho, desde a embocadura do grande rio ibérico às planuras altas de Zamora, converter-se-iam, em breve, em extensos tratos de bravio.

Perdido a ímpeto, que parecia irresistível, por imposição da dispersão das flechas esvoaçantes dos Agarenos, dada a infinidade dos montes e vales que as mesmas teriam de transpor na interminável perseguição dos vencidos, sobrevém na horda invasora a fadiga.

O desastre dos Islamitas em Cangas de Ónis (786) marca o instante em que o Muçulmano se convence que a total submissão da Península vai além das suas forças.

Em contrapartida, os hispano-godos foragidos, fincados nas duras furnas e penhascosas grimpas cantábricas, ganham ânimo para a tenacíssima «reconquista» que iria ter seu começo.

Principiaria a luta obscura (por assim dizer, *extra-histórica*, pois deve ter sido amassada em inumeráveis episódios e feitos não documentados) dos golpes e contragolpes de astúcia e audácia, de incursões e frustrações, de jornadas de temeridade e de fuga.

Tanto os Sarracenos como os Asturianos porfiavam nas *razias* e nas depredações, sem piedade. Mas são principalmente os segundos os que procuram repelir o intruso africano recorrendo ao aniquilamento das condições de vida na orla circunvizinha dos seus redutos. Quando descem, de súbito, à terra ocupada pelo lavrador moirisco (ou moçárabe) não se limitam a destruir os muros das moradias ou alpendres das herdades renascidas, queimam os próprios arvoredos e arrebatam, a bem ou a mal, o filho ou neto do godo complacente que se deixara ficar preso à terra, levando-o para a montanha, para acordar nele o ardor religioso e pugnaz.

Assim se procuraria desanimar o Moiro e fazer surgir, em certas zonas rústicas, o chamado «ermo», ou seja, a desolada *terra queimada* que, por algum tempo, não serviria «para nada», nem para um, nem para outro.

Só ao fim de um século, bem dilatado, quando o Islamita, descoroçoado por tantos estragos sofridos, se transfere para o sul do profundo sulco do rio Douro, se faz sentir entre os neogodos (ou *neocristãos*) o esforço e o claro desígnio de recuperação das antigas virtudes eucarísticas da terra.

À cautela, o cultivador de raiz astúrica, tendo sempre à mão, ao lado do enxadão e da charrua, o montante e o

chuço, procura os sítios mais recatados e menos expostos à praga das *razias*.

O Islamita, mais confiante, escudado no arcaboijo glauco e possante do rio, não hesita em cuidar a terra a que vai ganhando afeição, amanhando-a com desvelos. Cansado do deserto estava ele! Com o seu apreço da água e da frescura rara do *oasis*, povoa a Península de pomares e hortejos. Cultiva certos socalcos e pendores como se fossem jardins. Transplanta para o solo ibérico novidades agronómicas: o discreto engenho de água, de alcatruzes, a roda alta e vagarosa dos açudes, a bicuda «cegonha» (ou «picota») oriunda dos patamares marginais do Nilo, os discretos caneiros de rega da Mesopotâmia; faz aparecer, aqui e além, saborosas frutas trazidas de longe: as laranjas, os damascos, as tâmaras, as uvas odorantes, as romãs, o melão; introduz culturas desconhecidas: o arroz, a cana sacarina, o cânhamo, o açafrão, o espargo; torna familiares algumas flores ignoradas: a rosa-de-alexandria, a rosa-azul ou rosa-doirada, o cravo-da-pérsia, a glicínia, o lilás, o jasmim; cria e propicia escolas de alquimia, de medicina, de astrologia, de filosofia, de cirurgia; difunde o uso da balestilha, do bisturi, dos algarismos, do alfarge, do mosaico, do azulejo, do ajimez, do papel, a adufa, a moradia branca, o pátio aprazível com água corrente; renova a paixão discreta da leitura e do estudo, da investigação e da meditação.

São, enfim, duas civilizações distintas que se defrontam. Uma renascia da penúria duríssima de uma serrania; outra provinha das indefinidas plagas e urbes do Levante.

Afirmar que entre uma e outra, aqui, na Península, havia um intransponível muro seria faltar à verdade.

O Agareno reconhecia o que havia de sério no Nazareno e este, por sua vez, sentia outro tanto, no estilo de viver do adverso.

O guerreiro peninsular, neocristão (ou neogodo) não desconhecia as virtudes e as obras espirituais e terrenas dos adeptos de Mafoma e sabia que esses homens de balandrau amplo e alvacento, que todas as manhãs, contritos e imóveis, se voltavam para as bandas de Meca, haviam trazido para a Península muitas realidades estimáveis.

Por isso, por vezes, entre os dois campos havia tréguas e a palavra dada cumpria-se à risca.

As próprias leis da hospitalidade entre os beligerantes não era letra morta. E, mais do que essas, as leis do coração. É rara a terra hispânica que não guarda a poética reminiscência de alguma tradição ou lenda de «moira encantada» pelo sortilégio de algum prisioneiro nazareno ou de uma princesa ou pastora devota da cruz que se perdeu por um cativo moirisco...

No plano da convivência espiritual, as permutas eram tão discretas como intensas.

Não esqueçamos que, nos meados do séc. XII, um bispo de Toledo, D. Raimundo, teve a iniciativa singulárrima de criar e patrocinar, dentro do seu próprio paço, uma laboriosa *oficina filológica* de tradutores de códices, de ciência ou meditação, de autores islamitas.

Seria a escola célebre do célebre Gundisalvi, cujas versões de algumas obras arábicas fundamentais (de Maimónides, Alfarabi, Aviceno, Gazali), em breve expandidas, iriam dar aos estudiosos hispânicos um relativo ascendente, sobre o espírito reflexivo de além-Pirenéus, bem nítido na formação de um extraordinário *clerc* de raiz

portugalense: Pedro Julião, médico de alto renome, consumado dialecta, psicólogo subtil, teólogo de inspiração mística e pontífice de promissoras ansiedades ecuménicas, de repente (1277) cortadas por um estranho desenlace: o enigmático desastre de Viterbo.

VI

ABADIAS MEDIEVAS OBSCURAS

IMPORTA ter presente que, por cima de todas as expressões de fortuita simpatia, ocasionais relações de entendimento ou recíprocos penhores de hospitalidade¹, pairavam, entre os neogodos e os islamitas da Península, os imperativos da chamada guerra santa que a cada passo se traduzia em assaltos demoníacos e duríssimas refregas.

O amor da terra e da vida tranquila, das flores e dos livros, neste ou aquele belígero pacificado, não impedia que noutros ardesse, como ferro em brasa, o desígnio de subjugar o vizinho de crenças adversas.

Por isso, nesses tempos da insegurança, nos cimos dos

¹ Não esqueçamos que o futuro Afonso VI de Castela, em dado transe, derrotado e prisioneiro do irmão, Sancho, se refugiou no alcácer do emir de Toledo e deste recebeu tais provas de generosidade que entre ambos se firmou um verdadeiro pacto que perdurou até à morte do Islamita.

montes, havia postos de vigia (*faros* ou *talefes*) que, de noite, emitiam avisos àqueles que viviam no fundo, em regra, ao abrigo de um ou outro recolhimento laborioso e ascético: os chamados «refúgios monásticos».

A palavra bárbara, de raiz alatinada, *refóio*, queria dizer precisamente «refúgio»; ou seja, recôncavo abrigado por brenhas e cerros, onde poderia ser procurado um relativo sossego para aqueles que quisessem viver ora para o cultivo da terra, ora para a meditação.

No norte de Portugal não é custoso topar lugares com designações toponímicas desse sabor.

Assim seria, por exemplo, o recôncavo premontanhês de Cabeceiras, ainda hoje designado pela gente nativa e antiga, de fala anasalada e cariz severo, da região de Basto, pelo nome de Refojos; ou um dos valeiros úberes da Ribeira de Lima, também conhecida pelo mesmo vocábulo; ou o fundo fecundo, rodeado de cerros e arvoredos, de Pombeiro, que nos obscuros tempos da Reconquista seria escolhido por um punhado de frades para a edificação de um cenóbio da regra beneditino; o abrigado Vale do Cávado, em Santa Maria de Bouro; ou Tibães; ou de Rendufe; ou de Arouca; e tantos outros recantos desbravados pelos laboriosos cenobitas inspirados no regrado ensino catalisante do fundador de Monte Cassino.

Transposto o transe, por assim dizer epidémico, dos terrores premonitórios do Ano Mil, alguns cenobitas de raiz astúrica ou galaico-portugalense e alguns outros vindos, parece, de além-Pirenéus, promoveram em terras de Ribadouro a edificação de dois recolhimentos quase vizinhos, em sítios ao mesmo tempo fecundos e recatados, marulhados de água límpida e abundante e bem resguardados de pendores bravios e espessuras silvestres.

Seriam os mosteiros de Cete e Paço de Sousa.

Segundo uma vaga tradição transmitida por autores de crónicas monásticas, o primeiro teria sido fundado por dois moçárabes, ardorosos como todos os convertidos, que teriam revertido ao credo pauliano, quando o território de Entre Douro e Minho constituía a *Estremadura* do reino leonês.

Teria sido a rogo de ambos que teriam vindo do país dos Francos, do pequeno burgo mercantil e mediterrânico de *Cette* (não muito distante de Montpellier), alguns aventureiros beneditinos para ajudar a arrotear e a defender essa terra promissora, exposta ainda às correrias súbitas dos invasores islâmicos.

*

Numa das suas investidas, os Sarracenos teriam, em dado dia, conseguido apossar-se de novo das terras de Ribadouro, lançando em ruínas o cenóbio e dispersando os monges sobreviventes. Seriam talvez os mesmos que, mais além, teriam massacrado os monges de Alpendurada, com o próprio bispo Sesnando.

Passado pouco tempo, porém, teria aparecido um guerreiro de origem franca, de nome Gonçalo Ovecques, que não só repeliu os Agarenos como se votou à reedificação do recolhimento ulteriormente protegido pelo conde D. Henrique, vindo como ele, do coração do país dos francos, para amparar a resistência dos neogodos hispânicos, num dos transes mais graves que estes teriam vivido, após a calamitosa jornada de Zalaca (1086).

A discreta maestria arquitectónica do templo aí edificado, por alvedrio do cavaleiro franco, faz pressupor que ao seu serviço ou dos monges terá trabalhado algum consumado mestre debuxador de boa estirpe de Cluny ou de Borgonha. Bastará ver com atenção o desenho frontal,

tão seguro como mesurado, do pórtico, com a discreta e bem proporcionada rosácea, a torre ameada e o avantejado gigante proeminente, seguramente implantado não por simples conveniência de adorno mas na previsão de alguma eventualidade de defesa do templo e anexo viveiro monástico.

Estamos claramente em face de uma igreja fortificada, precursora da igreja de Travanca, de Leça de Balio, de S. Martinho de Mouros, da Sé de Lamego e tantas outras, de cariz semiguerreiro, desses tempos obscuros e combativos.

Vê-se bem que a originária construção era ao mesmo tempo de intenção religiosa e defensiva.

Como casulo matricial da laboriosa colmeia, o apurado templo seria o último refúgio.

*

Os preceitos da vida beneditina eram, em tudo, sucintos e preciosos.

Segundo a regra, o cenobita deveria levantar-se antes ainda do lusco-fusco do amanhecer, para rezar as matinas.

Rompendo o dia, principiava a faina do campo ou do trabalho braçal.

Cada um cumpriria o seu serviço, de lavoura ou de oficina, de abegoaria ou livraria, do moinho ou do tear.

A preguiça (teria dito o fundador da Ordem, o longínquo promotor de Monte Cassino), é o inimigo da alma.

Por expressa e rigorosa norma, o ingresso teria de trabalhar, cada dia, sete horas, em alguma tarefa dura e rude, exigente de esforço físico. Em *acréscimo*, teria de consagrar à leitura (ou ao traslado de manuscritos), duas horas.

Cada mosteiro era, enfim, o criador do seu próprio sustento; do corpo e do espírito, do pão e do vinho, da vestimenta e do bragal, da vianda e do fumeiro, do leite e do mel, dos legumes e das frutas, dos silos e combustíveis para o Inverno, do canto e da prece, do estudo e do ensino.

Os próprios monges erguiam o templo, ou ajudavam os pedreiros a erguê-lo, cortando os «cantos» e sobrepondo-os, na devida ordem, com a ajustada «travação», com o exacto prumo, erguendo complicados e seguros andaimes e precisos cimbres, para as melindrosas arcaturas e abóbadas, conferindo a cada passo os «riscos» (ou «esquissos») que o mestre architecto ou monge experiente para o efeito delineara.

*

Mas voltemos ao recatado cenóbio de Cete:

Penetremos no pequeno e mesurado templo monástico e prestemos a devida atenção, por exemplo, à discreta mas magistral cabeceira, percorrendo, com olhar vagaroso, as linhas exactas da *abóbada* que a cobre.

Por esse significativo pormenor poder-se-á avaliar o sentido do rigor que presidiria a estas obras exemplares.

No 'princípio da segunda década do século XII, o mosteiro receberia da condessa D. Teresa, então já viúva, uma ampla carta de couto (testemunhada pelos bispos do Porto e Coimbra, D. Hugo e D. Gonçalo) que lhe traria os réditos de diversas freguesias vizinhas renascidas.

Algum tempo depois, Afonso Henriques, por sua vez, tomou sob a sua protecção o cenóbio semiguerreiro, tendo tido como companheiro de armas o filho mais esforçado

e de maior renome do primeiro Ovecques, Diogo de nome, que morreria ao seu lado, na prodigiosa jornada de Ourique.

*

A própria rainha Mafalda, oriunda da longínqua Sabóia —, que um dia alguns frades bernardos teriam trazido, por montes e vales, como uma espécie de flor alpina, para o alcácer do predestinado filho de Henrique de Borgonha, tão animadora das grandes obras, laicas e religiosas —, parece ter recebido a aposentadoria dessa casa monástica, nas suas frequentes visitas às suas obras de Ribadouro.

Assim o diz no seu testamento, ao aludir à solicitude que lhe merecia a trabalhosa construção da bela e robusta ponte, de cinco arcos, de pedra, lançada sobre o caudaloso e fundo rio Tâmega, a jusante de Canaveses ¹.

As duras provações da longa jornada que precedera o seu noivado, com arriscadas passagens de torrentes e ermos, terão contribuído decerto para a sua quase devoção por essas obras de agasalho e comodidade dos caminheiros e peregrinos.

*

Que belo filme (dir-se-á) se poderia fazer dessa bela figura juvenil, a mulher predestinada do primeiro rei português, que os barbudos e solenes *frades brancos* teriam acompanhado e resguardado, em léguas sem fim, como se fosse uma oferenda bíblica!

¹ Ponte importante e venerável, que os Serviços de Engenharia estatais dos nossos dias, sacrilegamente, decidiram demolir (e demoliram mesmo!) há quatro décadas, como que para celebrar os oito séculos que essa inestimável obra de engenharia medieva contava.

Quem poderá imaginar o que terá sido, para essa flor branca dos Alpes, essa longa e arriscada viagem?

E quem poderá ver, com traços vivos, essa incansável protectora de cenobitas e artesãos, de peregrinos do Oriente ou de Santiago, fundadora de albergarias ou obreira de pontes, fecunda e discreta, mãe de quatro formosas infantas e de um segundo Infante, o futuro rei-novo, que ela aconchegaria no berço, em austero silêncio, quando o batalhador, em segredo, tendo do outro lado do rio Mondego uma centena de companheiros escolhidos, se preparava para o temerário assalto nocturno de Santarém?

E quem poderá imaginar a sua formosura, decerto indizível, de corpo e alma, tendo bem presente que, após a sua morte, tão prematura, decorridos apenas onze anos sobre a sua jornada de Noiva, o hercúleo batalhador se manteve, inflexível, na viuvez, até à morte, a caminho dos oitenta?

E quem poderá vislumbrar a sua discreta presença, no laborioso cenóbio, reconstruído pelo velho Ovecques, enquanto os canteiros concluíam a ousia do apurado templo clunisiaco e, lá fora, nos campos e nos alpendres, alguns monges, encanecidos e alguns noviços, com os seus arados e enxadões, escavavam a gleba, arroteavam os socalcos bravios, corrigiam os caneiros de rega, atendiam aos açudes e moinhos?

*

Mas deixemos os cinzentos vislumbres evocativos e fixemos o olhar no que ainda hoje, ali, é visível.

Dentro da recatada obra monástica se reconhece o profundo saber e a discreta disciplina fabril dos anónimos mestres e artífices de cantaria de outrora.

A nave, bastante esguia, é impressiva pela rara profundidade e altura, rica de *nisus* levitante.

Embora mais baixa, a ousia não é menos impressiva.

A esbelteza da abóbada de granito, com os dois arcos torais de ponto subido, a medida bem ritmada das arcadas cegas, à maneira lombarda, que circundam o recinto sacro, o remate da cabeceira, em quarto de esfera, a modelação do arco sublinhado por um friso de grânulos e flanqueado por duas meias colunas —, são elementos que não poderão escapar ao olhar pausado de quem entra neste formoso e pequeno templo que há meio século recebeu obras de restauro, contra o costume, bastante criteriosas e prudentes.

*

Foi durante essas obras de reparação e «reintegração» (sempre tão delicadas, e por vezes perniciosas) que se descobriu, sob a torre, uma espécie de cripta, de abóbada polinervada, com a arca tumular do primeiro reedificador do mosteiro, o longínquo Gonçalo Ovecques, coetâneo do velho Egas Moniz, pai do companheiro de armas de Afonso Henriques, morto, talvez ao seu lado, na semilendária jornada de Ourique.

VII

RELANCES MEDIEVOS

HA mil anos, o Noroeste da Península viveu duras e consecutivas provações. Além das «razzias» dos Muçulmanos puseram em grande sobressalto as populações galaico-durienses as temíveis incursões dos Normandos.

Os primeiros a aparecer, com uma frota de uns cento e cinquenta navios, haviam já, nos meados do séc. IX, efectuado um temeroso assalto na velha terra costeira de Betanzos (a antiga «Brigantium») e na vizinha península da Corunha. Daí escorraçados, foram descendo, passando por outras «rias» galaicas, até que se internaram no estuário do Tejo e depois no vale de Guadalquivir, onde as armas moiriscas acabaram por os fazer em relíquias.

Pouco depois, (em 857), surgiria outra frota de «vikings». Esses penetraram na ria de Arosa e apossaram-se de Iria. Acabaram, porém, por sofrer um completo desbarato infligido por um conde galego.

No ano de 968 nova incursão, sob a chefia do «vi-king» Gunderedo, penetrou na mesma «ria».

Um bispo galaico, Sesnando, tentando repelir os assaltantes espadaúdos e ruivos, pereceria em combate. A própria cidade sacra, Santiago, cai em poder dos assaltantes nórdicos. Nesse transe, um neto do conde de Tui e Portucale, Hermenegildo, o afamado abade Rosendo, a rogo do rei asturiano, Ramiro III, reúne forças e consegue destruir os invasores, queimando-lhes os navios. O chefe Gunderedo contar-se-ia entre os que ficaram no solo galaico, nessa repressão organizada pelo afamado cenobita de Celanova, já de idade avançada, mas tão vigoroso como o seu futuro parente e conterrâneo, o epopeico «Lidador» da Maia.

No séc. Décimo, sobrevém outro pesadelo. É a invasão temerosa de Almançor.

Vindo do Sul, na antevéspera do Ano Mil (que muita gente, na Europa do Ocidente, previa como fatídico, se não apocalíptico), o chefe muçulmano, com a sua fulminante cavalaria berbérica e andaluza, retoma Portucale, onde se encontra com numerosa peonagem islamita vinda por mar das terras de além-Tejo. Daí prossegue. Incendeia vilas, povoados e conventos. Passa o rio Minho em Salvaterra. Arrasa os muros de Tui. Submete Pontevedra e Santa Iria. Entra em Santiago, cuja basílica preciosa manda derruir.

A cidade do apóstolo converte-se num monte de escombros.

No retrocesso, o temido chefe islamita arrasta consigo um enorme cortejo de cativos encordoados. Passa em Lamego. Daí segue para o Sul da Península, onde em breve morreria vítima da peste — ou peçonha.

Desaparecido o temido capitão de Córdova, as fron-

teiras islâmicas da Península cada vez se dilatam mais para o Mediterrâneo. É a época do lendário Cid e do infatigável Fernando Magno.

O rei leonês, numa das suas incursões contra o Ocidente moirisco toma uma boa parte do território de Entre Douro e Mondego, incluindo Lamego, Seia, Viseu e Coimbra.

Foragido de Sevilha, passa-se para o campo do rei leonês um rico moçárabe, oriundo da região do Mondego e que entre os Muçulmanos havia exercido elevados cargos.

Fernando Magno dá-lhe o governo do distrito de Coimbra e concede-lhe poderes de quase autonomia.

Seria o prolongado «condado» de Sesnando, outro nítido precursor do condado portugalense.

Durante umas três décadas foi uma espécie de «marca» carolíngia ou pequeno estado tampão, de genuíno espírito moçárabe, como que aspirando talvez a viver um pouco, como costumam dizer os Franceses, «*au dessus de la mêlée*».

Pelo menos, parece ter sido essa a posição do conde de Coimbra durante a duríssima luta travada entre os filhos de Fernando, desde a batalha de Pisuerga até à morte singular de Sancho, no cerco de Zamora.

Após essa imprevista morte, o futuro Afonso VI (desde há algum tempo refugiado na corte hospitaleira do rei moirisco de Toledo), regressa ao reino perdido e é coroado em Burgos, sob o olhar inquisitivo do velho Cid.

A luta com a Moirama prossegue.

O novo rei em breve toma todo o território ao norte do Tejo, desde Toledo a Lisboa.

A função amortecedora do condado de Coimbra finda. Os Sarracenos inquietam-se e recebem grandes forças vindas de África. Os Cristãos encontram-se com o enorme

exército muçulmano nos campos de Zalaca, sendo completamente destroçados (1086).

O próprio Afonso VI só a muito custo se salva, escoltado por um esquadrão de dois ou três centos de cavaleiros, como ele fugitivos até ao cair da noite.

Depois de Guadalete, era a maior derrota sofrida pelos cristãos hispânicos.

Daí a necessidade de novos socorros. Da terra dos Francos, acodem muitos homens de armas. Entre eles destacar-se-iam dois parentes próximos da rainha Constança (segunda mulher de Afonso VI): o filho do conde de Borgonha, Raimundo, irmão do futuro papa Calisto II, e seu primo-irmão Henrique de Borgonha, neto do rei Roberto, fundador da dinastia capetíngia.

Pela sua jerarquia, ou pelos seus feitos, ou pela discreta influência da rainha Constança, ambos seriam genros do rei leonês, recebendo o primeiro a velha Galiza e o segundo, a «província» Portucalense.

Entre ambos se firma, em sigilo (sob a confidente sanção do abade de Cluny), um pacto que os deveria tornar herdeiros universais dos domínios de Afonso VI, demasiado afeiçoado a um filho bastardo havido de uma princesa moira: o infante D. Sancho (pouco depois morto em combate, ainda na adolescência, na batalha de Ucles).

Outra morte imprevista desata e anula o pacto confidente dos dois borgonheses: Raimundo falece em 1107.

Henrique, a sós, em vão tenta convencer o sogro a doar-lhe o reino, então sem sucessão varonil. Frustrado o intento, decide-se ampliar a sua própria «terra» que lhe estava reconhecida como hereditária. A Parca, porém, pouco tempo lhe concede, findando seus dias em Astorga (1114), sendo o seu corpo conduzido para Braga.

A condessa viúva prossegue na política do borgonhês.

Com extrema audácia e frequentes golpes de astúcia, consegue dilatar os confins do condado, levando-os, por vezes, até Orense e vizinhanças de Salamanca.

A partir, porém, de certo momento, sob a perturbadora paixão por Fernando de Trava, a condessa portugalense parece esquecer os interesses do condado, associando-se aos desígnios do bispo de Santiago, o famoso Gelmires.

Enquanto o filho, na penumbra da infância, vive nas terras do aio, de Ribadouro, o conde galego, favorito da condessa recebe o título de defensor do distrito de Coimbra, com todos os castelos do Mondego. A alcaidaria do de Soure é-lhe dada precisamente alguns dias depois de Afonso Henriques haver dado a si mesmo a dignidade de cavaleiro, no dia de Pentecostes, na catedral de Astorga (1125).

*

Em face da luta que se trava entre a diocese de Braga e a de Santiago (ou seja entre Paio Mendes e Gelmires), a condessa favorece ostensivamente o último, chegando a prender o bispo bracarense.

A parcialidade agrava-se com a escolha do prelado de Portucale, o francês Hugo, protegido de Gelmires.

Perante tantas inconsequências, os «barões» portugalenses preparam o levante e, com a ajuda do «príncipe» ainda adolescente mas já robustíssimo, desferem o golpe que iria dar a irreversível separação de Portugal e da Galiza.

Da obscuridade da sua puberdade, decorrida entre as veigas verdejantes de Paço de Sousa e os outeiros pardos de Tarouca, surge o príncipe inflexível e clarividente, com o seu pensamento premonitório de homem novo que sabe o que quer e não se deixa demover. Que importa a mãe

ou o aio? A velha palavra: «*Noli me tangere*» tem muitas apropriações. O velho Egas Moniz, indignado e tácito, parte para Toledo com a corda ao pescoço. O pupilo com os guantes de ferro e o espadão digno do Cid, cruza os campos e matagais de Santa Maria e da Maia, escoltado pelos agigantados «tenentes» dessas terras (o poderoso Soeiro, o fiel Gonçalo) e com eles desencadeia o alardo.

Na alcáçova vimaranense, a ardilosa *regina*, na idade crítica dos quarenta, ainda que perturbada, confia e manda, tendo à roda dos adarves alguns centos de fiéis, além dos poderosos aliados dos Travas e de Gelmires. Mas o homem novo (ou filho longínquo), vindo de roldão com as mesnadas e o tropel dos barões de aquém e além-Douro, arrebatá-lhe numa hora o destino do condado e relega-a para os fundos obscuros da sua mancebia, tipicamente medieval e peninsular.

VIII

TRAVANCA

POR muito belo que seja, todo o monumento que surge diante de nós, pela primeira vez, é inferior ao que antes se sonhava. Travanca não foge à regra. É um bloco moreno que no primeiro momento parece não querer corresponder ao que se previa. Tal impressão, porém, depressa se desfaz. A contida beleza do templo acaba por se impor.

Quem segue de Penafiel para Amarante, pela moderna estrada de Trás-os-Montes, não terá dificuldade em desbrir num fundo rústico, o velho mosteiro, se deitar os olhos para as bandas do sul, um pouco depois de Casais Novos.

Ao longe, desenham-se os cimos azulados da Gralheira e de Montemuro.

Mais delicada que um biombo de gaze, paira, a meia distância, um fio de névoa, como que a indicar a respiração matutina do invisível rio Douro.

O velho recolhimento beneditino da era obscura dos Gascos lá está ao fundo, num valeiro dormitivo e rústico.

Por momentos, o muro da antiga cerca acompanha-nos. O aparecimento do bloco monástico impressiona, fazendo oscilar o espírito do visitante entre a admiração e o desencanto.

Os horizontes agora são restritos; o terreiro em que desembocamos, ermo e dormente. A história é sempre a mesma. O cenóbio surgiu como uma necessidade de recolhimento e de convívio, de ascese e de apego à terra.

Segundo rezam os cronicões, a sua fundação dever-se-ia a um guerreiro de origem franca (ou cantábrica), de nome D. Gascão Moniz, coetâneo de Fernando Magno e avoengo da poderosa estirpe dos Sousas.

A dominação islamita começava então a retrair-se sobre o vale do Mondego. Mas daí mesmo, a gente de albornoz e alfange em breve seria desalojada, com o aparecimento do grande monarca leonês, auxiliado por um misterioso fugitivo de Sevilha, o rico moçárabe Sisnando.

De um lado e outro, a vida era incerta.

Neste recôncavo de Travanca, contra o costume, o edifício monacal parece ter sido levantado antes da igreja, sinal de que o objectivo primeiro da construção teria sido o da ocupação e defesa da terra, na fase mais obscura da Reconquista. Daí decerto a prioridade do levântamento da torre, altaneira e possante, prevenindo o surto, sempre iminente, da gente moirisca.

A robustez da igreja, de resto, corresponde claramente ao intento da sua eventual utilização como refúgio, em caso de necessidade.

Os monges, embora beneditinos, teriam talvez à mão, além do breviário e da enxada, o montante e o chuço.

Nos princípios do séc. xi, o mosteiro teve como

protector um outro guerreiro gasco, de nome Rosendo Froilaz. Nesse tempo a *pulcherrima regina* concederia ao mosteiro uma carta de *couto* que permitiria aos abades exercerem jurisdição plena nas terras demarcadas.

Com o tempo, a fartura da abadia tornou-se apetecida dos poderosos, mais donatários que protectores.

Era a lei fatal de todos os mosteiros enriquecidos.

O último donatário seria um dos filhos do duque de Bragança, D. Jaime, o uxoricida nocturno de Vila Viçosa, primo direito do Venturoso e seu herdeiro presuntivo por algum tempo.

No próprio ano do desastre de Alcácer Quibir, o cardeal D. Henrique, a rogo dos monges, obteve desse donatário o resgate do mosteiro. Então se realizaram grandes transformações no velho edifício medievo. A galilé que precedia o pórtico do templo foi apeada. Numerosos sarcófagos de antigos guerreiros, protectores do primitivo cenóbio, sumiram-se, em impiedoso destroço.

Nos dois séculos seguintes prosseguiram as obras dos chamados «abades reformadores», algumas de pormenor, outras estruturais e irreparáveis, como foi, por exemplo, a ampliação (absurda) da cabeceira.

A partir de 1834, o mosteiro, como tantos outros votado ao abandono, perdeu quase todo o seu património sumptuário: móveis, obras de escultura e pintura, tapeçarias, azulejos, alfaia do culto.

Exteriormente, a igreja, toda de granito, impõe-se pela sua patente robustez. As proporções têm certa similitude com as da Igreja de S. Pedro de Rates, mais ou menos da sua idade.

O pórtico, profundamente recortado num corpo saliente (que aumenta cerca de um metro a espessura, já de si considerável, de parede frontal), apresenta quatro

arquivoltas lisas, assentes em oito colunelos de capitéis esculpidos. Prestando atenção, vêem-se, nos dois capitéis mais próximos do portal, duas aves entrelaçadas pelo pescoço; nos dois seguintes, uma figura musculosa com as mãos agarradas a uma concha; a seguir, dois dragões; nos periféricos, dois bichos.

Sobre os capitéis corre um decorativo cordão de labores entrançados.

Não há rosácea. Existe apenas, ao cimo, na empena, uma fresta, de chanfre.

Encostado ao templo, do lado norte, ergue-se a torre, imponente, coroada por uma volumosa cornija abalcornada e ameada, de formoso recorte.

Walter Scott não desgostaria decerto de a ver.

A entrada da torre, contígua à cabeceira da igreja, é um dos elementos architectónicos de nítido arcaísmo: é uma exígua porta de dintel quebrado, com o anho pascal no tímpano.

Além de alguns pormenores estruturais da abside, importa notar o portal lateral, de três arquivoltas singelas, de ponto subido, e seis colunelos de bom cinzel.

Foi um dos melhores achados do recente restauro.

E já que estamos junto deste portal, embora secundário, entremos por ele mesmo.

Na sua profunda solidão, o interior do templo, à hora em que o visitámos, numa manhã de Inverno, impressiona. Todo ele parece uma cripta de singularíssima atmosfera. Com vagar, olhámos e medimos. Comprimento total do templo: trinta e dois passos; das naves, vinte; largura da nave central, seis; das laterais, quatro.

...(Ainda bem que o templo está rigorosamente só! Se alguém nos visse, nesta excêntrica pecha de medir espaços e volumes, *a passo*, que diria?)

Uma particularidade architectónica que salta aos olhos na impressionante estrutura do templo é a robustez dos muros laterais (pelas frestas, se vê que atingem uma braça de espessura), e mais ainda a dos panos de granito que sobrepõem aos quatro tramos das divisórias das naves tanto no sentido transversal como longitudinal. Dir-se-ia que o mestre que concebeu a construção previa nitidamente (como se verifica na catedral bracarense) o lançamento de uma possante abóbada de pedra.

Por qualquer razão, esse merecido coroamento do templo monástico não se efectivou — e é pena, pois seria, então, uma das mais impressivas igrejas romano-góticas do Norte de Portugal. Mesmo assim, é uma obra muito valiosa e digna de ser conhecida e estudada.

Em lugar de enchumaçar com tantas teorias e minhocas os cérebros dos alunos de Architectura mais valia levá-los ao exame minucioso e à admiração, ora tácita, ora comunicativa, de edifícios deste vulto.

Dir-se-ia a um: estude durante dois ou três dias, a sós, este fecho ou este arranque e problematize o que neles está implícito.

Pedir-se-ia a outro: verifique as estruturas destas naves e estude a sua possível cobertura de pedra.

A outro poder-se-ia sugerir: indague o sentido decorativo ou simbólico destes capitéis.

Ao fim de uma quinzena, os mancebos estariam tão ricos de força compreensiva que mal se reconheceriam.

Os pilares que repartem as naves e recebem as cargas, enormes, de todas as arcaturas soerguidas, são constituídos por quatro meias colunas enfeixadas e apresentam, alguns, nos capitéis, belos exemplares de escultura fitomórfica ou anímica.

É ver, por exemplo, o da meia coluna da nave lateral

do lado da Epístola. É um estranho capitel com uma visão de pesadelo, de serpentes e dragões.

Nos absidiolos (de abóbada em quarto de esfera) há dois capitéis com motivos vegetais não menos interessantes. No absidiolo do lado esquerdo, o mais antigo, existia um *fresco* arrancado durante o restauro e transferido para um museu.

A cabeceira, alongada e anómala, é obra do séc. XVIII.

De um lado e outro, junto do arco triunfal, estão esbrechados oito colunelos que seguramente pertenciam à antiga abside.

Pelo exame da planta se vê bem o barbarismo dessa decapitação do primitivo templo, seguida do pretensioso enxerto macrocéfalo.

IX

DIGRESSÕES INACTUAIS

SABE-SE vagamente que o mais esforçado precursor da autonomia portugalense, Henrique de Borgonha (cuja figura, de extraordinária dignidade e pulcritude varonil, está perenizada em uma impressiva vinheta num códice da catedral de Santiago de Compostela), arrebatado, como tantos homens representativos do Ocidente europeu do seu tempo, pela aventura mística e pugnaz da «libertação de Jerusalém», parece ter participado ele mesmo, apesar das suas preocupações de ordem beligerante e política em terras de Espanha, de uma das expedições obscuras que, logo após a chegada ao Ocidente das funestas novas premonitórias da reconquista de Edessa pelos Turcos, partiram com o intento de consolidar o precário «reino» de Godofredo de Bolhão.

Com precisão não é conhecida a data da partida nem a demarcação da sua demora.

Herculano, com a sua habitual argúcia, infere que a ausência do conde deverá situar-se por volta de 1103.

O certo é que, não muito tempo depois do seu regresso, ocorreram três consecutivos eventos de particular importância, e cada um o mais fortuito, se se pode dizer assim, sem curar do gemido da gramática.

Seria o primeiro, a morte imprevista do seu irmão de armas, ou seja: aliado íntimo e primo-irmão, Raimundo de Borgonha (cuja estátua jacente, bela e quase juvenil, ainda hoje pode ser contemplada em uma quadra tumular da Catedral de Santiago, tendo ao lado a arca e a respectiva estátua do seu incansável protector e aio, o enrugado e celebrado velho Conde Peres de Trava)¹ um dos herdeiros presuntivos de Afonso VI, com quem Henrique teria firmado um pacto secreto.

A seguir, dar-se-ia a morte ainda mais imprevista de Sancho, o único filho varão de Afonso VI, ainda adolescente, morto no cerco de Ucles, apesar da suprema abnegação do aio, o conde de Cabra, que o acompanhava e com extremo denodo procurou cobrir o corpo do pupilo dos mortíferos alfanges.

Por fim, o desenlace do próprio monarca de Toledo, vencido pelo insofrível desgosto da perda do filho (pelo sangue materno, meio moiro), a quem o velho monarca, à pureza, pensava transmitir o melhor da sua herança.

É neste transe que o conde Portucalense, decidido a tudo, empreende uma viagem à sua antiga terra materna, o País dos Francos, labiríntico viveiro de mil pequenos

¹ Não confundir com o tão falado valido da «pulquérrima condessa» (ou «regina»), viúva do conde portucalense, vencida e expulsa pelo filho, pela refrega vimaranense. Esse era o filho segundo do velho Trava, de nome Fernando, feito conde de Soure pela viúva, inteligente mas perturbada pelo amor carnal, como Camões diria.

domínios feudais, movido pelo intento de recrutar aí as precisas dedicações ou ajudas para obter a devida partilha na confusa teia de rivalidades e discórdias entre os «grandes» castelhanos e leoneses.

Essa derradeira aventura de Henrique de Borgonha parece ter culminado num total insucesso.

Por circunstâncias e incidentes que se desconhecem, alguns poderosos francos, talvez persuadidos de que o pretenso recrutamento ocultaria algum intento feudal ou realengo do quase esquecido neto do rei Roberto, aprisionaram-no e só a muito custo o cativo, por astúcia ou evasão, conseguiu transpor de novo os Pirenéus e retornar ao seu senhorio de Zamora e Astorga, onde, pouco tempo volvido (1114), terminaria seus dias, deixando em precária meia orfandade o único filho ainda pueril (de quatro ou cinco anos) e, se dermos crédito à lenda, ainda tolhido pela mofina artrose (de um instante para outro corrigida, não se sabe como, na taumatúrgica gruta de Cárquere).

Que razões teria havido para que o inanimado corpo do agigantado conde fosse transportado com grande solenidade e trabalho, de Astorga a Braga? Quantos dias teria durado esse pio cortejo itinerante e quantos seriam os que participaram do longo préstito, por montes e vales, através das serranias e desvãos de Trás-os-Montes? Quantos jornalistas seriam hoje precisos para «fazer a devida cobertura» desse moroso traslado de tácito significado político? E que diria a viúva, toda vestida de negro, ou o velho arcebispo Maurício, companheiro e conterrâneo do prostrado conde, se lhes perguntassem por que razão faziam aquele transporte?

Eis algumas interrogativas que confiamos ao leitor.

Em nosso entender, a razão fundamental seria seguramente esta: a de firmar a ideia-força de que a secessão

portucalense, tão ambicionada pelos barões de Entre Douro e Minho, a principiar pelos velhos Soeiros da Maia e o arrebatado Moniz das Terras de S.^{ta} Maria, teria ali, na renascida metrópole luso-romana, seu primacial esteio.

Tenha sido fruto de imaginação popular ou monástica, o certo é que, segundo se diria, o lúcido moribundo de Astorga, ao sentir aproximar-se o fim, e tendo o filho pueril presente ou apenas em visão de telepatia, teria exclamado: — «*Filho, cobra ânimo do meu coração! Sê fiel ao meu pensar!*»

Uma das obras de arquitectura monástica, genuinamente clunisiaca, que, no aro da antiga diocese bracarense, ainda guarda uma impressiva lembrança dessa remota relação da incipiente nacionalidade portucalense com a velha urbe leonesa de Zamora (em cuja catedral o filho de D. Henrique, no limiar da adolescência, em severa solitude, decidiu levantar de modo sacramental suas próprias armas), é a obscura e bela igreja monacal de Paços de Ferreira.

Quem, a partir da Maia, a quiser conhecer, não terá grande distância a transpor.

A menos de duas léguas ao sul do virgiliano Ave, na chamada encruzilhada de Água Longa, deixa-se a antiga carreteira das diligências vimaranenses (expulsas nos princípios deste século pelo fedorento e febril tráfico movido a petróleo e gasoil), e entra-se na concha rústica da Agrela, em frente da modesta montanha do mesmo nome. A deslido, a meia distância, por alturas da Primavera, descobre-se, por uma espécie de fenda do arvoredado íngreme, a cristalina cascata de Fervença, que alimenta, como despedida da cabeceira, o remansoso curso do rio Leça.

Às tantas, avistam-se as aldeias recatadas de Reguenga e Refojos, vizinhas do evocativo Monte Córdova, tido

como terra materna do remoto monge-guerreiro luso-galaico, S. Rosendo.

Atingindo o cimo, escaldado e limpo, de desaforadas vistas, entra-se num trecho planáltico. É aí que aparece a recatada terra, decerto queimada e erma na era das incursões moiriscas, onde há oito séculos os frades beneditinos teriam decidido edificar seu laborioso cenóbio.

Como diria, com a sua costumada justeza, o velho Herculano: — «Fundar mosteiros era (nesse tempo) um dos grandes meios de povoar desertos, porque, em volta das residências monástico-militares, a população e a cultura cresciam rapidamente.»

As isenções concedidas tornavam em regra essas fundações núcleos e redutos de inamovíveis privilégios.

Além do direito de asilo, os mosteiros possuíam, as mais das vezes, a isenção de quaisquer tributos e immissão da justiça régia.

Pelas *Inquirições* promovidas pelo Bolonhês (de 1258) se depreende que o mosteiro de Ferreira não fugia à regra. Um «homem bom» inquirido sobre o senhorio da terra, responde: «Que era de freires militares e *ricos-homens* e que o Rei não possuía ali direito ou foro algum.»

Esses *militares* eram os frades guerreiros vindos talvez de Jerusalém no tempo do conde D. Henrique.

A protecção do cenóbio é atribuída a um dos proeminentes próceres da Maia, Soeiro Viegas.

Sobre a data precisa da construção do templo e acerca do architecto que lhe teria traçado o risco, nada se sabe.

Como tantas obras-primas de Arte Românica, esta bela igreja é para nós obra de um mestre obscuro.

O templo impõe-se, desde logo, pela sobriedade das suas linhas.

A paisagem que o envolve, quase trivial, contribui para

a valorização do seu vulto imprevisto, modelado pela mão magistral e discreta dos homens que aprendiam, não se sabe como, há sete ou oito séculos, a modelar e a levar rudes pedras.

É notar a singularidade do pórtico. Na galeria profusa de portais românicos portucalenses, não há outro similar.

Infelizmente, o tímpano (não primitivo), liso e de granito esbranquiçado, sem qualquer significativo preenchimento, artístico ou simbólico, destoa bastante da pátina morena das cantarias envolventes das formosas arquivoltas alveolares.

O único exemplar de portal românico nitidamente similar parece ser o da Catedral de Zamora, o que não deixa de ser sugestivo, tendo presente os primeiros e decisivos passos da vida guerreira e política do primeiro rei português.

O pórtico recorta-se profundamente num possante muro anteposto à fachada como uma espécie de gigante.

As arquivoltas, com decoração puramente geométrica (cinco cordões concêntricos de discos vasados), assentam em oito colunelos com belos capitéis, todos diferentes: quatro de motivos fitomórficos; os outros, com esculturas anímicas.

A percepção que se colhe do interior do templo é tão harmoniosa como a que oferece o exterior, por qualquer ângulo que se considere. Nave única, relativamente alta.

Exteriormente, a cabeceira dir-se-ia semicircular: pelo exame interno, se verifica ser poligonal, com cobertura de pedra, metade cilíndrica e metade em quarto de esfera e nove arcadas cegas circundantes, como genuína expressão da filiação borgonhesa do recatado templo.

Do edifício conventual pouco resta.

Do que subsiste não é fácil vislumbrar o longínquo mosteiro medievo.

Para se pressentir como se terá vivido aí, há sete ou oito séculos, dentro ou à volta destas pedras tão harmónicas e bem aparelhadas, será preciso, como se costuma dizer, fechar os olhos e tentar uma rápida *visita* íntima de algum trespasse criptomnésico.

É precisamente o que será preciso ao mesmo caminhheiro se ele, depois de passar uma ou duas horas neste sítio, quiser fazer a pequena subida (de duas léguas) ao monte próximo de Sanfins, para visitar a enigmática ruína de uma *acrópole* que há dois mil anos terá sido uma espécie de colmeia de uma tribo ibérica, ciosa da sua solitude e autonomia e que, não se sabe como nem quando (como aliás, tantas outras) terá sido atacada, cercada, submetida e reduzida a escombros.

É uma das mais vastas, se não a mais vasta *ruína* de uma povoação pré-romana, existente no velho Minho.

Como a de Briteiros, apresenta as nítidas três cintas de muralhas, contando a exterior cerca de quinhentos passos de perímetro.

Vista do alto, da plataforma do marco geodésico (implantado em 1858, no centro das ruínas), colhe-se uma impressiva visão do conjunto da citânia já exumada por sucessivas campanhas, nos últimos anos. ¹

A zona principalmente explorada é a da encosta voltada ao Sul e Poente.

Quem percorre as estreitas ruelas, flanqueadas pelos muros circulares das primitivas moradias (ligúricas ou lusitanas?) não poderá deixar de se concentrar uns instantes para se interrogar acerca do que terá sido, antes da sua destruição, esta estranha cidade montanhosa ibérica.

¹ Nomeadamente mercê da dedicação arqueológica do coronel Afonso do Paço e do sacerdote francês, P.^e Jallay.

O aparelho da alvenaria grossa das muralhas e das moradias é bastante típico, caracterizando-se pela sua sobreposição em diagonal.

No interior de algumas das casas postas a descoberto notam-se pedras, com a forma de mós, que decerto serviriam de apoio aos suportes de madeira das coberturas.

Numerosos achados (utensílios e armas de pedra, de lucernas, fragmentos de olaria, etc.) têm sido recolhidos num incipiente museu.

Há duas décadas, em uma das campanhas de pesquisa, entre outros achados, destacou-se o aparecimento de uma *cabeça de guerreiro*.

Até à data, nenhuma necrópole foi posta a descoberto.

A carência de vestígios de natureza tumular fortalece a conjectura de que tais povos primitivos da Lusitânia destruíam pelo fogo os corpos inanimados.

Da aparente rudeza dos instrumentos e fragmentos de olaria descobertos é de pressupor que o nível de aptidão fabril e da mentalidade do clan aqui fortificado era sensivelmente inferior ao da tribo brácara que teria vivido na citânia de Briteiros.

Segundo se julga, a destruição desta ignota citânia talvez tenha sido levada a cabo na segunda fase da pacificação à romana, a seguir à revolta das tribos lusitanas ocorrida à roda da 3.^a década A. C. e brutalmente jugulada pelos comissários de Augusto.

Mas tudo isso é incerto —, pois tudo o que se passou por detrás da chamada *paz de Augusto* foi dirigido e executado em atmosfera de sigilo.

X

GRANDEZA E AUDÁCIA DO PRIMEIRO REI E OBREIRO PORTUCALENSE

A tomada temerária e madrugante de Santarém por aquele Homem Novo que o Poeta, no seu incisivo verbo, designaria por «*o grão Rei Incansável*» constituiria um grande momento decisivo na sua prodigiosa vida.

O príncipe, quase mortalmente ferido por um virotão atirado de longe, na batalha de Cerneja, por «um labrego galego», mas recuperado e pouco depois iluminado na semilegendária jornada de Ourique, sentiu seguramente, do cimo dos sobranceiros muros onde pouco antes as atalaias moiriscas vigiavam e agora eram seus —, sentiu, íamos a dizer, que sobre a sua fronte pairava uma *estrela*.

O belo ninho de águias que lhe era dado pela fortuna e a audácia abria-lhe de par em par a vastidão das campinas do além-Tejo.

Sem mais delongas, o batalhador cumpre a promessa silenciosamente feita por alturas da serra de Aire, quando

se dirigia ao cair do crepúsculo, com os seus companheiros, para a temerária escalada madrugante, firmando a ampla orla de terra e mar:

« — *Se amanhã, o almejado alcácer for nosso, daremos toda esta largueza aos frades brancos de S. Bernardo!* »

Uma vez na posse da tão desejada presa de guerra, o rei novo, fiel à palavra dada (a ele mesmo), cumpre-a, dando parte aos frades de Além-Pirenéus do seu voto.

Dentro de meses, os monges brancos, conterrâneos da rainha Mafalda e vizinhos dos Alpes ¹, acompanhados de certo de alguns dos seus confrades de S. João de Tarouca, apareceriam e escolheriam o sítio ermo mas de aspecto aprazível, aconchegado e promissor, de Alcobaça e aí iniciam a edificação de um formoso templo abacial e um grandioso recolhimento monástico, com algumas léguas de alfoz que a pouco e pouco se transformariam em fragrantes pomares e algumas saídas para o mar.

A chegada e a partida de mensageiros de Além-Pirenéus não deveria ser rara junto da ponte levadiça do paço acastelado sobranceiro às águas e campinas do Mondego.

Tanto a Rainha como os Frades Brancos a cada passo enviariam e receberiam novas de longe.

No espírito do Rei-Batalhador enraíza-se nova *ideia-força*: a da conquista de Lisboa.

Mas como? Dada a grandeza dos seus muros e a multidão inumerável dos moradores que dentro deles se abrigavam, não seria possível, nem por sombras, a repetição do golpe de temeridade de Santarém.

¹ Será bom não esquecer que os esponsais de Mafalda, da Casa de Sabóia, segundo parece, ter-se-iam devido à discreta solicitude dos monges transalpinos e que a fundação do ascético cenóbio de Tarouca teria tido a sua origem na liberalidade agradecida do vencedor da jornada de Trancoso.

A tentativa, frustrada, que o rei portugalense havia feito quatro ou cinco anos antes, desenganava-o.

Embora ajudado por uma frota de cruzados ingleses e normandos, Afonso Henriques havia sido compelido a suspender esse cerco.

Com precisão, as causas e as circunstâncias de tal desistência não se conhecem; mas presume-se, pelas entrelinhas do minucioso relato do cruzado Osberno, o providencial e diligente narrador do segundo cerco, que a frustração do primeiro assédio teria provindo de um duro desentendimento entre os guerreiros nórdicos e o rei portugalense.

A verdade é que a almejada metrópole moirisca (ou moçárabe) era enorme e estando, como estava, encostada às águas amplas e profundas do Tejo, não poderia ser submetida sem a participação de uma poderosa frota, que não se poderia improvisar nem ocultar aos olhos argutos dos Islamitas.

O rei incansável indaga e procura obter notícias promissoras. Os mensageiros que chegavam e partiam eram decerto portadores de palavras valiosas.

Em dado momento, o Rei avisa o Bispo do Porto e envia-lhe estas palavras precisas:

«— Se por acaso aí aportarem alguns cruzados, com os seus navios, dai-lhes bom acolhimento e tentai ajustar com eles, com os chefes, uma ajuda na guerra em que estou empenhado, procurai obter um acordo, dando-lhes as precisas seguranças, e embarcando com eles para a foz do Tejo.»¹

¹ Cf. Alex. Herc., *Hist. de Port.*, livro II, p. 10 (ed. 1915).

E a previsão verificou-se. No dia 16 de Junho de 1147, entrou na embocadura do rio Douro uma esquadilha de navios nórdicos e anglo-saxónicos que foram fundear junto dos muros ribeirinhos do alcantilado sopé da Sé.

O bispo do burgo, D. Pedro Pitões, logo os acolheu e se prontificou a ajudá-los não só na aguada e aquisição de provisões como no conserto das naves, seriamente açoi-tadas semanas antes por uma violenta procela no mar da Gasconha.

Algumas naves ainda faltavam, entre elas a do Conde Hareschot, apontado como um dos chefes dos cruzados ingleses, que demoraria ainda onze dias a aparecer.

Ao todo a frota fundeada no Douro contava uns duzentos navios, transportando, cada um, uns sessenta a setenta homens.

Mesmo antes da chegada do conde inglês, o bispo do Porto convocou todos os cruzados para uma reunião no adro da Sé e aí expôs, em latim, o recado que havia recebido do rei português, então em Coimbra, exortando-os a que não recusassem a sua valiosa e possante ajuda na planeada conquista de Lisboa, e enumerando as vantagens que o rei lhes prometia e garantia.

Depois de alguns momentos graves, de hesitações e discordâncias, que o bispo, animoso e hábil, conseguiu rebater recorrendo em dado transe a uma patética exortação, de intensa veemência, os cruzados acabaram por aceitar a proposta e, acompanhados não só do bispo do Porto mas do arcebispo de Braga, considerados como fiadores do convénio, partiram por mar para a foz do Tejo.

Entretanto, o rei, já informado pelos emissários e postilhões ofegantes que, nesses dias decisivos deveriam andar em uma dobadoura, a levar recados e a convocar homens de armas de todas as terras, aprestava uma poderosa hoste

(«*validum exercitum*», diria um cronista coetâneo) que marchou sobre Lisboa.

Quando aí chegou o rei português, já o Tejo estava coalhado com a frota dos guerreiros nórdicos, impedindo que a cidade recebesse quaisquer mantimentos ou reforços vindos da outra margem.

O arraial do rei português assentou no flanco do nascente, no morro que hoje tem o nome de Alto da Graça.

O bispo do Porto e o arcebispo de Braga logo foram buscar o Rei Português, que toda a gente, entre a chusma de guerreiros nórdicos, mostrava grande empenho em conhecer e ver.

À volta da tenda, por momentos ainda cerrada, enquanto o rei, de grande estatura e beleza impressionante, ouviria as palavras precisas dos dois prelados, refervia a intensa curiosidade de alguns estrangeiros desejosos de ver a figura do Homem que os Sarracenos tanto temiam.

As negociações entre o rei português e os cruzados, ainda que com bastante custo (devido principalmente às renitentes oposições de dois *wickings* ansiosos pelas abordagens e pilhagens que o litoral hispânico e africano, do Mediterrâneo, lhes prometia), acabaram por ser firmadas, mediante formais garantias referentes ao sustento dos guerreiros estrangeiros durante o cerco e referentes aos privilégios que seriam concedidos aos sitiados que, em primeiro lugar, forçassem os muros da cidade.

Acima de tudo, alguns desses cruzados requeriam que, logo após a queda da urbe moirisca, ser-lhes-ia reservado o saque, durante três dias e três noites, da *almedina*, tida naturalmente como o escrínio das maiores riquezas e dos maiores tesouros, susceptíveis de quantiosos resgates.

Afonso Henriques, com relutância manifesta, opunha-

-se a essa perspectiva de saque e massacre. A sua concepção de *guerra* santa, mercê do longo trato com os Agarenos, tantas vezes suspensa por conveniência de tréguas ou permutas de cativos, era nele profundamente diferente da predisposição sanguinária e sumária dos guerreiros fanatizados e implacáveis de outros países, muito distantes da civilização islamita.

Ao rei portugalense não interessava a *terra queimada*, nem a posse de cidades convertidas em escombros e ossários pestilentes ou fumegantes.

Antes de ser iniciado o assédio, decidiu-se tentar um acordo com os moradores da cidade, prestes a ser bloqueada e atacada.

Nesse sentido se dirigiu uma deputação formada por alguns cruzados e os dois prelados portugalenses. Os moiros entenderam e acederam, enviando ao seu encontro os seus emissários, entre eles um velho *bispo moçárabe*, sinal patente de que a tolerância islamita, dentro da populosa metrópole, ia ao ponto de consentir, no seu interior, um discreto culto evangélico ou bíblico, a par do culto dominante de Alá.

Em nome dos cruzados, falou o arcebispo de Braga, que, em linguagem um pouco emoliente e difusa, (segundo daria a entender o minucioso Osberno), procurou cativar a atenção dos moiros para a vantagem de uma entrega negociada da cidade, em vez de uma duríssima provação de perdas irreparáveis.

Em resposta, os Moiros, com bastante firmeza, recusaram, aludindo ao desaire que os Portugueses e os Cruzados haviam ali mesmo sofrido, alguns anos antes.

Em linguagem sóbria, os Moiros concluíram:

— «Fazei o que puderdes. Nós faremos o que o espírito divino nos permitir.»

Em face dessa decidida recusa, o bispo do Porto, D. Pedro Pitões, tomou por sua vez a palavra e respondeu, secamente:

« — *Dizeis que ainda há pouco tempo, aqui mesmo, nada conseguimos. Veremos se desta vez sucederá o mesmo. Tentemos a prova. Ao afastar-nos dos vossos muros, não vos saúdo. Não nos saudareis também.*»

*

Ao fim de seis semanas de lutas terríveis, com horas graves de perigo e de desânimo, e, em dado momento, de quase rompimento de hostilidades entre os próprios Portugueses e Cruzados, a cidade enorme foi subjugada.

Durante três dias e três noites a bela urbe branca submetida esteve a saque.

O que Afonso Henriques, com a sua habitual lucidez e grande firmeza, procurou evitar não pôde ser evitado.

Não se poderá dizer, decerto, que o morticínio e a desumanidade tenham atingido, nesses três dias indescritíveis, o nível hediondo do assalto e massacre de Jerusalém, pelos restos desesperados dos cruzados de Godofredo de Bulhão, mas, segundo se depreende do relato do narrador inglês, a explosão da infra-humanidade, nesse resfolegar de revindicta, de sensualidade, de rapina, de licença demoníaca, parece ter dado alguma razão à terrível exclamação que Afonso Henriques, em dado momento, ao saber que alguns cruzados haviam espetado em oitenta estacas, diante dos muros e dos olhos dos Moiros, oitenta cabeças de cativos indefesos que haviam feito, na outra Banda, em Almada, teria soltado, quase decidido a fazer levantar o cerco:

— «*Com esta gente não me entendo! Prefiro mil vezes*

deixar esta cidade como está, a tomá-la com a ajuda destes homens!»

Importará acentuar que muitos cruzados tanto ingleses, como normandos, como frísios e nórdicos, pereceram na prolongada luta. Ardor combativo e raro rasgo de iniciativa não lhes poderia ser negado, como se verificou, logo nos dois primeiros dias do assédio, quando investiam com certo cálculo no irresistível ataque a um dos populosos apinhoados exteriores da muralha, que caiu em poder dos sitiados à custa de desesperadas refregas e inúmeras vidas e no qual, por sorte para os atacantes e infortúnio dos sitiados, se encontravam os fundamentais depósitos e silos subterrâneos de cereais.

Foi essa perda o que encurtou o prazo de rendição da população moirisca, em breve apertada pela fome.

Chegado o momento da partilha dos bens de raiz dos vencidos, urbanos e suburbanos, alguns cruzados, e não poucos, optaram pela fixação na nova terra que lhes era oferecida escolhendo nas cercanias alguns lotes rústicos de patente fragrância e fertilidade.

Sem combate, os Moiros de Sintra, empoleirados no seu belo penhasco inacessível, evadiram-se. Outro tanto fizeram os Moiros de Almada e de Palmela.

Em breve, toda a península da Arrábida seria tenência afonsina, salvo o castelo de Sesimbra, que só daí a meio século cairia em poder dos Portugueses, após a expulsão definitiva dos Islamitas de Alcácer do Sal.

Em pleno Alentejo, um guerreiro isolado e talvez audaz, tido como *fora-de-lei*, de nome Geraldo, acomete e toma, por assalto, a cidade moirisca de Évora.

Mais ao longe, nas cercanias do Guadiana, Afonso Henriques, cada vez mais conhecido entre os Agarenos, pelo nome de Ibn-Rick, submete a velha urbe acastelada de Beja.

O rei incansável aproximava-se já dos sessenta quando lhe sobreveio uma nova decisão: a de assaltar a praça estremenha e vizinha do Guadiana, de Badajoz, cujo chefe moirisco, por astúcia ou conveniência de ocasião, se fizera aliado e tributário do rei de Leão, Fernando, genro de Afonso Henriques.

Com que fim? Presumivelmente com o fito de conseguir o que na realidade conseguiu: tornar adversos os dois monarcas cristãos, vizinhos e parentes.

Sem cuidar do risco político do seu propósito, Afonso Henriques efectua o ataque e, com a sua habitual audácia, transpõe os muros da praça-forte. A *medina*, no entanto, resiste.

É nesse momento que surge o imprevisto. O rei leonês, protector do rei moiro, aparece com uma hoste possante e prepara-se para cercar a praça, com o monarca assaltante dentro dos muros.

Num relance, o rei Afonso antevê o grave risco de um tão estranho cerco e decide-se pela evasão, por uma das portas que se lhe afigura mais livre. A fuga faz-se em galopada. Ao transpor, porém, a porta, o rei fugitivo bate com o joelho num dos ferrolhos e tomba do corcel.

Gravemente ferido e inânime, cai em poder do rei leonês.

Com a sua habitual concisão, Camões define e como que justifica o desastre, invocando a atribuída crueza com que o longínquo infante, após a refrega de São Mamede, teria tratado a mãe, parecendo aceitar a versão popular (não confirmável no plano histórico) de que a viúva condessa (ou *pulcherrima regina*) teria sofrido longo e durís-

simo cativo de expiação num sombrio ergástulo do roqueiro de Lanhoso.¹

Na realidade, o desastre seria extremamente grave.

Desde esse aziago dia, o rei batalhador não mais voltaria a ser o que havia sido.

Por outro lado, o desígnio que ele acalentara de dilatar a sua regência e soberania sobre as terras e gentes, vizinhas e consanguíneas de Além-Minho, viu-se bruscamente cancelado, por força das imposições que o genro, Fernando II, lhe iria impor para o libertar, da entrega de todos os castelos que o rei portugalense já então possuía ou havia mandado edificar ao longo do Alto Minho e Trás-os-Montes, desde as cercanias de Pontevedra às alturas de Orense.

O poderoso e tão importante castelo de Cela Nova, obra sua, deixou de lhe pertencer. E como esse, tantos outros.

Daí a apagada senectude do extraordinário Batalhador.

Nem por isso a sua obra deixa de ser imorredoura e a sua figura uma das mais impressivas dentre as grandes figuras da Idade Média.

¹ Mas o alto Deus, que para longe guarda
O castigo daquele, que o merece,
Ou, para que se emende, às vezes tarda,
Ou por segredos, que homem não conhece:

(Cf. *Lusíadas*, Canto III)

XI

TEMPOS SEMIFEUDAIS

ENQUANTO ao sul do Tejo, nos primeiros tempos afon-
sinos, prosseguia a diuturna compressão da Estre-
madura sarracena, queimada e requeimada pelas alter-
nadas razias e fossados, ao Norte, nas velhas terras da
Maia, de Ribadouro, de Ribatâmega, de Riba de Ave,
da Feira, davam-se, com frequência, contendias relativa-
mente obscuras, mas, por vezes, cruentas entre facções
orgulhosas movidas por insanáveis ressentimentos e inte-
resses. A preocupação do Moiro, embora forte, não bas-
tava para fazer refrear os ímpetos agressivos entre os
vizinhos portucalenses. Ficavam sempre de fora as ofensas
e as quizílias, que até nas epopeias têm o seu importante
lugar no coração dos heróis.

Homero bem o viu e deixou ver, desde o limiar da
sua narração, simbólica e imperecível, do que se passava
entre os Gregos.

Também entre nós, na Idade Média, as expressões de

pugnacidade assumiam com frequência aspectos de incoer-cível irracionalidade.

Em rigor, talvez não seja lícito considerar autêntico feudalismo o que então constituía a infra-estrutura da monarquia portugalense. Haveria, antes (como propunha Herculano) simplesmente um «regime senhorial». Chame-se, no entanto, «feudalismo» ou «regime senhorial», o certo é que as explosões de «pluriarquia» que então a cada passo se traduziam em actos de força, em brutais desafrontas, em irreprimíveis assomos de guerra privada, mostram que o espírito feudal latejava normalmente no ânimo dos mais pautados «barões» (ou «tenentes») de terra portugalense. Em toda a Península, de resto, se verificava outro tanto. Os «grandes» de Castela, da Galiza, de Aragão, envolviam-se por tudo e por nada em pendências e desafrontas, jogando a sua vida e dos seus por finíssimos pontos de honra que muitas vezes culminavam em pequenas batalhas campais. Era a radiação natural do grande foco de feudalidade que se chamava o país dos Francos, então desintegrado em mil feudos.

Mesmo depois da batalha de Bouvines e de Saintes (onde, por sinal, teria a primazia no heroísmo o impetuoso infante D. Afonso de Portugal, o Bolonhês, então cavaleiro dilecto da velha rainha Branca de Castela, mãe de S. Luís), a feudalidade não queria ceder nem um fio das suas prerrogativas: — a caça exclusiva, a justiça sumária, a guerra privada.

Em Portugal, talvez não tenha existido em pureza essa típica maneira de viver; mas algo de muito parecido enraizou e subsistiu.

Durante os três primeiros séculos da sua existência, muitos factos comprovam a persistência desse espírito feudal latente — de que o chamado encontro de Alfarrobeira

(tão mal esclarecido) seria o dramático termo, como uma réplica premonitória do «crime perfeito» de Nancy.

O corpo do loiro duque de Coimbra, o sereno e filosófico autor da «Virtuosa Benfeitoria», estendido na campina de Alverca, dir-se-ia um prenúncio do corpo desnudo de Carlos, o Temerário (o «portugalois»), encontrado sobre a neve, num indecifrável amanhecer da terra lorena.

Foi durante a menoridade de Sancho II que, em Portugal, mais se fizeram sentir esses impulsos. As estirpes poderosas dos Cunhas e dos Sousas, dos Peres e dos Soverosas, dos Viegas e dos Portocarreros olhavam-se de revés e remordiam propósitos de se esquartejar. E era o que sucedia quando os rancores atingiam o rubro. Em regra, sobre esses encontros caía o silêncio. Consideravam-se fatalidades consumadas. Embora tivessem relativa importância histórica, não se traduziam em documentos. Punha-se sobre eles uma pedra e às vezes nem isso.

Foi, por exemplo, o que sucedeu com uma refrega senhorial de Ribadouro, entre uma hoste conduzida por Pedro Poiares, senhor de Baião, e outra constituída por brasonados da velha cepa dos Sousas.

Os dois bandos, revestidos de ferro, acometeram-se entre Valongo e Paço de Sousa — e foi tal o ímpeto que muitos tombaram e não se levantaram mais. O próprio Pedro Poiares ficou no campo.

Segundo Herculano, a data dessa refrega — a chamada «briga de Trasconho» — situar-se-ia entre 1223 e 1226 e dela teria resultado principalmente o declínio quase vertical do poderio dos Sousas, tanto na corte de Sancho II, na qual haviam tido desmedida influência, como na sua região solarenga, a Ribadouro.

Mas a refrega de «tipo feudal» decerto mais significativa dentre as ocorridas nesses tempos no Norte de Por-

tugal foi seguramente a chamada «lide do Porto» (ou «de Gaia»), travada, em 1245, nas proximidades do castelo da Vila da Feira e na qual se gladiaram de modo implacável dois punhados de guerreiros adversos das Beiras e do Douro. De um lado, destacava-se pela arrogância, um tal Gil Soverosa, fidalgo de Vale de Cambra; do outro sobressaía D. Rodrigo Sanches, filho bastardo de Sancho I e da famosa «Ribeirinha», a quem o rei, seu sobrinho, havia concedido o governo de quase todo o Entre Douro e Minho e era tido pelo povo do Porto como o seu mais vigoroso aliado na longa querela que o mesmo então sustentava com o truculento prelado, Pedro Salvadores.

O combate deve ter sido temeroso. Ignora-se quantos nele participaram e quantos ficaram no campo (como, aliás, sucede com o combate de Alfarrobeira, onde muitos tombaram, além de D. Pedro e de Vaz de Almada). Sabe-se, no entanto, que os dois guerreiros mais destacados (e de idade já avançada) terminaram aí os seus dias. Um foi o referido Abril Peres, velho senhor de Ribatâmega. O outro foi o adversário do bispo Salvadores e tio do monarca. Mortalmente ferido, o infante foi conduzido para o convento próximo de Grijó, mas sucumbiu antes de transpor as ombreiras do cenóbio dos frades agostinhos.

Alexandre Herculano, com a sua profunda e severa visão perscrutante, sugere e deixa antever que essa «briga», tão obscura, foi possivelmente o prelúdio da «grande obra de trevas, de corrupção e de hipocrisia» que, pouco depois, teria como desfecho a destituição de Sancho II, elaborada em Paris pelo bispo Salvadores e decretada por Inocêncio IV, no Concílio de Lião. Mas nesse terreno tácito tudo são conjecturas.

No imenso Livro da História há mais espaços em branco do que páginas claramente legíveis.

XII

UM TEMPLO GÓTICO

A velha igreja de Leça impõe-se, logo à primeira vista — quer para quem a descobre a pequena distância, vindo da Ponte da Pedra, quer para quem a vê, quase de repente e já ao pé, descendo da rodovia da Maia —, pela sua discreta beleza architectónica e poder de sugestão. Dir-se-ia uma imprevista aparição de um cenário de alguma página das «*Lendas e Narrativas*», do velho e evocativo Herculano.

Tanto a torre, com os seus quatro balcões angulares, como o extradorso das naves e da cabeceira, de ponta a ponta denticulada de ameias, imprimem à igreja uma vaga fisionomia de fortaleza medieva.

Todo o templo é de granito, patinado pelos séculos. Como era de uso na época das abadias e das catedrais, a fachada é voltada a poente.

O pórtico, flanqueado por três pares de colunelos com capitéis esculpidos (uns fitomórficos, outros com figura-

ções oníricas, tão peculiares dos imaginários góticos e românicos) é profundamente recortado em arquivoltas de ponto subido.

Sobre o pórtico (cujo portal, banalíssimo e pobre, mais digno seria de um quinteiro minhoto)¹, abre-se uma ampla rosácea, de tipo radiante, muito graciosa.

No ângulo do sudoeste do templo, ergue-se a poderosa torre quadrangular, de raiz românica, com três balcões a meia altura, um em cada uma das faces descobertas, e quatro «mata-cães» nos ângulos do eirado.

No flanco do lado do sul, abre-se um pórtico menor, também ogival, com seis colunas e dois colunelos de capitéis esculpidos.

A cabeceira, vista de fora, ressalta como obra de castiça estrutura romano-gótica: — românica pela segurança e espessura dos botaréus que reforçam o seu emparedamento poligonal, gótica pela esbelteza das aberturas que lhe iluminam o interior.

Dada a vagarosa volta da praxe, pelo lado de fora, penetremos no espaço coberto das suas naves.

A impressão primeira será gratíssima a quem tiver o olhar pausado e atento. Sensação viva de beleza e leveza.

As proporções são perfeitas, podendo bem considerar-se um discreto paradigma de arquitectura monástica-militar da época áurea de D. Dinis, tão fecunda em obras de esclarecido gosto estético: o Paço de Leiria, o Paço de Estremoz, a claustra escolar de Coimbra (hoje em Celas), a Igreja de Santa Clara-a-Velha, e outras ainda.

A planta da igreja, muito simples, denota intuição

¹ Referimo-nos, claro está, ao *portal* ou *portão*, obra de carpinteiro, e não ao pórtico architectónico.

exacta de boa métrica: comprimento trinta o oito passos; largura, doze.

A perspectiva, colhida da entrada, é desafogada e airosa, mercê, em boa parte, dos fenestrões geminados que tanto iluminam a nave central como as colaterais.

Sobre o arco da cabeceira, de bem acentuada ogiva, abre-se uma pequena rosácea.

A comunicação entre as naves faz-se por intermédio de dez arcos quebrados (cinco de cada lado), de ampla envergadura, sustentados por pilares ao mesmo tempo robustos e esbeltos. São oito formosos caules de pedra, rematados por belos capitéis esculpidos. É ver, por exemplo, o capitel do primeiro pilar do lado da Epístola. Nele se nota uma composição de interessante lavor de cinzel, o mito de *Adão e Eva*. Lá está a serpente da tentação e o arcanjo do anátema!

Outro tanto se poderá dizer do pilar mais próximo da porta lateral, do lado sul, cujo capitel prende pela riqueza de escultura. E outros ainda que o visitante atento poderá e deverá dar-se ao trabalho de procurar, tanto nos pilares das naves como nos capitéis da capela-mor. Esta, coberta por uma abóbada de pedra, polinervada, é iluminada por três esguios fenestrões geminados.

No chão está a lápide tumular de Frei Vasconcelos.

À esquerda, uma edícula, com uma pedra de armas dos Cernaches, destaca-se a arca tumular de Frei Cristóvão, com a estátua orante, de barro, em atitude veemente. Do outro lado, em duas edículas geminadas, vêem-se as jazidas de Dois Irmãos, frades guerreiros, «unidos na vida e na morte», segundo reza o próprio epitáfio.

No absidiolo do Evangelho encontra-se a estátua jacente de Frei João Coelho, obra do escultor quinhentista Diogo Pires, o Moço.

A dois passos está a jazida de maior valor evocativo: a de Frei Vasques Pimentel (m. 1374), o reconstrutor do templo de que já falámos. Numa expressiva placa de bronze se oferecem, em latim e em caracteres góticos, os tópicos biográficos desse singular frade guerreiro.

O dístico pode assim entender-se. — «Pela sua índole, chamou-se *Pimentel*, mas pela sua vida e costume bem poderia apelidar-se o benfazejo. Ninguém era mais galho-feiro, nem tão forte, formoso e constante. Viajou por muitas terras e atravessou muitos mares. Assim como a rosa é a melhor das flores, assim este prior foi o melhor dos priores. Sirvam-lhe estes versos de epitáfio. Finou-se quase no meio do mês de Maio, do ano de mil trezentos e setenta e quatro.»

Por todo o templo se vê o emblema dos freires: a cruz da Ordem de Malta, cuja riqueza, nos dois últimos séculos da era afonsina, era enorme. O seu domínio exercia-se em diversos distritos, numa área de muitas léguas.

*

Subindo à torre (126 degraus), alcança-se o eirado, com o seu diadema de ameias e quatro *mata-cães*.

Daí se domina uma ampla e aprazível vista circundante sobre um grande trecho da região da Maia, cujo carácter rústico está a ser de dia para dia alterado pelas edificações industriais, abertura de estradas e disseminação do casario suburbano. As próprias águas do pequeno rio Leça, ainda há meio século tão pacíficas e virgilianas, são hoje cada vez mais pobres e conspurcadas pelas serventias das usinas que junto delas se instalaram nos últimos tempos, nas vertentes de S. Mamede de Infesta e Ponte da Pedra.

No alto da torre, como curiosidade do trabalho do pedreiro medieval, há a notar um breve lanço de treze degraus de cantaria, os únicos que subsistem da antiga escada primitiva da torre. E está visto o que havia para ver.

Do primitivo cenóbio, anterior à fundação da Nacionalidade, nada subsiste. Do séc. XII, apenas restam uns elementos dispersos e um lanço do *claustro* formado por avantajados arcos de volta inteira suportados por possantes colunas e ainda uma janela geminada no topo do mesmo lanço que, para um bom olhar de arqueólogo, é como que uma espécie de «osso de Cuvier».

O mosteiro secularizado, como tantos outros, no século passado, logo após a Guerra Civil (1834), foi sofrendo alterações em sucessivas mudanças de mão, como, aliás, já teria sucedido nos três ou quatro séculos anteriores em que a primitiva ordem militar se diluíra sob os hábitos, tão diferentes, da Ordem de Malta.

O que resta do edifício monástico e da respectiva cerca mal se vislumbra na moradia discreta e laica de hoje.

Do cimo da torre contempla-se o impressionante templo, mas já não se sabe o que é feito da antiga residência dos frades guerreiros. Só à custa de muita imaginação se poderá *fazer uma ideia* do que terá sido outrora essa tão típica Casa Religiosa e Militar dos afonsinos freires do Hospital.

*

Uma das últimas acções armadas em que intervieram os frades guerreiros de Leça decorreu no ano de 1336, por ocasião de uma incursão que o fidalgo galego Rui de Castro promoveu em terras de Entre Douro e Minho. Era um bando armado de uns mil homens que, depois de

causar alguns danos na sua rápida passagem pelo vale do Lima e do Cávado, se preparava para atacar o Porto. O bispo do velho burgo, D. Vasco Martins, sabedor do atrevimento, apressou-se a organizar uma força, com a gente do burgo e, de combinação com outra que o arcebispo de Braga, D. Gonçalo Pereira (avô de Nun'Álvares), trouxe, e com a ajuda ainda dos freires de Leça, capitaneados pelo próprio bailio, Frei Estêvão, surpreendeu e desbaratou completamente esse bando armado na passagem do rio Leça.

XIII

OS MALCASADOS

ASSIM foram e ficaram popularmente conhecidos e celebrados, há uns oito séculos, entre os cristãos de Espanha, o monarca da Galiza e Leão, Afonso IX, neto de Afonso Henriques, e sua mulher, a graciosa e infortunada infanta D. Teresa, filha do rei português, D. Sancho I, e portanto neta também do primeiro rei portugalense.

De origem claramente política, esse matrimónio (segundo dão a entender os velhos cronistas hispânicos), converteu-se, em breve, entre os dois cônjuges, em verdadeira aliança de amor, a cuja intensificação não foi decerto alheia a prolongada condenação pontifícia que sobre o mesmo pesou durante angustiosos meses e meses, até que, por fim, os dois esposos se sentiram quebrados, tendo já junto de si duas filhas na segunda meninice, acabando por aceitar a atroz dissolução que de Roma lhes era imposta.

Vivia-se então, na Europa Medieval, um dos instantes mais dramáticos em que eram postos em jogo a alternativa da primazia da *potestas clavium* romana e a autoridade chamada *secular*.

Pela mão inflexível de alguns pontífices, Roma procurava firmar o princípio hegemónico do poder temporal sobre o poder «dos príncipes», impondo-se como suprema autoridade espiritual no governo dos povos.

Neste caso exemplar se fez sentir a dureza do critério disciplinar, de certo modo *inhumana*, aplicado com frequência sob a forma de duas sanções: ora a interdição, ora a excomunhão e, por vezes, as duas conjuntas.

Para encurtar razões, o caso a que aludimos poderá, em termos sucintos, assim ser relembrado:

*

A Península Hispânica, ocupada ainda em cerca de um terço pelos Agarenos vindos de África e do Oriente — firmes na Andaluzia, em Córdova e Granada —, via-se, na parte recuperada pelos neogodos, dividida em cinco monarquias, incipientes e vigorosas, mas instáveis: a monarquia de Castela, tendo por cabeça o alcácer e o arcebispado de Toledo, a monarquia de Galiza e Leão, com dois pólos: Leon e Santiago; a monarquia portugalense, com a capital ainda em Coimbra; e as duas pequenas monarquias vizinhas do Ebro e do Mediterrâneo, Navarra e Aragão.

Cautelosamente, segundo as circunstâncias, estes cinco pequenos Estados auxiliavam-se, guerreavam-se, perscrutavam-se. A cada passo, recorriam a uma sexta força: o secreto entendimento com os Islamitas, procurando, à falta de melhor, obter desse modo um dado equilíbrio ou um

dado objectivo que, a céu aberto, se julgava inacessível ou em perigo.

Outras vezes, lançava-se mão do pacto secreto ou do subtil expediente do casamento de conveniência.

Logo a seguir à morte de Afonso VII, designado em vida «Imperador das Espanhas», os dois filhos (D. Fernando II e D. Sancho) a quem legou, como quinhões de equidade, os dois reinos de Castela e Galiza e Leão, firmaram, discretamente, um acordo em Sahagun, pelo qual se comprometiam a manter com fidelidade os limites bem demarcados dos dois estados, e, em acréscimo, «a não celebrar qualquer acordo com o rei de Portugal, sem mútuo consentimento» — e, na hipótese de um ou outro conquistar o território portugalense, se comprometiam «a reparti-lo igualmente entre si, reservando-se a D. Fernando II o direito de fazer a partilha e a Sancho a primeira escolha».

Donde claramente se infere que, nesse acordo, os dois monarcas irmãos tinham igualmente em mente a *ideia* da assimilação da nacionalidade fundada por Afonso Henriques. Tal pacto em breve, porém, se tornou letra morta. O fim prematuro de Sancho, de Castela, impôs novas circunstâncias, dando origem a outras maquinações e outros dissídios. Em 1165, o rei de Galiza e Leão encontrou-se em Celanova com Afonso Henriques, firmando ambos novo pacto que parecia pôr termo às recíprocas apreensões dos dois monarcas. Fernando II casa com a infanta portuguesa D. Urraca, filha do Batalhador. Nem assim, de facto, as relações entre os dois Estados se tornaram amistosas. O rei português considera uma ofensa e um perigo a fundação da praça de guerra de Ciudad Rodrigo, povoada e erguida pelo rei leonês com a ajuda de alguns emigrados portugueses; por isso invade a planura

envolvente e vai até Salamanca, que transitoriamente conquistou. Em renovada ofensiva, força a raia da Galiza, e toma conta de várias terras acasteladas de além-Minho: Tuy, Redondela, Cedofeita, Cella Nova, e outras.

Pouco tempo depois, o rei português tenta antecipar-se ao genro na apreensão das terras altas do Guadiana, empreendendo o golpe de audácia de Badajoz. Aí sofreria, porém, o maior desaire da sua vida de guerreiro aventureiro, caindo, prisioneiro e gravemente ferido, nas mãos do rei leonês.

A libertação, ainda que relativamente generosa, só a obteve a troco da devolução de todas as terras e castelos que já possuía na Galiza, o pagamento de uma pesada indemnização em metal sonante que carregavam (segundo diz um cronista, «quinze azémolas»), e a significativa entrega de vinte ginetes de batalha.

O filho e herdeiro de Fernando II seria o celebrado e notável Afonso IX, o tal «malcasado», genro, por sua vez, do rei português Sancho I, pelo seu consórcio com a infanta D. Teresa, consórcio em boa parte realizado para prevenir os possíveis riscos da força aglutinante do reino de Castela.

Reunidos em Huesca, os três monarcas confinantes dos domínios de Castela (Sancho de Portugal, Afonso II, de Aragão, e Afonso IX, da Galiza e Leão) pactuaram uma política de severa vigilância do reino vizinho, comprometendo-se a «não empreender guerra alguma, nem concertar paz alguma sem mútuo consentimento.»

O monarca galego e leonês, com rara precocidade e verdadeiro génio político, toma uma iniciativa que constituiria singularíssimo marco na história das instituições governativas da Península: seria a convocação da primeira *cúria régia*, leonesa, em 1188, assembleia notável na

qual, a par dos bispos e dos «grandes», tiveram assento e palavra «os representantes eleitos de cada burgo ou cidade».

Tal era o monarca que, aliado em breve ao segundo rei português, iria dar início promissor a uma forma de governar que só no século seguinte se tornaria vigente na Catalunha (1218), em Portugal (1254), em Valência (1283) e Navarra (1300).

O enlace matrimonial de Afonso IX com a infanta portuguesa realizar-se-ia (em 1191), com festivas e suntuosas bodas.

Pouco duraria, porém, o sossego do régio lar.

O papa Clemente III, tendo conhecimento (supõe-se que pela via discreta da famosa Dona Urraca Lopes de Haro, antiga madrasta do rei galego e leonês e tutora do rei de Castela, ainda em idade pueril), logo despachou para a corte leonesa, a ordem cominatória da dissolução conjugal, baseada na ilegalidade do consórcio, tido como incestuoso.

Profundo foi (segundo parece) o desgosto do monarca e da rainha, cuja afeição, em vez de abrandar, como é de uso, se tornou mais amorosa e intensa.

Celestino III (antigo cardeal Jacinto), sucessor de Clemente III, com severidade não menor do que a do seu antecessor, remeteu a Espanha novo legado (o cardeal Gregório de San Ângelo) para que de novo fosse intimado o monarca desobediente a separar-se da consorte consanguínea.

Chegando a Espanha, o legado pontifício logo convocou para Salamanca um concílio, a fim de tornar formalmente conhecida a decisão de Roma referente ao assunto e a firmar a concretização das sanções, no caso de se verificar a reincidência do casal régio na atitude de

ignorar a ordem papal. Com a discordância apenas de quatro bispos leoneses, o de Leon, o de Astorga, o de Salamanca e o de Zamora, que sustentavam a tese da legalidade do casamento impugnado, o decreto pontifício foi aprovado, decidindo-se a aplicação das duríssimas penas.

Os quatro bispos recalcitrantes, tidos como cúmplices da ilegalidade e do incesto, foram, eles mesmos, visados pelo legado pontifício.

Os cônjuges, por sua vez, passariam a viver à margem de toda a vida religiosa.

Nem assim o casal régio se desliga. Durante cerca de três anos ainda, o monarca leonês e a rainha persistiram na sua amorosa convivência, tendo ao seu lado as duas filhas de tenra idade, as infantas D. Dulce e D. Sancha, mais tarde conhecidas como *rainhas da Galiza*, até ao celebrado acordo de Valença do Minho com a viúva de Afonso IX, a rainha Berenguela, mãe do extraordinário unificador de Castela e Leão, Fernando II, chamado o *Santo*.

Ao cabo de muitos sobressaltos e muitos meses de angústia, o bispo de Zamora, vindo a Roma com o intuito de obter do Papa a esperada dispensa do impedimento da consanguinidade, teve de se contentar com o levantamento da interdição. No mais, o pontífice mostrou-se inflexível e, porventura, ainda mais severo, proibindo (em 1194) que se celebrassem os mistérios da religião na presença do rei e da rainha.

Vencidos pelo implacável decreto, os dois esposos acabaram por se separar, regressando a rainha a Portugal, ao lar paterno.

XIV

METAMORFOSES

Após a jornada de Ourique, D. Afonso Henriques instituiu, no burgo vimaranense, no lugar do antigo mosteiro fundado por Mumadona, uma Colegiada anexa ao santuário de S.^{ta} Maria da Oliveira, da qual faria parte uma das maiores figuras do pensamento escolástico europeu do séc. XIII, Pedro Julião, o futuro papa João XXI, o único pontífice português que a história da Igreja Romana regista.

Era a época em que, no Ocidente europeu, se erguiam as grandes catedrais de Chartres, de Notre-Dame, de Amiens, de Santiago de Compostela e em cujos claustros floresciam proficientes escolas de escultura e de filosofia.

O vencedor de Ourique, como todos os guerreiros desse tempo, era profundamente removido pelo sentimento religioso que fazia erguer então sobre os burgos as audaciosas flechas de calcário ou de granito que, de longe, solicitavam os incansáveis formigueiros de peregrinos.

Compostela era então, com o seu lendário túmulo do apóstolo, o grande centro de peregrinações do Ocidente. De Chartres a Santiago circulavam, no chamado *caminho francês*, num incessante vaivém, os romeiros permutantes de aquém e além-Pirenéus.

O famoso bispo Gelmires, aliado poderoso dos Travas e adverso da alforria portugalense, transfigurava a velha capital religiosa da Galiza, convertendo-a numa admirável metrópole arquitectónica.

Afonso Henriques, analfabeto mas lúcido (como Carlos Magno), reconhecia o valor das realidades espirituais e sentia a necessidade de tudo fazer para as tornar mais fortes. Por isso promoveria a edificação de tantas e belas igrejas, de tantos mosteiros, de tantas réplicas do que sabia existir além-fronteiras.

*

A criação da escola claustral de Guimarães não se deverá entender senão como uma expressão de discreta competição que começava a manifestar-se entre a metrópole da Galiza e os núcleos de cultura de aquém-Minho.

Se hoje soubéssemos, com precisão, o que se ensinava e aprendia nas escolas claustrais portugalenses coetâneas de Pedro Julião, decerto a nossa visão da chamada época provençal, no Ocidente peninsular, seria bem diferente daquela que normalmente se possui, sob o peso da erudição tradicional, demasiado atenta à actividade guerreira ou às ingénuas expressões do lirismo trovadoresco.

Infelizmente pouco se sabe acerca da escolaridade do nosso país, nessa época. Com o decorrer do tempo, as escolas claustrais perderam decerto o sentido do seu inicial anelo de cultura viva, de reflexão e de trabalho,

que nos melhores tempos as teria movido e animado. A pouco e pouco, a lei do menor esforço foi tomando conta dos que viviam na penumbra dos claustros, convertendo em *sinecuras* o que, de raiz, teria sido ofício ou voto ascético.

A natureza humana em todos os lugares e em todos os tempos se mostra sujeita a essa mofina lei.

No velho Egipto, em alguns templos recolhidos, há três ou quatro mil anos, viviam silenciosos ascetas que se consagravam ao estudo persistente das realidades siderais, medindo, registando, calculando, verificando, revezando-se em turnos, como se se tratasse de uma obrigação náutica da tripulação de um navio. Daí nasceram muitos conhecimentos anónimos e valiosos, que se foram desocultando e transmitindo.

Mas em dado momento (se se pode dizer assim), o anseio de *saber cósmico* desses núcleos de homens religiosos foi amortecendo até cair no ponto morto do puro mimetismo reflexivo e sacro que o ambiente claustral sempre permite.

Entre nós, em dezenas e dezenas de meios monásticos, outro tanto se terá dado — e com certeza deu. *Inúmeros mosteiros*, de início verídicas escolas de meditação e de trabalho — ricos de seriedade religiosa e de sentido de vida discreta — convertem-se em ambientes de espírito mortício.

Não vale a pena citar nem nomear. Quem conhecer alguma coisa acerca das causas do declínio e dissolução de tantas casas de recolhimento, sobretudo verificadas nos sécs. XIII, XIV e XV (ou seja: no final da Idade Média, para não falar do que se verificou nos sécs. XVII e XVIII)

não necessitará que se lhe diga como e onde se deu essa espécie de necrose em certos organismos de remota vitalidade.

Um estudo feito em profundidade do que terá sido a trajectória espiritual de algumas escolas claustrais, incluindo essa remota e prestigiada Colegiada vimaranense instituída pelo vencedor de Ourique, teria decerto o grande mérito de mostrar como as instituições espirituais estão sujeitas a penosas metamorfoses e enfermidades.

XV

RATES

Pouco depois do romper do dia, largámos do pardeeiro escondido entre os pinhais e dirigimo-nos, ambos, para os lados de Minhotães, com o intento de ver as duas velhas igrejas de Rates e Rio Mau.

Além do pequeno farnel (um pobre bípede tostado, dois moletes e duas laranjas) levávamos o inevitável bloco de papel corredio e a inseparável caneta da era dos Afonsinos, quase paleontológica, que nos serve há mais de um quarto de século e que tencionamos deixar, como cordial lembrança, a alguma modesta associação de artífices portuenses com alguns papéis de Pascoais, de Raul Brandão e de Raul Proença que guardamos como relíquias de um convívio que não volta.

Pelas nove horas, já com o sol a espanejar os montes frondosos de Brufe e Viatodos, os dois excursionistas desciam as rústicas encostas de Grimancelos e meia hora depois estavam na velha chã, morena e recatada, de Rates.

O templo vetustíssimo, patinado e curtido por oitocentos Invernos bem contados, lá estava numa obscura baixa, a dois passos da antiga estrada de Vairão a Barca do Lago, possível decalque de uma estrada mais velha, talvez da época dos Césares.

Segundo a tradição ténue, teria sido ali o local onde teria sido imolado, no tempo de Nero, o mais zeloso discípulo de Tiago, o Apóstolo, um homem novo, de nome Pedro, ardente prelector da doutrina pauliana, nas terras ainda hirsutas dos peludos Brácaros, descidos, a bem ou a mal, um ou dois séculos antes, das suas cidades e citânias, sob a vigilância severa dos tribunos e centuriões oriundos do Lácio.

As ruínas silenciosas de Bagunte, de Tarroso, de Viatodos, da Franqueira, lá estão à volta, nos seus respectivos picotos, à espera do divinatório Champollion do Porvir que as decifre por telepatia ou por qualquer indizível processo electrónico ainda no limbo do Possível.

Entretanto temos de nos contentar com o que tacitamente nos olha ou solicita o olhar. Que poderemos nós saber, por exemplo, acerca do que está oculto ou *impresso* nas pedras desta velha igreja?

O que se sabe é que, ao amanhecer do séc. XII, quando o decrescente temor do Islamita já começava a dar um pouco de folga à gente de Entre Douro e Minho, o sítio consagrado à evocação do remoto fundador da *eclésia* bracarense foi escolhido para a edificação de um templo análogo ao da própria Sé de Bracara e sob a mesma mão protectora, a do conde D. Henrique e sua mulher, a «*pulcherrima regina*».

A construção de um templo ou de um convento era então, nessa Meia Idade, imperativo tão comum e simples como é hoje, digamos, a construção de uma barragem.

Da igreja nova incumbir-se-iam alguns monges de origem francesa, da Ordem de Cluny.

Descontadas as dimensões, a planta seria quase coincidente com a da igreja metropolitana bracarense: planta cruciforme, três naves robustas (certamente destinadas a receberem a sua cobertura de pedra), transepto curto e robusta cabeceira poligonal, flanqueada por dois absidiolos.

Antes da conclusão do templo, os frades bernardos, não se sabe porquê, regressaram ao seu país de origem, dando lugar aos cónegos regrantes de Santo Agostinho. Nesse transe terá acudido a rainha Mafalda, a incansável protectora das albergarias e promotora das pontes, com a sua habitual ajuda, para que a construção da igreja prosseguisse.

Por toda a parte, no Norte de Portugal, se erguiam então mosteiros, muralhas e roqueiros. Esquartejavam-se os penedos a guilho, rachavam-se as cantarias com cunhas de roble, trabalhavam-se os blocos com paciente esmero, convertiam-se *cantos* em formosas folhagens, em símbolos, em figurações anímicas, em visões do Inferno e do Paraíso.

Passado o transe angustiado do Ano Mil, os povos europeus do Ocidente redobravam de ardor construtivo. Era a idade da edificação das grandes catedrais, em que toda a gente de cada terra ou burgo se entregava em afanosa e persistente solidariedade.

A igreja recolhida de Rates era uma das mil e uma expressões desse estranho anseio de *implantação* de obras de pedra espiritualizada sobre a face da Terra.

Basta dar de face com o portão da igreja para se ver que a arquitectura, nesse tempo (como, mais tarde, o autor da Gioconda diria da Pintura) é «*coisa mental*». O sentido plástico estava então intimamente associado ao sentido teológico e escatológico. Pressente-se que em cada pedra esculpida se oculta um certo pensamento, ou uma

certa intuição. Percorrendo com o olhar os dez capitéis que adornam o pórtico e suportam as concêntricas arquivoltas, notam-se da esquerda para a direita: cinco figuras corroídas, dois bichos disformes, uma figura de homem, um peixe, diversas figuras, um réptil e uma máscara humana, uma espécie de sereia, um homem rodeado por dois animais estranhos, dois vultos indecisos (talvez Adão e Eva) envoltos em folhas enormes. Subindo o olhar para o tímpano, outra visão se nos depara: dentro de um nicho recorta-se a figura grave de Cristo, envolvida numa túnica, ladeada por duas figuras menores, de aspecto impassível, tendo aos pés dois seres humanos, descompostos e magros, caídos de borco.

Dentro do templo, a profusão de esculturas, figurativas e simbólicas, é indefinida.

A cada passo que se dá corresponde uma aparição.

Logo à entrada, junto da pia baptismal, se encontram duas singulares pedras esculpidas: uma representa um rei coroado, de fisionomia vigorosa e magra, com uma mão no peito, sobre a túnica e empunhando com a outra a espada; — o segundo lavor representa um Bispo, de báculo na mão esquerda e esboçando, com a dextra, um sinal hierático. Ambas são profundamente expressivas, mas ninguém decerto poderá saber quem representam, nem o que significam. Mais um passo e estaremos em frente, do lado do Evangelho, de duas interessantes aduelas esculpidas, cobertas de estranhos relevos (bichos irracionais e criaturas anímicas). A interrogação íntima de quem observa será inevitável. Que significam estas estranhas estilizações? Serão meras composições decorativas ou herméticos símbolos?

Será difícil saber, mas a primeira hipótese é pouco provável.

O que mais prende nesta penumbrosa igreja (apenas iluminada por seis frestas altas e uma discreta rosácea poliocular), são os múltiplos labores de cinzel que se ocultam e desvendam em todos os recantos, no cimo dos reforços cilíndricos adossados aos pilares ou muros das naves.

O exame, um por um, desses discretos trabalhos da escultura poderá dar alimento para algumas horas de observação a qualquer visitante que se disponha a ver o que em regra mal se vê, tão grande e entranhada é a doença da *pressa* de que hoje se sofre.

É uma verdadeira galeria de escultura expressionista.¹

Ao cabo de duas horas de observação atenta de tanta bicheza e de tantas imagens impressivas é-se forçosamente assaltado pelo pressentimento de que as obras de pedraria religiosa do Ano Mil são acroamáticas formas de pensar ou de dizer o que por palavras não é possível.

Quem sai de Rates (como quem sai de Chartres) — descontando a distância e a altura — bem poderá dizer que todo o templo medievo se pode dizer um livro aberto e ao mesmo tempo *hermético*, escrito em caracteres indecifráveis.

O leitor raro que chegou até aqui dirá decerto para consigo e com cansaço, em irónica ecolalia: — «Indecifrável... indecifrável — tudo indecifrável...».

E nós com paciente simpatia, não irónica mas séria, dir-lhe-emos: — Sim, na verdade, é penoso e fatigante pressupor que os templos de certas épocas são «livros abertos e ao mesmo tempo herméticos» — mas é a única

¹ Uma dessas esculturas, excluída do templo por ocasião das chamadas obras de «*restauro*» e «*reintegração*», e hoje arrecadada na rústica e vizinha casa paroquial, representava e representa o *Homem devorado pela Preguiça*. Que o visitante do templo indague e aprecie essa obra simbólica.

satisfação que poderemos dar à nossa interrogativa pesquisa, se não se quiser cair na banal e triste explicação de que as grandes obras de arquitectura do Ano Mil e consequentes do Ano Mil são meras infantilidades ou simples expressões de um mimetismo análogo ao da construção, nos nossos dias, dos grandes estádios olímpicos, dos grandes aeródromos, dos grandes arranha-céus.

Sem dúvida que os estádios, os aeródromos e os arranha-céus *também* têm o seu discreto sentido escatológico — mas a riqueza de sentido de uma obra discreta como a de Rates ou de Rio Mau não pode deixar de se considerar um pouco mais eloquente e impressiva. Apesar de todo o seu hermetismo, um templo povoado de figurações e de símbolos, como é tipicamente esta velha igreja de Rates, sempre se impõe como uma obra de mais íntima substância de reflexão.

Nesta ruminativa certeza, e dobrando o bloco cheio de riscos e sarrabiscos, metemo-nos à estrada, a pé, a caminho de Rio Mau. O companheiro, embora de bom ânimo, começava a impacientar-se com tão prolongada permanência naquela penumbra carregada de grifos e de símbolos oníricos. O sol ia já alto e os pinhais começavam a convidar-nos a fazer um pequeno bivaque sem tenda nem cantil.

Ao cair da tarde estávamos à vista dos choupos do rio Ave e do velho aqueduto de Vila do Conde.

XVI

BRANCA PÓVOA MARÍTIMA REFÚGIO DE UM POETA

HÁ pouco menos de um século saía, por vezes, da recolhida Praça Velha de Vila do Conde, de uma pequena casa, um homem alto e de ar envelhecido, vestido de escuro, de barba hirsuta e ruiva, que, atravessando o largozinho acanhado e banal, tomava a direcção do rio brando que, lá em baixo, separava a antiga vila das freiras claristas da vila fronteira, não menos antiga, de calafates e pescadores, de Azurara.

Quem era esse homem um pouco esgrouviado e magro, silencioso e ensimesmado?

Da terra, ninguém o conhecia.

Apenas vagamente se sabia ser «um senhor de fora», um tanto estranho e adoentado, que residia naquela quase humilde casa.

Não vale a pena levar mais longe o pequeno mistério. Aquele senhor desconhecido, de olhos azuis e barbaças

ruivas, solitário e vestido de escuro (que uma vez ou outra, a princípio se fazia acompanhar de duas mocinhas, vestidas de branco, carinhosas e discretas)¹, era Antero.

Era, sim, o celebrado *condottiere* das grandes rebeliões escolares de Coimbra, o promotor da teatral e insólita saudação ao Príncipe Humberto, na Sala dos Capelos; o chefe da tão falada Sociedade do Raio, destinada (dizia-se) a «raptar» o temido Reitor Basílio; o cabecilha romântico, do verbo magnético, que atrás de si arrastara, em uma espécie de *hégira* inverosímil, seis ou sete centenas de estudantes de Coimbra, decididos por momentos, a transferir a velha Universidade para a cidade Invicta...; o bacharel formado em leis e aristocrata açoriano que, em dado dia, desistira da sua formatura jurídica e preconceitos de família, partindo para Paris para envergar o blusão de tipógrafo; o promotor das celebradas «Conferências do Casino», causa imediata da queda de um ministério: era, enfim, o poeta das *Odes Modernas* e o cantor terrífico do belo *Hino da Manhã*

Outros estendem para ti as mãos
Suplicantes, com fé, com esperança...

Eu não! Ao ver-te penso: Que Agonia
E que tortura ainda não provada
Hoje me ensinará esta alvorada?
E digo: Por que nasce mais um dia?

Que razões teriam determinado o Poeta a procurar este estranho e modestíssimo refúgio, nesta tranquila póvoa de pescadores da *foz do Ave*?

¹ Eram as duas filhas órfãs do jornalista Meireles, amigo íntimo do Poeta, que as tomara como filhas adoptivas.

A razão era simples: era a enfermidade indefinida e incurável, complexa e enigmática, que o assaltou pouco depois do regresso da sua frustrada experiência, como operário, em França.

A hipocondria (e não sabemos se a secreta humilhação dessa falhada decisão) isola o Poeta, por uma temporada, na casa conventual de um antigo companheiro de Coimbra, Alberto Sampaio, então residente na Quinta da Costa, no pendor da Penha, sobranceiro a Guimarães.

No seu depoimento para o *In Memoriam*, assim o diria o discreto e devotado companheiro de Coimbra.

Durante alguns meses o Poeta aí se isolou, tentando refazer-se do recalcado desgosto, à sombra da incansável hospitalidade do amigo.

Não esqueçamos que Antero, desde Coimbra, com o sortilégio da sua palavra e presença, era de modo incessante solicitado por todas as pessoas que tinham a fortuna de o ouvir ou conhecer.

Todos o requeriam e acolhiam como um mensageiro do Indizível e um inestimável propiciador de imprevistos festins de sagacidade dialéctica. Por isso mesmo, já nos seus tempos de estudante, era nele tão habitual o viver (como então se dizia na gíria escolar) à *lebre*, ora em uma dada «república», ora noutra, embora tivesse, na vizinhança da Universidade e à sua sombra, a hospedagem estável do seu próprio tio paterno, André, lente de Medicina, que profundamente o estimava e lhe perdoava de pronto o seu viver boémio.

Nesse particular o moço Antero fazia lembrar um pouco Gogol, o autor das *Almas Mortas*, no à-vontade com que se instalava na moradia de qualquer admirador, amigo ou simples conhecido, deixando tacitamente, ao partir, o anfitrião na situação de penhorado e não penhorante...

Na verdade, que valeria mais: umas sopas ou a dádiva de umas horas de inesquecível convívio?

Não nos admiremos, pois, do agradecido empenho que alguns amigos seus — os Bensaúdes, os Faria e Maia, Oliveira Martins, Luís de Magalhães, Alberto Sampaio, o Conde de Resende —, frequentemente acusavam de o ter ao seu lado, à sua mesa ou à roda das lareiras das suas acolhedoras casas.

O certo é que, por volta dos trinta, o Poeta cairia nas malhas inextricáveis daquela indefinida enfermidade.

O horror ao bulício citadino obriga-o a tomar mil precauções, para repousar e dormir.

Em dado momento, o Poeta-Filósofo, enfermo, perseguido pelo ruído insofrível, abandona Lisboa e refugia-se nesse obscuro tugúrio, na sossegada e branca vila da foz do Ave.

Aí, descrente da medicina, tenta fazer por ele mesmo a adaptação lenta ao seu indefinido mal-estar.

Apesar de tudo, o enfermo trabalha ainda nas suas reflexões:

«Continuo com os meus estudos filosóficos. Mas estas melhoras são tão lentas que já perco a esperança de poder fazer alguma coisa antes dos cinquenta anos, idade em que, no dizer de Herculano, os cérebros dos peninsulares começam a dessorar-se.» ¹

Noutra carta confidente diria: — «O resultado da experiência que vou fazendo é que a medicina não me pode restituir a saúde, mas que a prudência e a boa vontade, se eu conseguir persistir nelas, podem restabelecer-me em

¹ Dir-se-ia que essa palavra fixa justamente o prazo das ilusões do enfermo, pois, como se sabe, o Filósofo-Poeta daria por concluída a sua existência ao dobrar dos 49.

condições que, sem deixarem de ser anormais sejam filosoficamente aceitáveis.»

Revestido de ânimo estoico, o Poeta tenta superar a doença à custa de uma disciplina severa. A doença, no entanto, seria mais inflexível que tal disciplina.

Um íntimo que o visita nessa quadra recorda nestes termos a impressão que colheria do Poeta, quase entrêvado: — «Encontrámo-lo doente, estendido sobre a cama e assim se conservou durante toda a nossa visita. Já não era o atleta que me impressionara na infância: tinha o cabelo ralo, a face macilenta, as maçãs do rosto salientes e um tanto rosadas como um tuberculoso. Na sua fisionomia, reflectia-se o sofrimento suportado com resignação.»

Três anos antes do fim o Poeta faria ainda uma curta temporada nos Açores.

De novo no tugúrio de Vila do Conde, insiste na luta contra a enfermidade. É ele mesmo quem o diz, com amarga resignação e uma ponta de humor negro:

— «A firme vontade de melhorar (e, acrescentarei, o persuadir-se a gente que há-de melhorar e que efectivamente vai melhorando), é certamente um agente terapêutico fortíssimo. Não digo que sirva para uma perna partida, mas uma perna quebrada não é uma doença. Assim, pois, tudo vai bem. Só os pessimistas são capazes de chegar ao verdadeiro optimismo.»

Uma vez ou outra, quando o mal que o roía era menos duro, erguia-se do leito modestíssimo (mas inalteravelmente asseado, «como o de uma freira velha», diria Eça), e lá ia, a sós, com passo mesurado, na direcção da velha ponte das barcas, ao seu modesto passeio de Azurara.

Passando para o outro lado, metia por uma azinhaga que, em breve, o conduzia ao airoso alto, fronteiro ao enorme convento e sobranceiro ao derradeiro meandro do rio.

Tal era o discreto passeio que o antigo e duríssimo caminheiro da serra do Dianteiro ou dos campos intérminos de Montemor agora fazia a custo, como se sobre os seus ombros já pesassem, como costumam dizer os velhos lavradores minhotos, quatro ou cinco *carros*, estando ele ainda na casa dos quarenta.

O sítio, rico de sugestões evocativas, é inesquecível para uma hora de sossegada contemplação do Céu e da Terra.

Daí se domina um formoso ângulo do casario branco de Vila do Conde, coroada pelo majestoso bloco do antigo convento das claristas, vizinho da bela igreja gótica, em cujo interior dormitam, em beleza perenizante, o infante Afonso Sanches — primogénito dos nove filhos bastardos do Rei-Trovador e, como ele, poeta — e sua mulher, Teresa Martins, tetraneta da celebrada Maria Pais, a sedutora Ribeirinha.¹

Deitando os olhos mais para longe, vislumbra-se, por detrás do belo volume architectónico da antiga igreja monástica, como um misterioso e gigantesco miriápode petrificado, o longo Aqueduto que corre pela planura fora, perdendo-se de vista, para as bandas de Terroso, sua interminável cauda.

O interesse cenográfico e arqueológico do que subsiste

¹ Em cuja boca o enamorado rei Sancho teria posto a nostálgica endeiça: — «Ai eu, coitada, como vivo, / em gran cuidado, por meu amigo, / que hei alongado, / muito me tarda, / o meu amigo na Guarda!!». Como que para compensar o longínquo pécadilho do Tetravô, e os muitos pecados conjugais do próprio Pai, o Infante trovador, Af. Sanches, dirigiria à própria Mulher estas apaixonadas redondilhas: «Porque não posso deixar / Senhora, de vos servir / De vos amar e querer / Por vosso gosto morrer» —, inscritas ainda hoje no sopé do admirável mausoléu destes «bem casados», tendo ao lado, em dois sarcófagos, os dois filhos do amoroso casal, levados pela morte ainda na infância. De quantas histórias obscuras, de indefinidos dramas, de beatudes ilusórias e fugitivas, o mundo está cheio!

da grandiosa obra hidráulica (edificada na Época das Luzes!) é ainda tão patente que se chega a esquecer e a perdoar a ignorância do princípio dos vasos comunicantes, em Portugal, ainda no tempo do Marquês, quando Pascal dormia já há um século.

Para as bandas do Nascente, vislumbra-se, ao fundo, um outro outeiro verde-escuro. É Bagunte, com os impressionantes restos de um reduto castrejo.

Como seria isto, em volta, há dois ou três mil anos?

Eis uma interrogação que poderia prender-nos por uns bons momentos.

O pensar toponímico, muitas vezes, não é ocioso começo de um tácito despertar criptomnésico.

Cada palavra, e cada palmo de terra, guarda o seu segredo.

A palavra póvoa (na grafia mais arcaica, *pobra*) já de si contém um instrutivo vislumbre, com a sua discreta semântica do sítio ermo que se torna povoado.¹

Ao paciente indagador vimaranense, historiógrafo e propedeuta, lavrador e anfitrião da tal quinta da Costa, silencioso acolhedor do poeta enfermo, se deve a revelação do primeiro testemunho paleográfico, protomedieval, da existência, há já mil anos de um geminado núcleo de vida fabril e marinheira, neste sítio de vistas desafogadas, de Terra, do Oceano Intérmino e do Firmamento.

Seguramente, a incoercível vocação (para não dizer: a

¹ Foi precisamente nesse sentido que, há uns cem anos, o tomou e perscrutou o apontado amigo do Antero, Alberto Sampaio, ao consagrar o seu espírito à objectiva indagação das origens de algumas terras povoadas do velho litoral portugalense, dando corpo a uma obra a que daria o título de *Póvoas marítimas do Norte de Portugal*. Vila do Conde, entre outras, lá está, nessa meritória indagação.

incurável doença) que roía o espírito do meditativo Poeta que, de longe a longe, visitava este sítio, era, acima de tudo, a última, a do maior Indefinido.

O sussurro das águas do rio, vindo do açude que mais se adivinha do que se vê entre as manchas verdes do arvoredo, associado à claridade do céu e à brandura do horizonte, desperta uma ansiedade que é ao mesmo tempo, fruto de meditação e invencível atracção do pensar indizível.

Uma estranha percepção de perenidade e de fuga heraclitiana faz baloiçar a alma de quem contempla esta tão doce e plácida paisagem.

Por alguma razão funda, o Poeta reflexivo dos Cativos e do Hino da Manhã teria procurado, uma vez por outra, nos intervalos breves da sua prostração de tácito desânimo e discreta solitude, este miradouro da «terrazinha» onde ele, o mais incógnito que lhe era possível, procurava ir vivendo e resistindo ao inflexível *fatum*, tentando, nas suas longas noites brancas, cristalizar em palavras de extraordinária beleza e concisão, um ou outro vislumbre da sua interrogativa alma.

XVII

HUMILDE UNIVERSIDADE LIVRE

É uma grande ingenuidade o supor que a melhor forma de convívio lectivo, docente e discente, é o das escolas fortemente estruturadas, de grande densidade demográfica. Os gregos de há dois mil e tantos anos bem nos relembram o que há de preconceituoso nessa pequena «ideia feita», relativamente enraizada entre as pessoas dadas ao ofício de ensinar.

Na verdade, ao fim de algum tempo, a escola que se institucionaliza (embora seja animada por um Tolstoi ou um Pestalozzi) tende a perder o melhor das iniciais virtudes. Suas fontes espirituais esmorecem e por vezes secam.

Foi o que se verificou, por exemplo, na Antiguidade, com a celebrada Escola de Atenas, tão fecunda na bela fase livre e genesíaca e tão mortíca — se bem que brilhante na aparência — no prolongado crepúsculo da era helenística.

Com as universidades medievais algo de análogo se verificaria.

É ver, por exemplo, a relativa sonolência da Universidade parisiense, carregada de lastro escolástico em pleno séc. xvii, quando, na sua margem, discretamente gerava sua obra verdadeiramente inovadora o obscuro autor do *Discurso do Método*, às tantas coagido pelas «circunstâncias» a procurar refúgio nos Países Baixos e, por fim, pouco seguro ainda (ao sentir a dura hostilidade dos doutores flamengos, uns erguendo a férula, outros reclamando o garrote), a ir para mais longe, para as terras frígidas da Escandinávia.

Enquanto no majestoso claustro da Sorbonne se ressonava sobre os ensebados cartapácios medievos, o apagado investigador, sem cátedra e sem ouvintes, abria múltiplos caminhos com o seu audacioso método da pesquisa autónoma, suas iluminantes intuições geométricas, seus discretos golpes nas velhas e consagradas formas do indagar e do pensar.

Nos tempos modernos diversas e não menos instrutivas expressões de funesto endurecimento se fizeram sentir em diversos países, sem excluir, claro está, o nosso.

Bastará relembrar o que se passou, nos fins do séc. xvii, em Coimbra com o infortunado José Anastácio da Cunha, promissor espírito matemático submetido, após uma prova bastante dura, à aceitação de uma aula de matemática primária na Casa Pia.

E como explicar que Antero de Quental, por momentos relativamente inclinado a aceitar um possível encargo lectivo no Curso Superior de Letras, como professor de cultura clássica, não tivesse tido a oportunidade de obter esse ingresso que, talvez (quem sabe?) pudesse evitar seu fim tão prematuro e impensável?

E como explicar que, em 1912, já em plena vigência do novo regime (antevisto como uma forma de redenção dos velhos pecados da Preguiça e da Injustiça), se tivesse cometido, dentro do claustro dessa mesma Escola Superior, a espantosa iniquidade do bota-fora de um invulgaríssimo mestre, ainda juvenil, mas de patentes dons intuitivos e eloquentes, relegando-o para o nível médio do ensino, a ele que, como diria mais tarde e com inteira justeza um grande poeta, por si só, valia uma Universidade inteira?

São dos tais mistérios da Natura não para entender mas, sim, para contemplar como quem contempla a Esfinge de Gizé ou o ramalhoso e bojudo portal de um templo de Buda.

*

De há um século para cá, o aparecimento, em vários países, das chamadas «universidades livres» deve-se, em boa parte, à boa vontade de se compensar, de algum modo, o endurecimento estrutural das Escolas Superiores excessivamente ancilosadas e fechadas.

Na Bélgica, por exemplo, se reconheceu que seria da maior vantagem a criação de uma forma de ensino superior radicalmente autónoma do ensino oficial e essencialmente diferente do ensino ortodoxo, de tipo de Lovaina.

Desse intento nasceu, na própria capital da nação bilingue e biétnica (por uns, designada Brussels, e por outros, *Bruxelles*), a chamada Universidade Livre, em cujos salões lectivos e amplos, exteriormente revestidos de macia folhagem, se realizou, há dezassete anos, um grande *symposium* ecuménico de Filosofia, de que nós próprios (e por conta própria), participámos com uma obscura comunicação consagrada ao mais notável filósofo português dos tempos medievos, Pedro Julião.

Entre nós, o movimento das universidades livres teve particular repercussão precisamente no período transitivo da implantação do regime republicano, ou seja, entre 1910 e 1914, data em que a atenção dos povos e dos homens passou a ser absorvida pelo tremendo desenrolar da grande conflagração provocada pela loucura pangermânica.

A chamada geração da *Renascença Portuguesa*, constituída por algumas dezenas de professores, poetas, tribunos, cientistas de carreira e alguns genuínos autodidactas, foi a mais vigorosa força propulsora da campanha de expansão dessa forma de pedagogia *livre*, entre nós, nesse tempo.

Ainda há poucos dias, ao folhear uma amarelecida colectânea de duas dezenas de exemplares de uma das publicações periódicas da Renascença, a *Vida Portuguesa*, pudemos recordar o que foi, por momentos, esse ansioso propósito de tornar mais acessível e mais espontânea a permuta de ideias e esclarecimentos usualmente conhecido pelo nome de trabalho lectivo.

Em 1912 (ou seja, exactamente, na data em que se consumou a apontada iniquidade), mostrou-se particularmente intensa a actividade docente desse núcleo de prosélitos do ensino não-sindicalizado.

Dir-se-ia que, no velho burgo de granito, por gratuidade pura, toda a gente queria ensinar e aprender.

Em dado dia, deslocou-se da cidade do Porto um grupo de colaboradores de *A Águia*, com destino a Coimbra, movido pelo intento de fundar aí mesmo, ao lado da Universidade tradicional, uma Universidade sem Porta Férrea. Foi uma jornada, segundo se diz, quase eufórica. Muitos populares e escolares vieram dar as boas-vindas aos componentes da caravana. Entre eles destacava-se a hercúlea figura de Augusto Casimiro, parente por afinidade de um dos decênvios da romântica excursão: o poeta Jaime Cortesão.

Por sinal que, entre os simpatizantes que então se manifestaram no seio da própria Universidade de Coimbra em presença da audaciosa iniciativa portuense, contar-se-ia um «lente» (Mendes dos Remédios) que bastante mais tarde ocuparia o cadeirão ministerial da Instrução Pública, como membro de um Governo Militar, e que, como tal, decisivamente contribuiu para a amputação da Universidade do Porto, ou seja, para a extinção da Faculdade de Letras desta cidade.

Importa confessar que tal iniciativa destinada a corrigir, quanto possível, as durezas preconceituosas do velho baluarte do ensino conimbricense não teve apreciáveis efeitos. A existência da universidade livre, nesse meio, foi manifestamente superficial e efémera.

O mesmo já não se poderá dizer a respeito da Universidade Livre nessa mesma altura fundada e posta a funcionar no Porto. Aí, os cursos mantiveram-se com perseverança e alma durante dois ou três anos.

Jaime Cortesão aí realizou algumas dezenas de lições de História, enquanto Leonardo Coimbra tomou a seu cargo um curso regular de Lógica e Metafísica. Ao lado, outros cursos eram regidos por Jaime de Vasconcelos, Alfredo Coelho de Magalhães, João Diogo, Mário de Vasconcelos e Sá, Augusto Martins, para não relembrar mais.

As aulas, normalmente nocturnas, eram assistidas por operários, comerciantes, militares, funcionários públicos, estudantes, empregados de balcão.

*

Em consequência de uma espécie de motim ocorrido no velho Liceu de Rodrigues de Freitas, nascido de uma desavença entre estudantes e alguns mestres, apontados

pela sua peculiar dureza disciplinar (como era, por exemplo, o velho Leite de Moura, ou o agigantado Cambeses, ou o competentíssimo mas intransigente Torrinha), Leonardo Coimbra, então ainda simples professor provisório, foi dispensado do magistério nesse liceu, e, por esse motivo, compelido a procurar trabalho lectivo no Liceu da Póvoa de Varzim.

Com a deslocação do moço professor e tribuno a tertúlia de *A Águia* e a incipiente universidade livre anexa à sede da Renascença parecia ir sofrer uma sensível quebra. Como suprir, nos cursos nocturnos, aquele vulto expansivo de tribuno e dialecta, «desterrado», por uma absurda cabala, para a modesta vila poveira?

A perda parecia irreparável.

Afinal, como diz o povo: «há males que vêm por bem». Uma vez na pacata terra piscatória, o novo professor teve esta ideia simples: fundar aí mesmo, nessa terrinha de gente simplória e laboriosa, uma «universidade livre». E assim fez. Com a ajuda de dois companheiros, Pascoaes e Cortesão, que frequentemente o visitam, e a simpatia activa de um bom poveiro, Santos Graça,¹ respeitado e culto, o autor do *Criacionismo* propôs-se realizar a sua intenção, iniciando-a com uma série de filosóficas lições acerca do problema do conhecimento. Imagine-se a audácia. Quem poderia supor que, nessa apagada terra de pescadores, iria surgir, de um momento para outro, uma escola livre e superior na qual seriam debatidos problemas que só poderiam ser entendidos e debatidos nas cercanias da Sorbonne, ou num seminário de além-Reno?

¹ Espírito liberal e discreto autodidacta, autor de uma interessante monografia intitulada *O Poveiro* e de uma impressiva página evocativa inserida no livro dos *Testemunhos* consagrado ao Filósofo.

A verdade é que as lições foram proferidas e delas nasceu o segundo livro do filósofo, o *Pensamento Criacionista*.

A radiação espiritual desse curso, no modesto meio poveiro, deve ter sido certamente precária e difusa. Nem por isso deverá ser julgado com espírito displicente.

O que é relativamente hermético e difícil tem muitas vezes mais influência que o excessivamente chão e acessível.

Tal era um dos grandes postulados docentes do mal-sinado professor e, nesse ponto, era inteiramente certa a sua intuição.

Uma das provas, se se pode dizer assim, que poderemos invocar do sortilégio que o exótico professor dessa obscura universidade livre parece ter despertado está na «visita» que ele, em dado dia, recebeu de um pastor das redondezas de S. Félix e Laundos, que o foi consultar à saída do liceu da Póvoa, acerca do possível merecimento científico de uma espécie de almanaque de astronomia, elaborado e acumulado por ele mesmo, sem convívio e sem leituras, durante uns bons trinta anos de indagação sideral, ingénua mas persistente, tendo apenas como material de observação uns singelos vidros foscos de confecção sua e uns rudes dispositivos de fixação a que dava o nome de «miras».¹

Profundamente atento, como os longínquos antepassados seus da remota Mesopotâmia, o pastor poveiro, durante anos a fio, registara em seu canhenho: eclipses, efemérides, regularidades, irregularidades, tudo o que pren-

¹ Cf. *Pensamento Criacionista*, pág. 208, ed. 1915.

dera seus olhos, perscrutantes e deslumbrados, nas grandes noites de vigília silenciosas.

Em presença de tão singela expressão de amor do saber, porfiado e gratuito, o moço filósofo limitou-se a dizer intimamente:

«— Eis uma flor rude, mas pura, de originária sede de conhecimento que vale bem mais que uma ou duas dúzias de solenes e psitacísticas teses de doutoramento!»

XVIII

PERMUTA EPISTOLAR ENTRE DOIS ARQUEÓLOGOS

PODE bem dizer-se que, embora em todos os tempos e em todos os homens de imaginação desperta, tenha certamente latejado a discreta e pertinaz curiosidade de saber como *teriam sido* e *teriam vivido* os obscuros seres humanos primitivos, foi no século passado que essa curiosidade deixou de ser mera interrogação accidental e muitas vezes tácita para se tornar uma forma sistemática de indagação esforçada e tanto quanto possível rigorosa.

Foi o século em que apareceu Boucher de Perthes, com a sua obsessão (durante muito tempo escarnecida) das descobertas «paleolíticas», e, a par dele, outros, como Müller, com o intuito de conhecer as raízes mais profundas da linguagem, ou Schliemanor com a sua invencível decisão de esclarecer, até onde fosse possível, a lenda ou mito homérico de Tróia.

Entre nós, essa mesma paixão assaltaria alguns espíritos interrogativos e dotados de perseverante tenacidade

indagadora. Um deles, se não o maior pela inteligência e pela seriedade, foi o arqueólogo Martins Sarmiento, o incansável pesquisador dos castros de Entre Douro e Minho e acima de tudo o persistente promotor das escavações da citânia de Briteiros, por ele mesmo descoberta e trazida para o campo da investigação e à qual ele votaria o melhor da sua vida de persistente estudo.

Infelizmente, como tantas vezes entre nós sucede, esse invulgaríssimo espírito interrogativo, embora tenha consagrado à *sua* citânia duas boas décadas de trabalho e de reflexão, tentando ver claro nessa zona de densa neblina que é ainda a pré-história da Península Ibérica, esforçando-se, principalmente, por determinar o tipo étnico dos povos originários nesta península nascidos ou ingressos, e depois de possuir decerto uma segura fundamentação da sua *tese ligúrica*, não conseguiu legar-nos a expressão plena e unificada dessa sua visão porque a morte prematura lhe cortou cerce o planeado intento.

Mais uma vez se verificaria a triste verdade de que o investigador português de boa ténpera é, em regra, ingénuo, pressupondo que poderá esperar pela completa maturidade dos setenta para realizar a sua obra definitiva e maturada, esquecendo-se que, normalmente, o inexorável fim o espera, e sem aviso, um *pouco mais cedo*...

Foi o que sucedeu a Sampaio Bruno, a Teixeira Rego, e a muitos outros dessa estirpe confiante.

Pela frescura de espírito e de humor se vê que Martins Sarmiento era um genuíno espírito afim do de Herculano e Alberto Sampaio, e, sob certos aspectos, do próprio Camilo, de quem era amigo e relativamente vizinho. As casas de campo, onde trabalhavam, quase se avistavam: uma lá ao cimo, para os lados de Lanhoso; a do romancista, ao fundo, entre os outeiros de Riba de Ave e Ronfe. Pelo

vigor de inteligência, eram dois espíritos fraternos. Simplesmente, o romancista, sem atender às exigências do chamado acabamento, realizou-se conforme pôde, escrevendo e criando, de dia e de noite, a sua obra perturbada e apressada, enquanto o arqueólogo, manietado pela deontologia severa da «fundamentação científica», não se atreveu a redigir a sua obra-mestra (legando-nos a sua visão mediúnica do *homem citaniense*) enquanto não considerasse suficiente a exumação dos «sinais» de vida e confrontos das suas intuições com as dos arqueólogos de dentro e fora de portas.

Ficaram-nos, assim, desse espírito excepcional, somente, como expressões da sua laboriosa sagacidade, um braçado de escritos dispersos (monografias, comunicações, controvérsias) a servir ao mesmo tempo de testemunho do seu escrupuloso propósito e da sua discreta preparação para essa sua obra sonhada e frustrada.

Mais ainda, porém, do que tais escritos dispersos e publicados, o timbre da inteligência acerada desse revelador da citânia de Briteiros, importa ter presente a volumosa e interessantíssima correspondência epistolar que dele ficou, em maços e maços de manuscritos, de que a Sociedade de Arqueologia, vimaranense, que tem o seu nome se tornou testamenteira e meritória editora.

O impressionante volume de cartas trocadas entre o grande arqueólogo português e um dos mais notáveis investigadores de epigrafia que foi o alemão Emílio Hübner, seu correspondente e confidente durante duas décadas de exemplar convívio (nem sempre concordante no plano científico das conjecturas ou teorias, mas sempre respeitoso sem hipocrisia, e sempre equânime sem ênfase), constitui porventura o mais sugestivo e seguro *osso de Cuvier* que se poderá examinar, se se quiser vislumbrar a altura de inteligência

e de carácter de Martins Sarmento. São 96 documentos — 46 cartas de Hübner e 50 de Sarmento — de um alto valor intelectual e profissional, científico e deontológico, psicológico e literário, ético e humano.

Antes do mais, reflectem de um lado e outro, uma extrema paixão: a da investigação pré-histórica autêntica.

Vê-se que são dois espíritos ávidos de sinais de vida originária, movidos pelo discreto desejo de perscrutar nos silenciosos e mais humildes objectos a forma real de viver ou de sentir do homem obscuro que deles se serviu.

Reconhece-se, por outro lado, pelo modo como cada um esclarece e reage, como cada um defende o seu modo de ver (e, por vezes, com uma pontazinha de estimulante ironia), que não são dois seres de confecção mutuamente cerimoniais e lisonjeadores. Nem falsa modéstia, nem arrogância, nem servilismo.

Nessa volumosa e sempre edificante correspondência cruzada com mesurado ritmo durante vinte anos de mútuas consultas e comunicações, nota-se, sem a menor sombra de deslize, que o *descobridor* da citânia de Briteiros, longe de se sentir esmagado pelo prestígio científico e universitário do seu amigo de além-Reno, o tratava com perfeito à-vontade e digno sentimento de paridade.

Não é também das menos sugestivas a perspectiva de reflexão a que se poderá colher desse instrutivo volume documental, o verificar-se que esses dois verídicos arqueólogos, por um estranho acaso coincidente, tiveram, pode dizer-se, análoga curva vivente: morrendo ambos à roda dos 66 anos. Apenas Hübner, um pouco mais novo, teve mais alguns meses de vida e nesse acréscimo redigiu, em latim, nobre e lapidar, um *elogio* do seu amigo de Briteiros, que certamente Cícero gostaria de inserir na sua clássica apologia *De Amicitia*.

XIX

BARCELOS

QUEM contempla a graciosa silhueta de Barcelos dada pelo «Livro das Fortalezas», de Duarte d'Armas, logo vê que a pequena vila, nos princípios do séc. xvi, era ainda uma interessantíssima cidadela gótica, cingida por uma robusta muralha bem flanqueada e ameaçada, talvez de uns mil passos de perímetro, com uma vigilante torre sobranceira ao rio, defensora da entrada da ponte, outra mais possante ao cimo (ainda subsistente), voltada para as terras de Manhente e outra ainda (que na referida gravura se vislumbra por detrás do garrido Alcácer dos Duques) como que a corresponder-se com a torre afonsina do Abade de Neiva, situada ao Norte, obra de uma légua.

Infelizmente, uma boa parte dessa muralha tão típica foi-se perdendo aos poucos, sobretudo a partir dos meados do séc. xviii, tida e tratada decerto, como tantas

outras cercas similares, como mera «pedreira» do Município e por vezes como simples «res nulus» dos municípios com quintalórios ou serventias confinantes. Desse modo, da vetusta cinta defensiva, apenas restam hoje dois trechos — um, bem visível, ainda relacionado com a antiga «Torre de Menagem», e outro menos conhecido mas de fácil observação, com a extensão de uns 150 metros, desde o rio até junto do actual Grémio da Lavoura que a reduziu a simples muro privativo do seu quintal.

Quanto ao antigo paço dos duques — que, do montículo sobranceiro à ponte, deveria constituir, nos sécs. xv e xvi (se não mesmo nos dois seguintes) uma orgulhosa moradia senhorial —, nada mais resta do que algumas despidas paredes com duas ou três chaminés tubulares e um evocativo terraço convertido em museu arqueológico ao ar livre. Daí se colhe a mais atraente vista da antiga vila e das suas amplas cercanias. Sobre o apinhado modesto de Barcelinhos, que está defronte, avista-se o espaçoso monte em cujo cimo teria existido outrora o lendário castelo de Faria; contempla-se a mansidão do rio, ao desaparecer, ao fundo, entre salgueiros, para as bandas do mar; vê-se, em baixo, como relíquia medíeva, o velho pelourinho e, a dois passos, destaca-se, pelo típico perfil, a velha casa, bem medíeva, dos Pinheiros, associada à evocação do indignado Barbadão, vizinho inerme e ultrajado (diria o Povo) do clandestino pai do primeiro duque de Bragança.

Se passarmos para o eirado da robusta «Torre de Menagem» (residência do antigo alcaide), teremos uma perspectiva não menos interessante. Daí se contempla a vila eitecentista.

Uma das notas mais gratas que os olhos atentos pode-

rão encontrar a dois passos dessa velha Torre é o chamado «Passeio dos Assentos», genuína expressão do bom gosto decorativo da época de D. João V. E não é a única. Logo ao pé está o agradável volume barroco do templo das Cruzes, e defronte a espaçosa e tão equilibrada fachada do velho Convento dos Capuchos (hoje convertido em hospital) envolvido por uma frondosa mancha de carvalhos seculares.

Como conjunto arquitectónico, será difícil encontrar outro no Norte de Portugal que nos ofereça tão castiço cunho minhoto.

Entre o rio e a cidadezinha expansiva, de raiz eitecénista, subsiste ainda um grande espaço livre que espera a devida ordenação urbanizante. Resta saber se essa zona ainda em estado potencial, tão favorável à abertura de uma possível alameda marginal ou ao lançamento de uma ponte nova, terá alguém que tome o exemplo do pequeno mas tão significativo Jardim Arquitectónico, joanino.

As edificações mais recentes, de tipo pragmático e de matiz berrante (verde, encarnado, amarelo, azul-sulfato), que vão conspurcando o tom discreto do velho casario moreno de granito, justificam todas as apreensões.

Se um dia uma edilidade tiver posses e força modeladora adequada para bem aproveitar essa faixa de quintalórios e terrenos livres que ainda dormitam ao longo do rio entre as duas pontes, criando ao lado da pequena cidade de raiz gótica e barroca uma outra, mais ajustada ao nosso tempo (não de cimento e de padrão arara mas neoportugalense ou minhota) a velha Rainha do Cávado, já de si tão graciosa, poder-se-á transformar numa

das mais típicas e pequenas urbes de Entre Douro e Minho.

Tudo depende do espírito criador de quem tem por missão aumentar a beleza da Terra, sem ferir as raízes do que nela se foi firmando ao longo do Tempo.

XX

HOMENS DE OUTRO TEMPO

PRESSUPÕEM alguns monógrafos que as origens de Barcelos talvez remontem à época da romanização. Tal conjectura, embora careça de apoio documental, é verosímil. A existência da desmantelada *citânia* da Franqueira — ainda hoje bem visível num solitário espigão próximo do cimo desse monte, no flanco voltado ao Norte —, é um sinal de que alguma tribo celtibérica aí foi decerto cercada e subjugada por algum implacável cônsul romano (Décio Bruto, Júlio César, ou outro) e que os sobreviventes tiveram de descer, indefesos, para a orla arável do Cávado, mais favorável à vigilância dos «manípulos» e «centúrias» que durante três séculos circulavam periodicamente pelas zonas insubmissas, a pouco e pouco pacificadas pelos métodos silenciosos dos pretores militares vindos do Lácio.

O topónimo de «Barcelos» talvez provenha da designação da passagem do rio, nesse local, por alguma *barca*.

O que se sabe com relativa segurança é que a povoação estava a renascer nos meados do séc. XII. Entre 1140 e 1146, o Batalhador deu-lhe a primeira carta de foral, que o neto, D. Afonso II, confirmaria no ano seguinte à tomada definitiva de Alcácer do Sal (1218).

Um pouco mais tarde, D. Dinis, querendo destacar o timbre de nobreza de um parente seu, D. João Afonso Telo de Meneses (trineto, como ele, de Sancho I e grande de Espanha, pouco antes saído de Castela para o vir servir nas negociações do tratado de Alcanices), concedeu-lhe o título de «conde» dessa vila do Cávado com a jurisdição sobre muitas terras de Entre Douro e Minho, incluindo Pombeiro de Vizela, onde terminaria seus dias e onde seria inumado num majestoso sarcófago ainda hoje aí visível no interior do transfigurado templo beneditino.

Desde D. Henrique de Borgonha, era a primeira vez que entre os portugalenses, de novo se designava um homem pelo título de «conde».

A singularidade era plenamente justificada. Pelo discreto e subtilíssimo tratado de Alcanices, celebrado em 12 de Setembro de 1297, nessa povoação vizinha de Trás-os-Montes, o rei português obteve do rei castelhano, Fernando IV, o reconhecimento de posse definitiva do território fronteiriço — até aí em disputa — entre o rio Águeda e o rio Côa, passando a constituir terra portuguesa todo o alfoz das vilas e castelos de Almendra, Almeida, Castelo Rodrigo, Sabugal, Alfaiates — e, ao sul do Tejo, a praça e o território (hoje *irredentes*, por mero arbítrio) de Olivença.

Na história política de Portugal a convenção de Alcanices pode considerar-se um dos mais brilhantes actos de diplomacia, só excedido pelo pacto de Zamora (a obra-prima de sagacidade desse homem de singularíssimas vir-

tudes de ânimo e de clarividência que os Mouros de Al-Gahrb, nos meados do séc. XII, designavam, sempre a meia voz, pelo nome de *Ibn-Errik*) e só igualado pelo tratado de Tordesilhas e pelo de Madrid.

Não é, pois, para estranhar a singularidade do prêmio nobiliárquico concedido pelo Rei-Poeta ao fidalgo negociador, cuja presença e finura terá sido decerto decisiva nesse acordo jurado e selado entre os dois monarcas.

Martim de Sousa, *alferes-mor* de D. Dinis, seria o 2.º conde de Barcelos, por morte do discreto e valoroso tetranelo de Afonso Henriques, inumado em Pombeiro.

Por morte daquele (1312), D. Dinis deu o título ao seu filho dilecto, D. Pedro, o celebrado autor do *Nobiliário*, que fruiria esse senhorio durante quase meio século.

Em curto tempo, seguiram-se três «condes» da estirpe do primeiro: João Afonso, Afonso Telo e João Telo.

O fim deste último (irmão da fatídica Leonor Teles) foi infausto: tendo seguido, durante o Interregno, a facção do rei Castelhana, veio a morrer no campo de Aljubarrota (como o próprio irmão de Nun'Álvares) nas «covas de lobo» que os *infantes* do condestável bem instruídos pela experiência dos arqueiros ingleses adquirida em Crecy e Azincourt, cavaram para sepultar a arrogância cavaleiresca e desassisada dos «grandes de Castela», cobertos de fitas de seda amarela e nuvens daquele fatídico pó de Agosto.

O título passou então, como tantos outros, para o obreiro daquela inverosímil jornada.

Uma vez mais, o senhorio da vila do Cávado tornava a servir de penhor de um «grande serviço».

Em 1401, o 8.º «conde» seria o genro do Condestável e filho bastardo de D. João I, D. Afonso, outro notável e diligente negociador de um acordo que só à custa de

muita perseverança seria obtido: a paz com Castela. As lembranças das viagens que esse negociador teve de realizar, algumas para além-Pirenéus, não devem ter sido alheias ao luxo de que ele gostava de se fazer cercar nas suas residências neogóticas, novas em folha, que mandou erigir em Barcelos, em Guimarães, em Chaves —, como verídicas réplicas das cidadelas e castelos da França feudal desse tempo.

Barcelos, nos meados do séc. xv, dir-se-ia decerto uma espécie de pequena Carcassone. O paço vimaranense, vizinho do castelo afonsino, com os seus tectos pontiagudos, seria, porventura, uma clara transplantação peninsular das grandes moradias senhoriais da Flandres ou da Borgonha.

Era uma época em que o sentido do amor da terra se casava indefinidamente com as mais desmesuradas expressões do amor-próprio.

O drama de Alfarrobeira — tenebroso desfecho de uma impensável trama de ressentimentos e obstinações, de demoníacas tentações e insânias — é uma nítida consequência e expressão da ambivalência desse homem paradigmático e Levado-do-Diabo que foi o 1.º duque de Bragança e 8.º conde de Barcelos.

Um homem notável — mas esse de alma bem límpida — que viveu e morreu nas cercanias de Barcelos, foi o heróico alcaide de Faria, Nuno Gonçalves. Como guerreiro dotado daquela rara e preciosa virtude que os Romanos designaram pela palavra simples de *virtus* e os Gregos pela palavra não menos incisiva de *areté*, não é fácil encontrar outro ao longo das melhores páginas do heroísmo peninsular que o supere em gratuidade.

A sua coragem está perfeitamente a par da daquele estoico Perez de Gusmon, governador de Tarifa, em face da terrível ameaça de morte pendente sobre o filho que estava em baixo, sob os muros, nas mãos dos que entabulavam a fria transacção. No roqueiro da Franqueira o papel, simplesmente, inverte-se. Em Tarifa, o velho Gusmon diz secamente não e atira aos que estão em baixo o seu próprio punhal; na Franqueira, é o velho que vai ao encontro da morte.

O feito, narrado pela pena de Fernão Lopes, deu-se uns vinte anos antes de Aljubarrota, por ocasião da guerra que Henrique II, de Castela, movia contra o rei português D. Fernando, tão inteligente mas tão versátil.

Invadida a fronteira do Alto Minho pelo Adiantado da Galiza, Pedro Sarmiento, fez-se um apressado alardo entre alguns barões de Entre Douro e Minho a fim de se fazer frente à onda invasora que já vinha para aquém do Lima. Desse improvisado levante fazia parte o conde de Ceia, tio do rei português, que esperou o invasor, segundo se presume, no alto de Tamel (talvez na Chã de Carapeços) a duas léguas ao Norte de Barcelos. O combate aí travado terminou pelo desbarato da pequena hoste portugalense, tendo o conde de Ceia fugido a custo para a Ribeira do Lima.

O alcaide de Faria, chegado ao campo quando já se dava a debandada, caiu em poder dos Castelhanos. Nessa situação previu o pior: receou que o filho, a quem havia confiado o castelo, o entregasse para o resgatar. Sobreveio-lhe então o arrojado estratagema: prontificou-se a ir ele mesmo negociar com o filho a entrega do castelo. O Adiantado concordou e fê-lo acompanhar de uma escolta.

Chegado junto dos muros e chamando à fala o filho,

o velho Nuno Gonçalves, com grande surpresa e indignação dos que o escoltavam, intimou o filho e exortou-o, sob pena de maldição, a não entregar o castelo. «— Sabes quais são os deveres de um alcaide? Sabes de quem é esse castelo? Amaldiçoado serás se não o defenderes como deves!» — teria exclamado.

Por isso ali mesmo foi derrubado e morto.

(A veneranda fortaleza, cujos fundamentos alguns julgavam teriam sido coetâneos dos primeiros *fossados* dos reis leoneses, foi lamentavelmente convertida em *pedreira*, nos princípios do séc. XVII, para a construção do trivial convento ainda hoje existente a meia encosta, uns duzentos metros abaixo da *citânia*.)

Outro vulto de que se honra Barcelos é o do alferes Gaspar Góis do Rego, morgado de S.^{ta} Eulália do Rio Covo, morto na batalha de Alcácer Quibir (14 de Agosto de 1578), ao lado do segundo duque de Barcelos, D. Teodósio, criança de 11 anos, cuja vida o tio e aio, D. Jaime, procurou cobrir e defender enquanto pôde, até tombar também na poeirenta hecatombe.

O pequeno duque, prisioneiro dos Moiros, seria resgatado algum tempo depois por Filipe II e conduzido a Madrid, só regressando a Portugal após as cortes de Tomar.

Mal diria o espírito frio e contrípeto do Escorial que aquele rapazinho trazido de Marrocos, viria a ser o pai do aparente e inofensivo melómano e organista de Vila Viçosa que iria deitar por terra, quatro décadas depois, o seu plano da Espanha Una.

O devir dos povos é tão rico de imprevisíveis como a existência de qualquer ser vivo.

XXI

VILAR DE FRADES

POR detrás do Monte Airó, modesto serro granítico sobranceiro, do lado do Sul, ao valeiro rústico de Sequiade e Fonte Coberta e do lado oposto ao amplo e repousante vale do rio Cávado, em cujo cimo ainda subsistem alguns vestígios de habitações pré-históricas, oculta-se um dos mais típicos e antigos mosteiros do coração do Minho. É o velho convento de Vilar de Frades, muito recatado num fundego rústico, fertilíssimo, a dois passos do rio, defronte do antigo couto afonsino de Manhente.

Quem sai a pé, como em tempos saímos (levando ao lado o nosso habitual parceiro, então ainda estudante) da estação de Midões e se dirige, pela encosta arborizada de Gamil, em direcção a Braga, encontra, ao cabo de meia hora de caminhada, um rude estradão que depressa o leva, através dum belo pinhal, ao valeiro monástico, oculto no fundo.

Segundo alguns antiquários, o primitivo cenóbio de Vi-

lar teria sido criado na era da dominação sueva, por iniciativa de S. Martinho de Dume, o incansável perseguidor das mil sobrevivências do culto sideral e druídico das populações luso-galaicas, ainda presas aos antigos altares dos bosques e das altitudes. Mas, de seguro, sobre essa possível raiz do velho mosteiro protomedieval, pouco ou nada se sabe. O que está escrito, e isso mesmo com insegurança, é que, nos princípios do séc. xi, já na fase do relativo afastamento do invasor islamita, naquele sítio se teria fixado um núcleo de frades beneditinos, protegido por um guerreiro desse tempo, da estirpe dos Gascos, D. Godinho Viegas, tido como ascendente dos Azevedos.

Nos princípios do séc. xv, esse segundo mosteiro parece ter-se dissolvido, não se sabe bem porquê, fixando-se no seu lugar uma comunidade de frades Evangelistas. Eram os chamados *Lóios*.

Começaram então as profundas transformações do edifício monástico e do templo anexo, seguramente notável, a avaliar pelo formoso portal ainda hoje subsistente.

Como restaurador do convento e delegado do arcebispo bracarense, o poderoso D. Fernando Guerra (neto de D. Pedro I e de D. Inês de Castro), foi promotor dessas grandes obras de reedificação o chamado mestre João, frade autoritário que parece ter sustentado um litígio de mais de vinte anos com aquele prelado, servindo-se do apoio do truculento senhor de Barcelos, D. Afonso, filho bastardo de D. João I e primeiro duque de Bragança. O litígio assumiu tal ardor passional que o arcebispo, em dado momento, se preparou para invadir os domínios dos frades e apossar-se do convento pela força das armas. Os *Lóios*, avisados do propósito, recorreram ao seu protector e este, com o seu habitual humor realengo, advertiu

o prelado de que, se tentasse o assalto da cerca monástica, o teria pela frente e que em vez da mitra lhe poria na cabeça um casco de guerra com azeite a ferver. O arcebispo, que bem conhecia o feitio do promotor da trágica jornada de Alfarrobeira, retraiu-se e sentiu bem quanto havia sido ingénua a sua jubilosa exclamação — *Hossanah! Hossanah!* — quando assistira, em Guimarães, em 1442, às aparentes expressões de reconciliação desse homem temível com o infortunado Regente, o Príncipe D. Pedro.

Durante os sécs. xvii e xviii, o mosteiro, dotado de grandes rendas, era a casa-mãe dos *Lóios*, assim como o quase vizinho mosteiro de Tibães era a sede dos Beneditinos.

A discreta emulação dos dois núcleos monásticos não deve ter sido alheia às modificações radicais e dispendiosos acréscimos que ambos receberam nessa fase de reconhecida abastança das hipertrofiadas ordens religiosas.

A melhor parte das riquezas da antiga Casa monástica desapareceu durante o século passado, no saque da soldadesca napoleónica de Soult (que aí passou, em Março de 1809), e na perturbada época da Guerra Civil. O remanescente (alfaias, imagens, bronzes, códices) perdeu-se nos últimos tempos. A própria cerca, frondosa e ampla, foi penosamente desbastada nas recentes transacções de que foi objecto.

O edifício conventual, em parte destruído por um incêndio deflagrado em 19 de Agosto de 1898, está actualmente adaptado, como o de Salvador de Travanca, a hospício de enfermos mentais.

Entre o arruinado mosteiro e o rio, que corre próximo, existia ainda há duas décadas uma frondosíssima alameda de freixos e plátamos, barbaramente sacrificada.

A primeira coisa a ver, na transfigurada igreja, deverá ser o precioso *postal românico* que se encontra entai-

pado à direita do pórtico gótico-manuelino da igreja reedificada no séc. xvi.

Pela beleza e densidade dos seus labores, pode considerar-se um dos mais notáveis espécimes de arquitectura e escultura religiosa da região de Entre Douro e Minho.

Autêntica obra-prima de decoração e simbologia, esse portal permite pressentir o que terá sido o templo românico apeado e desfigurado na época de Quinhentos.

O formoso pórtico primitivo é constituído por duas arquivoltas assentes em quatro colunelos, coroados por capitais esculpidos, de obscuro simbolismo. Os do lado direito, representam quatro bichos removens que se mordem e devoram; no segundo, representa-se uma serpente enroscada, junto de um batráquio e uma figura humana, lívida e letal. Na segunda arquivolta (a mais ampla), há uma bela «teoria» de escultura constituída quase somente por aves, em posições contorcidas. Na franja periférica é de notar outra série de baixos-relevos, em semicírculo, com estranhas figuras hieráticas.

Nota-se: uma cena patética (duas figuras inclinadas, uma sobre a outra, em ar de transe); um prelado, majestático e severo, com o braço erguido, empunhando o báculo; um cavaleiro esquelético, de feições quase quixotescas, levantando a espada, escarranchado num magro rocim; uma figura singular, corpo inteiro, de ar um tanto assírio; outro guerreiro, de pé; um bicho monstruoso, meio galgo, meio cavalo, meio dragão, de fauces escancaradas, vomitando fogo; cinco figuras humanas miniaturais e monstruosas, com as caudas oniricamente entrelaçadas; outro teratológico bicho; uma figura hirta, de túnica; outro cavaleiro, de ar rompante, com escudo e espada, montando um ridículo ginete; uma grande figura, com uma espécie de alfange; uma mulher com as mãos na cinta; um busto,

de túnica traçada, à romana, segurando com as mãos um peixe.

A moldura periférica que envolve toda esta composição semicircular é esmeradamente lavrada, prendendo os olhos pelos imaginosos motivos decorativos, harmoniosos e simples.

Uma vez apreciada esta genuína expressão de arte medieval, passemos ao exame da igreja quinhentista.

Pelo exterior, a igreja é ainda bastante remanescente do desaparecido templo medieval.

Ao lado do corpo central subsiste uma elevada torre rectangular que dir-se-ia uma recidiva do hábito arquitectónico do associar às igrejas a ocasional função defensiva. Do outro lado subsiste, sobre o portal primitivo, um pano de muro do antigo frontal da igreja românica.

A entrada para o templo faz-se por um alpendre saliente, de arco abatido. O portal é ladeado por duas colunas fitomórficas, simulando troncos de árvores, de ramificação amputada.

Penetrando no templo (exteriormente reforçado por gigantes) verifica-se a maestria da sua estrutura abobadada.

São patentes as afinidades desta notável obra de cantaria branca (proveniente das pedreiras próximas de Penide) com as da admirável abóbada polinervada da capela-mor da Sé de Braga, realizada, nos princípios do séc. xvi, pelo mestre biscainho João de Castilho, contratado pelo mecénico arcebispo D. Diogo de Sousa.

Sobre a nave, única, relativamente alta, paira um complexo e *formoso dossel* que arranca das paredes laterais magistrais feixes de nervuras. A abóbada, dividida em seis tramos, apresenta um interessante reticulado. Cada cruzamento de nervuras ostenta uma roseta. Ao centro da abóbada, destaca-se um grande florão.

Como dizem os franceses, constitui um verídico *tour-de-force* de virtuosismo e de perícia maçónica.

Olhando a cobertura do transepto, notam-se outros reticulados, de engenhoso geometrismo, quase aracnídico.

Na abside, a abóbada divide-se em três secções e apresenta outro tipo decorativo e técnico de nervuras, simultaneamente prismáticas e caneladas.

Seis fenestrões de amplas molduras iluminam o interior da cabeceira. A luz da nave é dada por dez janelas altas.

O órgão do templo, que era notável (segundo se diz) já não existe.

No corpo da igreja recortam-se, de cada lado, cinco capelas, com abóbadas estelares. As mais estimáveis são as do lado da Epístola, junto da nave cruzeira. Uma contém valiosos revestimentos de azulejos, de Bartolomeu Antunes, datados (1742). Um dos painéis representa a *Natividade*. Excelente composição e bom desenho. Em frente, outro painel: a *Adoração*.

Na sacristia (de tecto amplo, apainelado), conservam-se esculturas de madeira, talvez do séc. xvii, de impressionante vigor. É um *S. Laurentino* e um *S. Marcos*. Figuras magras e ascéticas.

Ao meio da tarde transpomos o rio na velha barca. Mais uma caminhada, através das velhas leiras de Manhente, e estamos em Barcelos ao cair do sol.

XXII

VALE DO VIZELA

HA quem pressuponha e com algum fundamento, que no lugar onde hoje se situa Vizela teria existido um acampamento romano porventura relacionado com a expedição subjugante dirigida e promovida, nos meados do séc. II a. C. (138), por Décio Bruto, contra os *clans* lusitanos existentes entre o sulco do Douro e do rio Minho.

Na verdade, no local e nas cercanias, sobretudo na freguesia de Santo Adrião, têm sido exumados muitos vestígios de construções de feição romana e algumas lápides epigráficas que corroboram essas conjecturas.

Um antigo *lente* de matemática do liceu de Braga, o professor Pereira Caldas, conheceu e examinou alguns desses vestígios, referindo-se, com precisão, às tejolarias, cavas e lanços de fossos «ainda bem conservados em parte e com disposição bastante apreciável dos tabuleiros e planos inclinados.»

Provavelmente a instalação desse campo militar teria

sido cultivada pela resistência que os moradores de uma cidade lusa designada *Cinnânia*, cuja localização exacta se ignora —, tão habitual era a destruição radical e implacável ordenada pelos chefes romanos quando os nativos de uma região ou cidade lhes ofereciam resistência ou se sublevavam.

Foi decerto o que se verificou (embora não de um modo tão duro) com a *citânia*, relativamente próxima de Vizela, hoje conhecida pelo nome de *citânia de Roriz* ou de *S. Fins*. Diante dessa povoação rude de meia altitude, bem defendida por três cintas de muralhas, o general romano parece ter tentado obter um convénio com os moradores, propondo-lhes a submissão amistosa e simbólica, mediante o pagamento de uma certa quantia. Os representantes do *clan*, recusaram, porém, laconicamente, essa proposta, respondendo:

— *Os nossos avoengos deixaram-nos ferro para defendermos os muros e os filhos; não ouro para os negociar.*

Dada a situação dominante da cidade fortificada, os Romanos ter-se-iam visto na necessidade de recorrer a certos preparativos de assédio. O acampamento de Vizela teria sido uma das bases do cerco ou assalto que decerto terminou pelo extermínio dos altivos Cinnanenses e pela destruição da sua urbe.

Em 1788 foi achada nas Caldas de Vizela uma lápide epigráfica, honorífica, em cujo fecho se lia o nome abreviado dos Cinnanenses (R. COS. (CINN). Era uma pequena pedra quadrangular, com inscrições nas quatro faces.

Na época imperial da «paz romana», Vizela, tornada conhecida pelas virtudes terapêuticas das suas múltiplas nascentes de águas sulfurosas, passou a ser uma estância

termal de relativo luxo, segundo se infere dos impressionantes vestígios de instalações balneares que aí se descobriram nos meados do século passado, quando se deu início ao reaproveitamento das águas. Desgraçadamente, por determinação de uma edilidade vimaranense pouco esclarecida, esses achados, verdadeiros testemunhos dos hábitos hidroterápicos dos antigos dominadores da Península, foram novamente entulhados.

Se tivessem sido resguardados, seriam talvez a mais importante ruína balnear ibérica da época da Romanização.

Deve dizer-se que essa rude destruição se efectuou apesar das prudentes advertências de um publicista, Wenceslau de Sousa, que, em 1849, num periódico portuense (Cf. *Nacional*, n.º 146, de 28-Junho), escreveu:

«A Câmara deveria explorar todo aquele terreno com as cautelas que demandam tais excavações...; porém, é condição nossa, dos cargos municipais caírem sempre em mãos...»

Não vale a pena transcrever o que se segue.

Numerosas captações e canalizações, tanques e tinas, pavimentos de mosaicos, constituíam esse interessante estabelecimento termal romano, hoje invisível.

Salvaram-se apenas alguns fragmentos de tubagens que foram recolhidos no museu arqueológico de Martins Sarmento, em Guimarães.

Por uma lápide epigráfica, de amplas proporções, de uns doze palmos de comprimento, retirada possivelmente de algum antigo pórtico, se depreende que junto das «termas romanas» de Vizela devem ter existido templos ou edifícios de certo vulto. Na inscrição se diz que o oferente era um tal Flavius Archelaus Claudianus, legado imperial.

A ponte romana lançada sobre o Vizela a duas centenas de passos a jusante das termas estava decerto relacionada com uma das vias militares bracarenses: a que vinha do Vale do Ave para o Tâmega, via Amarante.

Pouco depois da época das grandes invasões germânicas, em 369, Vizela parece ter sido repovoada pelo rei visigodo Atanagildo.

O topónimo da freguesia próxima de Tagilde talvez o relembre.

Nos meados do séc. x (964), o rei asturiano Ordonho estanciou perto de Vizela, na sua *vila* de Cascalheira, que ele doou a uma dama da sua particular afeição, de nome Adosinda.

Um século mais tarde, o rei de Leão, D. Afonso V, acompanhado da rainha-mãe, aí recebeu a visita dos frades beneditinos vimaranenses, que a condessa Mumadona protegeu e animou, oferecendo-lhes, além de muitas rendas de pão e vinho, uma apreciável biblioteca, cujo catálogo se conhece.

Era preciso, pois — escreve com certa razão o antigo e já citado *lente* de Matemática, Pereira-Caldas —, que nestas paragens de Vizela houvesse então edifícios capazes da acomodação dum rei e uma rainha e preciso se tornava, igualmente, que muito grande fosse então a nomeada dessas águas sulfurosas para que a corte chegasse a abalar-se para elas, através das grandes distâncias do interior da Espanha.

As terras férteis de Pombeiro, a montante de Vizela, constituíam uma das *honras* do poderoso 1.º conde de Barcelos, antigo senhor de Albuquerque, D. João Afonso Telo de Meneses, parente próximo do rei D. Dinis e negociador habilíssimo do tratado de Alcanices (1297), pelo

qual o rei português obteve do rei de Leão e Castela os territórios de Ribacoa e de Olivença.

O corpo desse grande fidalgo e diplomata (neto de D. Sancho I) encontra-se num rude sarcófago românico, com estátua jacente, à entrada da igreja de Pombeiro, sob o coro alto, do lado do Evangelho. É um mausoléu de granito, impressivo pela severidade da escultura que se sobrepõe ao arcaz, mas não tão valioso, no entanto, como o sarcófago similar, e um pouco posterior, que se encontra na igreja de S. João de Tarouca, e que foi feito para memorar o 3.º conde de Barcelos, o celebrado filho bastardo de D. Dinis, D. Pedro, o compilador do *Nobiliário*.

Há poucos dias contemplamos um e outro e, reconhecendo embora que o primeiro tem acentuada dignidade, verificamos a sós, que o segundo de longe o excede, mais parecendo o mausoléu de um rei assírio do que o sarcófago de um cavaleiro e trovador medievo.

No século de oiro da Idade Média (o século de Dante e de Pedro Hispano), nasceu nas cercanias de Vizela, na obscura aldeia de Arriconha, o viajado monge e pericial artífice S. Gonçalo, o padroeiro amarantino e construtor da celebrada ponte sobre o Tâmega.

Na mesma paróquia, Tagilde, se firmaria algum tempo mais tarde, um acordo importante entre o rei português, D. Fernando, e os delegados do duque de Lencastre — o chamado *pacto de Tagilde* — que seria o primeiro instrumento jurídico do tratado de aliança que ainda hoje perdura entre Portugal e Inglaterra.

À vista de Vizela transitou rapidamente, em fins de Maio de 1809, o pequeno exército napoleónico de Soult, que, em marchas forçadas, pela cumeada dos montes, procurava alcançar a raia da Galiza, no Alto Cávado.

De passagem por Pombeiro, essa tropa fugitiva lançou fogo ao mosteiro e daí seguiu para o Norte, juntando-se aos destacamentos, vindos de Amarante, de Loison, e aos dragões de La Houssaye, que haviam ocupado Guimarães durante dois meses.

*

Em beleza panorâmica, o rio Vizela poderia competir com qualquer rio alpino.

As velhas terras de Pombeiro e Margaride têm nele a mais discreta e interessante via de acesso.

Ao longo das suas margens, pelas encostas de Moreira dos Cónegos e Jugueiros, circulavam ainda nos princípios deste século as pachorrentas diligências do Cosme e do Cabanelas, contemporâneas de Camilo. Depois tudo mudou. Com a construção da via-férrea, o vale do Vizela tornou-se um pequeno lugar comum do viajante comum.

Nem por isso deixa de ser um verdadeiro encanto para quem tiver olhos atentos. Desde a sua confluência, em Caniços, às portas de Riba de Ave (dominadas, lá no alto, pela *citânia* do Monte Córdova) até alturas de Fafe, o riacho (dez léguas de percurso, mais ou menos) multiplica-se em quadros de rara amplitude e discreta intimidade. Em dados pontos, as suas vertentes elevam-se em agigantados arremessos (outrora coroados por *castros* de boa visão planetária); noutros passos oferece trechos de impressionante bucolismo, desdobrando-se em pequenos açudes e lúdicos meandros, de indefinido sabor idílico e orfeico.

*

A linha-férrea, embora siga o vale em boa parte, não o dá a conhecer inteiramente. A partir das Caldas de

Vizela, afasta-se, a fim de contornar, pelo lado do Poente, a modesta montanha granítica da Penha (617 metros de alt.) e só nos permite vê-lo de novo, e muito de relance, por alturas de Fareja e Duas Infantas, a montante de Jugueiros. Nesse relance voltam os típicos açudes e os murmurosos ressaltos, bordados de tufos de arvoredos e retalhos de relva húmida. Aí, liberta das mofinas escorências industriais que lhe conspurcam a jusante das caldas, a antiga pureza, já respira e salta a fina e rapidíssima truta que um ou outro amador de manhãs haliêuticas, com muita paciência e pés de lã, espia e fiska, riscando na atmosfera o breve sulco húmido da infeliz incauta, estrebuchante.

Não basta, porém, seguir o pitoresco curso líquido do irmão menor do Ave (*Vizela = Avicela = pequeno Ave*), ao longo dos seus azulados pegos e anónimos rodeios. A beleza panorâmica do vale do Vizela só a apreciará devidamente quem subir a algumas cumeeiras que o dominam aqui e além.

É preciso ir ao cimo da citânia de S. Fins ou ao alto de Barrosas para se contemplar a amplidão do seu imponente sulco.

Aqui, como em tudo, importa conjugar a *visão íntima* com a *visão do alto*.

Enquanto a linha do Minho se afasta na direcção do norte, a linha secundária que seguimos inflecte sensivelmente na direcção do nascente, seguindo de perto (por vezes quase resvés) a deleitosa estrada líquida do rio Ave.

É um encanto este percurso.

D. Carlos de Bragança, com a sua retina sensível de pintor mais habituado às superfícies macias, mas monótonas, do Alentejo que à frescura e policromia de Entre

Douro e Minho, parece ter exclamado no dia que inaugurou esta linha-férrea: — «*É uma viagem através dum jardim!*» — e a exclamação tem razão de ser.

O rio, calmo e modesto, não se cansa de divagar entre tufos de salgueiros. De relance, avista-se a ínsua de Argemil, cujas frondes compactas mal deixam vislumbrar o abraço meândrico das águas verdes.

Uma enorme azenha move-se lentamente no meio de uma bela aguarela de pacatez, que está a pedir, com aquelas vacas malhadas ao fundo, a pupila de um Silva Porto.

Ao cimo, aparece um aglomerado de casario. É Santo Tirso, vila de remotas raízes monásticas, mas muito airosa e progressiva, dominada dos lados do sul pelo evocativo monte Córdova, berço do combativo bispo Rosendo, oponente das incursões temerosas dos *wickings*, no amanhecer portugalense de há mil anos.

As águas plácidas e verdes do rio contornam brandos relevos e cortinas de arvoredos, desdobrando-se em perspectivas encantadoras.

Em manhãs de boa luz, é uma verdadeira cenestesia acompanhar com o olhar o singularíssimo desfile deste macio e pescaliano caminho andante, ora espelhando sob um feixe de dardos apolíneos, ora fazendo a sua negaça por detrás de alguns fios de neblina.

Em dado instante, a brandura rústica cede lugar a um trecho um pouco áspero, de pura beleza silvestre. As águas do rio estrebucham e sussurram entre penedias, de águas abundantes e arborização variada.

Estamos em Caniços, sítio há um século selvático e ermo (próprio para um conto nocturno de Camilo, quase seu vizinho), hoje transfigurado pela actividade fabril, que

nele se traduz nas linhas de alta tensão e no rumor da pequena estação hidroelétrica aí construída.

Quando se transpõe o rio Ave, avista-se, em dois segundos, o vale alcantilado e restrito dos dois rios, notando-se no fugitivo relance, para montante do maior, uma das fábricas que preludiam o centro fabril de Riba de Ave.

A partir da confluência, a linha-férrea passa a acompanhar o curso extremamente pitoresco do rio menor.

O desfile dos fraguados e dos meandros oferece indefinidas perspectivas que recreiam os olhos e ao mesmo tempo melancolizam a alma, pelo subjacente sentimento da irreversibilidade da Existência que toda a cinematografia do mundo infiltra no espírito de quem quiser peregrinar o que transita.

Por algum tempo, do lado de cá, acompanha-nos uma grande mata de eucaliptos; do lado oposto ergue-se um volumoso pendor que atinge, em alguns arremessos, 500 metros de altitude. É a altaneira encosta de Roriz, com a sua bela e velha igreja românica.

Mais acima, junto do marco geodésico, está a *citânia*, silenciosa e indecifrável testemunha de um longínquo drama pré-histórico.

No mesmo pendor íngreme encontram-se as duas antigas freguesias gémeas de Negrelos, rincão íngreme e granítico, subjacente às alturas de Barrosas, com algumas importantes instalações fabris.

Foi pela cumieira dessa montanha que o pequeno exército napoleónico do duque da Dalmácia se escapuliu, pouco airoso mas tão habilmente, à perseguição de Wellesley, em 14 de Maio de 1809. Perante a dupla ameaça

que sobre ele pesava do ataque do general inglês ou do general Silveira, que então dominava as carreiras e os desfiladeiros de Ribatâmega, o cabo-de-guerra napoleónico optou, *in extremis*, pela destruição de toda a artilharia e bagagens, escolhendo como via de fuga a linha de cumiada de Baltar-Cristelos-Barrosas, seguindo em marchas forçadas, pelas veredas do alto, só conhecidas dos porqueiros e feirantes, e assim conseguiu atingir o passo de Mizarela, no Alto Rabagão, um pouco antes da chegada a Salomonde dos primeiros destacamentos anglo-lusos.

*

Estamos na encosta de Moreira de Cónegos, entre Giesteira e Atainde.

Sucedem-se os formosos quadros ao longo do rio. Fábricas e mais fábricas, de um lado e outro. Um canal sinuoso conduz um modesto veio de «hulha verde» a uma modesta central instalada na margem esquerda.

A par das pequenas turbinas invisíveis ainda giram, aqui e além, algumas rodas hidráulicas, como relíquias do antigo processo de movimentação industrial.

O rio, verde e rumoroso, corre no fundo, entre lameiros e açudes. Defronte, no alto, vê-se a freguesia de S. Martinho de Campo.

Os horizontes, ainda imponentes, começam a cingir-se. A serra que se divisa do lado do Nascente, já aponta as terras de Unhão.

Junto das caldas, tão frequentadas pelos Romanos, perde-se o contacto e a vista do rio, para se vencer uma encosta de tojo e granito.

Por detrás do monte próximo de S. Bento oculta-se o fertilíssimo vale de Tagilde e Pombeiro. É quanto perde

a linha, que, para servir o antigo burgo vimaranense, teve de optar pelo contorno ocidental da Penha.

Mas a perda não é tão grande como íamos a dizer. Todo o Minho se compensa.

Ao norte da estância termal encontra-se um prolongado plaino rústico, densamente arborizado. São incontáveis os retalhos de cultivo rodeados de fileiras de choupos e salgueiros, carvalhos e cerejeiras, que, no Verão, se cobrem de guirlandas de folhagem de parreira.

Subindo um pouco, domina-se o recatado valeiro rústico de Nespereira, freguesia castiçamente minhota, cingida por dois outeiros radiculares da montanha próxima. Um dos outeiros é o da Polvoreira. Defronte, a meia encosta, lá está a Casa do Alto, que foi de Raul Brandão, profundamente impregnada da sua obra, fantasmática e confidente, desconforme e sideral!

Aí o visitamos, há uns bons cinquenta anos!

Entre quintarolas e boucinhas, sobe-se ainda um pouco. Os horizontes ampliam-se de novo. Ao longo, para noroeste, avista-se a corda montanhosa de S.^{ta} Marta e Sameiro, miradoiros do vale do rio Ave, vizinhos das ruínas pré-históricas de Briteiros. Para o sul e poente, domina-se, por momentos, em grande extensão, a baixa rústica e industrial de Pevidém, Joane e Ronfe.

Nisto, surge, o impressivo vulto do castelo de Guimarães. A cidade, ao mesmo tempo rica de evocações e de zumbidos de usinas modernas, está aos pés do velho roqueiro.

Mas deixemos a vetusta vila acastelada, polifónica e multímoda, para outro dia.

A vista da cidade perde-se no alto de Aldão, ao dobrar da vertente.

Ao longe, para os lados de Atães e Pencelo, descobre-se o santuário pontiagudo e branco de S. Torcato.

De novo voltamos ao vale do rio Vizela. Lá está o riacho, ao fundo, a apontar o antigo e fértil rincão monástico de Pombeiro.

Do outro lado do valeiro de Duas Infantas, desdobra-se o enorme pendor arborizado da Penha. Aqui e além, manchas brancas de velhas *quintas*.

A cada passo se notam sítios de incomparável frescura. No fim da Primavera o ar anda impregnado do aroma do tojo e das giestas — enquanto, nos fundos, no tom verde macio, se adivinha um ou outro retalho de linho nascente ou já em flor.

XXIII

VELHAS TERRAS VIMARANENSES

EM épocas muito anteriores à vinda dos Romanos, a região de entre o Ave e o Vizela, rica de miradoiros panorâmicos, propícios à vida autónoma das moderadas altitudes, e não menos rica de recantos húmidos e silvestres, favoráveis à procura do sustento (as landes e a caça), era já bastante povoada. Assim o comprovam os inúmeros vestígios de vida originária existentes nos cimos de vários montes: Penha, Polvoreira, Briteiros, Sabroso, etc.

Estabelecidas as legiões do Lácio, a vida dessa gente, séria e agreste, alterou-se profundamente. O invasor, com extrema severidade, destruiu as povoações das alturas e coagiu os *clãs* ibéricos a fixarem-se nos sítios aráveis.

Como e em que circunstâncias terão sido demolidas as *citânias* que povoavam quase todos os cumes deste recanto atlântico da Península ninguém o sabe e decerto ninguém o virá a saber.

Além dos restos da *via militar* que de Braga se dirigia para sueste, pelo vale do Tâmega e pelo Marão, encontram-se no vale do Ave significativos sinais da época da «paz romana» (aras epigráficas, ruínas de antigas termas, a grande inscrição rupestre de Trajano, moedas, relíquias de armas e utensílios, etc.).

Da era obscura das invasões germânicas subsistem também alguns testemunhos lapidares (arcas tumulares, capitéis esculpidos, ábacos visigóticos, etc.), mas o seu mutismo pouca luz oferece.

Da própria fase da Reconquista os hiatos de penumbra são enormes.

No século x, a região parece ter sido assaltada por sucessivas *razias* moiriscas e bandos de normandos. Um desses assaltos teria determinado a construção do castelo de Vimaranes, obra promovida pela viúva do conde Hermenegildo Mendes, Mumadona, protectora de um convento beneditino *duplex*, erguido a suas expensas em uma vila sua, desse nome.

Herculano pressupõe, e não sem razão, que essa primeira obra defensiva vimaranense teria sido relativamente modesta e que o castelo existente no séc. xi seria principalmente obra do conde D. Henrique (m. 1114) — «daquele (escrevia o Historiador) que até certo ponto se pode chamar o fundador da nacionalidade portuguesa».

No mesmo lugar onde os reis leoneses teriam tido um paço, o novo conde portugalense, genro do rei de Leão e Castela, parece ter mandado edificar o paço onde, uma vez por outra, estanciaria a sua corte — «se corte se pode chamar» a uma permanência necessariamente instável, por imposição das constantes deslocações guerreiras e políticas inerentes ao seu cargo de fronteiro e parente do rei leonês. Dessa corte fariam parte, além de muitos

cavaleiros portucalenses, outros de origem franca vindos, como ele, para a Espanha, nessa fase ardente das Cruzadas.

Apesar das suas ambições junto da corte de Toledo, o conde D. Henrique, acompanhado do bispo de Coimbra, Maurício, parece ter partido para a Palestina por volta de 1104 e por lá se demorou cerca de um ano. Em 1114, estando em Astorga, falece. O futuro primeiro rei de Portugal, nascido na alcáçova do castelo (ou paço vizinho do roqueiro vimaranense), estava ainda na primeira meninice. Por isso os negócios do condado passaram a ser geridos pela condessa D. Teresa (segundo os documentos, *regina*), astuta prosseguidora dos desígnios do falecido conde. Durante algum tempo (cerca de uma década), o infante, confiado ao dedicado e poderoso «prócere», Egas Moniz, vive obscuramente a sua infância e puberdade em terras de Ribadouro (em Paços de Sousa, em Cárquere, Resende, Tarouca). Aos 14 anos, o infante, como que antevendo o seu signo, por suas próprias mãos, arma-se cavaleiro na catedral de Samora. A *pulquerrima regina*, absorvida na sua astuciosa luta pelo engrandecimento do condado e na sua «afeição desordenada» pelo filho segundo do conde de Trava, Fernando Peres, que ela faz governador de Coimbra e fronteiro das terras de Soure, não pressente o que se passa no ânimo do filho adolescente, nem no dos barões que o acompanham e o consideram o verídico herdeiro do condado Portucalense.

Os velhos guerreiros de Entre Douro e Minho revêem-se na varonil robustez e formosura do moço príncipe e intimamente o tinham como seu paladino, remordidos pelos desmedidos privilégios de mando que o valido da *rainha* fruía. A prisão do arcebispo de Braga, D. Paio,

anulada por mandado cominatório do Papa enviado ao bispo de Santiago, Gelmires, aliado dos Travas e da rainha portugalense, parece ter catalisado e apressado a rebelião.

D. Afonso VII, sem se aperceber talvez do profundo sentido do que se passava, e só movido pelo propósito de firmar a sua primazia de imperador das Espanhas (por todos os condes e bispos reunidos em Oviedo reconhecida, salvo pelo próprio infante portugalense, seu segundo primo, que primara pela ausência), entrou no condado (1127) submetendo à sua suserania a condessa viúva, cercada em Lanhoso, e dirigindo-se em seguida para Guimarães, a fim de obter outro tanto do infante que aí se encontrava, parece, com alguns *tenentes de terras* de Entre Douro e Minho.

É nesse transe que se dá o celebrado compromisso de Egas Moniz. O aio do infante, decerto persuadido da temeridade de toda a resistência ao exército sitiante do monarca leonês, assume, por si (com o acordo ou sem o acordo do pupilo) o preito de vassalagem. Sob esse compromisso de honra, Afonso VII levanta o cerco e parte para o centro de Espanha.

Poucos meses depois eclodia a rebelião dos barões portugalenses — saindo uns das terras de Vila da Feira, outros da Maia, outros de Ribadouro, outros da Ribeira de Lima, outros das terras de Neiva. A concentração de todos esses *tenentes de terras* feita nas cercanias do roqueiro vimaranense culminaria no obscuro combate de S. Mamede (1128). À vista dos muros de Guimarães, era vencida a hoste da *rainha pulquérrima* apoiada na facção dos

Travas e de Gelmires e aclamado, como herdeiro do condado, o moço infante.

O Épico assim evoca, n'*Os Lusíadas*, essa jornada:

De Guimarães o campo se tingia
C'o sangue próprio, da intestina guerra
Onde a mãe, que tão pouco o parecia,
A seu filho negava o amor e a terra
Com ele, posta em campo, já se via,
E não vê (a soberba!) o muito que erra
Contra Deus, contra o maternal Amor!...
Mas, nela, o sensual era maior.¹

Alguns dizem que o combate teria tido um desenca-
deamento confuso, e que só no final, por um estranho
volte-face da fortuna e da audácia, o príncipe portuca-
lense teria obtido a vitória sobre os cavaleiros partidários
da rainha e dos Travas. No primeiro recontro, os guer-
reiros que rodeavam o filho de Henrique teriam sido repe-
lidos e compelidos à fuga. A retirada dos Portucalenses
iria já na veiga de Aldão, quando teria surgido o possante
tropol dos homens de armas oriundos de Ribadouro, capi-
taneado pela gigantesca figura de Egas Moniz. Nesse ins-
tante, toda a engrossada hoste do infante voltara ao campo
de refrega e aí ter-se-ia dado o completo desbarato dos
defensores do castelo e da rainha.

Segundo alguns, D. Teresa teria sido aprisionada e
conduzida ao castelo de Lanhoso, onde teria encontrado,
em tempo desconhecido e sob ferros, seus últimos dias.
Segundo outros, teria seguido com os fugitivos cavaleiros
galegos para as terras de além-Minho e falecido obscura-

¹ *Os Lusíadas*, Canto III, Est. 31.

mente, alguns anos depois, em qualquer paço do extenso domínio dos Travas. Seja como for, ou tenha sido como acaso foi, o certo é que essa jornada constitui um dos mais salientes marcos das origens de Portugal.

A partir desse dia, verdadeiramente crucial, o caminho dos dois povos — o Portucalense e o Galego — cindiu-se.

XXIV

TRABALHADORES DISCRETOS

NA atmosfera vimaranense, cujo *tonus* pragmático, rústico e fabril, é bem reconhecido, floresceram, na segunda metade do século passado, duas distintas personalidades que, sem desfalecimento, se consagraram à actividade gratuita da investigação e do estudo.

Uma dessas individualidades, ao mesmo tempo inconfundível e modestíssima, foi Alberto Sampaio, o autor meticoloso e infatigável das origens das «*Vilas e pobras marítimas do Norte de Portugal*».

O outro, foi Martins Sarmento, o exumador da *Citânia de Briteiros* e do *castro* de Sabroso, incansável e argutíssimo indagador de uma das zonas mais obscuras do *interland* pré-histórico do Ocidente da Península, a fase nevoenta que terá precedido a transposição dos Pirinéus pelas torrentes migratórias dos Celtas.

Como se sabe, nos meados do século dezanove, ganhou grande força a tese etnológica (em boa parte prove-

niente de alguns investigadores de filologia e antropologia germânicos), da excepcional importância, para a Europa, das caudalosas migrações celtas provenientes da Ásia, portadoras de uma civilização incomparavelmente superior às das populações autóctones, europeias, que esses povos, vindos de longe, teriam facilmente submetido, graças a certas armas mais aperfeiçoadas, e em pouco tempo assimilado.

Oliveira Martins, por exemplo, seria, entre nós, um arraigado sequaz dessa prestigiosa teoria céltica. Em seu entender, a afectividade nostálgica dos Portugueses, a par do correlativo anseio das grandes viagens (ou fugas), de indefinida esperança, seriam um específico psicotropismo proveniente dessa longínqua estirpe que, por volta do séc. oitavo ou nono antes da era cristã, teria saído das alturas de Pamir e do Irão e alastrado pelas mais diversas regiões da Europa (a Grécia, a Itália, a Ibéria, a Bretanha, a Irlanda).

Seria essa torrente étnica, a partir do Cáucaso ou do Mar do Arquipélago, repartida em diversas ramificações, a origem de um novo tipo de civilização europeia, sucessora da era ingénua e primordial das grutas e dos *dolmens*.

Martins Sarmiento, em nítida posição discordante da teoria céltica, inclinou-se, a partir de certo momento, não sabemos se por força de um dado pressentimento ou por sugestão de leituras e estudos, para a *ideia-crença* de que, antes dos Celtas, a Península Ibérica, e particularmente a vasta região que, no tempo da ocupação romana, era considerada *pátria* dos Lusitanos, teria sido procurada e ocupada por um outro povo, os *Lígyres*, que seriam precisamente os criadores da típica civilização das «citânias» e dos «castros».

Em rigor, ninguém poderá saber, *por enquanto* (e dizemos assim com prudente reserva e certa esperança de ser

possível um dia, graças a processos de investigação científica que, nem por sombras, são hoje vislumbrados e, por ventura, daqui a dois ou três séculos, virão a ser recursos de conhecimento tão familiares e simples, no plano do Tempo, como são, actualmente, a «radiotelefonia», o «radar» ou a «televisão») ninguém poderá saber, íamos dizendo, como viveriam, como se exprimiam, como convíviam, como pensavam, esses povos remotíssimos, que habitual e sistematicamente escolhiam as alturas dominantes, dos planaltos e dos vales, para construírem as suas rudes *urbes montanhosas*, cuidadosamente muradas e fortificadas.

Durante cerca de três décadas, de intenso estudo, rastreio e confronto, o magro indagador e andarilho de Briteiros viveu como possuído de uma obsessão de esclarecimento.

Aliás, era a época das prodigiosas revelações arqueológicas.

Martins Sarmiento deu início às suas escavações da «citânia» de Briteiros precisamente na quadra em que Schliemann (1871) se consagrava intensamente às perfurações da colina, vizinha do antigo Quersoneso, onde presumivelmente teria existido a lendária cidade de Tróia.

Com espantosa fortuna, o indagador alemão abriu um profundo poço de exploração no local exacto onde teria existido o edifício nuclear da cidade soterrada. Atravesando, febrilmente, com a ajuda de algumas dezenas de trabalhadores, assalariados uns, por pura dedicação outros, as sucessivas camadas de sete povoações sobrepostas, encontrou, finalmente, em dado dia (14 Julho de 1872) um enorme bastião de muros duplos que, quase de repente, lhe desvendou e entregou um precioso espólio de vasos, objectos sumptuários e jóias (cerca de oito mil

pedras valiosas, armas de bronze, taças de prata, braceletes e diademas).

O indagador, para se precaver de possíveis furtos dos que o ajudavam nas escavações, despede todos os assalariados e, quase em segredo, e a sós, com a ajuda somente da esposa, faz a recolha desse inverosímil tesouro, que ele passa a designar pelo nome de «tesouro de Príamo» (infelizmente destruído, em boa parte, em Berlim, no decurso dos terríveis bombardeamentos sofridos pela cidade na fase final da Segunda Grande Guerra).

Uma vez cometida essa extraordinária proeza, Schliemann, verdadeiro desencantador de cidades mortas, transfere-se para o solo da Grécia propriamente dita, farejando (é quase o termo) o local onde teria existido a antiquíssima urbe fortificada de Micenas, a cidadela régia do chefe da expedição dos Helenos promovida contra Tróia, o fatídico Agamémnon.

Guiado pela sua espantosa intuição farejante, o investigador, servindo-se agora não das narrativas de Homero mas das descrições de Pausânias, dá começo a novas escavações que lhe permitiriam encontrar em breve uma série de profundos sarcófagos, monumentais e intactos, peçados de vasos votivos e jóias, armas de bronze com incrustações de ouro e de prata, que não ficariam aquém, em valor e significação, do tesouro exumado nas escavações de Tróia.

Assim, em dois rápidos golpes de audácia — não, sem dúvida, gratuitos mas como justo prémio de uma pacientíssima preparação, pois importa ter sempre presente que o afortunado investigador alemão, além do relativo domínio adquirido de diversos idiomas vivos (inglês, francês, espanhol, italiano, português, russo) havia feito estudos aturados do latim e do grego, a ponto de saber de cor

trechos extensos da *Iliada* —, o descobridor das ruínas de Tróia e de Micenas impôs-se como um arqueólogo de primeira grandeza.

Não contente ainda com estas extraordinárias pesquisas, qualquer delas suficiente para fazer o renome imperecível de quem quer que as promovesse, Schliemann lançou-se em novas campanhas de escavações em Tirinto, na Ítaca, de novo em Tróia e, por fim, em Creta, onde esteve prestes a pôr a descoberto o famoso Palácio de Cnossos, que, algumas décadas mais tarde, faria a fortuna de outro grande arqueólogo, Evans, o tenacíssimo decifrador da escrita cretense.

Graças a estes trabalhos, a pré-história dos Gregos recuaria cerca de mil anos.

Entretanto, com uma tenacidade e uma força de inteligência seguramente não inferiores à de qualquer desses arqueólogos por assim dizer predestinados, Martins Sarmiento entregava-se inteiramente à tarefa de joeirar a terra e revolver a pedregulhada da sua «citânia», movido pela esperança de poder decifrar o grande enigma que talvez se encontrasse sepulto sob aquelas ruínas *silenciosas*.

Dia após dia, durante cerca de sete anos, o indagador vimaranense foi refazendo, com os seus próprios recursos, sem qualquer ajuda do Estado ou de qualquer Instituição particular os fundamentos daquela *cividade morta*.

Uma vez ou outra foram surgindo relíquias dos longínquos moradores daquelas alturas, mas tão singelas e tão pobres que era forçoso reconhecer que a «civilização» dos moradores das citânias e dos castros, a avaliar pela arquitectura rudimentar das moradias, a rudeza das vias de acesso, a exiguidade labiríntica dos arruamentos do povoado, estava seguramente a enormíssima distância da civilização, já não diremos da Mesopotâmia ou do Vale do

Nilo, mas de muitas civilizações montanhesas, tais como as dos Incas ou dos Astecas.

Em dado dia (1878), o investigador da *citânia* de Briteiros foi fortemente sacudido pela esperança, ao ver emergir do solo revolvido pelos alviões e enxadões dos seus jornaleiros e caseiros de Briteiros, a enorme laje lavrada e inculpida que o próprio indagador baptizaria com o nome de «Pedra Formosa» e que se lhe afigurou como uma presumível ara sacra (até certo ponto, similar das conhecidas fragas litúrgicas do santuário de Panóias) consagrada às grandes cerimónias dos sacrifícios ou holocaustos de certo praticados pelas populações castrejas em honra dos seus «deuses» ou «espíritos».

O operoso e pericial epigrafista alemão, Emílio Hübner, com quem o investigador vimaranense se corresponderia durante cerca de vinte anos, opunha-se com delicadeza, mas patente inflexibilidade, à hipótese da colocação horizontal da pedra, considerando-a antes como um presumível frontal de uma construção tumular. E, na verdade, esta última interpretação viria a ser, meio século depois, plenamente confirmada com a descoberta feita no decurso de uma campanha de escavações efectuadas na *Citânia* sob a direcção de um notável continuador e admirador de Martins Sarmiento, Mário Cardoso.

Dentro dos muros da citânia descobriu-se outra construção tumular, infelizmente vazia e certamente violada noutros tempos por algum ou alguns pesquisadores de tesouros.

Uma vez posta ao alto, como frontal de mausoléu, apresentava proporções e ranhuras nitidamente similares às da pedra exumada por Martins Sarmiento.

Ao nível do chão, fazia-se notar a abertura exígua por onde, a custo poderia passar um homem, rastejando.

Como defesa do mausoléu era, na verdade, bem pouco, comparando esse cuidado com as dificuldades do acesso que tantos outros *moimentos* similares ofereciam nas pirâmides de Gisé, nos sarcófagos rupestres da antiga Pérsia, nas jazidas profundas de Micenas.

Não é de estranhar, pois, que nem junto da Pedra Formosa descoberta, em 1878, por Martins Sarmiento, nem por detrás da pedra gémea exumada em 1930, tivessem sido encontradas nas «câmaras» da citânia de Briteiros quaisquer vestígios ou objectos de interesse artístico, votivo ou religioso. Nada se encontrou, de significativo.

Com a sua peculiar ironia (tantas vezes puro disfarce ou encobrimento da amargura mais íntima), o sábio vimaranense, incansável e sagaz, não se deixou vencer pelas decepções sofridas nessa ansiosa quadra de estudos intensos, de escavações, de vigílias, de polémicas por vezes duras, de incompreensão e frieza dos chamados jarrões do Poder e da Ciência.

O que lhe valia era esse antídoto subtil, que a cada passo esparrinha em esguichos de sarcasmo e de finura na sua saborosa correspondência com os amigos íntimos ou confrades (Alberto Sampaio, o Padre Capela, o Abade de Tagilde, Pereira Caldas, Leite de Castro).

Principalmente, como contrapartida de tantas cristalizações de vulgaridade e de indiferença, dava-lhe certamente profundo alento, no seu trabalho pertinaz, extremamente discreto e genuinamente gratuito, o calor de companhia fraterna que o primeiro daqueles amigos íntimos, o seu vizinho Alberto Sampaio, lhe oferecia, com o seu modestíssimo modo de ser e de trabalhar, na penumbra e sem o menor espírito de transacção —, como ele.

A terra vimaranense bem pode, na verdade, orgulhar-se de ter dado o berço a esses dois homens tão singulares,

tão autónomos, tão discretos, tão desinteressados e lúcidos.

Bem entendido, não criemos ilusões. Quando damos a entender que, entre nós, no fim do século passado, existiu um grande investigador de Arqueologia, que, pelos seus dons excepcionais de probidade, argúcia, firmeza de querer, pura isenção, rigorosa formação científica adquirida por severo e esforçado autodidactismo, bem poderia hombrar com qualquer investigador de qualquer país, do seu tempo, não queremos dizer que realmente, Martins Sarmiento tenha alcançado os resultados primaciais que são necessários para merecer a qualificação de Arqueólogo de primeira grandeza.

Nas obras mais amplas e cosmopolitas, de carácter enciclopédico, relativas a assuntos de Arqueologia, em vão se procurará encontrar, ao lado dos maiores vultos da indagação arqueológica (Champollion, Botta, Rawlinson, Schliemann, Evans, Ventris) os nomes dos mais representativos arqueólogos portugueses (Martins Sarmiento, Leite de Vasconcelos, Santos Rocha, Estácio da Veiga, P.^o Capela).

O indagador da *Citânia* de Briteiros não pode ser tido como um arqueólogo de primeiro plano pela razão rasa e simples de que o povo que viveu nas «citânias», no Ocidente da Ibéria, há dois ou três mil anos, era, talvez, dotado de uma civilização elementar, essencialmente vivente e telepática. Eram povos que pouco falavam e quase nada escreviam.

Daí a pobreza de resíduos artísticos ou espirituais que tem sido verificado nessas povoações misteriosamente destruídas e emudecidas.

Como poderia o meritório e argutíssimo comentador da *Ora Marítima* fazer falar aquelas nobres choupanas e aquelas enigmáticas e esboroadas pedras?

XXV

FASTOS VIMARANENSES

POR imposição das necessidades da luta com o Islamita, a cada passo suspensa, a cada passo reacesa, mas já afastada para além do Tejo, o Batalhador deixou, nos últimos tempos do seu reinado a alcáçova de Guimarães, transferindo-se para o possante roqueiro de Coimbra donde vigiava os campos de Montemor e donde havia partido, num dia decisivo, quase às ocultas (deixando o filho primeiro no regaço de Mafalda de Sabóia) para a temerária aventura nocturna de Santarém.

O burgo matricial continuou, no entanto, a receber de vez em quando a assistência dos reis afonsinos. O Bolo-nhês para aí convocou cortes em 1250 e 1256, promovendo a construção dos seus muros. Essa obra prosseguiu no tempo de D. Dinis, que aí reuniu, também, cortes, em 1288.

Em consequência da rebelião do príncipe D. Afonso (futuro Afonso IV), a vila vimaranense foi cercada e par-

cialmente tomada pelo herdeiro da coroa, mercê da vizinhança da nova Igreja de S. Domingos, que então inconsideiramente se deixara encostar, extramuros, à porta principal do burgo fortificado. O castelo, porém, defendido pelo alcaide fiel ao rei velho, resistiu até que, com a vinda da rainha Isabel, sempre apaziguadora, o infante pôs termo ao assédio e partiu para Coimbra, para se avistar com o velho monarca, que o esperava.

Após a memorável jornada do Salado, da qual participaram muitos homens das terras aforaladas de Entre Douro e Minho, incluindo o burgo vimaranense, D. Afonso IV visita a vila e manda erguer, como memória dessa jornada tão importante, o cruzeiro gótico, alpendrado, que ainda hoje se encontra junto do templo da Oliveira.

Por morte de D. Inês de Castro, D. Pedro, alucinado e em declarada revolta contra o pai (tão certo é o velho aforismo: «Filho és, pai serás...»), assaltou Guimarães e aí mesmo, no claustro dos Franciscanos, parece ter-se apaziguado com o monarca, pondo termo ao desastroso tumulto em que removera, por algum tempo, o Norte de Portugal.

Durante a primeira guerra de D. Fernando com Henrique de Trastâmara, pouco depois de se ter rendido Braga, foi a vila cercada por uma avantajada força castelhana de que faziam parte muitos mercenários franceses, capitaneados pelo celebrado condestável Du Guesclin (1325-1380), um dos maiores guerreiros da França da época da Guerra dos Cem Anos. O rei português, tão simpático como pusilânime, de regresso por mar, da sua triunfal mas efémera invasão da Galiza, desde Tui à Corunha, estava em Coimbra «em sossego». Assim o diz o discreto Fernão Lopes. Guimarães parecia, pois, votada à mesma sorte de Braga, porquanto a possibilidade de re-

sistência da vila e do castelo ao assédio parecia bem pouca. Fazendo, no entanto, das fraquezas forças, os Vimaranenses arrostando com tal ânimo com as privações e os assaltos que o rei castelhano acabou por desistir, partindo com a sua gente através de Trás-os-Montes. O cerco durara três semanas. Durante esse tempo a vila havia sido duramente castigada com pedregulhos lançados de fora por meio de catapultas e outros engenhos.

Análoga provação sofreria a vila poucos anos depois (Abril e Maio de 1385), por ocasião do duríssimo ataque que D. João I teve de dirigir contra ela, então defendida por um velho alcaide, Gomes da Silva, obstinado sequaz do rei castelhano.

O cerco durou então quase dois meses, sendo um deles de tréguas concedidas ao alcaide para ele poder enviar, conforme o estipulado, uma mensagem ao rei de Castela, que estava em Córdova, a solicitar-lhe ajuda ou desobriga do seu dever de alcaide. Chegado o mensageiro, portador da negativa, rendeu-se o castelo e pouco depois expiraria o ferrenho alcaide, de velhice e de nojo.

O próprio Nun'Álvares, tendo vindo do Porto (onde os burgueses haviam acolhido sua mulher, com requintes de cortesia, por o reconhecerem como um dos homens mais firmes na decisão de lutar «pelo Mestre e sua Verdade», participara do demorado assédio, rico de incidentes, nem sempre incruentos. Logo de início, num dos ataques ordenados pelo próprio rei D. João, perderia a vida um dos seus mais valorosos companheiros de armas, João Rodrigues de Sá, atingido na cabeça por um «canto» lançado de cima pelos que defendiam a muralha.

Estava D. João I ainda na vila, a ordená-la e a «corrigi-la», quando lhe chegou a má nova de que o rei cas-

telhano de novo dera entrada em Portugal, transpondo a fronteira da Beira, pelas terras de Sabugal e da Guarda.

Foi nesse instante que o rei português fez o conhecido voto à padroeira da Igreja da Oliveira, prometendo na volta, se voltasse, oferecer ao santuário tudo o que pudesse, incluindo o seu peso em prata, e tudo o que houvesse de melhor entre os possíveis despojos que lhe viessem à mão.

Vencida a jornada de Aljubarrota, o rei cumpriu a sua promessa íntima, entrando descalço na vila e entregando na Colegiada o seu pelote de combate, o altar do rei castelhano, de prata, abandonado no campo de batalha, e dando começo, com a sua oferta de prata, às grandes obras de reconstrução do templo.

Em 1442, a vila recebeu a visita do infante D. Pedro, duque de Coimbra e regente do Reino, pouco antes aparentemente congraçado com o irmão bastardo, D. Afonso, senhor de Barcelos e feito, por ele mesmo, regente, 1.º duque de Bragança ¹.

A essa reconciliação, tão fictícia e demoníaca, presidia o arcebispo de Braga, D. Fernando da Guerra, bisneto de D. Pedro e da «mísera e mesquinha».

Em 1465, Guimarães, coroada já pelo sumptuoso paço, de ar feudal, edificado pelo promotor de Alfarrobeira, foi convertida em cabeça de condado, concedido por D. Afonso V ao filho do 2.º duque de Bragança, D. Fernando, que, em 1483, seria decapitado em Évora.

Nos fins do séc. xvi, o imponente paço dos duques,

¹ Três anos depois, seria morto, de modo estranho e execrando, o imponente e ruivo Infante, na charneca de Alfarrobeira, mercê em boa parte das ardilosas maquinações do irmão bastardo.

em Guimarães, passou a mansão de segundo plano. A faustosa corte ducal, refeita por D. Jaime (o uxoricida shakespeariano e nocturno de Vila Viçosa) transfere-se para os confins do Alentejo. Votado ao abandono, o paço vimezanense caiu em ruínas e acabou por se transformar em armazém de cantarias dos frades capuchos, com o assentimento da própria casa ducal.

Durante as invasões napoleónicas, o concelho de Guimarães foi fugitivamente transposto pela tropa ofegante do general Soult, vinda a corta-mato da serra de Baltar, por Bolhosa e Pombeiro, procurando evitar a todo o custo (com o abandono das bagagens e a destruição voluntária de toda a artilharia) o encontro com as forças expedidas do Porto por Wellesley para as alturas de Salamonde.

Na fase confusa e semiburlesca da Patuleia (tão pittorescamente descrita e sugerida por Camilo na sua *Brasileira de Prazins*), Guimarães foi «conquistada» e ocupada por uma coluna miguelista em 25 de Novembro de 1846. Era a época em que todo o Minho parecia arder num indefinido messianismo, sob o signo de uma indefinida heroína nascida para as bandas de Lanhoso e que o Romancista, com o seu terrível humorismo, designa pela antonomásia de «Valkíria de Tamancos».

Em 1885 eclodiu um grave conflito entre Guimarães e Braga que, por um fio, ia dando origem a um apêndice da «Guerra da Maria da Fonte». O dissídio nasceu de umas pedradas jogadas contra os chapéus altos de três ou quatro representantes das velhas terras fidalgas de Guimarães, quando saíam de Braga, do exercício de certas funções administrativas e políticas. Entre os apedrejados

se contava o conde de Margaride e o Dr. Joaquim de Meira, homens de grande hombridade e prestígio. Martins Sarmento e Alberto Sampaio envolveram-se vivamente nessa «questão» regional e política, reclamando uma espécie de ruptura com a sede do Arcebispado e a capital do distrito. O próprio povo dos subúrbios e dos campos participava desse querer. Durante meses o ardor combativo dos Vimaraneses tinha um vago sabor a pólvora. Dir-se-ia que a doméstica corda montanhosa de Santa Marta e do Sameiro se iria transformar numa espécie de fronteira entre dois mundos.

No auge do conflito, o Ministério de Fontes tombou, sucedendo-lhe na governança o evasivo José Luciano, munido de todas as velhas receitas domésticas e farmacológicas de Taleyrand. Ao cabo de seis ou sete meses de tratamento emolientes — paparicos, papas de linhaça, quentura branda — o quisto recolheu e a ermida de Santa Marta voltou a receber, de um lado e outro, os devotos do vinho verde e da cana-verde.

Assim se resolvem, por vezes, os prélios do mundo.

XXVI

O VELHO LOIRO DO ALTO

FEZ, há pouco, na Primavera, trinta anos que me decidi, uma manhã, a ir descobrir o autor do «Humus» na sua Casa do Alto, de Nespereira, a meio caminho entre Guimarães e Vizela. Nesse tempo, o «Humus» era um dos meus livros de cabeceira. Soletrava-o, moía e remoía, lia-o conforme calhava, do meio para o fim, do fim para o princípio, engolfava-me naquele interminável monólogo, sentindo o bafo físico (e *metafísico*) da «vila encardida» onde o escritor angustiado e fantasmático situava a existência de tantas almas saturadas de Banalidade e ao mesmo tempo de sentido transcendente e onde a sua própria alma, acordada pelo «ruído que devagar rói e persiste», absorta nos «restos intactos da muralha que não tem serventia», no vulto escuro do castelo, nas nuvens e nas estrelas silenciosas, dizia, em confidência clamante: «Até agora a mentira fez-me suportar a vida... Mas agora que me resta, se tudo é vazio de significação?..»

«A noite irrita-me com a sua imobilidade imperturbável.»
«Debalde grito — não há quem nos oiça. Mas teimo, mas discuto comigo e contigo, ó espanto, mas defronto-me com o enigma, encarniço-me e saio daqui esfarrapado, despedaçado — mas teimo e hei-de vencer-te. Eu sou o nada e tu és o infinito, — hei-de por força vencer-te.»

«Ia para a cova sem me ter encontrado um momento a sós comigo. E é com dor e com espanto que me reconheço.»

«Com que saudades me aparto da mentira! Agora estou nu e toda a mentira me é impossível; agora estou nu diante da imensidade.» «Tudo para mim é causa de espanto — e através deste espanto pressinto ainda um espanto maior. Sinto-me como balouçado num sonho imenso.» «O que olhava com indiferença mete-me agora medo. Não posso com o mundo transformado.» «Se me perguntam o que é a vida — não sei o que é a vida. Sei que tudo são aparências...»

«A minha vida tão bem construída é uma aparência, a minha serenidade, uma aparência».

«É um erro supor que o homem ocupa um espaço limitado no universo: cada homem vai até ao interior da terra e até ao âmago do céu. A parte de cima foi cortada, mas o que resta da alma é um poço sem fundo.» «Em todas as almas, como em todas as casas, além da fachada, há um interior escondido.» «O que se passa em cada casa, dentro de cada ser, no fundo de cada poço?» «O homem é o mais profundo, o mais vasto de todos os sepulcros.» «Todos nós somos árvores. Há que tempos que deitamos flor pelo lado de dentro.» «Eu sou a árvore, e o céu, faço parte do espanto, vivo e morro ligado a isto. Sou temeroso e ridículo. Dei alma às coisas inertes, significação ao universo, vida ao que não existe, luz às estrelas —

e no fim acabo grotesco.» «Só deparo na minha frente com infinito sobre infinito, com o negrume vivo e imenso, desesperado e imenso.» «Sinto-me perdido na vastidão infinita.»

...
Eram estas páginas insólitas e tão raras na linha tradicional da nossa literatura que me despertavam incoercíveis ansiedades de compreensão.

No limiar da adolescência, — essa quadra indefinível! —, a admiração toma sempre a feição exaltada de sede quase mística de compreensão. Daí o desejo latente de conhecer mais de perto aquele singularíssimo homem, invisível e febril, temerário e trágico, que nessa altura (e ainda hoje) se me afigurava, muito mais do que um simples escritor imaginativo, um incomparável exemplo de temperamento interrogativo originário. Por isso, nesse dia, não sem apreensões, me decidira a ir desencantar o autor do «Humus», na sua Casa do Alto, a duas léguas da cidade que nesse livro a cada instante se sente presente sob a designação abstracta de «vila encardida».

*

Saindo da estrada, enveredara por um carreiro que se dirigia para o maciço de silvados e de vinhedo onde a vivenda recatada do escritor mal se deixava adivinhar. Fui subindo, meio afoito, meio inquieto, como sempre sucede nestas aventuras. Bati ao pequeno portal, enquadrado num muro verde. No ar fresco sentia-se a respiração de uma tília que se sobrepunha à folhagem do muro. Bati de novo. O *senhor Brandão* (disseram-me) havia saído para dar uma volta; mas devia andar perto. E indicaram-me o atalho provável que me levaria ao seu encontro.

De facto, assim foi: ao dobrar o cotovelo dum silvado, dei de face com o gigante loiro, de calças de cotim, bengala silvestre, chapéu pequeno de abas derrubadas, olhos firmes e azuis. Afinal, o criador fantasmático do «Doido e a Morte», da «Morte do Palhaço», dos «Pobres» era, à luz do dia, o homem mais simples e mais acolhedor deste mundo. Tranquilo e lhano como um velho lobo do mar, abriu o pequeno portão, chamou a esposa, mandou servir o café, conversou, recordou, falou das suas roseiras e dos seus livros — e só me deixou partir ao cair da noite, depois de um dia que não mais poderia esquecer.

*

A leitura renovada e recente do seu canhenho de viagem, «Ilhas Desconhecidas», recebido das mãos pálidas do escritor em outra tarde que o visitei (1928), nessa mesma discreta Casa do Alto, fez-me sentir uma vez mais o adormecido propósito de definir a simpatia profunda que voto à obra desse singularíssimo velho de voz anasalada e olhos azuis, sempre fitos no milagre da vida, das árvores, das estrelas e das almas. Compreendê-lo como o primeiro dos homens e o último dos homens, vê-lo como uma espécie de Van Gogh da nossa literatura, auscultar com ouvidos mais atentos as suas familiares obsessões: o sentimento incessante do mistério e do milagre, a visão atônita de quem desperta dum sonho, a piedade (de raiz eslava) perante a miséria e o ridículo de todos os fracassados e humilhados, a obsessão da morte, a simpatia mística para não dizer autêntica fome de síntese com o mundo aparentemente inerte, — tal seria a tentativa a fazer, lendo e relendo tudo.

Resta saber se será possível pensar o impensável...

Na verdade, muitas das suas páginas se assemelham a autênticos monólogos de meia loucura. São catadupas de indefinidos queixumes, de reflexões embrionárias e sinco-padas, sem visível nexos nem explícita significação. Por isso muitos, com trejeitos displicentes, afirmam que obras como o «Humus» ou os «Pobres» podem espreitar-se, mas ninguém pode nelas demorar-se. Outros vão mais longe ainda e sustentam que toda a obra de Raul Brandão é um interminável solipsismo egocêntrico, espontâneo e des-regrado. No fundo (dizem), uma pura ecolalia; para não dizer, com mais rudeza, uma obra de solitude um pouco sistemática, um pouco mórbida.

A injustiça é flagrante; mas é fácil cair nela. Nós até, sem querer, contribuímos, há anos, com uma ligeira observação aforística, para essa segunda *scie* (a de que o escritor era um espírito pouco reflexivo e deliberadamente “inculto”), ao aludirmos à «dieta de leitura» que o autor do «Humus» normalmente mantinha (ou julgávamos manter) nos períodos de febril preparação dos seus livros. Hoje é tempo de esclarecer. A ideia de «cultura» oferece duas perspectivas de distinção fácil: uma — espúria — implicando a ideia de conhecimento de muitos livros; outra, a ideia de hábito de auscultação intensa da existência visível e sobretudo invisível. Neste último sentido (único ajustado) será irrecusável para quem souber ver, que os solilóquios de Raul Brandão constituem uma singularíssima expressão de «pensamento elementar», vivo e perene.

Mais do que artista e dramaturgo (que o era em alto grau) sempre o sobrestimei como um espírito saturado de ansiedade ontológica que antecede e excede em muito o poder de comoção dos chamados existencialistas de hoje. Sob a aparência do escritor do dia-a-dia — isto é: de um simples jornalista ao serviço de si próprio — era um

filósofo de alma angustiadamente debruçada sobre a realidade aparente, na procura incessante da inominada realidade ou substância oculta nas mil negações do devir. Que é a perseguição do inefável, tão insistente no autor do «Humus», senão uma forma de perseguição do que os Gregos de há dois mil e tantos anos já designavam pela sua intraduzível palavra *ontos*?

No íntimo, era um temperamento metafísico de feição originária, à maneira de Anaximandro da Jónia ou Empédocles de Agrigento. Trespassados de iluminações e antinomias, de paradoxais formas de compreensão, de germes especulativos, de reflexões profundas pudicamente ocultas nas frases mais triviais, sempre os seus livros me pareceram eminentemente denunciadores de uma alma aberta para o insondável, — a fundura a que ele chamou, na sua linguagem peculiar, o Sonho, a Dor, o Negrume.

Em nenhum desses livros, é certo, o escritor se apresenta como um espírito reflexivo. Entretanto, não foi sem um movimento íntimo de bonomia — como quem diz: «Ora, até que enfim que te apanhei!» — que, um dia, num folhear fortuito dos «Pescadores», encontrei esta indiscreta passagem, a propósito da população humilde dos indefinidos areais de Mira: «— Como vive esta gente? Vive com simplicidade nos palheiros, casa ideal para pescadores ou *para um velho filósofo como eu*. Por dentro conservam uma frescura extraordinária e, quando se abre uma janela, abre-se para o infinito.»

XXVII

CATEDRAL TRUNCADA

AQUI temos na frente a igreja que é costume designar como uma espécie de Matusalém dos templos portugueses: a Sé de Braga.

Quem se aproximar devagar pela rua sonolenta e lajeosa, bastante feia, que lhe faz face não poderá evitar um certo sentimento de desencanto.

A fachada, embora impressiva, carece daquela imponência e unidade que seria de esperar de um templo capital da velha diocese portugalense, por tanto tempo movida pela aspiração de contestar a primazia da catedral de Toledo e a hegemonia da diocese de Santiago de Compostela.

O bispo D. Gelmires dorme decerto tranquilo (mesmo sob o peso do «pio latrocínio») se algum dia, em sueto do Purgatório, puder fazer o confronto da sua obra de Compostela com a obra mestra, no plano arquitectónico, dos prelados bracarenses.

No primeiro relance se notam as fundamentais desfigurações do primitivo alçado: a substituição da rosácea pelos dois insípidos fenestrões rectangulares, envidraçados, que iluminam o coro; a anteposição da galilé, obra majestosa e interessante de pedraria, mas que teve o penoso efeito de parcialmente desfigurar o grande e formoso pórtico românico; e, ao cimo, os artificiosos chapeletes que coroam as duas torres sineiras, — *brinquinhos* encomendados pelo arcebispo D. Rodrigo de Moura.

A mediocridade dos acréscimos levados a efeito durante os sécs. xvii e xviii é bem patente na edícula de arcaturas sincopadas que marca o cume do abarrocado alçado.

No interior, salta aos olhos a pobreza irreparável do claustro, obra infelicíssima dos princípios do século passado.

Onde os olhos se demoram com agrado, para não dizer com demorado encanto, é na cabeceira, obra caracteristicamente manuelina, de tão graciosa harmonia e tão rica de sentido decorativo. Basta prestar um pouco de atenção ao rendilhado da platibanda e sumptuosa estilização dos caruchéus para se pressentir nesse empreendimento uma clara prova pericial dos mestres de pedraria biscainhos que o arremataram e executaram nos princípios do séc. xvi.

Vista do lado sul, a igreja tem relativa força, ostentando ainda um interessante elemento architectónico do séc. xii: é a chamada *porta do Sol*, de três arquivoltas, esmeradamente lavradas, assentes em seis colunelos de capitéis esculpidos. Dentro, destaca-se um discreto tímpano vasado, de recorte cruciforme; na periferia, um gracioso cordão, de bom cinzel.

Ao longo da cornija, desse mesmo lado, ainda subsistem alguns modilhões românicos.

Voltemos, porém, ao exame exterior da abside, pois importa contemplar com demora a esbelta e encantadora imagem quinhentista (chamada *Virgem do Leite*), escultura de singular graciosidade, em pedra de Ançã, posta sob um rico dossel com o recorte de obra de joalheria. A figura, esbelta e juvenil, em atitude elegantíssima e repousada e envolta num manto de brocado, sustenta com simplicidade o predestinado bambino que lhe sorve o peito descoberto. Composição de rara beleza. A posição simples, a beleza das mãos, a seriedade materna, de quase adolescente, bem como a sensação de vida palpitante do bambino — tão *presto* e tão real — fazem desta composição uma verdadeira obra-prima da imaginária de transição gótica para a Renascença, que certamente faria as delícias dos melhores *vedores* de escultura das catedrais francesas do séc. XIII —, para não dizer de qualquer escultor helénico ou helenístico da raça de Policlete ou Lysipo.

Antes de se transpor o pórtico do templo, importará notar, como típica expressão de escultura significativa dos fins da Idade Média, um interessante friso de composições zoomórficas, que, segundo o olhar entendido do falecido crítico de Arte Românica, Dr. Manuel Monteiro, seriam a tradução plástica de alguns episódios do *Roman de Renart*.

A luz discreta que ilumina o interior da Sé provém do alto de duas torres-lanternas: uma, logo à entrada, ilumina o balcão do coro, com os seus dois sumptuosos órgãos, outra abre-se sobre o centro do transepto.

Um pormenor que logo ressalta nesta igreja é a espessura dos pilares que separam a nave central, relativamente alta, das naves colaterais. Outro, a espessura dos muros. Tudo indica que tão sólidas estruturas radicais previam o

lançamento sobre as naves de uma pesada abóbada de pedra. Verifica-se, porém, que a velha catedral bracarense não possui essa condigna cobertura. As abóbadas são de madeira e estuque. Neste aspecto, sua inferioridade é manifesta relativamente às cinco velhas igrejas coetâneas (ou quase coetâneas) do Porto, Coimbra, Lisboa, Évora e Alcobaça.

Desconhece-se a razão que teria determinado a desistência da cobertura de pedra e ignora-se até se o templo a teria tido algum dia. O que é notório é que, para a simples cobertura de madeira e calça que apresenta, não seria necessária tamanha robustez de flancos e suportes.

Ao longo das naves colaterais ainda subsistem no cimo das meias colunas, adossadas aos pilares ou às paredes, alguns interessantes capitéis românicos.

Os braços da nave cruzeira, bastante curtos, apresentam cobertura similar, de madeira pintada, de estilo barroco. Ao centro, ergue-se a lanterna, de relativa importância, mas não tão bela, nem tão impressiva como a da Sé Catedral do Porto. Esta última contém real valor architectónico.

Resta-nos, porém, na Sé bracarense, como compensação de tantas expressões de mediocridade e de gosto desadorado, a contemplação de uma verdadeira obra-prima de arquitectura: é a abóbada polinervada, de granito, de grão fino, da capela-mor. Cobertura notável e formosíssima. Pela audácia do lançamento, pela maestria da execução, pela sensação de estranha imponderabilidade, bem se pode considerar uma das mais belas obras de pedraria existentes no nosso País. Em data, foi a primeira.

Sua construção deve-se ao arcebispo D. Diogo de Sousa; do risco e da execução incumbiu-se um grande mestre biscainho que o prelado mecénico descobriu e con-

tratou: João de Castilho. O reticulado, do delicadíssimo desenho — tão fino que o erudito Manuel Monteiro, num instante de bonomia, o comparou com um «velário árabe» — é constituído por uma harmoniosa tessitura de nervuras todas dependentes de um grande florão irradiante, que se descentralizam como exercícios de um compasso ao mesmo tempo caprichoso e regrado.

Nos ângulos, as nervuras terminais convergem, em feixes, sobre seis formosas mísulas.

Não poderemos saber hoje como seria a abside da primitiva Sé medieva. Fosse como fosse, não era certamente mais bela que esta prodigiosa cabeceira, mandada erguer pelo notável prelado quinhentista, tão afortunado em descobrir *lá fora* esse grande architecto basco que nos viria enriquecer não só com esta abóbada, mas com o portal de Vila do Conde e alguns magistraes trechos do convento dos Jerónimos e do convento de Tomar.

Na mesma capela-mor há ainda que admirar o discreto frontal do altar-mor, resto do famoso retábulo de escultura, de pedra de Ançã, encomendado decerto pelo mesmo D. Diogo de Sousa, mas que, no séc. xviii, o arcebispo D. Gaspar de Bragança, lamentavelmente, mandou remover e parcialmente se perdeu. Representa os Apóstolos, dispostos dois a dois, em rendilhas edículas, no dia da Ascensão de Cristo.

O último par (o do lado do Evangelho), não é autêntico. O original desapareceu.

Algumas das figuras apostólicas, miniaturais, são flagrantes, pela espontaneidade das atitudes e vivíssima expressão. Só examinadas a trinta ou quarenta centímetros de distância se poderá apreciar de modo conveniente o interesse de cada uma.

É ver, por exemplo, a attitude colloquial de S. Pedro

em face do seu confrade da lança, — ou a attitude séria e meditativa do juvenil S. João.

— «Só lhes falta falar», dirá qualquer pessoa ingénua. E não dirá senão a verdade, pura e simples.

Infelizmente quase todas as figuras dos Apóstolos estão mutiladas. O próprio Crucificado está decepado.

*

Com precisão não se sabe qual terá sido a data do início desta construção. Presume-se, no entanto, que terá tido seu começo no tempo de S. Geraldo; isto é, nos princípios do séc. XII.

No mesmo local teria existido outro templo, talvez destruído (como o de Santiago de Compostela) na temerosa invasão moirisca de Almanzor.

O templo, reconstruído pelo bispo clunisiaco, parece ter sido concebido com a largueza digna de um prelado que conhecia as grandes abadias e catedrais do seu país de origem.

Pelos vestígios de alicerces descobertos durante o restauro do templo actual levado a efeito há uns quarenta anos (e infelizmente tão mal estudados, por incúria dos orientadores e tomadores dessa obra), se pressupõe que a planta incial seria a de uma verídica catedral, talvez de cinco naves, e para a qual se previa o lançamento de uma abóbada de cantaria.

Por razões que se ignoram, a obra, iniciada com tanta largueza, esmoreceu na face do acabamento. Alguns supõem que teria sido devido ao empobrecimento da diocese, por circunstâncias de guerra ou outras; mas o mais provável é ter sido devido simplesmente à inconstância de critério dos prelados que se sucederam na posse da mitra

bracarense, cuidando quase sempre, uns após outros, em desfazer ou alterar o que estava feito e não em realizar um plano definido e firme. Enquanto que em Compostela, com relativa força e sentido consequente, os sucessores de Gelmires levantaram a grandiosa mole da catedral e seus monumentais anexos, em Braga, os prelados desde o séc. XII ao séc. XVIII, consumiram o melhor das suas iniciativas construtivas em substituições e modificações tantas vezes absurdas e por vezes quase sacrílegas.

*

Pelos testamentos do conde D. Henrique e do Filho, o primeiro rei portugalense, se depreende que a edificação da catedral primacial (ou que se propunha como *primacial*) foi muito protegida por ambos. Num e outro, o fervor religioso se associaria à preocupação política de prestigiar, pela Architectura, a monarquia germinal para a qual ambos concorreram decisivamente.

Era a época em que a força dos povos se exprimia no levantamento das grandes naves e das ousadas flechas de pedra.

Em Braga, infelizmente, por carência de perseverança, a catedral, certamente concebida por S. Geraldo e protegida pelo Batalhador, não se realizou.

A grande aspiração levitante, patente em Compostela e em Toledo, pode dizer-se que foi pobremente traduzida na Sé que lhes contestava a primazia.

Em 1110, o claustro já estava construído. Governava então a diocese bracarense o arcebispo Maurício, também de origem franca e presumível companheiro de Henrique de Borgonha, conde portugalense, na sua obscura ida à Palestina, como cruzado, por volta de 1105.

Para ajudar a edificação, Afonso Henriques chegou a autorizar o bispo D. Paio Mendes a cunhar moeda e, mais tarde, por testamento, com o mesmo fim reservou a apreciável quantia de quinhentos morabitos.

Que a construção se arrastou (como, aliás, era frequente em obras de tal magnitude), por mais de um século, vê-se pela dádiva de mil morabitos que o rei D. Afonso fez ao cabido bracarense, certamente para as obras ainda em curso.

A partir do séc. XIII, a Sé começou a receber sucessivas capelas laterais, promovidas por vários arcebispos e cônegos. De todas, a mais importante foi, sem dúvida, a chamada Capela da Glória, mandada edificar pelo arcebispo D. Gonçalo Pereira (1326-1348), avô do Condestável de Nuno Álvares Pereira, cujo mausoléu, confiado a dois reputados imaginários de Coimbra, o mestre Pêro e o mestre Telo Garcia, seria e é um dos mais importantes monumentos de arte funerária em Portugal.

Um quarto de século depois, outro prelado, o arcebispo D. Lourenço Vicente, companheiro de armas de D. João I na tarde de Aljubarrota (da qual conservava no rosto um profundo givaz) ordenou a construção de outra capela, desalojando, para esse efeito, dois sarcófagos fundamentais, o do conde D. Henrique e o da condessa D. Teresa.

Se não fora o givaz, era caso para dizer duas fortes...

O arcebispo D. Diogo de Sousa, como verdadeiro mecenas do Renascimento, promoveu por sua vez, diversas obras no templo, algumas de extraordinária beleza e audácia. Bastará apontar o precioso *frontal*, resto do friso de pedra de Ançã, que esse arcebispo mandou executar.

E mais ainda que essa obra-prima, importa contemplar e apreciar, durante cinco minutos (suportando o incómodo do pescoço torcido), a admirável abóbada de finíssimo reticulado da reconstruída cabeceira, concebida e erguida pelo grande mestre biscainho João de Castilho, o incomparável arquitecto do portal de Vila do Conde, do claustro dos Jerónimos e do convento de Tomar.

No decorrer dos sécs. xvii e xviii, o templo sofreria diversas metamorfoses inspiradas no culto barroco das talhas douradas, dos sumptuosos púlpitos, das esculturas estofadas e pintadas, dos órgãos majestosos e psicanalíticos, tão ricos de mimos de goiva como de crípticas sugestões mitológicas e infraviscerais.

Nessa quadra os atropelos que a Sé catedral padeceu foram sem conta. Entre as mais irreparáveis contam-se a transformação da frontaria e as destruições de alguns pórticos e capitéis.

O arcebispado de D. Gaspar de Bragança (m. 1789) talvez tenha sido, sob o aspecto reconstrutivo, o mais calamitoso ¹.

*

O último golpe que o velho templo recebeu foi a demolição, nos fins do séc. xviii, do claustro, para se erguer, no seu lugar, o banalíssimo claustro que hoje lá está,

¹ A esse mitrado, versalhesco e meio tonto, se ficaria a dever o lamentável desmonte do formoso frontal encomendado pelo seu longínquo antecessor, D. Diogo, e em consequência o risco da perda ou descaminho dessa primorosa e anónima obra de místico imaginário renascentista.

como uma pobre expressão de mediocridade architectónica.

Se o mestre canteiro do primitivo claustro ali entrasse solitaria talvez um brado que se ouvira nos cimos do Sameiro.

XXVIII

BIBLIOTECA BRACARENSE

A Biblioteca foi criada em 1842, graças aos esforços do bibliófilo Rodrigues de Abreu, protegido por Almeida Garrett, então ministro de D. Maria II, e que de vários modos o amparou nas hostilidades e dificuldades com que teria de lutar para salvar da perda e dispersão as livrarias dos conventos da província do Minho, atingidos pela lei de Maio de 1834, logo após o desfecho da guerra civil.

Alexandre Herculano, cujo busto se encontra num patamar, também contribuiu, e não pouco, para essa iniciativa meritória do bibliófilo bracarense, exortando-o e aconselhando-o na realização de uma tarefa similar àquela que ele havia levado e iniciado ainda durante o cerco do Porto, na colheita e concentração do espólio bibliográfico dos conventos abandonados da cidade sujeita ao duríssimo assédio. O próprio historiador se referiria mais tarde a

essa pertinaz e afanosa recolha de valiosos manuscritos e incunábulos «salvos, diria ele, no meio do estrondo das armas — e à força de incessantes cuidados que se lhe dedicaram».

Herculano sabia bem quanto valiam as velhas bibliotecas conventuais do Minho e por isso contribuiu o mais que pôde, junto de Garrett, para a protecção concedida ao laborioso arquivista e bibliotecário Dr. Manuel Rodrigues da Silva Abreu, empenhado na concentração dos espólios de Tibães, de Rendufe, de Landim, de Vilar de Frades, de Bouro, de Basto, de Fiães, de Ganfei, de Refóios, e tantos outros mosteiros em lento despejo.

Um dos importantes conjuntos documentais que a Biblioteca bracarense recebeu, em acréscimo, foi o *cartório velho* da Misericórdia da cidade.

Outra aquisição valiosa foi a da biblioteca privativa do conde da Barca, ministro do príncipe regente D. João, por ocasião da retirada da Corte para o Brasil.

Mais recentemente, a Biblioteca foi enriquecida com a aquisição da livraria e arquivo do notável arqueólogo e crítico de arte Dr. Manuel Monteiro.

A princípio, a instalação da Biblioteca foi numa das alas do antigo Convento da Congregação do Oratório, no Campo de Sant'Ana. Hoje encontra-se no restaurado Paço dos Arcebispos, a dois passos da Sé.

Não se sabe bem como seria o primitivo paço dos prelados bracarenses, pois nos meados do séc. XVIII o faustoso arcebispo D. José de Bragança ordenou a sua quase total demolição a fim de em seu lugar erguer um edifício magnífico, que durante a guerra civil serviu de corte e quartel-general de D. Miguel.

Em 1834 nele se instalou a Prefeitura do Minho, e mais tarde o Governo Civil, com diversas repartições.

Na noite de 15 de Abril de 1866, um grande incêndio, cujas chamas se avistavam a muitas léguas, segundo os cronistas da época, destruiu quase todo esse edifício, salvando-se apenas uma parte da ala sul.

A reconstrução, levada a efeito há uns trinta anos, foi promovida com o intento de se alojar nele o precioso recheio bibliográfico que a cidade possuía e na verdade pode hoje dizer-se que Braga possui uma das mais interessantes bibliotecas do País e que vale a pena conhecer intimamente só pelo prazer que nos oferecem as suas formosas salas e instalações com os seus discretos valores.

O restaurado paço apresenta uma fachada muito sóbria e equilibrada de acentuado sabor setecentista, que faz face à soalheira e moderna Praça do Município.

À entrada, no átrio, notam-se agradáveis painéis de azulejos, cópias de outros originais, do séc. XVIII, do antigo e enormíssimo Convento de Tibães.

A sala de leitura, com algumas janelas voltadas ao sul, para o antigo pátio do Paço, tem impressivo e ajustado recolhimento. Embora não muito espaçosa, é deveras aprazível, pela luz discreta que recebe e pelo sumptuoso tecto de castanho, artesoadado, que a cobre.

Ao lado está a sala, menor, da hemeroteca.

No andar superior, servido por escadarias com lambrins de azulejos azuis e brancos, há várias salas alveolares, de dois pisos, com altas estantes discretamente pintadas (infelizmente de madeira).

E dizemos infelizmente porque, como toda a gente sabe, ou deve saber, não é de aconselhar que qualquer departamento ou edifício que guarde valores insubstituí-

veis de cultura possua na sua estrutura possíveis elementos de fácil combustão.

Nesse sentido, pode dizer-se que a única biblioteca portuguesa que apresenta modelares instalações, ao abrigo de qualquer risco, é a biblioteca dos «reservados» de Évora.

No resto, teríamos muito que falar...

Mas isso pertence a outro capítulo.

Numa sala privativa, de tecto pintado e apainelado, está o valioso conjunto bibliográfico do conde da Barca, rico de obras impressas pouco comuns e de manuscritos inéditos, referentes principalmente às três invasões napoleónicas sofridas por Portugal.

A *Sala dos Manuscritos*, voltada a poente, contém múltiplos elementos de estudo em vias de reinventariação.

No ângulo superior da ala ocidental encontra-se espaçosa sala, de boas proporções, tendo ao centro uma genuína estante de coro. Nela se guardam alguns importantes «reservados», incluindo o fundo velho da Misericórdia.

Na ala do nascente há outra bela sala, similar, com estantes pintadas e tecto apoiado em três pilares quadrangulares, imitando mármore. Daí se passa para a antiga capela do paço dos arcebispos de abóbada cilíndrica, de pedra. Aí se guarda o antigo cartório do Cabido, o chamado bulário e vários tombos de visitas e devassas.

Ao fundo, sob o arco da cabeceira, num enorme arcaz, guardam-se as mais valiosas espécies bibliográficas: manuscritos iluminados, cartulários (entre eles o famoso *Liber Fidei*), e livros de horas.¹

¹ Além de outros, importaria indicar o chamado *Livro das Datas*, cartulário proveniente do Mosteiro de Fiães (418 doc., de 1185 a 1247), tido como uma das principais fontes para a história do Alto Minho e até da vizinha Galiza.

Um dos curiosos livros que nesta sala se encontra é o chamado Mapa das Ruas de Braga, mandado executar pelo cónego Pacheco Pereira ao P.^e Ricardo, datado de 1750, com interessantes desenhos e alçados de várias praças e ruas da cidade. É um livro muito estimável de dois bairristas bracarenses.

No mesmo piso, encontra-se a chamada Sala Medieval, alongada e impressiva, de tecto de madeira, de vigorosos vigamentos.

Entramos, por fim, na sala do Dr. Manuel Monteiro, o lúcido e incansável estudioso da arquitectura gótica e românica do velho Entre Douro e Minho, com um belo retrato do seu patrono, da mão magistral de Columbano, e toda a sua valiosa livraria.

Entre outros valores, o conjunto adquirido pelo município, contém a *Portugalia Monumenta Historica*.

O retrato, muito simples, representa o erudito diplomata (jurisconsulto de reputação internacional e um dos primeiros ministros do regime republicano), em fato branco de veraneio, quase de perfil, recostado num canapé.

Descendo ao andar térreo, entra-se no mais espaçoso compartimento do antigo paço. É o salão medieval, enorme quadra de paredes de granito e tecto de vigamentos, com sessenta metros de comprimento, onze de largura e dez de altura. Compartimento imprevisto e estranho, de castiço sabor medievo.

A biblioteca conta actualmente uns 250 mil volumes.

Entre as espécies de maior valor evocativo conta-se um *Missale Bracarensis*, com a assinatura do arcebispo Bartolomeu dos Mártires, uma *Crónica dos Vicentes* muito ma-

nuseada por Alexandre Herculano e um exemplar manuscrito de *Os Lusíadas*, autografado por Filinto Elísio.

Dentre os documentos de maior vetustez, importará destacar dois: o da demarcação do termo de Braga pelo rei das Astúrias, Afonso III, datado de 835, e a confirmação do *couto* bracarense firmado por D. Afonso Henriques em 1128 (o ano do combate de S. Mamede), feita ao arcebispo D. Paio Mendes, irmão do Lيدador.

XXIX

TIBÃES

DESCENDO, do alto do Pópulo, pela estrada do Cávado cerca de meia légua, inflecte-se para poente, pela estrada secundária que se dirige, por São Frutuoso de Real, a Mire e Martim, entre quintas e quintalórios ensombrados de muros e ramadas.

Foi decerto sobre aquelas veigas, que se avistam lá diante, para as bandas do rio, que se teria ferido o obscuro encontro do conde portugalense D. Nuno com as forças subjugantes do rei Garcia, da Galiza, no primeiro despertar dos anseios de vida independente da gente insofrida que meio século depois, conduzida por um predestinado mancebo de quinze ou dezasseis anos, remiria esse primeiro desaire, separando-se definitivamente da gente consanguínea, mas distinta, de além-Minho.

A traquitana em que viajamos, fura para um lado, descai para o outro, embalando-nos a congeminação.

Um pouco depois da pov. de Parada, encontra-se um

ramal de carreteira, empedrada e um pouco íngreme, que, em dois ou três lanços sinuosos, nos parece conduzir ao cimo de um outeiro.

Em dado momento, surge, a meia encosta, uma grande mole architectónica. É o majestoso mosteiro beneditino de Tibães, edificado nos sécs. xvii e xviii, no lugar de outro cenóbio protomedieval.

A aparição do enorme edifício impressiona pelo ar de pesadume e de abandono.

O seu volume bem comprova a extraordinária opulência da Ordem beneditina, neste recanto da Península.

Segundo o parecer de alguns cronistas da Ordem, o primitivo convento teria sido uma das fundações contemporâneas de S. Martinho de Dume, durante o reinado do monarca suevo Teodomiro.

Destruído por ocasião da passagem da onda moirisca de Almançor, ter-se-ia reedificado no séc. xi, por iniciativa de um guerreiro portugalense, Paio Guterres, a cujos três filhos o conde D. Henrique concederia amplos benefícios correlativos do *couto* monástico.

No tempo de D. Dinis, os descendentes de Paio Guterres (cerca de duzentos!) absorviam o melhor das rendas do mosteiro, do qual eram padroeiros.

Era um caso análogo ao de Grijó e de tantos outros mosteiros, convertidos em fontes de vida cómoda e quase esquecidos da sua primordial razão de ser, religiosa e laboriosa.

Por isso, nessa quadra, surgiriam as chamadas «leis de desamortização» (tão arrojadas como hoje seria qualquer nova legislação agrária ou anti-sumptuária), compelindo as chamadas corporações de mão-morta a devolver à transacção livre e secular todos os bens de raiz que ultimamente tivessem recebido por testamento, doação ou compra.

Todas essas determinações legislativas caíram, porém, no poço do esquecimento, de modo que muitos dos antigos núcleos de vida religiosa continuaram a abastardar-se, por mofino efeito da excessiva riqueza.

*

Em 1480, o poderoso Mosteiro de Tibães passou a ser regido não por abades eleitos mas por abades comendatários. Um desses abades seria o famoso e riquíssimo cardeal de Alpedrinha (m. 1580), cujos últimos anos de existência decorreram principalmente em Roma, onde por pouco, segundo se dizia, esteve prestes a obter os votos dominantes de um conclave.

Em Tibães, a abundância de bens era tal que, no final do séc. xvi, o cabido tomou uma decisão que teria penosas consequências de natureza artística em todo o Entre Douro e Minho: *foi a resolução de se demolirem todos os antigos mosteiros da Ordem*, alguns deles certamente muito impressionantes e belos, na sua típica estrutura medieval ou protomedieval, para se reedificar em seu lugar outros templos e mosteiros «modernos», de feição renascente ou barroca.

Daí resultou a transfiguração não só da Casa Mãe, que era Tibães, mas de muitas igrejas e mosteiros românicos que a Ordem possuía no Norte do País: Santa Maria de Riba de Ave, (hoje S.^{to} Tirso), Alpendurada (em Entre-os-Rios), Bustelo (em Penafiel), Landim, Refoios do Lima, Refojos de Basto, Rendufe, e tantos outros.

Mas deixemos esse assunto, que daria para um longo parêntese, e voltemos ao mosteiro tal qual se nos apresenta hoje.

Ao cimo do terreiro ergue-se uma espaçosa escadaria.

A vista que daí se colhe para os dois quadrantes do Norte é de rara amplitude e beleza. Abrange-se uma boa parte do vale do Cávado desde as veigas de Lamas e Manhente até à confluência do rio Homem, tendo por fundo as encostas de Roriz (coroadas pelas ruínas de uma silenciosa fortificação pré-histórica) e pelos cumes da serra Amarela, vizinha do Gerês, cujas belezas íntimas (gargantas, penedias, brandas de pastoreio, restos de antiquíssimas florestas de carvalhos e medronheiros) foram tão familiares para os olhos do grande caminheiro e herói obscuro que se chamou Nuno Cruz.

Entrando no mosteiro (hoje propriedade de particular, habitado apenas numa parte mínima) recebe-se uma estranha impressão de deslumbramento e desencanto, tamanhas são as proporções do edifício desconforme e o abandono a que está votado.

A própria igreja enorme (cujas afinidades estruturais com a Igreja de S. Domingos, de Viana do Castelo, e a Igreja de S. Gonçalo de Amarante, ambas desenhadas pelo frade arquitecto Fr. Julião Romero, foram recentemente apontadas pelo olhar atento de Germain Bazin), a própria igreja acusa sinais de decrepitude. Embora a sua robustíssima estrutura lhe queira garantir existência longa, vê-se que não poderá ir longe.

É um templo espaçoso, de nave única. O corpo mede uns quarenta metros de comprimento e doze de largura. Abóbada esquartelada, de pedra.

Cabeceira de grandes proporções (vinte e cinco metros de comprimento e oito de largo). Sacristia enorme, co-

berta por um tecto horizontal de madeira, apainelado e pintado.

Passando ao edifício conventual, percorrem-se intermináveis corredores, ladeados de velhos painéis de pintura, descorados e engelhados, salões sucessivos cheios de bafio, dormitórios desertos, quase todos com enormes tectos de madeira, prestes a cair aos pedaços.

A Sala do Capítulo, de grandes dimensões (25 m × 12 m), com o seu enorme tecto de caixotões, contém uma galeria de retratos a óleo, de antigos frades beneditinos, quase todos do séc. XVIII. Ao todo, umas cinquenta figuras, paradas e tácitas, sobre cujas almas nada se sabe.

Ao lado dessa galeria destacam-se três retratos em corpo inteiro, esquisitos e insípidos, de D. Sebastião, do cardeal D. Henrique e de Filipe II de Espanha.

*

O mosteiro contém nada menos de quatro claustros. O claustro maior, de nove tramos em cada lanço, assentes em colunas toscanas, teve, noutros tempos, um enorme lambrim de azulejos azuis e brancos, com painéis historiados referentes à vida de S. Bento. Alguns desses azulejos foram destroçados e calcinados por um incêndio; outros, mais recentemente, foram arrancados e dispersos.

*

Da antiga *cerca* conventual, embora muito desprezada, ainda restam alguns trechos muito aprazíveis.

Ao cimo do outeiro, do lado do nascente, está uma interessante capela setecentista, consagrada a S. Bento, que tem como via de acesso uma prolongada escadaria, com mesurados patamares e decorativas taças de água.

Era um dos refúgios predilectos de Frei Bartolomeu dos Mártires, o bondoso arcebispo que em Trento tentou arrancar (segundo se diz) ao severo concílio, uma excepção à disciplina ascética para os curas da sua diocese, ou, ao menos, para os párocos das Terras de Basto.

Natura non pari, nisi parendo.

*

Uma das mais impressivas evocações que poderão acudir ao espírito de quem visita Tibães diz respeito ao tumultuoso assalto que o mosteiro sofreu em Março de 1809, por ocasião da segunda invasão francesa.

Em Braga havia ocorrido o bárbaro morticínio do general Bernardim Freire e de alguns dos oficiais do seu estado-maior pelas milícias e chusmas irregulares que atropelavam a cidade, escorraçadas das alturas de Salamonde pelas forças francesas que já vinham para cá de Póvoa de Lanhoso.

Um dos oficiais, o Eng.^o Custódio José de Vilas Boas, conseguira escapar à chacina, saindo da cidade e refugian-do-se em Tibães.

De nada lhe valeria, porém, esse último recurso. Dentro em pouco, uma multidão ululante, vinda de Braga, acumulou-se diante do mosteiro exigindo a entrega do foragido. Sem se cuidar do antigo direito de asilo, o infortunado oficial foi arrancado e trucidado pela dementada turbamulta.

*

Durante a guerra civil, logo após o levantamento do cerco do Porto, o mosteiro foi visitado por Alexandre Herculano, incumbido de proceder à escolha da sua biblioteca.

Os livros apartados pelo historiador foram conduzidos em 9 de Agosto de 1833 para a Biblioteca do Porto, então ainda instalada no Paço Episcopal.

Como que situado, por instantes, na linha divisória de dois mundos, Herculano sentia vivamente quanto se impunha a atenção dos que lutavam pelo novo mundo pelas preciosas coisas remanescentes do mundo velho.

Sentindo a necessidade da obra cirúrgica que o liberalismo teria de realizar, o futuro defensor das freiras de Lorvão reconhecia já então que a vida monástica havia sido, até certo ponto, nos primeiros séculos, em Portugal, uma das maneiras mais discretas de o País criar e reforçar suas profundas raízes.

Nesse ponto, a sua visão se distinguiria bem da de Oliveira Martins.

Aos olhos do autor de *Portugal Contemporâneo* tudo o que vinha de longe estava decrépito ou apodrecido; para Herculano, muito do que era tido como *velho* ou envelhecido merecia estudo — e até sobrevivência.

Por exemplo, as prerrogativas dos municípios ou o valor da vida ascética.

*

Nenhum espírito liberal mais sincero do que esse homem novo e magro, de vinte e três anos, ainda com o travo recente do pão do desterro, mastigado nos barracões de Portsmouth e o ombro calejado do fuzil com que se batera nas pedreiras do Covelo e da Ramada Alta, poderia prestar mais compreensiva atenção aos velhos edifícios monásticos e aos seus espólios, sabendo bem como tinham nascido esses casarões e o que haviam sido nos seus melhores tempos.

Pena foi que o futuro historiador, tão enxuto de rosto como de palavras, dessas suas andanças e missões, precursoras da sua obra fundamental, não nos tenha deixado senão umas vagas e lacónicas fórmulas de registo — «Hoje fui ali. Amanhã vou acolá» — e nada mais.

XXX

EVOCATIVA ABADIA BENEDITINA

ONDE há boa água e boa fruta — (poder-se-ia dizer, à maneira antiga) —, há por força ruína ou raiz de velho mosteiro beneditino.

A confirmação está à vista, a dois passos da serrania do Gerês.

Ao dobrar de um cotovelo da tortuosa carreteira que vem da vetustíssima *Ponte do Porto*, sobre o Cávado, em demanda do afamado santuário de S. Bento (sobrepondo-se em muitos passos ao antigo caminho dos peregrinos), — avista-se, com enlevo, a morena povoação monástica, sede desde o séc. XII, se não antes, de um cenóbio beneditino.

É o Mosteiro de Santa Maria de Bouro, fundado sob a protecção de Afonso Henriques, nas faldas de um galgão da serra, como lugar de concentração religiosa e de vigiância da raia montanhosa.

O primeiro rei português concedeu, com mãos largas, várias terras e rendas a esse recolhido mosteiro beneditino, e por justas razões.

A posição serrana do cenóbio, vizinho de uma das vias mais discretas de passagem fronteiriça, luso-galaica, terá contribuído para a protecção do Rei Batalhador, sempre pronto a dar ajuda tanto aos leigos como aos monges que se dispusessem a viver em sítios sujeitos aos riscos das incursões das gentes adversas da nacionalidade nascente.

A conselho do rei (já em viuvez, em 1156), os frades de Bouro deixaram a velha regra beneditina e passaram a reger-se pela disciplina nova instituída por S. Bernardo de Claraval, conterrâneo da desaparecida rainha Mafalda. Ao antigo hábito negro sobrepõe-se o novo hábito branco.

Desde o remoto e afadigado evangelizador Martinho de Dume, da era obscura da monarquia sueva, quantos recantos deste velho território pré-montanhês terão sido arroteados pelos rijos e frugalíssimos cenobitas opostos aos resíduos do paganismo e, a partir de certa altura, aos fanáticos seguidores de Maomet!

Pela sua natureza alcantilada, bem defendida, a Poente e a Sul, pelos dois rios convergentes, o Cávado e o Homem, esta terra rude e silvestre de Bouro e do Gerês parece ter sido um dos refúgios mais seguros dos cristãos logo após a invasão islamita (séc. VIII).

Há quem pressuponha, e com verosimilhança, que essa «colossal cunha»¹ hidro-orográfica constituiu uma espécie de obscuro reduto avançado da reconquista neogótica ou

¹ Assim a designou o insigne geógrafo Silva Teles. Hoje ainda, nesse bloco serrano subsistem alguns esboroados restos castrejos e faros protomedievos: são as ruínas pedregosas de um castro situado a pouca distância da aldeia serrana do Monte.

astúrica; ou seja: do tempo em que os Neogodos teriam sempre os olhos postos nos luzeiros (ou *faros*) que lhes serviam de atalaia e aviso.

O atavismo da vida castreja tornava decerto mais forte esse espírito de resistência ao invasor africano.

No chamado Alto de Nóbrega, num dos cumes do interflúvio do Lima e do Cávado, em uma das obrigatórias «portelas» de trânsito, destacar-se-ia uma dessas *atalaias*, como remota vigia da importante *portela do Vade*, de impressiva largueza de visão, noutros tempos bem conhecida pelos peregrinos que do alfoz bracarense iam e vinham da «romaria» de Santiago.

Um dos redutos mais singulares que, neste extraordinário triângulo de verídica feição pré-asturiano, ainda poderão ser perscrutados e interrogados, em mudez, por algum caminheiro de boa narina proto-histórica é o imponente picoto granítico da Calcedónia, um dos cerros mais típicos e grimpantes do Gerês. Dir-se-ia uma fortificação ciclópica derruída por um sismo. Por uma apertada fissura rochosa pode subir-se, mas com custo, ao cimo. Atingido o alvo, vê-se com surpresa que o sítio tem todo o ar de uma *fortaleza morta*. Grandes penedos circundam o prodigioso penhasco. Em alguns recantos descobrem-se os restos de muros de quatro metros de espessura e alicerces de construções rectangulares, onde, uma vez ou outra, em austero e dramático silêncio, terão vindo, noutros tempos, expirar algumas das últimas águias azuis da serrania, ou terminar seus dias, com dignidade sombria, algum lobo velho...

Afastado o Moiro, essa zona serrana passou a constituir uma couraça defensiva contra as possíveis incursões galegas ou leonesas. A passagem, a *mal*, por aí, tornar-

-se-ia muito difícil contra a vontade do morador montanhês.

Sabe-se que a rainha Urraca (sucessora de Afonso VI), ora amiga, ora inimiga do famoso conde de Trava, aio do seu filho, herdeiro presuntivo do «Império de Espanha», após o cerco fracassado de Lanhoso (onde a condessa portugalense Teresa, sua meia-irmã, esteve por um fio para ficar cativa), não regressou à Galiza pelo vale do Homem ou do Cávado, mas, sim, pelo vale do Lima, por Lindoso, presumivelmente para evitar os arriscados corgos e barrancos do Gerês e os pedregosos arremessos dos nativos pastores.

Afonso Henriques bem sabia quanto valia aquela gente isolada e esforçada: frades possantes e laboriosos e cabreiros de boa vista e mão certa, enraizados naqueles refechos e matagais.

O homem forte — Mendo Moniz —, que lhe abria a porta de Santarém (8-V-1147), à machadada, naquela decisiva madrugada de extraordinário arrojo, era daí.

Outro seria o defensor do castelo de Tomar — Gualdim Pais —, seu companheiro de armas de muitas jornadas e primeiro mestre dos Templários.

Segundo a tradição, antes de partir para o *encontro* de Valdevez, o Rei Batalhador esteve no rude cenóbio de Bouro.

Durante o Interregno (fins do séc. xiv), uma hoste leonesa e castelhana de uns dois mil homens parece ter penetrado no Minho por aí. O pior foi o retorno. O abade de Bouro reuniu uns seiscentos homens e atacou a caravana do invasor quando este já regressava, com os habituais despojos, dirigindo-se para o *portela* do Homem.

O desastre parece ter sido enorme para a hoste atacada pelos guerrilheiros.

Não muito tempo depois, Nun'Álvares, o Condestável, em nome de D. João I, concedeu ao abade de Bouro as prerrogativas de *fronteiro* dessa terra e «defensor» dessa tão importante portela, investindo-o, pois, de uma honra e dignidade militar que raramente se repetirá em qualquer outro país.

Na segunda metade do séc. passado, o venerável e moreno arcaboço do mosteiro, desabitado e secularizado, caiu em grande abandono, apresentando hoje (como tantos outros: como Rendufe, como Tibães, como Pitões, incendiados e destroçados), aspectos de pungente tristeza, incúria e ruína.

Quem não quiser estragar a evocação não deverá entrar!

Uma grande parte do arcaboço monástico, enorme e possante, transfigurado e encardido, está a cair aos pedaços, parecendo um monumento ao desmazelo anónimo e ao descalabro insolvente.

Se o velho Herculano, por um capricho do destino, aparecesse um dia aqui e desse de face com este pobre arremedo e paupérrimo *remember* da veneranda abadia, solitaria decerto um impropério que talvez se ouvisse a duas ou três léguas.

O *claustro* (arcadas redondas, de sete tramos, apoiadas em colunas toscanas, de granito, obviamente não primitivo e num estado de desmoronamento e sujidade que con-frange) tem ainda esta singularidade inesquecível: é atravessado, de nascente para poente, por uma caleira de água rumorosa e abundante, da serra, e possui a discreta sombra de algumas laranjeiras, quase ao abandono também, que decerto o velho S. Bernardo de Claraval não desgostaria de ter ao lado, nas tardes calmosas.

Pobre e velho cenóbio!

Bem entendido, o mal viria de longe e não apenas da fatídica legislação, jacobina e funesta, do afamado Aguiar, o *Mata-Frades*.

Como todos os recolhimentos monásticos, este, de Bouro, sofreu, com o decorrer dos tempos, o desgaste inevitável da seriedade religiosa e vivente.

Na alma dos ingressos iria quebrando, aos poucos, a temperatura da fé e a firmeza da disciplina.

A bonomia e até a luxúria tomariam o lugar da severidade ascética.

O estudo, a prece, o amor da terra, o cumprimento da regra, o convívio rude e eucarístico do agro e do silêncio cedem à tentação do lazer, do bom passadio, do contágio laico da maledicência, da palração bronca e bárbara.

Bastará lembrar este episódio, como significativo sinal:

Em dado dia (em 1798), bateram à porta do Mosteiro de Bouro dois viandantes de relativo renome científico, o alemão Link, director do Jardim Botânico de Berlim e o seu amigo e companheiro, o naturalista Hofmansegg, a solicitar pousada, quando se dirigiam, em viagem de estudo, à serra do Gerês.

Claro, logo foram acolhidos e agasalhados.

Simplesmente, de noite, enquanto os excursionistas descansavam, dois ou três frades, rudes e boçais, intrigados com as excrescências da sua bagagem, não se eximiram de armar uma espécie de brincadeira com os aparelhos (um termómetro e um barómetro de avantajadas dimensões), que procuraram armar e manipular, e com estranho estouvamento, como genuínos brutamontes, inutilizaram esses instrumentos de estudo, o que causou, como é de supor, grande desgosto e transtorno aos dois surpreendidos hóspedes do mosteiro.

Um pouco acima de Bouro (meia légua, por carreteira

sinuosa e íngreme), num impressionante recanto montanhês, oculta-se o antiquíssimo eremitério da abadia, transformado, no séc. XVIII, à maneira do escadório bracarense, num santuário, com escalonadas capelas evocativas bíblicas.

Em tempos, não muito afastados, o local era só acessível por carreiros ainda calcorreados por milhares de romeiros que o demandam, todos os anos, entre 12 e 15 de Agosto.

À romaria anual da abadia associa-se tradicionalmente a de S. Bento, no sopé do Gerês, que os romeiros, por norma, demandam em primeiro lugar, e no retorno, tomando uma vereda bravia, transpõem o alcantilado monte que separa os dois santuários.

A caminhada de Bouro para a abadia é áspera e esfolante. No primeiro arranque vence-se uma encosta toda recortada de socacos, amparados por paredões de granito, onde familiarmente convivem a laranjeira e a oliveira.

Em dado momento, a montanha indefinida surge.

Num profundo valeiro, escavado por um regato serrano (*o Nava*), sobrepõem-se alguns acanhados lameiros e pequenos açudes.

O antigo caminho dos romeiros cortava o valeiro um pouco a direito e seguia, a fêsto, pela alcantilada encosta fronteira. Era por isso, lembrada, entre os peregrinos, pelo chamadoiro rude de *arrebentaço*.

A carreteira nova, exígua mas empedrada, no seu traçado tortuoso, é um pouco mais demorada, revelando a cada cotovelo alguns quadros de paisagem ora bucólica, ora silvestre.

Sobre o silêncio solene da montanha paira o sussurro das águas que descem das alturas.

A carreteira que parecia querer seguir por um vale transversal em direcção às aldeias serranas e ocultas de

Covide ou de Vilarinho das Furnas ¹ vizinhas do Homem, muda de sentido, inflectindo para nascente.

Avista-se, ao longe, para as bandas do Sul, o perfil da serra da Cabreira.

Surge a primeira ermida, com a primeira evocação do culto mariano: o nascimento de Maria. A seguir, no flanco da dura ladeira, vão-se sucedendo outras capelas.

Aparece, por fim, o santuário (ou seja, o antigo eremitério), num estranho ambiente de severidade e de solitude.

Aqui teria existido um dos mais recolhidos *ermos* de meditação do Ocidente peninsular, dos primeiros tempos do cristianismo renascente.

Assim dizem, pelo menos, alguns cronistas da Ordem beneditina.

No topo do terreiro está a igreja do santuário, construção relativamente moderna (de há dois séculos), assente sobre os fundamentos de uma capela talvez protomedieval. O templo, discreto, quase se encosta ao alcantilado monte que o envolve e domina do lado do norte.

Ao pé passam as águas rápidas e rumorejantes que descem do tal monte.

O sítio prende pela leveza da atmosfera e majestade da serrania sobranceira e indefinida.

Pelas encostas escarpadas e pedregosas, que parecem elevar-se até ao firmamento, despenham-se as águas do regato montanhês, de uma leveza e frescura extraordinárias. Ares puros e tonificantes. Admiráveis panoramas de feição, por assim dizer, precantábrica ou pirenaica.

¹ Esta última submersa, hoje, pelas águas de um novo aproveitamento hidroeléctrico, ou seja: por um novo lago encaixado na serra do Gerês e na serra Amarela.

XXXI

BUCOS

○ fluir do tempo é tão subtil e discreto — se, acaso, o tempo é uma substância — que, em certas circunstâncias, sítios ou ambientes, a pessoa que se suspende na auscultação desse fluir, é por vezes visitada pela intuição, de certo modo inefável, de que o tempo também está suspenso.

São aqueles instantes em que, à falta de expressão mais modesta, é costume dizer que se experimenta a sensação da quietude perene.

Ainda há pouco tempo, ao entrarmos num compartimento de trabalho de aspecto ultramoderno, de ar condicionado e luz fluorescente, sem janelas, de aspecto hermetico, cheio de ficheiros metálicos, de luz sempre igual, de dia e noite, tivemos a súbita impressão de nos encontrarmos numa cabina de algum veículo interplanetário, «fora do tempo», embora numa das paredes víssemos, como um resíduo «do preconceito cronológico», um ca-

lendário com os habituais quadradinhos aritméticos, de vago sabor pitagórico. Dir-se-ia uma sala de estar de alguma civilização lunar ou marciana... Nenhuma paisagem, nenhum raio de sol, nenhum ruído vindo de fora. Dentro, como uma espécie de respiração puramente mecânica, apenas se fazia sentir o pulsar do dispositivo do ar condicionado, semelhando um sussurro intermínimo de uma turbina, no fundo de uma caverna hidroelétrica.

Que diria Júlio Verne se estivesse ali, naquela espécie de atmosfera *intemporal*, de luz ao mesmo tempo sedativa e mortífera, naquele ambiente de estranho travo cenes-tésico e ucrónico?

Talvez supusesse, o premonitório vidente das viagens interplanetárias, que se encontrava na cabina de cristal e metal de *Mister Cavor*, o genial inventor da *Cavorite*, a substância por excelência imponderalizante e levitante, geradora da supervelocidade macia, equivalente ao repouso ptolomaico de tantos corpos siderais presos às pres-supostas sete esferas de cristal.

Na realidade, todas as vezes que nos encontramos em situações que nos sugerem a perfeita quietude, logo nos assalta o pressentimento de que a verdadeira existência é uma forma de rio de Heraclito dentro da esfera de Parménides.

Na era das Descobertas, muitas vezes, em perfeito mutismo, os navegantes adormecidos na atmosfera das calmarias, deveriam ter experimentado, nas horas pardas de forçada imobilidade, no meio do mar imenso e dormente, que o *ritmo* de viver, ali, naquela atmosfera planetária e morna, era decerto muito mais próximo da autêntica forma de existir do que a vida irrequieta, em terra firme.

Daí o dizer-se, muitas vezes, desses momentos, que foram como experiência de vida eterna.

É decerto a sensação que é vivida, em silêncio, no cimo da montanha, pelo pastor que vigia o rebanho deitado à sombra de um fragedo, nas horas lívidas e mortas de luar.

No mar, como na montanha, a percepção mais funda que assalta o espírito de quem contempla é o de que o mundo é uma realidade eterna, embora o eterno seja, para nós, o puro impensável.

Foi o que há bem pouco nos tocou, num fugitivo transe ou visão de síncope, ao passar os olhos, ao cair da tarde, por esta singularíssima aldeia serrana e obscura, da zona austera de transição do Alto Minho para as terras trasmontanas de Barroso, que se chama Bucos.

Quem sai de Cabeceiras de Basto pela velha e sinuosa estrada de Rossas, tem, logo à saída desse antigo recanto monástico, a visão de vários pendores e perfis alcantilados, que lhe prendem os olhos pelo seu carácter de pobreza e ascese. É o serro da Orada, denticulado e mirrado, que se levanta a meia distância, como uma espécie de Sinai Ibérico, e sobre o qual, nas noites fundas e negras de Inverno, fuzilam os relâmpagos logo seguidos de formidandos acordes retumbantes e cavernosos.

A partir de certa altura, nesse esquálido serro, não se descobre a mínima sombra silvestre. É a penedia estreme, só conhecida dos milhafres e de um ou outro caçador de boa têmpera.

Ainda há alguns anos, poucos, um pároco de Várzea Cova (ou Passos), possante e bom caminheiro venatório, ao calcorrear, a sós, com o seu fiel cachorro, esse granítico serro, à cata da revoada, se despenhou por uma fraga, arrastando consigo a mortífera clavina, e tal foi a queda que lá ficou estendido num covão, entalado numa fisga, sendo só descoberto dias depois, graças ao cão que, deses-

perado e lúgubre, aí clamava em vão, naquele ermo, sem arredar pé de junto do corpo inerte do amo.

Desse pendor fragoso e íngreme, as perdizes, quando descobertas, descem como flechas, sobre o profundo corgo que, do outro lado, na vertente da ribeira de Baúlhe, se reveste de alguns tufos de pinho, tojo e torga de barbas.

Um pouco mais a poente, ergue-se outro alcantil, petrificado e agreste. São os chamados Fojos. Daí se dominam os rechãos verdes e fronteiras de Abadim e Maça e se faz face ao sobranceiro Talefe, da serra da Cabreira, miradouro admirável de meia província de Entre Douro e Minho.

Enquanto por essas paragens planálticas, ricas de pastagens tenras, se espraíam, em cíclicas temporadas da transumância, as tranquilas manadas de gado barrosão, que os lavradores do fundo enviam em regime comunitário, — nestes penhascos feios do lado de cá, soltam, altas horas de noite, suas vozes regougadas, de ferocidade e angústia, os bichos fedorentos e de cauda comprida, esquelidos e incansáveis, que se chamam *lobos*.

Cumprindo uma espécie de anátema, esses bichos, ricos de astúcia e inquietação, esfomeados e desesperados, andam sempre de serra em serra.

Aqui, o seu trânsito usual é a passagem da Cabreira para o alto dos Fojos, vencendo o curso do rio Peio pelo pontilhão de Bucos e subindo logo, lestos, para a linha cumieira das fragas, via predilecta desta espécie de fera nocturna, de faro finíssimo e olhar fosforescente.

Segundo o testemunho dos pastores e boieiros da povoação, é rara a noite em que não se vê, a descer ou a subir a encosta, o vulto esquivo e o fuzilar característico de algum lobo que faz esse trânsito nas chamadas horas mortas.

Deixando a estrada de Rossas, já ao cair da tarde, metemo-nos pela carreteira íngreme e enlameada bem marcada pelos rodados da carrinha da Biblioteca Itinerante que logo acima encontramos à porta de uma venda, à espera dos «fregueses» que vêm trazer ou buscar o seu livrito para a leitura de um mês.

Estamos na primeira das três aldeias sobrepostas do mesmo nome: Bucos, Vila Boa de Bucos, S. Bartolomeu de Bucos.

A primeira, — a mais baixa —, é Bucos. Mais acima, a uns 400 metros de altitude, no meio de algumas brandas geiras revestidas de erva húmida, está Vila Boa de Bucos, com os seus casinhotos denegridos, muito encostados uns aos outros, como que para se defenderem melhor da sensação de frio universal que cai do céu escuro, nas intermináveis noites de inverno.

Vencendo mais uns dois lanços da encosta pastoril, alcança-se finalmente, a uns 600 metros de altitude, a aldeia mais pobre e mais típica das três gémeas serranas: é S. Bartolomeu de Bucos.

Um pastorzito, de dez a doze anos, com a capucha pelos ombros, vigia, da própria borda do estradão, um pequeno rebanho de ovelhas muito brancas que se vê na reprega da pradaria alta, como uma mancha de arminho sobre o fundo verde e macio deste flanco da indefinida montanha, meia oculta na neblina.

Ao dobrar de um cotovelo rochoso, que a carreteira cortou, surge o imprevisto vilarejo montanhês —, tão diferente daquilo que sonhávamos...

O sonho é sempre mil vezes mais belo e atraente do que a realidade.

A realidade é como a velhice depois da infância.

Lá está a concreta aldeia serrana, toda embrulhada na sua modéstia, morena e séria, de terra originária, onde se vive ainda por assim dizer fora do tempo.

Sob a neblina fina e crepuscular das alturas, dormitam os cumes. Não se ouve uma voz. Na sua perfeita quietude, como uma alma similar da serra, a aldeia concentra-se, preparando-se para a noite. Ao lado de cada casinhoto, encardido e pobre, quase todos ainda cobertos de colmo, recorta-se o perfil do espigueiro. Aí se guarda o grão para a fornada de cada quinzena. O forno é um só e é de todos. Cada casebre é de um e de todos. Se um adoeceu o vizinho lá está para ver o que há e tratar do que é mais preciso. Todos são vizinhos e todos se tratam por tu. É o tratamento lusitano e bíblico, entre velhos e novos, pobres e remediados.

Perante a grandeza da montanha, os lobos que passam no escuro, as estrelas que cintilam no espaço, os discretos moradores de Bucos vivem e morrem como decerto há três mil anos viviam e morriam os moradores dos castros e das citânias, cujos pálidos e tácitos vestígios ainda se encontram hoje, aqui e além, no cimo dos montes.

XXXII

MONTANHA BALSÂMICA

COMO o Gerês e como o Marão, a montanha, recatada e grandiosa, de cujos mamilos o originário Ave sorve os primeiros haustos de puríssima linfa, está a revestir-se de novo de um manto de tenra folhagem, convertendo-se em uma discreta fonte de riqueza e uma espécie de «parque silvestre» que faria as delícias de qualquer hiposténico de brônquios saturados de nicotina e *smog*.

Referimo-nos à serra da Cabreira, tão mal conhecida e tão bela.

Na região ainda há um século, abundavam por entre os seus frondosos bosques e nos cimos dos seus alcantilados montes de feição pré-cantábrica, muitos vestígios de vida castreja.

Infelizmente, este belo recanto do Minho, tão povoado de robles, foi desfigurado e desbastado pelas queimadas

promovidas pelos caçadores de lobos e um pouco também, aqui e além, pelos carvoeiros.

Assim, quase desapareceram os carvalhos gigantes que davam a alguns pendores genuíno *ar lusitano*.

Com essa destruição descarnaram-se muitos castros e perderam-se impressivos vestígios de vida primitiva.

Como exemplo típico de um reduto pré-histórico, subsiste ainda hoje o «castro» de Vila Seca, alcandorado num picoto sobranceiro ao rio Ave, na sua fase ainda juvenil.

No sítio, também elevado, da Mourinha, restam os vestígios de um *outro* castro que, talvez na alta Idade Média, terá tido a sua função defensiva desta terra rústica e montanhosa, hoje usualmente conhecida pelo nome de Vieira do Minho.

Na era afonsina não existia concelho algum com essa designação; existia, sim, uma vaga demarcação foraleira conhecida pelo nome de «terra de Vieira», abrangendo as actuais freguesias de Salamonde e Cantelães, fronteiras ambas da serra do Gerês.

Vieira seria então a antiga *Velária*, topónimo de nítido travo alatinado.

Por ali passava, seguramente, na era da romanização, uma das variantes da calcorreada *via imperial* de Bracara *ad Aquas* e daí a Astorga. E dizemos seguramente, com afoita insegurança, pois não é lícito esquecer que ainda há menos de um quarto de século um troço de calçada itálica, bem definida e apontada com dois marcos miliários, foi submersa pelas águas represas do Rabagão, na Venda Nova. O prosseguimento dessa via não poderia ser outro senão Ruivães ou essa obscura *Velária*, na vertente meridional da montanha *caprínea*.

Em boa verdade, são incertezas que só poderão ser um dia esclarecidas se houver a sorte de se encontrar algu-

res (dentro de algum cofre de cobre ou saco de coiro...) o viático e o regimento dos postilhões que normalmente percorriam não só a velha Ibéria pacificada da era de Augusto e Trajano, mas todo o corpo imenso do policiado prolongamento da originária Cidade das Sete Colinas do Tibre...

Em contrapartida, alguns pormenores de ordem histórica mais próximos dos nossos dias poderão ser relembrados em face destes austeros e tácitos pendores.

Recordemos, por exemplo, que na Primavera de 1809, a terra de Vieira foi duas vezes sobressaltada pela inesperada passagem de um corpo de exército napoleónico, do comando do marechal Soult, prestigioso cabo-de-guerra, portador de um avantajado nariz, digno de Cirano de Bergerac, e de um secreto plano de superação das inépcias do seu antecessor, o frustrado «rei» Junot.

Foi a 15 de Março, que o rútilo e inopinado cortejo de dragões e granadeiros bigodosos, de carretas de artilharia e trens de víveres e caldeirões, a passo seguro e largo, se dirigia para Braga, onde o pobre general Bernardim Freire, que os esperava, iria ser ignominiosamente trucidado pela população e as guerrilhas inconscientes e execrandas.

Da segunda vez, a 17 de Maio, a gente rude de Vieira assistiria, atónita, à aparição da mesma tropa napoleónica, mas em manifesta penúria, sem artilharia e sem bagagens, na procura ofegante da Ponte de Ruivães e da Ponte de Misarela, no dia exacto em que as guardas-avancadas anglo-lusas, do comando de Wellesley, chegavam ao alto de Salamonte, com o fito de lhes atalhar o passo.

Infelizmente, nesse tempo, o jornalismo quase não existia e, mercê dessa infausta carência, não é fácil hoje saber exactamente como as *coisas* se passaram... O que se sabe

é que Wellesley, o futuro vencedor de Waterloo, parece ter acusado forte descontentamento com o moroso Beresford, acoimando-o de mazombo e falho de «visão à distância», em vez de, com um pouco mais de justiça, reconhecer que ele próprio, Wellesley, havia cometido um grave erro ao ingerir, tranquilamente, no Palácio dos Carrancas, o lauto almoço que estava preparado para o marechal napoleónico, e, em consequência talvez de algum cálice a mais de velho porto, teria retardado algumas horas o despacho dos seus destacamentos e dele mesmo para as imperativas Alturas de Barroso...

...Eis como, sem querer (agora reparamos!), uma singela narrativa de uma montanha se esquivava e quase se transfigura em uma espécie de reflexão estratégica, por hipótese dedicada a algum curso específico dos chamados altos estudos de Caxias...

São percalços que sucedem.

Voltemos, pois, atrás e relembremos o segundo sobresalto que há pouco passou em branco.

Queríamos aludir ao grande e confuso levantamento popular que há pouco mais de um século eclodiu e alastrou nestas cercanias da Cabreira e que ficaria na história do rescaldo das chamadas lutas liberais sob a designação de «Revolução da Maria da Fonte» ou «Guerra da Patuleia».

Nesse transe, a rude terra de Vieira foi teatro de extraordinários sucessos, heróicos e burlescos, em que interveio, como caudilho, um tal padre Casimiro, que Camilo evoca, em insuperáveis *pochades* de algumas das suas corredihas novelas, tão ricas de parênteses de transcendente Ironia.

Um dos quartéis-generais desse celebrado sacerdote, peludo e temerário, — por momentos convertido em «con-

dottiere» dos bandos rústicos regougantes que, à uma, reclamavam a revogação da *lei herética* da proibição das inumações dentro das igrejas e a decapitação dos respectivos legisladores, os denegridos Cabrais —, era o possante paço solarengo dos Lemos que ainda hoje avulta à entrada de Vieira, com as suas austeras arcadas e colunatas, e é usualmente mais conhecido pelo nome de *Casa de Lamas*.

Outro protagonista de relevo, nesse confuso e tumultoso levantamento, seria o afamado morgado Mota de Lanhoso (descendente dos afonsinos Motas *de Gondar*), figura imponente e típica, de grandes suíças, que à frente dos seus privativos guerrilheiros a cavalo correu então montes e vales, meses a fio, em galopadas épicas e burlescas, queimando o melhor dos cabedais do seu morgadio, em holocausto a um objectivo que nem ele nem ninguém conseguia descortinar ou definir.

São evocações que não deverão ser poupadas à vista desta terra castiça e bravia!

A balsâmica montanha é um proeminente lombo granítico arborizado fronteiro à serrania alcantilada do Gerês e sobranceira ao grandioso e profundo vale do Cávado e uma boa parte do seu dantesco tributário: o Rabagão.

O chamado *Talefe* (1 276 m) é o ponto culminante.

A linha de cumeada, levemente encurvada, a contar do chamado *Alto do Facho* (1 120 m), nas Turrinheiras, vizinhas de Cabeceiras de Basto, até ao *Cabeço da Vaca*, nas alturas de Cantelães, sobranceiras a Salamonde, anda à volta de umas três léguas.

As perspectivas panorâmicas que se colhem aqui e além são inesquecíveis.

Da vertente mais aconchegada e soalheira, a do sul-poente, correm os dois primeiros regatos originários do

rio Ave, irmanados por alturas de Roças, na pacífica e moderna albufeira do Ermal.¹

Da vertente oriental, contígua dos contrafortes do Barroso, descem alguns discretos subafluentes do Tâmega.

A serra, de cumeada calma, apresenta um perfil relativamente macio, sem os arremessos tão característicos da sua vizinha, o Gerês.

No cimo, a cerca de mil metros, encontram-se surpreendentes e amplas *chãs* (Chã do Prado, do Fojo, das Maças, do Sapateiro, dos Casulos, etc.) que oferecem boas pastagens no Estio aos criadores de gado da região, como discreto recurso supletivo do antigo armentio da *criação bovina*, de Barroso, duramente restringido pelo embalse hidroeléctrico de Venda Nova e Pisões.

Nessas conchas e rechãs de altitude, da Cabreira, faz-se tradicionalmente, um típico pastoreio quase familiar e transumante. As manadas colectivas de gado barrosão, confiadas à guarda de dois pastores boieiros, sobem para a montanha em meados de Maio e regressam às aldeias em fins de Setembro.

¹ É a mais importante e audaciosa obra de engenharia realizada nos nossos dias (na década de 30), no vale do rio Ave. É constituída por duas albufeiras sucessivas. A mais ampla situa-se entre Roças e Vieira do Minho, na antiga confluência (hoje submersa) da ribeira de Cantelães, oriunda do vale de Turio, e da ribeira de Eira Vedra (nascente da vertente de sudoeste da montanha). O cenário que envolve o mais amplo embalse dá-lhe um aspecto singular de verídico lago de montanha. Os pequenos lagos italianos ou helvéticos não são decerto mais belos ou aprazíveis (pressupomos). — A concepção primeira deste aproveitamento hidroeléctrico deve-se ao esquecido industrial Francisco José de Oliveira, homem de iniciativa, natural de Vieira, que acabou por ser vencido pela magnitude do seu empreendimento. Dois filhos, ambos impressivos e distintos, desse meritório vieirense, seriam Casimiro de Oliveira, volante audaz e de renome, e Manuel, cineasta de raros dons, criador dos belos relances *Douro*, *Faina Fluvial* e *a Cidade e o Poeta*, amigo dilecto do poeta José Régio.

A designação da serra provinha, segundo se julga, da abundância da cabra montesa (a *capra hispanica*), extinta, no Gerês, no século passado.

Além dessa espécie, nas antigas brenhas da Cabreira, abundava o javali, o corço, a raposa e o lobo. Para a caça deste último havia vários *fojos* de que restam ainda alguns muros enganosos e alçapões.

Perto do Talefe subsiste um desses dispositivos das *batidas*.

Desde há meio século, os serviços florestais estão a repovoar os pendores da serra de densas matas de pinho bravo e outras essências apropriadas às meias altitudes e fundos dos vales. Ao mesmo tempo, têm tornado relativamente acessíveis os seus cumes, abrindo carreiras de macadame, sinuosas e divagantes, que em muitos pontos revelam imprevistos relances, de impressiva largueza e solitude.

O núcleo de maiores altitudes da montanha balsâmica é quase contornada por uma dessas estradas, desde o pendor de Ruivães até à ribeira de Tranquilha —, umas para a altitude, outras para a meia altitude.

Deixando o recanto de Turio, sobe-se de novo. A uns oitocentos metros, estamos na plataforma de Serradela. Aí se encontram os «primitivos» viveiros da fase inicial da renascença silvestre da montanha. Aí se dá de face com um pequeno *parque de corços*, algumas dezenas de bichos esquivos e cativos (mantidos em redis deslocáveis), como pálidas reminiscências da antiga fauna livre da serra.¹

¹ Esta digressão, inesquecível, deve-a o A. deste escrito ao lavrador e silvicultor Augusto Peixoto, hospitaleiro vieirense que solicitamente o acompanhou nesta tão interessante volta pela montanha matricial do rio Ave.

Subindo um pouco mais, até ao cruzamento para Salto, descobre-se a meia distância a discreta proeminência do Talefe. Para o alcançar, a pé, seria apenas uma *breve* caminhada de uma légua, pela rechã da cumeeira. Mas o dia, já em declínio, não dá para tanto.

Em dado ponto, abre-se a majestosa visão panorâmica das terras altas de Barroso.

Avista-se, ao longe, a velha aldeia pastoril de Ruivães. Mais além, desenha-se o pedregoso e adusto Coruco da Roca.

Ao fundo, descobre-se a formosa laguna de Salamonde!

Com o ar puro da montanha, sorve-se a cenestesia inefável da amplidão.

É o momento de passar aqui, longe da atmosfera anidríctica da cidade, uma boa meia hora, junto da floresta concentrada e balsâmica.

Sem querer, a alma aprende alguma coisa. A montanha, na sua severa mudez, parece querer dizer uma palavra indizível acerca dos longínquos anátemas da fatídica Sodoma e os lúgubres prenúncios dos «últimos dias de Pompeia» que pairavam sobre a desassisada Humanidade Mediterrânea há dois ou três mil anos.

XXXIII

CERCANIAS DO AVE

UM dos pequenos mistérios da memória é o da sua fidelidade ao que está longe. O que é recente esquece-se. O que está distante — e deveria, portanto, diluir-se nas neblinas do discreto rio Letes que, com pés de lã, corre sem descanso sob os nossos pés —, isso resiste e não se deixa submergir senão no último instante.

A realidade deste pequeno mistério é de tal evidência que, como se sabe, a memória chega a dar-se ao luxo, em dados transe (segundo dizem todos os que já algum dia o viveram), de se abrir de meio a meio, como uma cúpula cuja arcaria, de repente, se rompeu ou como uma casa fracturada de chofre por um sismo, pondo em presença do próprio dono da memória a visão total de tudo que constituiu a sua existência. Num segundo como que se desdobra um filme de um milhão de milhas marítimas...

Como compreender tal prodígio?

O certo é que a memória tem as suas singularidades, e

esta de nos levar, por vezes, nas tardes de Outono, a ver, com matinal claridade, as horas e as paisagens mais distantes e pueris da Primavera não é dos menos interessantes caprichos da sua natureza.

Sem a contrariar, passeemos um pouco ao longo dos campos e dos regatos, dos caminhos e carreiros, que embora distantes, nos são tão familiares como os dedos das mãos.

*

Lá estão os lameiros verdes da Portela e de Tarrio, humedecidos pelo discreto arroio descido dos recantos arborizados da Lavandeira. Lá está, ao longe, a pirâmide branca da ermida de Briteiros. Mais para lá, os serros de S.^{ta} Marta e Espinho.

Nos flancos dos montes viceja o tojo e o pinhal. Daí descem as discretas fontes de fertilidade das terras do fundo, duas vezes por ano lavradas e revolvidas pelo rude caseiro com a ajuda da filharada e a pachorrenta junta de gado barroso, que os lavradores-feirantes de outrora iam buscar, às manadas, ainda novilhos, às alturas de *Salto*.

*

Ao longo dos pequenos ribeiros sucedem-se as *quintas*, recatadas e velhíssimas, afogadas em folhagem, algumas do tempo dos afonsinos, outras talvez contemporâneas de S. Martinho de Dume ou de Trajano.

Em poucas terras, como neste trecho do Minho, se deixa pressentir a estratificação multiseular do rude e laborioso empirismo rústico.

O próprio falar do homem rural do Minho, tão rico de reminiscências vocabulares alatinadas — *horta*, *agro*, *carro*,

malga, geira, tulha, embude, estrume, charrua, jugo, lume, presigo, pascigo, pasto, conduto, caldo... — acusa insondáveis afinidades com o falar gutural rústico do coetâneo de Catão, o Velho.

Quem tiver ainda, sobre o bom ânimo de pesquisa, o gosto tão decadente do *andar a pé*, que folheie e leia as desataviadas notas que o duro e magro Martins Sarmento nos deixou das suas andanças por estes sítios e, ao sabor das sugestões que essa leitura lhe oferecer, percorra como melhor entender as recatadas freguesias rurais vimaranenses que o incansável arqueólogo calcorreou à cata de velhas pedras e de resíduos de vida castreja.

Subindo aqui a um monte, descendo além a um vale, o caminheiro terá ocasião de conhecer um sem-número de fecundas várzeas, de agros «de estimação», de recatados hortejos de ensombrados arroios e ribeiros, cortados de mil carreiros, portelos, pontilhões, calçadas e barrocas...

*

Num raio de três léguas, ao longo deste fio de água, adolescente, contam-se dezenas e dezenas de sítios sossegados que poderão ser para qualquer passeante não apressado objecto de discretas sensações de descoberta.

O amigo aposentado, em férias de fastio ou de reumatismo, esqueça-se se possível dos achaques e decida-se a dar uma boa volta, ao acaso, por essas recatadas e velhas terras de lavoura, rodeadas de bravio. Verá como não se arrepende. Mande *passear* o carro, privativo ou de aluguer — que é como quem diz: mande-o para o Diabo — e atire-se, com bom humor a uma dessas *experiências* de pesquisa e «descoberta», de solitude e de convivência com

o desconhecido que, por via de regra, são as discretas andanças pedestres sem definido destino.

Não é preciso ter costela de Marco Polo, nem fibra de Fernão Mendes Pinto. Basta um pouco de bom senso e de bonomia. Ao cabo de duas ou três horas de tranquilo percurso, não será difícil ao caminheiro descobrir aqui ou além alguma rústica venda ou moradia onde possa trocar duas palavras sobre a terra e, em troca de uns tostões, emborcar uma tijela de caldo verde, uma tora de toucinho com pão de milho e uma malga de vinho vinhão ou «morango». É ou será uma receita que valerá, bem à vontade, uma estadia de cinco dias num hotel de cinco estrelas nos Campos Elísios...

A gente velha do Minho, bem abordada e conversada, não é menos acolhedora e hospitaleira que a de Trás-os-Montes.

*

Quando Guimarães era ainda *vila*, a sua imagem era invocada nesta rústica melopeia da gente campesina das cercanias:

Ó Vila de Guimarães
Quatro vilas em redor
Vila Pouca, Vila Verde,
Vila Nova, Vila Flor!

A trova era, em boa verdade, pobre, mas na sua pobreza, traduzia uma sorte de homenagem rústica à apalçada urbe que todas as semanas a gente dada ao agro demandava com as suas melhores frutas, primícias do campo da porta, bicos de estimação, bacorinhos rezingantes, novinhos carregados de guizos!

Nesse tempo, uma das culturas típicas do concelho era a do *linho*.

Toda a casa de lavoura reservava o seu pedaço de várzea ou de prado para a sementeira do belo tapete, a princípio macio e verde, depois levemente enfarinhado, por fim todo polvilhado de branco, quase como um lenço de noiva, que dentro de um ano iria pela certa renovar o bragal da casa ou converter-se em enxoval da moça casadoira, filha do lavrador.

*

Por alturas de Junho, o linho, em flor, era arrancado e levado, em festa, para o areal do rio mais próximo.

Para a Portela e Tarrio, a Lavandeira e o Paço, mais além, a Arroela e o Pombal, e todas as quintas à volta, o sítio do rio preferido era o areal vizinho do velho pontilhão de S. Cláudio, ao fundo de S.^{ta} Eufémia, quase defronte da Citânia. Aí ficaria a carrada do linho a demorhar por alguns dias.

Depois havia a espadelada, outra *festa* que enchia os ares de cantares e a eira de poeira, entre o palrar interminoso do mulhierio.

Hoje ainda, nas cercanias do rio Ave, a cultura do linho sobrevive, não sendo difícil notar, aqui e além, entre os campos verde-escuros do milho, o macio rectângulo, verde-esmeralda, da humilde e utilíssima planta, talvez trazida para a Europa, há três ou quatro mil anos, pelas migrações dos íncolas originários do Irão.

Mas as velhas usanças e festanças ligadas à indústria caseira do linho, essas, bem podemos dizer, estão extintas. O linho, arrancado à pressa e sem parênteses ditirâmicos ou polifónicos, sem «*brincadeiras*» nem cantares, se-

gue directamente do campo para a fábrica que o arremata e manda buscar por um pesado e pragmático carroção, movido a *gasoil*, fedorento e abrutalhado como tudo o que provém do Progresso.

*

Nas cercanias do Ave há miradoiros numerosos e muito belos. Quem sobe, por exemplo, de Pencelo, ou vale do Celho, para o fecundo valeiro de Prazins (drenado por um obscuro ribeiro, afluente do discreto curso de água oriundo das recatadas ilhargas da serra da Cabreira), em pouco mais de uma hora de caminhada, alcança o alto granítico de Santiago (entre os pegureiros rudes também chamado *alto* de Montalegre), coroado por um marco geodésico donde se abrange uma admirável vista circundante que tem como limites, no horizonte, as linhas serrilhadas do Gerês, os longes de Basto e de Barroso, os serros mais próximos da Penha e da Lameira, os relevos alongados, pré-atlânticos, de Vermoim, de S.^{ta} Marta, Bagunte.

Ao fundo — do vale de Corvite e Prazins, distende-se o amplo recôncavo do Ave, de Campelos a Ronfe, como que extático sob o imenso, o sublime zimbório que ninguém sabe se é uma perene ilusão ou o translúcido Limiar de uma transcendente Realidade. É um panorama de rara amplidão e beleza — ou não estivesse ele a ser contemplado, neste instante, no espelho mágico da vespertina memória!

XXXIV

FOZ DO LIMA

A fundação de Viana da Foz do Lima (foi esse o topónimo baptismal medievo) data de 1258, com o foral concedido por Afonso III, confirmado quatro anos depois.

O empenho do Bolonhês em criar essa *vila nova* parece ter sido muito vivo. Assim o comprova a epístola que enviou algum tempo depois (1265) a um tal João Gonçalves, designado o «pobrador», dizendo-lhe que essa vila era uma das que mais amava e que estava decidido a dar-lhe crescimento e força enquanto vivo fosse.

As palavras suas, textualmente, são estas:

«É uma das vilas do meu Reino que muito amo, que lhe dei começo e lhe quero dar cima em meu tempo.»

Desta expressão se tem inferido e com razão que o monarca teria criado essa vila foraleira (tão contracta à nascença por circundantes privilégios monásticos e nobiliárquicos) precisamente para contrapor, politicamente, às prerrogativas dos mosteiros e dos donatários, tão ciosos

uns como outros dos seus dons, alguns núcleos de força do terceiro estado, o Povo, cuja voz o monarca acabara de tornar audível, pela primeira vez, nas cortes de Leiria.

À roda da nova *vila* da Foz do Lima havia nada menos de doze «coutos» monásticos: S. Salvador da Torre, Carvoeiro, Capareiros, Paredes, Vinha, Outeiro, Cabanas, S. Romão de Neiva, Soutelo, Mazarefes, Alvarães, Susão.

Alguns desses «coutos» dependiam de cenóbios da Galiza. O *couto* da Vinha, por exemplo, como o erudito e laborioso investigador regional, vianês, Almeida Fernandes, acentuou e apontou, era dependente da Sé de Tui e o *couto* de Paredes, dependente do mosteiro galego de S. Justo de Tujos Ocos.

A vila, criada e baptizada pelo Bolonhês era, pois, uma nítida iniciativa de carácter político.

Bastará lembrar que pela carta de foral, nenhum «homem rico» poderia pousar ou pernoitar na *vila*. Era um privilégio idêntico ao que o *burgo* do Porto possuía.

A vila foraleira, demarcada a uns mil passos da foz do rio, no local chamado S. Salvador do Átrio (onde de certo já existia, conforme Alexandre Herculano pressupõe, algum obscuro povoado de pescadores) seria, no pensamento do monarca experimentado nos litígios com os prelados e *tenentes* de Terras, e bem lembrado das espadeiradas que teve de vibrar, na batalha de Saintes, nas armaduras dos cavaleiros feudais, em defesa de S. Luís — seria, íamos a dizer, um desses necessários núcleos de força centrípeta.

Na realidade, dentro de duas centúrias, a vila nova da foz do Lima seria uma progressiva e laboriosa urbe.

O rio, então muito acessível, oferecia bom abrigo a qualquer navio, por maior que fosse, desse tempo.

Por ordem do fundador, ergueu-se junto da foz uma possante torre, designada a *Roqueta* (lembrança decerto das que o Bolonhês conhecera no Norte da França e na Flandres). O mar, tido então como «fechado», devido aos assaltos frequentes e quase sempre impunes dos piratas moiriscos e argelinos, tornou-se livre. O homem do mar vianês, a pouco e pouco, habitua-se à chamada navegação de «larga travessia», demandando os países do Norte, aos quais levaria (como os do Porto, Azurara, Esposende e Caminha), o vinho, as frutas e o sal, trazendo, no retorno, panos, cutelarias, vidros, tapeçarias.

À roda da *vila* erguem-se os muros, concluídos durante as guerras fernandinas, cerca de 1374.

Na crise do Interregno, Viana da Foz do Lima, como tantas outras vilas sujeitas a alcaides por via de regra fiéis à filha do Inconstante, opõe-se à escolha do Mestre.

D. João I, acompanhado de Nuno Álvares, dirigiu-se para o Norte logo após as cortes de 1385, com o intuito de obter a sujeição, a bem ou a mal, das terras e castelos que ainda hasteavam as flâmulas do rei estranho. Uma vez submetidas as terras de Neiva, com o seu roqueiro, o rei novo apareceu, com a sua hoste, em frente da vila da foz do Lima e logo tentou, como era de seu feitio, obtê-la pela persuasão. Não o conseguiu, porém. O alcaide, Vasco Lourenço de Lira, homem orgulhoso e casmurro, obstinou-se no seu parecer, recusando-lhe a entrada.

Fez-se então o cerco e logo se travaram duas refregas.

Num dos assaltos perderia a vida o próprio alferes de Nuno Álvares, Diogo Gil, além do gigantesco escudeiro Fernandes, tido como o homem de mais avantajada estatura, em Portugal, naquele tempo.

O alcaide, por sua vez, ao acudir a uma porta que já estava a ser reduzida a torresmos pelos de fora, recebeu

em pleno rosto um virotão que o convenceu a entrar em negociações.

D. João I, calmo, concedeu-lhe a rendição com honra.

Com o rosto empanado, o obstinado e duro Vasco de Lira saiu com os seus homens de armas, indo acolher-se aos muros de Ponte de Lima (que nesse tempo deveria parecer uma pequena Carcassone, com a sua poderosa ponte e oito torres da cinta) defendida pelo irmão, Lopo de Lira, partidário também do Castelhana.

Em vez de se mostrar ofendido com a resistência da vila da foz do Lima, D. João I procurou chamá-la a si por atenções benévolas. Uma foi a de ordenar a construção da nova matriz no local então ocupado por um penedo, no ponto mais sobranceiro da vila, ao lado da torre de menagem.

Feito esse breve descanso, dirigiu-se com a sua gente a Ponte de Lima, com o fito de resolver o caso do segundo Lira.

XXXV

TERRA DE VELHOS E ÁGUAS DO LIMA

DESDE os prenúncios da alforria portugalense que a Ribeira de Lima parece ter sido um recolhido refúgio de recatados cenóbios, mormente beneditinos, e berço de porfiados herdeiros de presúrias, continuadores de estirpes endurecidas no trabalho diuturno da Reconquista.

Sabe-se que alguns dos chamados *barões* de Entre Douro e Minho participantes da rebelião de 1127-28, culminada no desbarate dos Travas, junto do roqueiro vimezanense, saíram daí, das terras do Neiva e de Refóios.

Entre essas estirpes contava-se, como uma das mais possantes, a cepa dos Velhos, que durante dois séculos se consagraram ao uso do montante e que, no trânsito da Idade Média para a fase seguinte, se afeiçoaram ao manuseio do leme e do astrolábio.

Foi na época em que a «vila nova» da Foz do Lima, gerada pela sagacidade política do Bolonhês, se converteu em afanoso núcleo de vida marítima.

A dois passos da capela dos Mareantes, na matriz de Viana, ainda hoje se conserva uma típica moradia de Quatrocentos (a chamada Casa de João Velho, por sinal, há poucos meses submetida a tratos de polé, a fim de ser reconstruída a residência do cura ou sede da fabriqueira) que bem traduz a ligação dessa família dos Velhos com a ansiedade oceânica da vila adolescente e coetânea do *homem mudo* de Sagres.

Por incoercível simpatia (ou *telepatia*) com o pensamento voluntarioso do silencioso demiurgo do Cabo Sacro, a vila marinheira do Lima, com a sua airosa *Roqueta* apontada ao azul indefinido do poente, entrou em franco incremento mercantil e actividade náutica.

Respirava-se a atmosfera ansiosa das Descobertas. As barcas e as galés da foz do Lima, habituadas aos vagalhões de Finisterra e da Gasconha, já não se limitam a levar vinho, frutas e sal aos países do Norte; experimentam também as novas rotas meridionais do Atlântico.

*

Um dos navegadores ao serviço do homem mudo de Sagres (não esqueçamos que a palavra *infante* significa rigorosamente «que não fala») seria Gonçalo Velho Cabral, cujos olhos decerto se abriram em deslumbramento diante dos prodigiosos perfis das ilhas dos Açores que ele visita e percorre na sua pureza quase originária.

Outro indagador seria Fernão Martins, chamado o *Mourão*, enviado por D. João II com algumas naus, à pesquisa de *novidades* da costa africana.

Um pouco mais tarde, o referido João Velho vence o grande golfo das calmarias e vai até ao Congo.

A febre do desconhecido era tão generalizada e forte que, certo dia, um mancebo vianense, de nome Pêro Galego, reúne uma vintena de companheiros da mesma idade e parte num ligeiro bergantim para o alto mar, — pura e simplesmente à procura do que desse e viesse.

A par desta actividade, por assim dizer *lúdica*, praticava-se a navegação pragmática e lucrativa que aumentava a olhos vistos a riqueza da vila, de ano para ano mais formosa e próspera, a pontos de nela se fixar (em 1439) uma importante colónia judaica, proveniente da Catalunha.

A princípio essa gente adunca e esperta estabeleceu-se no centro da própria vila, na chamada Praça; depois, para acalmar os resmungos, deslocara-se para as ruelas mais modestas de Sequeiros e Seitais.

Entretanto, cessava o velho preceito foraleiro da exclusão da aposentadoria nobre. D. Afonso V converte o termo de Viana em condado e concede-a à estirpe dos Meneses, descendentes do heróico governador de Alcácer Ceguer (aquele cujo sumptuoso túmulo de Santarém apenas conserva um dente guardado como lembrança, pela viúva), morto no celebrado embargo de um contra dez para dar tempo a que se salvasse a vida do Africano.

Foi no tempo desse monarca que a intromissão do elemento brasonado mais se fez sentir na próspera vila da Foz do Lima.

Dentro dos seus muros repartem-se, em quarteirões es-

colhidos, os mercadores, os fabricantes de navios, os mestrais, os *homens do mar*. A gente brasonada prefere a vizinhança da matriz: na chamada Rua Grande ou nas ruelas de piso lajeado de S. Pedro e do Poço.

*

D. Manuel, de passagem para Compostela, visita-a e promove o alargamento dos estaleiros, adquirindo para o efeito o chão alagadiço de S. Bento. A *Roqueta*, como atalaia da barra, é ampliada e reformada. A vila regurgita e enriquece com o tráfico marítimo. Surgem casas apalaçadas e igrejas de boa traça. Levanta-se o belo edifício (de feição quase veneziana), rico de esculturas, da Misericórdia. Constroem-se os novos Paços do Concelho, brasonado e alpendrado. As famílias mais possantes, os Velhos, os Camaridos, os Távoras, os Lunas, os Alpoins, fazem aí as suas magníficas moradias — enquanto, ao longo do rio, matraqueavam os carpinteiros e os calafates.

*

A frota vianense, nos meados do séc. xvi, contava, segundo se diz, entre galeões e outras naus menores, cerca de setenta navios de alto mar.

A construção dos navios de longo curso fazia-se com pinho, «cortado em Janeiro e enterrado durante um ano». Esse banho telúrico dava aos cascos uma tal consistência que os mercadores e armadores afirmavam que uma nau assim construída podia suportar, à vontade, cinco ou seis viagens à Índia ou ao Brasil.

Alguns navios traziam das ilhas do Atlântico, das Índias e do Brasil o açúcar, as especiarias, o pau-preto,

o marfim. Outros iam aos Países Baixos ou à Inglaterra.

*

Em 1521, um capitão vianense, João Álvares Fagundes, visita a Terra Nova e tenta fixar-se na Terra do Labrador com um núcleo de gente que consigo levava; outro, Pêro Tourinho, desfez-se de todos os seus bens para armar à sua custa uma pequena frota e partir para o litoral brasileiro a fim de tomar conta de uma das demarcadas «capitanias» concedida por D. João III: a Capitania de *Porto Seguro*, que arroteou e colonizou durante vinte anos, de 1534 a 1553.

*

A fama das riquezas de Viana levou alguns corsários franceses a tentarem um assalto em forma, em 8 de Novembro de 1574. Foram, porém, mal sucedidos. A guarnição de *Roqueta*, auxiliada por toda a população da vila amuralhada, repeliu o assalto dos oito navios que tentaram forçar a barra.

Por isso, o castelo, no reinado de D. Sebastião, recebeu grande reforço de guarnição e de bombardas.

*

Após o desastre de Alcântara, o prior do Crato, foragido pelo Norte e com a cabeça a prêmio, concluiu a sua obscura odisseia nas cercanias de Viana. Nesse transe recebeu, parece, provas de dedicação sem conta. Muitos expuseram a vida para o ocultar e salvar. Depois de múltiplas mudanças nocturnas por terras de Neiva, de Ponte

da Barca, de Lanheses, de Anha, o fugitivo conseguiu esquivar-se à perseguição dos agentes filipinos.

Na manhã de 24 de Outubro de 1580, as tropas de Sandoval, constituídas em boa parte por mercenários granadinos, entraram em Viana, pondo fim ao drama da perda da independência.

XXXVI

SERRA E MAR

A subida, tanto de funicular como de carro, ao monte de Santa Luzia, sobre a foz do Lima, pode considerar-se uma das mais impressivas revelações de beleza panorâmica que qualquer viajante, de qualquer parte do mundo, poderá desejar experimentar.

A vista que se colhe sobre o vale do rio Lima e o mar indefinido não receia confronto com as perspectivas aéreas dos cimos dominantes da baía do Funchal, da enseada de Buarcos, das serras da Arrábida ou de Sintra.

A ascensão, quer se faça por estrada, traçada em caprichosos ziguezagues pela encosta arborizada e íngreme, povoada de pinheiros bravos, acácias, mimosas, quer pelo elevador, de cremalheira, vagaroso e eufórico, deixará no espírito do visitante uma inolvidável lembrança de indizível cenestesia.

A cidade, o rio, o mar, a serrania prendem e reque-

rem, com silenciosa insistência, o olhar embevecido de quem sobe.

No alto está o moderno e monumental santuário, de inspiração românica e bizantina, mas sobretudo bizantina, um pouco como uma réplica do *Sacré Cœur*, de Montmartre, tão achacados são todos os tempos incertos (e todos os artistas inseguros) às febrículas do mimetismo. Risco do arquitecto Ventura Terra. E não se poderá dizer que seja das obras mais afortunadas do reputado coetâneo e colaborador de Columbano no embelezamento do velho casarão de S. Bento, convertido há meio século no edifício do Congresso. Templo bastante dissonante da arquitectura castiçamente portuguesa. Planta simétrica e cruciforme (cruz grega), fazendo lembrar a projecção da vetustíssima Capela de S. Frutuoso, de Real. A cada braço corresponde uma ciclópica rosácea, como uma flor de gigantesco martírio, de dezasseis pétalas. Essa composição de grandes proporções constitui o motivo que se repete no sentido de três quadrantes, como uma espécie de símbolo astral.

Nos ângulos, elevam-se com robustez discreta três torres cupulares. O coroamento do templo é constituído por um enorme zimbório, rematado por um duplo lanternim: o maior assente em oito colunas; o do cimo, em colunelos.

A vista que daí se abrange é inesquecível.

Todo o santuário é de granito claro e grão fino, proveniente das pedreiras não muito distantes de Afife.

Um pouco acima (a 226 metros de altitude) está o hotel, de cujos balcões se domina toda a formosa Ribeira de Lima e toda a bela panorâmica da cidade, de noite, toda salpicada de luzes, de dia envolvida na luz macia nascida da alquimia atlântica.

A três centenas de metros do hotel, num pedregoso montículo, com algum arvoredado em redor, encontram-se as ruínas de uma remota povoação castreja, luso-galaica, ignota e impressiva como todas as ruínas pré-históricas. É a chamada *citânia de S.^{ta} Luzia*.

O povo rude das cercanias designa-a usualmente pelo nome de Cidade Velha. E na realidade é o que deve ter sido. Há dois ou três mil anos aí formigaria um dos muitos ignorados *clãs* de gente celtibérica que povoavam os cumes de quase todos os serros que se escalonam desde as nascentes do rio Vouga até ao cabo Finisterra.

Segundo conjecturas de alguns, aqui teria existido a antiga *Britónia*, *Brutóbriga* ou *Brutónia*, talvez destruída na primeira fase da ocupação romana.

As ruínas são constituídas pelos fundamentos de algumas dezenas de pequenas casas, quase todas de planta circular, uma ou outra rectangular ou elipsóide.

À roda de todo o aglomerado subsistem os restos de dois muros, de alvenaria miúda e tosca, como nas cercas similares de Briteiros e de Sanfins, mas de menor envergadura. Há ainda os vestígios de um terceiro muro periférico.

Em 1935, as ruínas foram sujeitas a diversas tarefas de ordenação e limpeza. Da orientação desse trabalho incumbiu-se o arqueólogo regional Simões Viana. Daí resultou uma sensível alteração da *citânia*. Muitas das paredes basilares das primitivas habitações foram refeitas e reforçadas com argamassa forte, o que constituiu uma interferência pouco defensável à luz da melhor deontologia arqueológica.

Embora se reconheça que, nestes assuntos, é muito frequente verificar-se o velho rifão de que tanto se pode ser preso por ter cão como por não ter, importará ter presente que uma ruína merece ser sempre vigiada mas nunca alterada.

Esse é o grande e elementaríssimo princípio que, infelizmente, se tem esquecido bastante, entre nós, nas últimas quatro décadas.

As ruínas, quando puras e simples, na austera pobreza, têm o poder de despertar profundas sugestões criptomnéticas; quando demasiado *zeladas*, parecem cenários artificiais e mortícios.

Esqueçamos, por momento, o hotel, o parque, o templo de inspiração bizantina, os carros céleres que por vezes passam a dois passos na febre peculiar do nosso tempo, e tentemos antes, num instante de visão à distância, vislumbrar o que seria neste picoto solitário e pedregoso a vida dessa gente ignota de há dois ou três mil anos. Ao cair da tarde, do lado da montanha, surgiria a meia distância, sobre a linha dos rochedos, a figura hercúlea de um caçador, trazendo sobre os ombros um corço ou javali; do lado do mar, algum outro, sobre um barco de couro, aproximar-se-ia do areal doirado trazendo algum bicho arpoado para a aldeia castreja que lá em cima o espera.

Que bela página o velho e imaginífico Rosny escreveria ao sabor desta brisa!

Que língua seria a desses homens originários, desafrontados e duros, que tão facilmente faziam frente a uma centúria de elmos reluzentes como às vagas do mar, pilotando uma casca de noz feita de peles esticadas e curtidas? Como seria o seu pensar, crepuscular e nocturno,

nas horas de angústia e de silêncio, em que os lumes do céu e os lumes da serra começavam a surgir, a pouco e pouco, como sinais de vigília do mundo imenso?

A pequena distância das ruínas (um quilómetro norte) há um escadório e *miradoiro* servido por um ramal de macadame. Vale a pena ir até lá. Daí se descobre um belo e amplo panorama: de um lado, a poente do monte de S.^{ta} Luzia, domina-se a indefinida largueza do Atlântico, do outro, abrange-se o formoso vale do Lima.

Se se prosseguir pela estreita carreteira que da citânia segue para nordeste, na direcção da serra de Arga, ir-se-ia ter ao modesto e recolhido Convento de S. Francisco, no sopé do Alto do Frade, coroado por um marco geodésico (311 metros de alt.). Mas essa digressão já será feita a título de experiência serrana. Em regra, o visitante limita-se, e não sem alguma razão, à contemplação, de longe, dos indefinidos fraguedos que se prolongam em sucessivos arremessos e valeiros graníticos, até aos belos e distantes planaltos da serra de Arga sobranceiros aos vales do Coura, do Âncora, de Bertlandos, de Moreira de Lima.

Os Serviços Florestais têm aberto nas últimas décadas algumas estradas ermas e pedregosas que oferecem uma penetração relativamente fácil da serra desabitada e granítica que a pouco e pouco se vai arborizando.

Quem tiver um pouco de bom ânimo poderá fazer uma impressiva digressão por uma dessas carreteiras de meia altitude: — a que liga, pela linha quase da cumeeira, o promontório sul de S.^{ta} Luzia com os graníticos alcantis de Afife ou do Freixieiro. Tal digressão não se deverá

fazer, porém, a sós, nem de carro feito para estradas macias.

A carreteira nalguns trechos (para não dizer quase sempre) é extremamente áspera e a serra inteiramente erma. Não há vivalma. Penedias e mais penedias é o que se encontra de um lado e outro. À esquerda, ao fundo, acompanha-nos a planura azul ou cinzenta do mar que sublinha de espuma branca a orla rústica de Areosa e Montedor. Ao cabo de duas léguas de pedregulhada austera, descobre-se o recôncavo onde se abriga a povoação de Afife, tão celebrada pela beleza das suas mulheres, de genuíno perfil grego.

A descida, morosa e duríssima, poderá fazer-se pela carreteira escalonada e retorcida, que se lança na encosta granítica, entre consecutivas pedreiras. Mas será melhor prosseguir até Âncora. O trajecto é um pouco mais longo, mas vale a pena pelas perspectivas panorâmicas que nos reserva. Ao atingir-se o monte sobranceiro à foz do rio Âncora, a paragem torna-se forçada, tão inesperada e invulgar é a beleza do quadro que se abre diante dos nossos olhos.

Mas não se esqueça o viandante que lhe será necessário um propício *jeep* e uns bons rins para suportar duas léguas de solavancos.

XXXVII

RECONTRO DE VALDEVEZ

VALDEVEZ está ligado a uma importante encruzilhada histórica da génese de Portugal. O chamado «recontro» ou «torneio de Valdevez», rematado por uma paz provisória entre Afonso Henriques, «príncipe dos Portucalenses», e Afonso VII «imperador das Espanhas», constituiu um momento de certo modo crucial na audaciosa curva ascendente da estrela e da indomável vontade do filho do conde D. Henrique, como fundador de uma dinastia e sobretudo como catalisador demiúrgico de uma realidade ainda mais forte e persistente que é esta «ideia força» de que todos nós, querendo ou não, participamos.

Até 1136, o filho e herdeiro do conde de Borgonha (prematuramente finado em Astorga e daí conduzido, em longo préstito, pela viúva, a «pulcherrima regina», para Braga) era apontado e designado pelo nome de *infante*. Os Maías e os barões de Ribadouro assim o nomeavam

decerto, revendo-se, com orgulho, na sua possante e bela figura de Roldão portugalense, que os conduzia, com a segurança de um olhar desassombrado e fatídico, ora pelos montes e vales da Galiza, ora pelos descampados da Estremadura, na luta cíclica e alternada com o vizinho Leônês e com o vizinho Moiro.

Desde 1136 a 1140, intitula-se *príncipe*. A partir do «recontro» e do pacto de Valdevez, o príncipe portugalense aparece documentalmente com o título de *rex* ou *rex e princeps*¹. Assim o diz uma doação de 10 de Abril de 1140, conservada no *Liber Fidei*, em que D. Afonso Henriques dá uma ermida de Santa Marinha de Panóias a um presbítero de nome Nuno Gonçalves.

Com precisão não se conhece a data e o local em que decorreu a jornada de Valdevez. Tanto a chamada Crónica dos Godos (*Chronica Gothorum*), como a Crónica do Imperador Afonso (*Chronica Affonsis Imperatoris*), segundo o parecer dos que a soletram, são omissas na indicação cronológica, e na descrição do «recontro» ou «bafurdo». O que vagamente se depreende desses testemunhos é que D. Afonso Henriques, depois de haver vencido os Moiros em Ourique, como resposta ao massacre e à destruição de Leiria, parece ter rompido a paz de Tui (1137), voltando às montanhas do Alto Minho e da Galiza para recomeçar a luta com os sequazes de Afonso Raimundes, entre eles, Fernando Annes, *princeps Limiae*, alto vassalo do imperador das Espanhas (este), reconhecido e homenageado em Oviedo por todos os grandes de Espanha menos pelo insofrível *princeps* portugalense.

¹ «*Ego egregius Alfonsus... domni Henrici et Tarasie regine filius, dei vero providentia totius portugalensis provincie princeps...*» (Cf. Alex. Her. *Hist. de Port.*, nota XVIII, pág. 294, 2.º vol., ed. 1914).

Afonso VII, embora a braços com a guerra de Navarra e com os Sarracenos de Andaluzia, teria decidido vir, ele mesmo, a fim de subjugar talvez por uma vez o primo insubmisso.

Com as suas forças teria invadido o Minho, talvez pela zona rústica e montanhosa de Monção, seguindo pelo vale da ribeira da Gadanha para a *portela* hoje chamado do Extremo.

Nesse transe um afoito guerreiro de Afonso VII, o conde Radimiro, ter-se-ia antecipado com alguns seus e teria sido desbaratado e aprisionado pelo *príncipe* portucalense, próximo da referida portela, nas cercanias de Abedim, na Pena da Rainha.

Os Portucalenses estariam acampados num alto quando a hoste de Afonso VII se aproximava, estando já cativo o conde Radimiro. É a própria Crónica do Imperador que o diz, acentuando que o príncipe portucalense estava *in loco altiori et aspero*.

Daqui inferem alguns, e não sem alguma verosimilhança, que o *recontro* se travou, não propriamente nos Arcos, junto da confluência do Vez e do Lima, na veiga tradicionalmente conhecida pelo nome de Campo da Matança, mas, sim, no alto da montanha, próximo da Portela do Extremo.

Herculano supõe-no decorrido na veiga do Vez e assim o descreve com o seu estilo, sempre impressivo e forte:

«Os heróis da *Iliada* preludiavam as batalhas por combates singulares. A Idade Média viu por vezes renovar-se essas cenas da infância da civilização grega.»

«Nas raízes do carrancudo Soajo repetiram-se também esses duelos homéricos.» «Entre os dois exércitos, a veiga do Vez oferecia-se como uma vasta estacada, onde os

barões e cavaleiros de Leão e Portugal podiam encontrar-se corpo a corpo, sem a desordem e confusão de uma batalha, e experimentarem qual das duas províncias de Espanha gerava braços mais robustos, ânimos mais ferros. Foi um largo torneio em que a vitória coube aos valentes homens de guerra do infante. Fernando Furtado, irmão do imperador, Vermudo Peres, cunhado de Afonso Henriques, o conde Ponce de Cabrera e muitos outros dos mais notáveis fidalgos da Corte do imperador, derribados pelas lanças dos Portugueses, ficaram prisioneiros, segundo as leis da cavalaria.»

«Supersticiosa como era aquela Idade, o desbarato do conde Radimiro e o cativoiro de tantos senhores e cavaleiros principais deviam parecer aos Leoneses péssimos auspícios para uma batalha. Nesta situação, Afonso VII mandou ao campo inimigo mensageiros que, em nome dele, pedissem ao arcebispo de Braga para, por sua intervenção, se tratar da paz. Não obstante as vantagens alcançadas pelo infante, o desfecho da batalha era incerto, e o prelado português acedeu facilmente aos desejos do monarca. Concordados afinal, os dois primos falaram amigavelmente um com o outro. Ajustou-se uma suspensão de armas, por alguns anos, ficando por mútuos fiadores os cabos principais de um e outro exército, até que depois, com mais sossego, se pudesse assentar uma paz definitiva, e duradoura. Entretanto, os prisioneiros feitos de parte a parte foram postos em liberdade e restituídos os castelos reciprocamente conquistados.»

Assim o historiador de mais penetrante visão, esforçado e lúcido, que até hoje existiu em Portugal, procura deixar-nos antever o que terá sido esse obscuro recontro — e o modo como ele teria terminado, por um colóquio

amistoso entre os dois parentes e herdeiros daqueles dois régios guerreiros francos — Henrique e Raimundo — que, meio século antes, haviam transposto os Pirenéus para socorrer o rei de Castela vencido em Zalaca.

Diz o Historiador, com um resquício de espírito de romancista, que os dois primos conversaram «amigavelmente». Como o poderemos saber? Em que testemunho ou texto expresso se firma essa nota afectuosa?

Para a nossa avidez de visão concreta e íntegra do primeiro rei português, o que se vislumbra a seu respeito é muito pouco.

*

Na realidade, que se teria passado nesse estranho combate, convencional e ao mesmo tempo violento, para o imperador das Espanhas pactuar com o moço príncipe portugalense? Entre ambos haveria, na realidade, verídica afeição de primos duplamente consanguíneos ou haveria, antes, secretos ciúmes de ordem política ou talvez até de ordem física?

Não esqueçamos que Afonso Henriques, mais novo uns dez anos que o seu parente, o excedia decerto, não só pelo vigor da idade, mas da própria pulcritude varonil.

No limiar dos 30 anos, o príncipe portugalense era já conhecido entre os Sarracenos do Al-Gharb pelo temido nome de *Ibn-Errik* e definido pelo autor da *Crónica dos Godos* como «um vigoroso guerreiro, de palavra apurada e fácil, claro de espírito, meditado no agir, de estatura impressiva e formoso semblante». ¹

¹ «*Fuit vir armis strenuus, lingua eruditus, prudentissimus in operibus suis, clarus ingenio, corpore decorus, pulcher aspectu et visu desirabilis*» Chr. Goth., ad. aer. 1163 (cit. por Herc., *Hist. de Port.*, vol. 2.º, p. 126, ed. cit.).

Não esqueçamos ainda que, segundo o testemunho visual do cruzado inglês Osberno, quando o rei português chegou a Lisboa com a sua hoste para tentar tomar a cidade com a ajuda dos homens do Norte, a curiosidade e a simpatia dos guerreiros ingleses e normandos eram tão fortes que à volta da tenda do rei portugalense se acumularam inúmeros cruzados para admirar a sua figura.

Como todos os homens portadores de um inelutável e predestinado poder catalítico, a sua simples presença era decerto magnética. Só assim se explica a dedicação profunda que lhe consagram todos os velhos varões de Entre Douro e Minho, tanto na idade em que ele mal saía ainda da adolescência como no tempo em que o seu montante e o seu corpo já acusavam as duras amolgaduras do meio século de combates.

*

Os testemunhos são tão lacónicos que não será fácil saber algum dia com relativa clareza em que consistiu o «recontro» de Valdevez.

Teria o próprio Afonso Henriques entrado na liça e cruzado a sua lança, já não diremos com o monarca leonês — «Imperador das Espanhas —, mas com alguns dos grandes de Espanha? Terá sido ele quem derrubou o seu cunhado Bermudo de Trava, filho mais velho do velho conde de Trava e destituído conde de Seia? Como explicar o ingresso desse guerreiro galego num convento (o mosteiro de Sobrado dos Monxes) logo após a libertação que Afonso Henriques lhe concedeu? Terá sido por alguma mutilação grave, sentimento de humilhação ou sentimento

de dívida da sua existência à generosidade do príncipe portugalense?

Conjecturas sobre conjecturas. A realidade histórica some-se na sua habitual neblina de mil possibilidades ocultas no Inverificável.

*

Quem olha com um pouco de demora aquele largo painel de azulejos de Jorge Colaço existente no vestíbulo da *gare* de S. Bento, no Porto, imediatamente sente que aquela *visão* é interessante mas não a verídica. O que ali se representa é o início de um autêntico combate entre duas hostes e não um duelo medievo entre alguns cavaleiros representativos e escolhidos.

*

Se, realmente, o recontro de Valdevez foi uma prova de sangue em que os dois exércitos preparados para o pior se defrontaram, assistindo, como espectadores e juízes, a um certo número de demonstrações preambulares de ânimo e valor, a disposição daquele quadro, embora cheio de vida e movimento, não é verosímil.

O que decerto se poderá afirmar com grandes visos de probabilidade é que Afonso Henriques não se limitou decerto, nesse *torneio*, a servir de juiz de campo. A sua *têmpera* não lhe consentia tal papel. O imperador das Espanhas, esse, sim, limitar-se-ia a ver como decorria a dura pugna singular, com feridos, prisioneiros e decerto alguns mortos. O príncipe dos Portugalenses, com o seu incoerível e belo arcaboço, ainda cicatrizado de fresco da pro-

funda ferida recebida na batalha de Cerneja (provocado por um virotão vibrado de longe por um labrego da peonagem leonesa) não se conteve e participou seguramente daquele combate de feição homérica — mas infelizmente não assistido por nenhum cronista ou poeta.

XXXVIII

LINDOSO

DURANTE o seu longo reinado, de quase meio século (1279-1325), D. Dinis, femeeiro e andarilho provençal, lavrador e trovador, não se cansou de percorrer o País de ponta a ponta, inaugurando feiras francas, animando os povos raianos na construção de muros e cubelos, erguendo, desde a raia da Galiza à da Andaluzia, um sem-número de roqueiros.

Quem um dia se dispusesse, mais ou menos por esta quadra, dos meados da Primavera, a percorrer, em dois ou três meses, escarranchado num rocinante, toda a raia seca, desde alturas de Melgaço à embocadura do Guadiana, teria muitos lugares e muitas pedras para ver que lhe despertariam a lembrança do incansável e providente monarca que por todas as partes por onde passava fazia versos, levantava castelos e fazia filhos.

Essa *ideia* íntima, e verdadeiramente peregrina, muitas vezes visitou o nosso espírito, quando os rapazes que

temos tido como ouvintes, em três décadas de ensinância, nos solicitavam, por esta altura, como é da praxe, uma ou outra sugestão sobre alguma possível «excursão instrutiva». Com bom humor, muitas vezes lhes dissemos:

— «Se estão dispostos a andar duas ou três semanas a pé, por montes e vales, e aguentar, como os pegureiros, algumas noites ao relento, poderemos ir fazer uma revisão histórica pedestre da fronteira de Trás-os-Montes, ou da Beira ou do Alto Alentejo... É à vossa escolha.»

Os rapazes estremeciam e esfregavam as unhas, — mas a *ideia* nunca se realizou, porque o regime do lectivo é, neste ponto, de um rigor férreo: uma «excursão de estudo» é de três dias e não mais.

Por norma, os mancebos, cheios de *kodaks*, metem-se num *pullman*, dão uma volta pela Batalha, visitam as «covas de lobo» de Aljubarrota, devoram os farnéis num pinhal onde Nun'Álvares rezou e suou como Jesus no Horto, passam por Tomar ou Óbidos e regressam à base, cantando o *Regadinho*.

Na realidade, não há maior inimigo da evocação histórica viva do que *pullman*; ou seja: a excursão rigorosamente programada, com horas marcadas, muitos *kodaks* e pantagruélicos farnéis. «A excursão viva quer-se com cansaço e fome.» Assim legislaria Licurgo, ou qualquer instrutor lacedemónico, e com razão.

Ao escrever isto, estamos a lembrar aquela tarde longínqua em que, com quatro ou cinco mancebos (dois deles médicos e quase nossos vizinhos), fomos de Cidadelhe, ao longo do canal, semi-subterrâneo, de Lindoso, até à *represa* do rio Lima, rente à fronteira da Galiza e no sopé do penhascoso monte dominado pelo velho castelo baptizado pelo monarca cantor do *Verde Pino*.

D. Dinis, da primeira vez que visitou o sítio, achou-o tão prazeiro e tão arejada a atalaia que aí se encontrava, que (segundo se diz) não conteve a veia poética, pondo-lhe logo o nome de *Lindoso* (corruptela aprazível do qualificativo *lindo*).

E assim ficaria pelos séculos fora —, como ficou Vila Flor, em Trás-os-Montes, ou Flor da Rosa, no Alto Alentejo.

*

O acesso às alturas de Lindoso ainda há um século se fazia por carreiros velhos e pedregrosas veredas.

Hoje faz-se por uma estrada que oferece passagem, a seis léguas de Ponte da Barca, para a província galega de Orense, um pouco além de Cidadelhe, pela chamada Ponte da Madalena.

O desfile panorâmico que essa estrada oferece é extremamente interessante.

Segue-se sempre pela vertente esquerda do rio Lima, fruindo-se a contemplação de quadros cada vez mais amplos, sobretudo a partir das aldeias de S. Salvador e Vila Chã. Defronte vão ganhando vulto os imponentes relevos da serra do Soajo, modelados por profundos sulcos erosivos. Ao amanhecer ou ao cair da tarde, nas horas de sol brando, a montanha adusta e solene, é toda percorrida de sombras, dando a impressão de uma gigantesca reserva de plasma, que um super Miguel Ângelo, numa hora de devaneio digital, acarinhou, modelou e deixou ficar assim mesmo...

A Escultura, como a música, também tem as suas horas lúdicas.

Ao cimo, oculta-se a serra de Castro Laboreiro.

À direita, segue-nos o flanco da chamada serra Amarela, com as suas indefinidas brenhas, recatadas «brandas» e vetustíssimas aldeolas de altitude.

Passa-se pela aldeia rústica de Britelo. Ao fundo, do outro lado do rio, num recôncavo, vislumbra-se a aldeia morena de Ermelo. Nela subsiste uma estimável igreja românica que pertencia a um mosteiro medievo, beneditino, beneficiado nos princípios do séc. XII por uma carta de *couto* da rainha D. Teresa.

A partir de certa altura a paisagem torna-se verdadeiramente grandiosa. O rio corre entre belas ribanceiras, tão profundas que o seu murmurar não se ouve.

A estrada descreve curvas incessantes sobre impressivas ravinas. Autêntico desfiladeiro de considerável fundura, rasgado pelo esforço milenário das águas.

Do outro lado, a serra do Soajo desdobra-se em severas linhas, aqui e além desnudas, noutros tractos já amaciada pela arborização que vai alastrando sobre os antigos maninhos.

Em dado momento, avista-se, a montante, uma espécie de usina branca, no fundo do vale. É a central hidroelétrica do Lindoso, obra de engenharia de relativo vulto levada a cabo após a primeira Grande Guerra por um poderoso *consortium* madrileno, a *Electra del Lima*. Central inaugurada em 1919.

As águas do rio Lima, represas junto da raia, num rochoso estrangulamento, são conduzidas por um sinuoso canal de derivação, que ao fim de sete quilómetros ganha, relativamente ao leito do rio, o desnível, bem significativo, de 350 metros.

Em boa parte, as águas turbináveis seguem em sucessivos túneis, de sinuoso traçado, até ao *depósito* de Cidadelhe; grande tanque triangular, de betão, situado a 450 metros de altitude no rebordo do vale.

Daí a água desce, em três condutas, de aço, de dois metros de diâmetro e 250 metros de extensão, para a casa das turbinas. Estas produzem em média anual, uns 300 milhões de kw.

*

Para se conhecer a pequena barragem (a chamada *presa* ou *represa*) que marca o começo do aproveitamento do considerável desnível do rio, será necessário fazer uma caminhada de três léguas, ida e volta, ao longo do canal de derivação. É o tal estirão que fizemos, de bom ânimo, com o reduzido grupo de escolares vimaranenses de há quase quatro décadas.

O dique, de uns quinze metros de altura, encaixa-se numa apertada garganta rochosa, num sítio solene e ermo. A montante, a água, refreada, comprime-se numa longa e sinuosa albufeira, para além da confluência (daqui invisível) da ribeira de Castro Laboreiro, pelo território galego dentro.

A duas centenas de metros acima da represa está o castelo, acessível por uma vereda escalavrada e íngreme.

Mas quem chega ao alto dilata os olhos e os pulmões,
diante de tão dilatado horizonte.

O nome não podia ser melhor achado.

Por onde mais uma vez se prova que os poetas são
os mais inventivos filólogos.

XXXIX

PRIMÓRDIOS DA GALIZA

POR circunstâncias verdadeiramente fatídicas, alguns dos mais genuínos propugnadores da cultura galega que nos princípios deste século emergiram da apagada tristeza (ou morriña) em que vivia a velha Galiza — a sonhada pátria de D. Gelmires e sucessivas estirpes pugnazes (os Travas, os Castros, os Albuquerque e tantos outros) — foram dispersos pelo vento frio da diáspora para os mais diversos recantos das três Américas.

A figura pálida e séria de Alfonso Castelao, o inesquecível autor de *Sempre en Galiza*, pode dizer-se o paládio dessa geração fracassada de poetas, de ensaístas, de pintores, de professores, fundadores há meio século da revista *Nós*, verídica lareira à roda da qual, por amor da terra cantada por Rosalia de Castro, se fizeram tantos serões de trabalho e de sonho.

Entre as mais discretas expressões de fidelidade aos

ideais desse escol atingido pela mais cruel dispersão poderá incluir-se a laboriosa revisão histórica de um jurista galego emigrado, Emílio Lopez, aparecida em Buenos Aires, há meia dúzia de anos, sob o título sugestivo de *Grandeza y Decadencia del Reino de Galicia* (1957).

Dir-se-ia um piedoso acto de saudade que, em vez de se traduzir, como a obra de Castelao, em brandas evocações de velhas pedras, em incisivos contos simbólicos, num ou outro epigrama, se exprime sob a forma de uma tranquila análise reflexiva dos múltiplos factores que, em sucessivas épocas — desde a agonia da incipiente monarquia sueva à silenciosa e dura obra de castelhanização levada a efeito por Fernando e Isabel —, fizeram com que a genuína Galiza deixasse de ser o que poderia ter sido.

O autor (n. em 1903) é um universitário, discípulo de Gimenes Asua, junto do qual preleccionou, em Madrid, na quadra que precedeu a mortífera guerra civil. Hoje lecciona num colégio humanístico de Nova Iorque.

No referido trabalho oferece-se uma metódica indagação da génese da pátria galega desde as suas mais recônditas raízes.

Como Otero Pedrayo e Vicente Risco (dois antigos companheiros de Castelao), Gonzalez Lopez crê que o próprio solo galego tem, por assim dizer, uma espécie de *singularidade* ou *autoctonia* que se traduziria na prioridade do seu emergir geológico.

Com ingénuo enlevo, o escritor afirma esta primazia da remotíssima Galiza:

«*Su suelo de rocas graníticas fué de los primeros que emergieron de las águas en el continente europeo*».

Daí passa a outra forma concreta da sua singularidade: as profundas raízes pré-históricas da sua cultura.

As ruínas de algumas centenas de lugarejos acordam irreprimíveis perguntas, mais a quem as tem presentes pela memória do que a quem as contempla com os olhos do corpo.

Com os olhos do espírito, Gonzalez Lopez percorre as proeminências do território galaico-portugalense, desde as profundas ravinas durienses às selváticas e ermas penedias de Finisterra e revê, aqui e além, os vestígios estranhos de tantos povoados da madrugada neolítica, ou seja, da era em que o homem já sabe acender o lume, trabalhar a ferramenta, e afiar a arma cortante que o ajudará na luta com o plantígrado, com o cornúpeto ou com o próprio espeleu.

A contemplação a distância, associada ao atento estudo das obras fundamentais dos mais sérios arqueólogos e etnólogos luso-galaicos (Oliveira Martins e Martins Sarmiento, Pedrayo e Cuevillas), permite-lhe ver, em criptomnésica profundidade, o significado da riqueza de tantos vestígios de vida pré-histórica.

Das entrelinhas do seu estudo se depreende que a escolha (tão peculiar do homem neolítico peninsular) das *alturas* para a construção dos seus «castros» e suas «cividades» não deveria ter sido determinada somente pelas conveniências de defesa e da caça mas também pelas incoercíveis apetências de contemplação planetária, nesse momento crítico em que o homem transita da mentalidade de ser vegetativo ou silvestre para a mentalidade de ser deslumbrado ou estremunhado.

Desde as alturas de Briteiros a S.^{ta} Luzia, de S.^{ta} Tecla, na foz do Minho, a Borneiro, na ria de Lage (Corunha), quantas meditações ingénuas e silenciosas, quantas interrogações siderais não seriam feitas, ao cair da tarde, pelo caçador neolítico, junto do seu tugúrio ovóide e granítico,

ao sentir, com os olhos postos no fumo do seu humilde lugarejo, torcicolando no ar puro da montanha, a invisível asa das ansiedades mudas do crepúsculo?

Como todos os verídicos expressores do sentir galego, o autor deste livro não se cansa de acentuar as profundas afinidades da pátria galega e da pátria portuguesa, apondo as relações invisíveis de boa vizinhança que já nessa época longínqua e madrugante se traduziria em mudas telepatias entre essas espécies de atalaias planetárias e montanhas.

Tal como nós, hoje, facilmente podemos comunicar com os mais distantes interlocutores por intermédio de emissores e receptores, de modo análogo, por ventura, os escassos e dispersos núcleos humanos de há dez mil anos poderiam, no seu fremente mutismo, comunicar por cima dos montes e vales — se não por cima dos próprios mares — as suas íntimas palavras de *sympathia*.

É o que leva o desterrado escritor galego a afirmar que à comunidade do luso e do galaico talvez importe acrescentar a «telepatia» dos seus castros e das suas citânias com os núcleos fraternos, de sangue celta, arribados e aclimatados ao solo da Irlanda.

Esta sugestão é, aliás, ditada pela remota lenda popular galega de que, nos dias claros, se poderia avistar do alto da Torre de Hércules, na Corunha, as longínquas costas da verde Erin.

XL

RECESSOS DE PAREDES DE COURA

SUPOMOS que a primeira e mais interessante iniciativa de feição científica realizada entre nós para se compensar o discreto despovoamento dos cursos de água do País foi, nos fins do século passado, a criação da chamada Estação Aquícola do Rio Ave, iniciativa devida a um estadista relativamente jovem do antigo regime, dotado de extraordinários dons de inteligência, que, ao fim de algum tempo de experiência política, ao reconhecer os defeitos do regime que servia, dele se despediu de modo terminante, ingressando, com grande escândalo dos adeptos do «rotativismo» e justificado júbilo dos seus adversos, ávidos de renovação, nas fileiras do inconformismo republicano.

Estamos a querer aludir, como decerto já um ou outro leitor veterano terá antevisto, à figura inconfundível de Bernardino Machado, «lente» de Ciências Biológicas (ou, como então se dizia: de Filosofia Natural) que, no meio conimbricense adquirira grande prestígio não só pela rara

distinção da sua pessoa, de verídico «gentleman», mas pelo brilho das suas lições, em regra dadas, segundo se diz, de pé e a passear entre os alunos e jamais com aquele pesadume regrado e dormitivo, fanhoso e ronceiro, que era da praxe entre os bons espécímenes do tipo pesadíssimo e proverbial Dr. Pedro Penedo da Rocha Calhau, de que fala o insuspeito autor do «In Illo Tempore».

Um dos seus alunos foi precisamente o homem que, em 1917, o destituiria da Presidência da República, como promotor que foi do funesto movimento da transmutação político conhecido pelo nome de Dezembrismo.

Nesse transe, alguns dos mentores do audacioso cônsul, parece que acalentaram, por momentos, a ideia conciliadora de manter na Presidência o impoluto vulto político que, dois anos antes, havia obtido a chamada política da «união sagrada», como resposta à grosseira declaração de guerra recebida do Império Alemão, mas tal ideia nenhuma repercussão teria no ânimo inflexível do magistrado constitucional. A sua incompatibilidade com o movimento perpetrado pelo seu antigo aluno e ex-ministro de Portugal em Berlim, era frígida e inamovível. Por isso, com extrema simplicidade, saiu do Palácio de Belém, sem comitiva nem alarde e tomou lugar num comboio em Entrecampos, como se fosse fazer uma singela visita à sua recatada casa de Joane.

Mas deixemos isto e voltemos ao nosso assunto.

O que íamos a dizer é que, sem aquela simpática ideia da Estação piscícola do Ave, talvez muitos dos cursos de água que hoje, ao Norte do Douro, contêm ainda uma relativa riqueza haliêutica estariam quase esterilizados.

Bastará dizer que, nestes últimos 60 anos, a referida estação de piscicultura criou nos seus viveiros cerca de dez milhões de salmonídeos, que, periodicamente foram

lançados nas águas livres não só do Ave como do Leça, do Ferreira, do Cávado, do Lima, do Minho e respectivos afluentes.

É claro que uma boa percentagem desses lançamentos se tem perdido, em consequência de múltiplos agentes de frustração.

Ainda há pouco tempo as águas do rio Leça se tornaram de um dia para outro tão pestilentas que, nos seus açudes, a jusante da Ponte da Pedra, se acumularam verdadeiros cardumes de peixes só convertíveis em guano.

Noutros cursos de água (como, por exemplo, no rio Ovelha oriundo do Marão), algo se verificou nos últimos anos que fez desaparecer um apreciado segmento de pesca vigiada a montante de Padronelo, onde alguns devotos da cana e carreto (entre eles alguns silenciosos ingleses) se recreavam em seus discretos fins-de-semana. Aí o trovisco, o sulfato de cobre e o cartucho de dinamite tomaram à sua conta a incumbência da esterilização das águas vizinhas da montanha.

Durante sete anos (de 1935 a 41), a Estação do Ave tentou o repovoamento de salmonídeos, lançando em diversos mananciais e regatos, originários e humildes, cerca de meio milhão de *Salvelinus fontinalis*. A tentativa, porém, falhou. Ao cabo desse persistente ensaio reconheceu-se que o repovoamento de tal espécie não se verificava. Daí a desistência, assim como a dos específicos salmões (*Salmo salar*), que noutros tempos se «caçavam» com relativa frequência nas águas do Lima e do Minho e que, actualmente, só nas águas do último aparecem de longe a longe, como um brinde do acaso.

A partir de 1956, a Estação Aquícola deixou de ser um organismo autónomo, integrando-se nos Serviços Florestais, já então dotados de três viveiros montanheseiros de salmonídeos: o do Marão, o do Gerês e o de Montesinho, na verdade dignos de serem conhecidos de tanta gente que, com a mania dos *records* de velocidade, não vê um palmo ao lado do *pára-brisas* — mas que, por excesso de burocratismo, deixaram de ser o ponto de partida para a criação de viveiros industriais ou de consumo.

O único viveiro deste tipo existente entre nós encontra-se instalado, desde há pouco tempo, num recanto do Alto Minho, e, para vergonha nossa, deve dizer-se que nem é um empreendimento do Estado português, nem de qualquer firma mercantil portuguesa. De raiz, surgiu da bolsa privada e da imaginação hábil de um industrial do país vizinho.

Foi o que há poucos dias verificámos no decorrer de uma volta pela velha província que um antigo condiscípulo e penhorante amigo, o industrial de Pevidém Alfredo Correia, nos quis oferecer, com esse expresso objectivo.

Há bastantes meses que esse amigo nos intimava e desafiava:

— Temos de ir qualquer dia até Paredes de Coura para ver um belo «recinto hídrico e biológico...»

E assim foi. Em dado dia, às tantas da manhã, a sirene do carro do amigo velho fez-se ouvir, com pontualidade, a dois passos do alpendre do Senhor da Boa Morte, contíguo ao portão do casinhoto onde, nos últimos três meses, procuramos refazer-nos do forte encontrão recebido, numa rua lisboeta, de uma espécie de rinoceronte mecânico.

Sem pressa, seguimos para os lados da velha metrópole bracarense.

Uma vez cruzada, algumas léguas ao Norte, a vetusta e tão evocativa Ponte de Lima, entrámos na prolongadíssima subida de que um dos rebordos montanhosos da antiquíssima e formosa concha monástica de S. Miguel e Cepões.

À medida que se vai subindo o agigantado flanco, a perspectiva do fecundo vale, todo polvilhado de casais, vai tomando a feição de uma vista aerostática. Em baixo, descobre-se, entre outro casario, o volumoso e castiço Solar dos Calheiros, fidalgos de caldeira e pendão dos velhos tempos afonsinos.

Dos lados do poente, desdobram-se em macios despenhadeiros arborizados, os pendores da serra de Arga. Bela amplidão!

Que diria o rezinguento e apressado Historiador dramático de Águas Férreas, depois de ter definido o Minho como uma «província de horizontes mesquinhos», se, de repente, o trouxessem até estes cimos?

*

Dobrada a cumiada, surgem na frente, das bandas do Norte, os azulados montes da vizinha e fraterna Galiza, tão ricos de sugestões pré-históricas e medievais e tanto do pensar nostálgico de Rosalia e Castelao, de Vicente Risco e Pedrayo.

Risonha e branca, aparece Paredes de Coura, quase de súbito, em baixo, no sopé de uma fértil encosta toda retalhada de verdejantes milheirais.

Ao fundo, na linha mais viçosa do arvoredor e dos terraços de cultivo, oculta-se o fluir, ainda incipiente, do

rio Coura, singelo regato meio rústico, meio silvestre, prestes a desaparecer nas dobras adustas da montanha que o acompanham até às portas desafogadas de Venade.

O companheiro, por um bom bocado silencioso, sorvendo como nós o ar puro da boa terra serrana e campesina, chama-nos, em dado momento, a atenção para uma vivenda que surge ao lado do rio, junto de um pequeno maciço de arvoredos.

— Aqui temos a casa do Homem, o Patriarca de Joane. Na verdade, ali estava a silenciosa moradia, hoje fechada e quase mortíça, e que, há trinta anos, naquele dia memorativo de Outubro, havíamos conhecido pela primeira vez, na visita que fizemos, como tantos, para saudar o insigne Político recém-vindo do exílio, por imposição da invasão alemã sofrida pela França. Ao fim da manhã, a casa estava cheia. No meio dos seus visitantes, o velho estadista, como sempre, na vestimenta diplomática impecável, multiplicava-se em cumprimentos e efusivas exclamações. Ninguém diria que estava ali um ancião de noventa anos ou quase. Com os seus sapatinhos de verniz, movia-se como se estivesse numa demonstração de imponderabilidade. Durante o almoço (após a 1.^a série dos filhos, das noras e dos netos) a sua proverbial eloquência não teria um momento de descanso. Ao lado, a Esposa, *mignone* e carinhosa, bem insistia, chamando-lhe a atenção para o pratinho de açorda, seu único *menu*: — «Mas come, menino! Olha que isto arrefece, menino.» — O Menino, com os seus lucidíssimos noventa, fazia de conta que não existia açorda, nem estômago, nem corpo, e todo ele era memória pura e puro Espírito convivente. O velho Santos Silva, ao lado, assim como o nosso pausado Ruy, o perscrutante Corino, o atento e mesurado Domingos Pereira, de boamente serviam de singelos *plastrons* para as incen-

santes *poules* que o vivíssimo dialecta expunha com a sua apurada loquacidade.

Pela nossa recordação tácita desfilavam essas duas ou três horas vividas naquela casa, naquele dia de Outubro, quando de novo o nosso amigo, mandando parar o veículo, nos chamou a atenção para um cotovelo do rio, umbroso e rumorejante.

Eram os tais viveiros de salmonídeos!

Um carreiro íngreme que inflectia, à direita, sobre o valeiro, parecia ser a via de acesso. Descemos.

Mas ao fundo esperava-nos uma espécie de legenda dantesca:

«Proibido o acesso. Por favor, não insista.»

Voltando-nos para o amigo, perguntámos:

— Não haverá engano? Será isto a entrada para algum esquecido esconderijo da Linha Maginot?

O amigo, sorrindo, despachou o condutor com um recadinho e daí a instantes o emissário voltou com o preciso salvo-conduto. Podíamos entrar e ver tudo à vontade. O próprio empresário espanhol estava em baixo, com a sua potente *limousine*, e acedera logo ao requerimento.

O espectáculo que nos esperava era, na realidade, ao mesmo tempo simples e amorável.

Todo o recanto do vale, íntimo e arborizado, se convertera numa espécie de anfiteatro aquático, de tanques e piscinas escalonadas, de cachoeiras gradeadas referventes, de líquidas portinholas, tudo sábia e meticulosamente repartido e relacionado: aqui os tanques das miríades de salmonídeos ainda minúsculos, finos e quase invisíveis como agulhas; ali, os salmonídeos já bem visíveis, na segunda infância; mais adiante e acima, os cardumes adolescentes; finalmente, ao cimo, as turbas vigorosas dos bicharocos

luzidios e negros, de palmo e meio, que em breve seriam recolhidos em ajustados recipientes e ali mesmo, a dois passos, numa pequena cabine silenciosa, munida de uma discreta corrente eléctrica, teriam o seu fim instantâneo, para logo serem acamadas em apropriadas caixinhas-de-viagem, em que seriam recambiadas pela fresca do anoitecer, para os hotéis de Lisboa, da Corunha ou de Madrid.

Durante uma boa meia hora percorremos os curiosos tabuleiros, mirando e remirando a singularíssima fauna aquática que, sem repouso, se movia, ao sabor de mil caprichos das correntes, umas sussurrantes, outras silenciosas, que continuamente se renovavam.

Junto das cachoeiras, alguns salmonídeos mais desportivos davam vigorosos e acrobáticos saltos.

Ao sabor dessa contemplação, uma ideia esquiva que nos trespassou foi a de que, no fim de contas, toda aquela Fauna Recreativa e Feliz apresentava profundas analogias com esta Fauna (ora laboriosa, ora lúdica) que se chama Humanidade. Uma e outra se consomem numa interminável sucessão de ilusões: os Salmonídeos, fruindo a cenestésica beatitude do instante, sem cuidar no trespasse eléctrico que os espera; os Humanos (ora sombrios, ora pueris) queimando-se nas rumações do *struggle* ou no frenesi das distrações, sem dar grande tento ao golpe caprichoso da Deusa da Foice, que, tantas vezes, de repente surge e os leva, num ápice, para as regiões do Invisível.

XLI

CISÃO GALAICO-PORTUGALENSE

DIZ-SE com frequência que Portugal nasceu do ânimo rústico e pugnaz do homem de Entre Douro e Minho e, até certo ponto, o dito é exacto. O pupilo (aliás pouco submisso e ainda bem) do velho Egas Moniz, senhor de várias terras portugalenses e durienses, é um rapagão, nado e criado nesse torrão fecundo e é aí mesmo que encontra, no limiar da sua adolescência, vindo há pouco da vigília da catedral de Astorga, os vigorosos pulsos que o impelem para o golpe decisivo de S. Mamede. São os freires de Leça do Balio e os cavaleiros da Maia, são os Portocarreros, são os Sousas, são os grandes prelados de Braga e do Porto, são os abades de Terras de Bouro e de Ribatâmega que o escoltam e defendem nas duras jornadas audaciosas de Cerneja, de Valdevez, de Ourique. Daí partem os fossados e as mesnadas que lhe dariam a posse dos miradoiros pedregosos de Leiria e de Tomar, de Santarém e Lisboa. A conquista desta última é obra, em boa

parte, de uma exortação que um bispo do Porto, o patético Pitões, (digno de Plutarco), dirige aos cruzados que haviam entrado, em fins da Primavera de 1147, na barra do Douro e os convence, não sem custo, a cooperar no assédio da poderosa metrópole mourisca do Tejo.

Muito antes desse evento, aliás, as terras neogóticas de Entre Douro e Minho, renascendo aos poucos do peso do das «razzias» islâmicas, haviam já tido ocasião de revelar a sua incoercível apetência de alforria na rebelião (embora terminada em desastre nas margens do Cávado) do conde Nuno Mendes contra a submissão ao rei galego Garcia, o irmão mais novo de Afonso VI.

Na realidade, a separação de Portugal do seu raizeiro vizinho, a Galiza, constitui um dos mais complexos processos de secessão que se poderá apontar na dramática história da formação das nações da Península.

A visão perfeita desse processo dificilmente poderá ser atingida, porque nele se conjugam as mais diversas e discretas interferências: umas de ordem étnica e milenária, outras de natureza aleatória e contingente.

As duas mortes prematuras de Raimundo de Borgonha (1107) e de Henrique de Borgonha (1114), ligados por um pacto secreto celebrado algures e que os tornaria, talvez, herdeiros do sogro, são duas circunstâncias tipicamente imprevisíveis e que tiveram, sem dúvida, a maior influência nessa tessitura de factores, uns profundos, outros de superfície.

Outro facto análogo, nitidamente contingente, seria, mais tarde, o desastre militar e físico sofrido por Afonso Henriques, ao abandonar Badajoz, desastre seguido do aprisionamento e da forçada entrega de todos os roqueiros que já possuía na ribeira do Lima, entre as montanhas de Orense e a ria de Vigo.

Tenha sido, porém, obra do querer colectivo, ou obra do querer singular de Afonso o primeiro, ou simples obra do acaso, o certo é que, em dada altura, entre Portugal e a Galiza se dá um dramático «corte de relações» que nunca mais teria, durante oito séculos, ajustada e sanada solução. A secessão tornar-se-ia irreversível.

Muitos altos espíritos portugueses e galegos, como Murguia e Oliveira Martins, Antero e Castelao, Pascoaes e Pedrayo, sentiram, ou têm sentido, que esse afastamento foi absurdo. O certo é que tal se deu e dificilmente se poderá considerar rectificável. As estratificações invisíveis do tempo são bem menos alteráveis que as da erosão da Terra.

Herculano, com a sua longa experiência de manuseador de códices e de calcorreador dos séculos, habituado aos barrocais da Meia Idade, procurou dar uma visão íntima desse drama da separação das duas pátrias fraternas, evocando no seu pequeno romance vimaranense os possíveis incidentes que teriam conduzido à jornada de São Mamede.

A visão do historiador é interessante —, mas está longe de ser completa.

A crer nessa romanesca narrativa, a cisão de Portugal e da Galiza explicar-se-ia, fundamentalmente, pelo concerto dos ressentimentos dos guerreiros portugalenses feridos pela presença jactanciosa do fidalgo Perez de Trava, favorito da pulquérria e impudente condessa portugalense. Ora, na realidade, a questão foi muito mais complexa. Além das razões de ordem sentimental ou psicanalítica, outras de natureza política interferiram poderosamente no desenlace.

A política ambiciosa e audaz do famoso bispo D. Gelmires — extraordinária figura de diplomata e de guerreiro, de caudilho e aventureiro, possesso do sonho de fazer da

sua Galiza a mais potente nação do Ocidente europeu —, talvez tenha sido um dos mais poderosos factores do que hoje dificilmente poderemos dizer se foi para nós, Portucalenses, um bem ou mal, um desastre ou uma dádiva da fortuna.

Obsediado pelo seu sonho, o prelado de Compostela travaria durante cerca de meio século uma luta tenaz contra todos os que ele considerava adversos à realização dos desígnios que o moviam. Daí a multiplicidade das suas alianças e viragens, das suas aventuras e querelas, ora com os próprios Galegos, quando os via inclinados a aceitar as perigosas seduições de Castela, ora com os prelados bra-carenses, quando os via invocar a velha primazia da era imperial e não receava recorrer ao insulto do «pio latrocínio» das relíquias, para reduzir e cortar essas veleidades, ora contra a rainha Urraca, mãe do seu protegido, Afonso Raimundes, quando lhe temia o excesso de força dado pela contingência das armas.

De todo o modo, o pensamento de Gelmires convergia para este intento; fazer da Galiza o reino hegemónico do Noroeste atlântico da Península e fazer de Afonso VII, filho do mal-aventurado Raimundo, a verídica encarnação do rei desse sonhado Reino Asturiano.

É muito provável que o próprio idílio de Fernando de Trava, irmão de leite de Afonso Raimundes, tivesse sido, se não preparado, reconditamente auxiliado pelo poderoso e astuto prelado compostelano. O seu comportamento estranho no cerco do castelo de Lanhoso, retirando-se inexplicavelmente com a sua hoste precisamente quando D. Urraca parecia ter por um fio o destino político da irmã, a condessa portucalense, sitiada e quase vencida, na companhia do seu favorito, não é dos factos menos intrigantes da vida desse semilendário bispo galego, obsediado

até à morte pelo desígnio de fazer da sua materna terra uma Galiza hegemónica. Dessa retirada, muitos historiadores inferem, e não sem alguma verosimilhança, que Gelmires era um aliado secreto da condessa portugalense e que o seu intento seria talvez o de humilhar a rainha castelhana, que ele talvez tanto detestava como amava o filho, seu pupilo e sua esperança viva.

A verdade é que tanto o excesso de ambição como o de temeridade e de astúcia acaba sempre por ser funesto para quem as cultiva. Os barões portugalenses, feridos no seu pundonor regional pelo cerco de Guimarães, realizado pelo pupilo de Gelmires, já elevado à categoria de «imperador», sublevaram-se e criaram, por sua vez, um paladino da sua autonomia: o jovem filho do cavaleiro borgonhês e da pulquérrima Teresa, armado «ad hoc», por si próprio, cavaleiro, na catedral de Astorga.

*

Afonso VII não se apercebeu do significado da rebelião portugalense e quando o viu ou sentiu já não lhe foi possível desfazer o corte umbilical: o condado estava separado para sempre.

Outros, depois dele, de um lado e outro — e entre eles D. Dinis com a sua arguta política de protecção ao infante D. João, e, mais tarde, D. Fernando, com a sua audaz e triunfal jornada da Galiza, desde Tui à Corunha, tentaram ainda reparar o mal, querendo adunar as duas irmãs siamesas afastadas. Tudo, porém, fracassou. A linha confinante, mesmo líquida, endureceu — e cada uma seguiu o seu destino: a Galiza, a pouco e pouco, caiu na sua nostálgica «morrinha» céltica sob o dossel da impe-

riosa e magra Castela, geradora e assimiladora da Espanha Una; Portugal, por sua vez, lançou-se na planetária aventura atlântica, que o tornaria um caso na realidade singular na história do mundo moderno.

No entanto, não será lícito esquecer que a visão mais lúcida deste «fatum», que transformaria o homem portugalense em homem oceânico, seria dada por um poeta de génio cujo avô era tão galego e ansioso de adunação luso-galaica que o seu último recurso, de vencido, foi transpor a fronteira do Minho e passar a viver na terra portugalense como terra materna adoptiva.

XLII

ROMEIROS E PEREGRINOS DE OUTROS TEMPOS

Nos tempos que correm já não há atmosfera, nem ritmo vivente, nem ânimo para verídicas romagens.

Queremos dizer: para grandes jornadas de pura gratuidade, evocativa ou contemplativa, canseirosas, esforçadas e ascéticas.

Por via de regra, as deslocações fazem-se em ritmo de fuga e com objectivos, ostensivos ou discretos, de ócio ou de negócio. Se são de «negócio» (*nec otium*), o espírito de quem se desloca concentra-se duramente na perscrutação das possibilidades de alcançar um dado resultado pragmático. Se a deslocação é, pueril e simplesmente de ócio, o que se pretende é —, não pensar ou meditar —, mas «matar o tempo».

Quantos milhares e milhares de viandantes, uns da primeira espécie, outros da segunda, passam, por exemplo, diariamente, apressados e rapidíssimos, a duas centenas de

passos de um prodigioso *memento* — a catedral memorativa de Aljubarrota — e não têm disposição interrogativa, nem força de ânimo para «perder um pouco de tempo» para entrar naquela maravilhosa nave e pensar, durante alguns instantes, com intensidade, no que significa aquela esbeltíssima e luminosa *cripta*?

Entre tantos milhares que passam, nas asas do deus Mercúrio ou nos braços macios da Ociosidade Pura, quantos serão os que *terão presente no seu espírito* que, no final daquela valorosa tarde de Agosto, o moço D. João I, depois de repousar, como era de praxe, os consagrados três dias, no acampamento ainda empapado de poças de sangue, de Portugueses e Castelhanos, teria convocado cem arqueiros e dado início à jornada, a pé, de *cinquenta léguas*, desde aquele sítio até à igreja da padroeira vimaranense, a fim de cumprir o voto que aí havia feito, poucas semanas antes, ao receber a má nova de que a hoste do monarca homónimo e inimigo vinha já a caminho do vale do Mondego?

E quem saberá que o mesmo D. João, quinze ou vinte dias depois de partir, a pé, do campo de Aljubarrota, com essa centena de arqueiros escolhidos, ao dar de face com a silhueta do velho castelo de Afonso-o-Primeiro, arrancou dos pés os biqueirudos pantufos de couro cru, e entrou na vila velha, descalço, para ir depor no altar da padroeira as dádivas preciosas que trazia do extraordinário prélio?

E, entre os que passam, sem tempo a perder, por negócio ou sem negócio, à porta da velha *igreja* de Alcobaça, quem se lembrará que, *lá dentro*, na sala do capítulo do vetusto convento dos frades bernardos, estão, em fila, as relíquias ósseas de algumas dezenas daqueles prodigiosos mocetões que, no campo de Aljubarrota, eram, em conjunto, apontados pelo nome de Ala dos Namorados?

Na verdade, nos dias de hoje, a tendência primacial é esta: fugir do que nos obriga reflectir.

Descontrair-se e distrair-se — eis o imperativo peculiar e persistente do homem dito moderno, para não dizer antes, talvez com um pouco mais de justiça, do homem de sempre.

Já o subtil Pascal havia visto e anotado, em uma das suas meditações concisas e aracnídicas —, ao dizer:

«Que é que o homem, acima de tudo, quer e procura?»

«Acima de tudo (responderia o Geómetra), é esquecer o inevitável.»

(Escusado será dizer aqui, ao leitor, o que se deverá entender por «inevitável»).

A febre da distracção, tanto nos humildes, como nos grandes, não teria outra raiz.

O rei — escrevia o asceta do Port-Royal — está constantemente absorvido, por imposição servil dos cortesãos e com a complacência inconfessável dele mesmo, em recepções, cerimónias, homenagens, caçadas, festas, porque, no íntimo, o que ele quer é não pensar naquilo que *tanto lhe custa*.

Nos dias de hoje, mais do que nunca, toda a gente imita o Rei a que, há três séculos, se referia o Matemático na religiosa penumbra.

A preocupação dominante parece ser, cada vez mais, a de fugir de reflectir no que é demasiado sério.

Por isso as próprias *romagens*, com o tempo, se converteram em «*romarias*», com as suas mil expressões de aturdimento, meridiânico ou nocturno, do paganismo puro.

Um contemporâneo nosso, um pouco mais idoso (Nuno Cruz), companheiro há muitos anos de uma digressão por terras de Espanha, assim nos dizia, ao evocar a sua expe-

riência de romeiro à Senhora da Peneda: — «Aquilo só poderia ser dado por um escritor que fosse ao mesmo tempo Camilo e Bocácio.»

E, em traços vigorosos, com o seu *facies* de velho combatente da Flandres (donde trouxera a Cruz de Guerra) e a sua voz áspera e parda, esclarecia e revelava o que eram aquelas noites espantosas, em plena serra, em que, às tantas, para passar um pouco pelo sono, alguns *ranchos*, de homens e mulheres, muitas sazoadas e casadas, outras ainda solteiras, de mancebos e moçoilas, se estendiam, conforme calhava, ao lado de uma fraga ou de um maciço de carvalhiços.

Mas deixemos isso e voltemos ao ponto de partida.

O que queríamos dizer é que, noutros tempos, uma pessoa ou algumas pessoas, em dado momento, por gratidão de uma dívida recebida ou por oferta pura da sua devoção, iam de longada, correndo léguas e léguas, para visitar um dado lugar tido como *sacro*.

Os riscos da viagem não os continham. Decidiam partir — e partiam. Com um alforge mais ou menos pesado, algumas moedas de bom timbre cosidas na dobra de um gibão ou saiote, uma vontade calma disposta a tudo, metiam-se a caminho, para voltar sabia-se lá quando.

Para serventia e abrigo desses transitivos formigueiros havia, aqui e além, hospícios e albergarias onde muitos, por vezes, alquebrados e vencidos, obscuramente terminavam os seus dias, enquanto outros, com firmeza, prosseguiam com as sapatolas escalavradas e alguns até descalços.

Em certo dia, finalmente, os caminheiros alcançavam o que queriam. Ao longe, descobriam as agulhas ou cúpulas da Terra Sacra.

Aí caíam de borco, prostrados pela felicidade da inefável visão.

Que foram, de início, as Cruzadas senão expedições de fé e de força movidas pelo propósito de defender a liberdade de passagem dos peregrinos que iam, de todos os recantos do Ocidente, até à Terra Santa?

E que foi a chamada difusão do Provençalismo, em terras de Espanha, senão uma espécie de sucedâneo das romagens que partiam do santuário de Chartres, pelo chamado *caminho francês*, com destino à arca tumular do apóstolo, no coração da Galiza?

É claro que nem tudo era misticismo e candura nesses incansáveis caminhantes.

A natureza humana é demasiado rica em antinomias para poder ser vista, nesta ou aquela circunstância, como homogénea ou uniforme. Quantas vezes o peregrino, homem ou mulher, teria de «pecar», e *pecava* de certeza, no decorrer da ascética jornada de fé?

Basta percorrer, como singela prova, o primeiro poema em idioma anglo-saxónico, o sugestivo *Caunterbury Tales*, feito de narrativas de um grupo de peregrinos (um cavaleiro, uma freira, um mercador, um *clerk*, um artífice), para se ver como o próprio poeta (Chaucer), em pleno séc. xiv, já reconhecia que a romagem fervorosa não exclui certos parênteses de malícia e até de prurido libertino, bem transparente, por exemplo, na narrativa atribuída à freira.

Mesmo assim, com todos os descontos que se façam (e devem fazer) na pressuposta candura ou ardência mística do peregrino de há oito ou dez séculos, há que convir que esse tempo foi, por assim dizer, a Idade de Ouro da Fé, bem expressa na pulcritude das grandes abadias, das

belas basílicas e das inverosímeis catedrais — e que o nosso tempo, embora nos custe confessar, é bem o tempo da Semialienação Lúcida, para não dizer, a Idade do Ferro, da distracção pela distracção, da mobilidade pela mobilidade, do desprezo pelo que um velho filósofo da Antiguidade, chamado Plotino, designava pela singela perífrase: *o que mais importa*.

XLIII

ALTO MINHO E GALIZA

NUMA das suas habituais frases de estilo terminante, escreveu um dia O. Martins que, nos primeiros tempos da guerra da Restauração, entre nós, pouco ou nada se fazia e que, na fronteira, apenas decorriam «episódicas correrias e encontros sem importância».

O que o historiador, dotado de vibrátil *vis* criadora mas impulsivo e sumário, não nos diz é que, por detrás dessa aparência de desocupação, se realizava um prodigioso esforço de preparação para o pior —, como realmente se verificou alguns anos depois.

Um desses discretos trabalhos foi o da construção ou actualização de alguns núcleos defensivos que ainda hoje impressionam pela sua segurança e grandeza, escalonados desde a foz do Minho à foz do Guadiana, na longa e sinuosa linha fronteiriça firmada na era afonsina e que o conde-duque de Olivares ostensivamente considerou, em dado momento, como linha morta, decidido a cumprir o

secreto desígnio daquele que, meio século antes, ocupara a cadeira régia nas fatídicas Cortes de Tomar.

De facto, não há como conhecer concretamente as rose-tas abaluartadas seiscentistas que se encontram aqui e além ao longo dessa linha, a par dos velhos roqueiros da época afonsina, para se sentir ao vivo a formidanda vontade que essa linha representa e ainda hoje bem exprime, na eloquência própria das coisas mudas.

No fim de contas, cada muro e cada pedra entranhadas nessas obras obscuras, cujo levantamento a imaginação febril do dramático escritor não vislumbrou, são exemplares expressões daquela força latente e funda que o magro Espinosa, no seu estilo abstracto, designou como a força primordial que move *todo o ser a perseverar no ser*.

A afirmação de que durante alguns anos, nessa fase tão grave, «pouco ou nada se fez» é puro automatismo.

Importa ter bem presente que o País, no dia seguinte ao da grande aposta dos Conjurados, pouco mais contava que um milhão de habitantes e que a Espanha filipina, embora declinante, era ainda uma grande força, dispondo de poderosos recursos de gente e de meios.

Afortunadamente para nós, essas forças e esses meios, estavam empenhados na luta prolongada que o lucidíssimo Richelieu havia gizado com uma frieza jamais excedida.

Mas pouco depois se verificou a grande importância do trabalho pouco visível e quase incógnito que durante os primeiros anos se havia realizado. Eram as fortalezas novas, de tipo holandês ou de tipo *Vauban*, que haviam surgido aqui e além, em Valença, Monção, Chaves, Almeida, Campo Maior, Elvas, Estremoz, Vila Viçosa, Évora, Olivença e tantas outras.

Sob a orientação de alguns engenheiros instruídos pela experiência da guerra europeia então ainda em curso (como

era o caso do coronel francês Nicolau de Langres que durante alguns anos nos serviu e depois se vendeu aos agentes filipinos, ou o jesuíta holandês Cosmader, que igualmente se passou para o campo filipino e morreria sob os muros de Olivença), as populações portuguesas fronteiriças levantaram, durante três décadas, algumas cunhas defensivas, poligonais, que se devem considerar como uma das provas mais vigorosas de «amor da terra» que a nossa História poderá apontar e registrar.

Muitas vezes, conversando com alguns estudantes, nas suas horas de recreio ou nas próprias horas lectivas, nos diversos e velhos liceus onde temos trabalhado, quando, por acaso nos pedem uma «ideia» sobre alguma excursão a fazer, lhes temos sugerido, com bom humor (no fundo, isento de qualquer propósito irónico) que se decidam, por exemplo, a fazer, *a pé*, uma boa volta de três ou quatro dias, ao longo da linha raiana, em qualquer província, mas principalmente nas províncias do Norte, para conhecerem de perto o que nessas paragens ermas silenciosamente se fez no decorrer dos velhos tempos.

Deveremos confessar, muito à pureza, que o alvitre, embora acolhido com a simpatia peculiar das almas infantis ou adolescentes, nunca se concretizou. Em regra, os rapazes, presos ao preconceito do comboio ou do autocarro, não se decidem pela caminhada, a corta-mato, um pouco aventureira, através dos montes e vales. A estafa seria decerto séria e o risco não de todo nulo.

Temos, porém, a convicção de que, como processo complementar do ensino compendiário, preso sempre por um fio do perigo do ensino mortífero e farisaico, não será fácil encontrar outro mais ajustado e eficaz.

Uma digressão de dez ou doze léguas ao longo da fronteira, dividida em três ou quatro jornadas, valeria bem

por duas ou três semanas lectivas... Seria um banho do espírito e dos pulmões que não esqueceria mais.

Se o autor da *História de Portugal*, réplica da de Michelet, tivesse feito uma digressão dessas certamente não teria escrito a sumária asserção que acima apontamos.

*

No decorrer de uma breve volta recente pela fronteira húmida do Alto Minho pudemos ver de novo quanto era precipitada e injusta essa impressão do grande e apressado trabalhador sedentário de Águas Férreas.

Tendo sempre, durante alguns dias, diante dos olhos, as águas do formoso rio umbilical e a paisagem discreta da velha e fraterna Galiza, reconsideramos, uma vez mais, sobre o dramático significado daquelas silenciosas e possantes *reliquias defensivas* que se iam sucedendo, desde aquela singularíssima e pequena fortaleza monástica da foz do rio, rodeada já pelas espumas do oceano, até aquela possante torre de menagem do velho castelo de Melgaço.

O dramático significado constitui um inexprimível que só com muitos parênteses poderíamos tentar dar a entender, — invocando os manes daqueles que, nas longínquas pugnas obscuras da luta fernandina, do outro lado do rio, saudaram e acompanharam o monarca «formoso» ou «inconstante», desde Tui à Corunha; invocando os anelos nostálgicos da pobre Rosalia; invocando as esperanças frustradas do pobre e grande Castelao e de todos os que, à roda da sua espiritual lareira, comungavam da sua discreta e mística ternura pela *Terra Nai*; invocando, enfim, a verdade profunda, embora ingénua, daqueles singelos

versos de João Verde, que, com incomparável bonomia e amargura discreta, assim apontam e definem o irreversível mal da separação das duas terras consanguíneas:

Vendo-os assim tão pertinho
A Galiza mailo Minho
São como dois namorados
Que o rio traz separados
Quase desde o nascimento
Deixá-los, pois, namorar
Já que os pais, para casar,
Lhes não dão consentimento.

Em silêncio, o rio, virgiliano e verde, passa sob os festões dos amieiros, dos salgueiros e dos choupos — enquanto, em silêncio mais etéreo e alto, os montes cruzam os seus telúricos olhares.

A fraternidade da paisagem, de um lado e outro, é tão patente que tudo parece simples e concordante.

Mas não é bem assim. Cada margem, bem conhecida e calcorreada, acusa o seu tom próprio; para não dizer, o seu *quid proprium*, irreversível e indefinível.

Ao longo do rio, em quinze léguas, contam-se sete miradouros reforçados e vigilantes. É o pequeno forte da Ínsua que parece dizer lá para cima, para o antigo castro de S.^{ta} Tecla: «*Tu estás aí e eu estou aqui*». São os muros de Caminha e de Cerveira. É a velha fortaleza de Valença, diante do velho apinhado moreno de Tui. É a formosa Torre da Lapela, em face da confluência do Tea. É o velho polígono de Monção, sobranceiro a Salvaterra. É, finalmente, lá no alto, nos contrafortes de Castro Laboreiro,

a evocativa, possante e formosa torre mestra do derruído castelo afonsino de Melgaço.

*

Noutras eras, os moradores dos castros e das citânias, de olhar perscrutante, trocavam suas mudas mensagens, tentando quebrar a distância que os separava; hoje, os moradores de um lado e outro, sob a vigilância dessas torres e desses muros, sentem que a distância que os separa não é só a que provém do Espaço, mas também do Tempo vivido.

XLIV

VELHAS PRAÇAS E ROSETAS DO RIO MINHO

Ao longo do rio, verde e tranquilo, mas tão vulnerável como resguardo da autonomia portugalense, sonhada e realizada com grande firmeza e lucidez, na era da secessão galega, escalonava-se, noutros tempos, desde a formosa aguarela atlântica da Ínsua até às alturas adustas de Castro Laboreiro, uma discreta correnteza de ior-talezas, de atalaias e barbacãs, que hoje ainda poderiam ser (se não tivessem sido tão barbaramente mutiladas e destroçadas) uma exemplar demonstração de que a nossa terra, muito mais do que Castela, terá sido outrora digna de ser designada como terra genuinamente *acastelada*.

Caminha, por exemplo, a dois passos da planura azul do grande Oceano e defronte da singular pirâmide telúrica de Santa Tecla, seria ainda há um século uma espécie de pequena e geminada praça encaixada na confluência do Coura, agasalhada na formosa e ampla concha de Venade

(tão formosa!), tendo ao lado, entre o seu esporão de Santo António e o ilhéu fortificado e monástico da Ínsua, a bela mancha da floresta do Camarido, semeada, segundo se diz, pelo longínquo monarca lavrador e trovador, o infidelíssimo consorte, sempre perdoado, da Rainha Santa.

Como seria bela, ainda há pouco mais de um século, essa vila fortificada, airosa e branca, de face voltada para a Galiza, com os seus solidários rosetões, revelins e baluartes, um a cavaleiro do pedregoso esporão onde estaria implantado o vetusto convento de invocação antonina e o outro enraizado nas estacarias da embocadura meândrica e pantanosa do Coura!

Infelizmente, na chamada «era do fontismo», o imperativo das expeditas obras públicas não permitiu aos engenheiros incumbidos de traçar e romper a estrada-de-ferro reflectir um pouco sobre o cuidado que lhes deveria merecer essa tão impressiva obra defensiva. Como em Monção, os inconsiderados realizadores da via-férrea não vislumbraram outra alternativa para a obra em curso senão a da destruição de dois flancos das duas fortalezas.

Em Caminha, optou-se pela supressão de quase toda a roseta abaluartada da confluência do afluente, o que desfigurou e empobreceu rudemente o arcaboço da cinta defensiva, tão laboriosamente implantada desde a era da Restauração.

Uma vez isenta do senhorio dos Meneses (em consequência da descoberta da conspiração de 1641), a vila de Caminha tornar-se-ia uma pequena praça de guerra mista, meia medieva, meia moderna (isto é: seiscentista, à Vauban) com uma circunvalação possante e funda, fossos, contra-escarpas, redutos e revelins.

Um pouco à maneira de Valença, era constituída por

dois polígonos: um, o mais elevado, implantado sobre o já apontado esporão granítico; outro, mais chegado ao rio, formado por uma cinta angular de redutos e revelins relativamente baixos, rentes à confluência do Coura.

Esta dupla cinta defensiva ainda existia em 1875, segundo se comprova pelo levantamento topográfico (conservado no arquivo da Câmara) feito por um dos engenheiros das Obras Públicas que teriam procedido ao estudo do traçado da via-férrea.

Da solução preferida resultou o brutal aterro que subverteu quase todo o segundo polígono setecentista da vila.

Por sorte, a mais valiosa obra arquitectónica de Caminha, a sua magistral Matriz (dentro da qual subsiste um formosíssimo trabalho artístico de *alfarge*¹, o seu admirável tecto quinhentista, só equiparável, no nosso país, ao tecto da Sé do Funchal), essa conseguiu escapar durante a sua longa existência de quatro séculos, aos riscos que sobre a mesma pairaram durante as fases de beligerância e, mais perto de nós, sob as decisões dos engenheiros rodoviários e ferroviários da era do *fontismo*.

Durante a época da Restauração, a igreja sofreu alguns estragos com os ataques dos navios de guerra filipinos. Por isso, nessa quadra, seria erguido à roda do templo o reduto que ainda hoje lhe veda, do portal, a panorâmica do rio.

¹ O tecto, inteiramente de madeira macia de bordo (*acer campestris*), foi concluído em 1565. Sabe-se que essa esmerada cobertura foi realizada por um escultor de Tui, Francisco Muñoz, assim como o retábulo, também de madeira, do altar-mor, desaparecido não se sabe quando nem como. À entrada da matriz, no subcoro existia um outro tecto e que seria sacrificado e apeado pelas obras de «restauro», levadas a efeito, sob as decisões, tantas vezes sumárias, de Baltasar de Castro. Esse tecto, menor mas também valioso, foi felizmente salvo da dispersão ou do lume, por ter sido transferido a tempo para os Paços do Concelho, cujo salão iria realmente enobrecer.

Muitos transeuntes, viciados pelo alcalóide dos-cem-à-hora, presos à cenestesia do volante, nem por sombras sonham, ao passarem num ápice pela frente desse velho baluarte, que a dois passos se encontra um dos templos mais estimáveis da velha província e que sobre a sua tríplice e bela nave paira um verídico paradigma de *carpintaria* artística, levitante, rica de florões, de jogos geométricos, de finas perspectivas alveolares, e até de discretas esculturas.

Outra pequena mas não menos sugestiva praça defensiva encontra-se um pouco acima, a duas horas de caminho. É Cerveira do Minho. Do outro lado, segue-nos a plácida Galiza.

Dentro do rio brando, surge, a certa altura, uma graciosa ínsua, com certo ar de bosque sacro. De noite, com luar, parece uma ilha de sonho. Mais a montante, outra ínsua ainda, um pouco mais extensa. É a alongada várzea insular de Gondarém.

Nisto, aparece Cerveira, com os seus velhos muros, soerguidos pela animadora palavra do infatigável Rei Trovador, decidido a conceder prerrogativas foraleiras à nova *dobra* se se juntassem cem moradores para a formar.

A origem da designação toponímica proviria, segundo alguns pressupõem, da abundância, na região, de caça grossa e sobretudo de veados (*cervus*).

O sítio era importante para a defesa da passagem do rio, apontando a via natural de trânsito para a Ribeira de Lima, pela vertente oriental da serra de Arga. Por isso, o seu valor era já reconhecido no começo previdente da estirpe régia afonsina.

A princípio, a sua fundamental defesa seria um simples roqueiro. D. Sancho II incluiu-o no número de gen-

tilezas concedidas como dote nupcial (*arras*) a sua mulher, a celebrada D. Mécia de Haro.

Durante o Interregno, o alcaide de Cerveira seguiu, como tantos outros, o partido do Castelhana. Por isso, D. João I teria necessidade de o submeter pelas armas.

No tempo do Africano, o senhorio da vila seria concedido a Leonel de Lima, guerreiro de renome feito nas praças do Norte de África, nobilitado com o título de «visconde» e autorizado a usar *dom*. Era título nobiliárquico novo em Portugal e por muito tempo único.

Foi esse poderoso Leonel de Lima (adversário declarado do infante D. Pedro, morto em Alfarrobeira) que reforçou o mais que pôde a defesa da vila.

Na fase final da sua longa vida, quase centenária, passou a viver, de preferência, no seu castelo apalaçado de Ponte de Lima. Era, por assim dizer, uma espécie de Senhor de Couci do Alto Minho.

Logo no início da Guerra da Restauração (1643), Cerveira viu-se atacada pelas forças de Filipe IV. O assédio, porém, seria repellido pela guarnição da praça auxiliada pelos milicianos do comando de Manuel Sousa Abreu.

Prevendo novas arremetidas, o visconde de Cerveira desse tempo (D. Diogo) promoveu a fortificação da vila nova, extramuros, rodeando-a de outra cerca e de um fosso. Essa segunda cinta defensiva, ainda existente na época da Guerra Peninsular, apresentava quatro entradas: a *porta do rio*; a *porta de trás*; a *porta da campana*; e a *porta nova*, esta voltada para Gondarém.

Em Fevereiro de 1809, as tropas de Soult tentaram aqui transpor o rio Minho, a deslodo de Cerveira, em face do fortim da *Atalaia*. Foram, porém, vigorosamente

repelidos ¹, vendo-se o general napoleónico coagido a procurar outra via de penetração, que seria (após segunda frustração sofrida em Valença), a da veiga e praça de Chaves.

Andando mais duas léguas ao longo do rio luso-galaico estamos às portas de Valença, a mais possante e impressiva praça de guerra desta raia húmida multissecular.

Pressupõe-se que as raízes desta fortificação mergulham nos estratos obscuros de um acampamento fortificado da era da romanização.

O historiador latino Tito Lívio afirma que um *oppidum* aí implantado teria sido dado pelo pretor Décio Bruto, o *Galaico*, aos soldados veteranos que haviam combatido sob as suas ordens as tribos aguerridas dos Lusitanos.

Não há a certeza de que o recinto castrense apontado pelo historiador romano seja exactamente aquele que a fortificação portuguesa hoje ocupa, mas é verosímil que o seja, pois, na fase da pacificação romana, aí passava a *via militar* de Bracara a Tui.

Assim o comprova o marco miliário epigráfico (dedicado ao imperador Cláudio) que hoje ainda aí se conserva.

Nos fins do século XII, Sancho I mandou-a povoar. A vila chamava-se então *Contrasta*, ou seja, vila oposta a outra —, no presente caso Tui.

Volvido algum tempo (em 1212), por via da prolon-

¹ Em boa parte, graças ao lúcido e certo comando do general Bernardim Freire, que daí a dois meses seria tão ignominiosamente trucidado, em Braga, pelos nefandos bandos de guerrilheiros, convictos não se sabe porquê de que o impoluto general estava secretamente entendido com o comandante da tropa napoleónica invasora.

gada e funesta querela das Infantas, Contrasta seria tomada e destróçada pelas forças de Afonso IX, de Leão, em guerra declarada com o terceiro monarca portugalense, Afonso II, relutante, e por boas razões políticas, em cumprir algumas das concessões inseridas no testamento paterno.¹

Finda a guerra com a monarquia leonesa, D. Afonso III mudou o nome polémico de Contrasta para o topónimo velho de Valença e deu novo foral à vila, com muitos e importantes privilégios aos moradores tanto de raiz como adventícios, convertendo a vila em lugar de *homízio* e dando ao seu aro verdadeiros foros de *couto municipal*. Bastará acentuar que dois terços dos homens válidos da terra ficavam, por esse foral, isentos da obrigação militar dos *fossados*.

Dir-se-ia um verdadeiro código penal de excepção essa carta foraleira do Bolonhês.

Durante o Interregno, D. João I tomou Valença pelas armas, submetendo o alcaide sequaz dos que optavam pelo seu homónimo castelhano.

Poucos anos depois (em 1396) o mesmo monarca decidiu aí um golpe de audácia: atravessou o rio de noite com algumas forças e tomou de surpresa a praça de Tui. O primeiro a hastear a bandeira nos muros foi o celebrado primeiro Regedor de Justiça, Gomes da Silva, logo feito

¹ Ainda relacionada com essa mofina querela, que tantas perdas de vidas e tantos estragos causaria no Norte de Portugal, em Trás-os-Montes, firmou-se então, no final das hostilidades, um importante pacto entre a rainha Berengária, de Castela, mãe de Fernando III, e a ex-rainha Teresa, a malcasada, monja em Lorvão, pelo qual aquela procura assegurar os direitos sucessórios do filho contra os das filhas da ex-rainha, por decisão pontifícia repudiada. Foi a chamada concórdia de Valença, da qual resultou, em boa parte, a fusão das duas coroas, leonesa e castelhana, tão funesta para os que sonhavam e propugnavam a autonomia galega.

«alferes» do rei de Boa Memória, mais tarde seu companheiro na empresa de Ceuta.

Por ocasião da Guerra da Restauração, o general filipino Vicente Gonzaga atacou a praça com cerca de trinta mil homens, mas foi repellido.

Na fase final dessa prolongada guerra (tão lamentavelmente caricaturada e escarnecida por Oliveira Martins), Valença caiu em poder das forças filipinas. Estas seriam em breve desalojados e precisamente pelo conde de Cantanhede, o futuro vencedor desta extraordinária batalha internacional, verdadeiramente europeia, que foi Montes Claros ¹.

No decurso das invasões napoleónicas, a praça sofreu violentos ataques. Num deles, uma força de Soult que estanciava, assim como Ney, na Galiza, conseguiu, em 1807, penetrar na fortaleza, desmantelando, com uma explosão, a Porta do Sol.

O mesmo general napoleónico, postado em Tui, em 1809, infligiu-lhe novo bombardeamento, mas sem conseguir a travessia do rio, já tentado algumas semanas antes, sem êxito, em frente de Cerveira.

Um dos oficiais de engenharia de maior valor que aí revelou excepcionais dons de capacidade e ânimo seria o futuro marechal Champalimaud, francês emigrado e naturalizado em Portugal, que já durante a ocupação de Junot havia dado provas de intransigente espírito antinapoleó-

¹ Não esqueçamos, com efeito, que desse prélio, gravíssimo e decisivo, que se prolongou durante oito horas e que custou ao exército filipino, do comando do marquês de Caracena, cerca de seis mil mortos, prélio que Oliveira Martins, na sua História, apenas nomeia e sobre o qual nada diz — participaram não apenas combatentes espanhóis e portugueses, mas também volumosos esquadrões alemães e italianos, ao serviço de Filipe IV e alguns regimentos e «batalhões» de franceses e ingleses, nas fileiras portuguesas do comando de Castelo Melhor e de Schomberg, dois genuínos discípulos de Turenne.

nico e que, na Batalha de Buçaco, se distinguiria em decisivos transes.

No final da Guerra Peninsular, a praça de Valença teve, durante alguns anos, esse oficial superior como seu comandante. Como tal promoveu muitas obras de reparação do dispositivo defensivo, entre outras a da reconstrução da desmantelada Porta do Sol, cuja entrada possante, em túnel (de quatro passos de largura e uns vinte de comprimento, com a inclinação de 15%), não pode deixar de ser ainda hoje impressiva para qualquer visitante de olhar atento.

A *Porta da Coroada* (essa, com a espessura de vinte e dois passos) é precedida pela chamada *Porta do Revelim*.

No extremo norte do segundo polígono abre-se outra porta, voltada para Tui. É a chamada *Porta da Gabiarra*.

O recinto fortificado de maior interesse era o da *Coroada*. Aí se aquartelava outrora o grosso da guarnição.

No polígono da *Coroada* (1 200 metros de perímetro), destacam-se, no flanco do sul, três baluartes e um revelim.

O polígono da *Vila* (1 600 metros), um pouco mais amplo e complexo, envolve sete baluartes e três revelins, com três portas principais e seis secundárias.

Actualmente, a velha praça-forte está inteiramente desguarnecida, pressupondo-se puramente histórico o seu interesse militar — o que, na realidade, parece bastante singular e típica expressão de espírito dormitivo ¹.

¹ Ou de sarcástica revindicta, acrescentemos. Não se esqueça, com efeito, que a última guarnição da velha fortaleza se empenhou abertamente no chamado movimento do Porto (de Fev. de 1927, dirigido pelo magro e impoluto general Sousa Dias) e que o comandante dessas forças fronteiriças solidárias (o major Severino), combatente da primeira Grande Guerra, morreu no desterro de Cabo Verde, assim como o próprio general dirigente desse movimento político frustrado. Desde aí, a praça foi considerada «sem valor».

Em boa verdade (tal é a sugestão de um leigo), nenhum militar de carreira deveria obter esse timbre sem passar duas ou três noites ao relento, na ronda de uma fortaleza desta estirpe.

Aferir e conferir, por fora e por dentro, uma obra destas, de discreto apego à terra, passando os olhos pelos seus espigões e cunhais, percorrendo-lhe os taludes, os recatados *buracos* de acesso, as crípticas saídas e entradas de recurso, os previdentes enfiamentos de fogos cruzados, as chamadas «poternas», as esconsas casamatas, não poderá deixar de ser objecto da impressiva verificação e concentrado solilóquio para um profissional específico como para qualquer pessoa civil e simples, medianamente reflectida.

Dos milhares de transeuntes que em cada dia passam a deslodo desta recatada estratificação de amor à terra (tão patente no meio século da luta pela reaquisição da independência e, no século passado, na Guerra Peninsular) —, bem raros serão aqueles que possuem uma ideia justa do seu valor histórico e menos ainda acerca do trabalho braçal anímico, que a sua construção possante exigiu nesses transes cruciais para a nossa autonomia.

Infelizmente, a praga da distracção automobilística (ou turística) bem se poderá considerar como uma das invencíveis forças emolientes e corrosivas desta forma de atenção às expressões emudecidas de dedicação por assim dizer gratuita que todos os povos, em silêncio, sabem perfeitamente em que consiste e por isso mesmo raras vezes designam.

XLV

DE GANFEI A LONGOS VALES

A visão panorâmica que, do alto do chamado monte do Faro (sobranceiro ao duplo polígono, tão evocativo, da roseta abaluartada de Valença), se nos oferece é das tais que só a sós e em silêncio se devem fruir. As exclamações, aí, são inúteis. Como dizem as pessoas idosas, — é de ver e calar.

Nos bons tempos do autor do *Minho Pitoresco* (esse simpático clínico e andarilho, de palavra familiar e alma singela, marcado pelo dedo inflexível da Mulher da Foice a uma morte tão iníqua e precoce, como o seu confrade Júlio Dinis), nesse tempo, era preciso ter pernas de bom caçador para alcançar esse privilegiado miradouro. Hoje, o seu acesso é fácil. Uma carreteira bem lançada oferece, por tuta-e-meia, essa bela visão a qualquer amador de «mirar de algo de novo», ainda que padecente dos joanetes ou outros similares empecilhos. A ascensão, já por si, é um encanto. A serpentina de brita batida, ao vencer o

pendor do volumoso contraforte do planalto da Bolhosa, vai desvendando sucessivas perspectivas sobre o grande recôncavo em que assentam as aldeias de Gandra, Arão, S. Pedro da Torre, Cristelo Covo, dando por vezes a impressão de uma visão topográfica colhida das nuvens.

Atingido o alto, os olhos não se cansam de divagar na vastidão da parcela do mundo que lhe é dado contemplar. O vale do rio Minho vê-se até ao Oceano. Defronte, para as bandas da Galiza, o horizonte vai até às linhas de relevo de Vigo, Redondela e Pontevedra. A meia distância, além Tui, vislumbram-se os empolados cômoros verdes de Porriño, terra materna de dois afectuosos companheiros nossos do longínquo internato de S. Carlos, António e Florentino, de genuína cepa galega, e cujo paradeiro perdemos desde a fatídica rasoira e obscura *diáspora* da Guerra Civil. Que será feito de um e outro, esses sérios e confraternos Martinez, luso-galaicos?

Lançando um olhar para o fundo deste altaneiro miradouro (sobre o qual outrora, em quadras de beligerância, arderia o discreto acende-apaga, dos urgentes avisos de tão difícil interpretação) lobrigámos, a dois passos do rio, o moreno convento de Ganfei, velho cenóbio beneditino cujas origens, segundo alguns, remontariam aos sombrios tempos de Almançor.

Como quase sempre, a par da atalaia ou do *alcácer*, aninhava-se o cenóbio, de aparência dormitiva mas não menos pronto a agir, *manu militari*.

A prova está à vista, ao longo de toda esta corda antiga defensiva, povoada de silenciosos muros derruídos, resíduos monásticos e possantes cubos cortados a guilho e aparelhados com rigorosa esquadria.

Na descida do criptomnésico monte vigilante (*faro* ou *talefe*), passamos pelo transfigurado alpendre monástico,

não para ver propriamente *o que ele é* mas, sim, para pressentir *o que ele terá sido*.

Profundamente transfigurado pela funesta decisão de Tibães, pouco subsiste da sua estrutura primitiva.

O velho edifício conventual, bastante escalavrado, situa-se a meia encosta, defronte do apinhado moreno de Tui.

Pela face voltada para o rio, seu aspecto é relativamente comum. A própria fachada do alterado templo tem poucos atractivos. Mas o interior ressalva a impressão externa, acusando ainda certa grandeza abacial, com as suas três naves possantes, de raiz românica.¹

E, já agora, que estamos com a mão na massa, apontemos outra relíquia de arquitectura monástica ainda mais castiça. Encontra-se a pouco mais de duas léguas, a montante de Valença, na vizinhança da freguesia antiga de Friestas, de boa e pacata gente, toda absorvida na sua pequena lavoura de milho e vinho e, uma vez por outra, em algum sueto noctâmbulo, no trespasse de lá para cá de um ou outro pacote de seda catalã, ou pequeno embrulho de café de cá para lá, à sombra do propício biombo dos choupos ribeirinhos.

A uma hora de caminho, por carreiros velhos, da era dos reis afonsinos, aparece a vetusta Igreja de São Fins de Friestas, num interessante recanto de impressivo sabor rústico e montanhês.

Pela ancianidade, coloca-se ao lado das igrejas não muito distantes de Longos Vales e N.^a S.^a da Graça.

Segundo alguns antiquários (o diligente P.^e Carvalho, por exemplo, assim o diz, na sua *Corographia*), o mosteiro

¹ Na cabeceira e nos absidiolos, vislumbram-se, por detrás dos altares, apreciáveis restos de frescos, talvez medievos.

primitivo de São Fins teria sido fundado nos meados do séc. vi, por um núcleo de «monges negros» portadores do ardor evangélico e laborioso do monte Cassino. Nos princípios do séc. xi, esse cenóbio, decerto vazio e mudo à passagem temerosa da centopeia esvoaçante do *emir* de Córdoba, o destruidor de Sant'Iago, era ainda nomeado, entre outros das terras portucalenses e galegas, como um dos mosteiros restaurados por Afonso V, de Leão.

Afonso Henriques não menos o protegeu concedendo-lhe, em 1172, um amplo *couto* que abrangia quatro paróquias do antigo rol de São Martinho. Desse modo os monges se converteriam em incipientes senhores da terra, esmorecendo a pouco e pouco o seu ardor ascético, pois, do voto de pobreza depressa se passa ao gosto da existência cómoda, de bom passadio. As rendas devidas ao oculto recolhimento, noutros tempos frugalíssimo e paupérrimo, eram abundantes, incluindo muitas prebendas e primícias, de caça e pesca. O primeiro salmão ou o primeiro javali era para os frades de São Fins. O *couto* estava imune de qualquer intromissão nobre ou realenga. Os próprios moradores eram reconhecidos como isentos do serviço de guerra (a chamada obrigação da fossadeira). Só serviam estando o monarca presente. A única obrigação de guerra que pesava sobre essa gente vizinha do convento era a de defender o *vau de Carrexil*, sobre o rio Minho.

No séc. xv, o convento, como tantos outros, começou a ser fruído e roído pelos chamados comendatários, por via de regra seculares. Daí a completa corrupção dos preceitos monásticos. Em 1545, o mosteiro contava apenas três monges, e esses mesmos, segundo diria uma bula pontifícia, viviam dissolutamente. Para pôr cobro à inevitável dissolução, D. João III, com o acordo de Roma, transferiu os bens do convento para a Companhia de Jesus. Os

rendimentos, recolhidos por três padres da Companhia, eram remetidos para o Colégio de Coimbra.

Expulsos os padres, por Pombal, o convento seria vendido em hasta pública. O mosteiro transfigurou-se. Subsistiu, porém, o templo monástico na sua relativa pureza. O isolamento em que se encontrava contribuiu muito de certo para o defender dos atropelos que desfiguraram tantos outros recolhimentos.

A igreja é de genuína feição românica, de planta basilical, muito harmoniosa e bem proporcionada. O portal ¹, flanqueado por dois colunelos de capitéis esculpidos, ostenta uma arcada de pleno cinto com graciosa decoração geométrica. No tímpano, restos de decoração linear. Além dessa entrada principal, o corpo da igreja possui duas portas menores, laterais, de recorte esmerado e firme. Sob os meios dintéis, nessas entradas, salientam-se duas orelhudas cabeças asininas. Ao longo da saliente cornija, outras esculturas zoomórficas e humanas, de vigoroso sabor medievo. A cabeceira, hemisférica, tão bela e magistral como a de Longos Vales, bem poderá ser contada entre as mais interessantes ousias dos velhos templos do Minho. Exteriormente, é amparada por quatro colunas adossadas, coroadas por formosos capitéis esculpidos e anímicos. O exame, por si só, desse friso de modilhões e de capitéis dará para uma boa meia hora de estudo a qualquer visitante, não apressado, que queira perscrutar a linguagem hermética desse estranho «esperanto» usado pelos imaginários de há nove ou dez séculos.

¹ Antes do restauro (1937), era abrigado por um vetusto *nartex* que a Direcção dos Mon. Nac. entendeu dever suprimir.

O rio volta a acompanhar-nos com os seus sossegados meandros. Uma vez ou outra, na orla da paisagem galega ouve-se o mugido de algum comboio que segue de Vigo para Orense. O desfile do arvoredor, das viçosas quintarolas e das linhas de relevo constitui um incessante recreio dos olhos. Neste discreto encantamento aparece a Torre da Lapela, evocativa, esbelta e formosa, quase debruçada sobre o espelho verde das águas do rio e bem recortada em face da orla da terra galega.

É a torre de menagem de um velho castelo afonsino, edificado por Lourenço de Abreu, senhor de Merufe, valeroso cavaleiro que, na peleja de Valdevez parece ter pugnado contra os Leoneses, ao lado de Afonso Henriques.

Pela grandeza da torre de menagem se poderá vislumbrar a nobreza do perfil desse imponente roqueiro, demolido em grande parte nos primeiros tempos da Guerra da Restauração, para se aproveitar as suas cantarias na construção do polígono defensivo, de tipo Vauban, de Monção. A beleza da silhueta, noutros tempos (como se poderá vislumbrar pelo *álbum* de Duarte d'Armas) não ficaria decerto aquém da do Castelo de Almourol. Hoje, embora reduzido à simplicidade da sua torre, é ainda uma das mais interessantes expressões do *querer* da gente lusíada, nesta impressiva linha fronteiriça do Alto Minho.

Por momentos, perde-se de vista o rio cruzando-se alguns trechos de densos pinhais, por alturas de Troporiz. Cruza-se a caudalosa ribeira da Gadanha e entra-se na espessura silvestre da S.^a da Cabeça.

Logo adiante surge Monção, vila fronteiriça e antiga praça de guerra, de heróicas tradições, implantada na mar-

gem esquerda do rio, quase em frente da povoação galega de Salvaterra.¹

Durante as guerras fernandinas, a vila acastelada sofreu com vigoroso ânimo alguns ataques dos sequazes de Henrique de Trastâmara. Foi num desses transes que se teria dado o singular episódio do levantamento de um cerco por «obra e graça» de um estratagema da mulher do alcaide, Vasco de Abreu. Os sitiados lutavam com extremas privações quando essa mulher, animosa e arguta, teria tido, de repente, a peregrina ideia de juntar os últimos punhados de farinha e com os mesmos cozer alguns pães que enviou de presente aos sitiantes, acompanhado de algumas palavras de feminina e irónica gentileza (— se precisassem de mais, que dissessem...). Desse modo os persuadiu que as reservas de mantimentos dos que estavam dentro dos muros estavam longe ainda do fim.

Durante a Guerra da Restauração dar-se-ia novo episódio, não menos nobilitante, para outra grande figura de mulher portuguesa, D. Mariana de Lencastre, condessa de Castelo Melhor, que, com grande audácia, parece ter evitado a derrota das forças portuguesas, sob o comando do futuro vencedor de Linhas de Elvas e Montes Claros, seu marido.

¹ A segurança da praça (e o ânimo dos que a defenderam) comprovou-se no apertado cerco que a mesma suportou de 7 de Out. de 1658 a 7 de Fev. de 1659. Foram quatro meses de prodigiosa resistência. Da luta participaram todos os moradores, velhos e novos, homens e mulheres, como em Numância ou em Sagunto. Nos últimos dias combatia-se de dia e de noite. Os sitiantes, impressionados, acabaram por aceitar a proposta feita pelo governador da praça, Lourenço Pereira: a praça render-se-ia mas com honras militares prestadas aos vencidos. Dos dois mil soldados portugueses restavam 236 homens. Foram esses combatentes que saíram da praça, a 7 de Fev. de 1659, com as armas aos ombros e as bandeiras desfraldadas, esqueléticos e impassíveis, perante a incredulidade das forças espanholas que lhes rendiam homenagem.

A cerca medieva e o velho castelo do tempo de D. Dinis haviam cedido lugar, já então, a um possante e amplo polígono, de baluartes e revelins. A praça possuía então cinco portas poderosas: a do Sol, a da Fonte, a do Rosal, a de Salvaterra e a de S. Bento.

A quem entra hoje na desfigurada vila fortificada salta aos olhos um trecho da couraça da velha fortaleza bastante sacrificada, nos fins do século passado, pelos engenheiros da era do Fontismo. Referimo-nos ao desmantelado baluarte vizinho da desaparecida Porta do Sol. Deu-se aqui algo de análogo ao que se verificou no Alentejo, com a praça de guerra de Estremoz e a roseta abaluartada de Vila Viçosa. Entendeu-se então, inconsideradamente, que a pequena comodidade da aproximação de algumas dezenas de metros de uma via-férrea ou de uma estrada justificaria a mutilação das significativas relíquias de arqueologia militar, tão intimamente ligadas ao momento histórico mais decisivo da Guerra da Independência. Critérios de engenharia que deveriam ser frenados por uma mais esclarecida visão.

Para se apreciar a estrutura da velha fortaleza importará percorrer todo o perímetro do polígono que outrora cingia a vila (uns 1 500 m).

Em alguns segmentos, o passeio torna-se um pouco difícil por falta de um caminho de ronda que bem merecia ter sido mantido. O trecho menos acessível é o que vai desde a Alameda das Termas aos antigos *quartéis*. Mas o resto é relativamente acessível. Em uma hora, a pé, faz-se bem esse percurso, seguindo da Esplanada à Porta de Salvaterra, desta, ao longo do bairro pobre da Boavista até ao *paiol*, no antigo baluarte do Rosal, e daqui, por cima de rudes aterros sobrepostos aos baluartes de ponte e sudoeste, bastante escalavrados, poderá alcançar o local

dos já referidos *quartéis*, no extremo terminal da linha-férrea.

O evocativo polígono, durante muito tempo votado ao mais descaroável abandono, bem merecia ser objecto de alguns trabalhos de reparação.

Saindo da velha praça pela modesta carreteira de Merufe (que segue para os altos de Quinteiro, Guimil e Mondouro) encontra-se, ao cabo de uma légua, um austero recanto rústico, viçoso e fértil, todo salpicado de casais que de longe trocam olhares com muitas aldeolas galegas. Cruzando esse valeiro, em breve se dá de face com a velha Igreja de S. João de Longos Vales, templo românico do século XII, de raiz beneditina. Como tantos outros da mesma Ordem, sofreu impiedosos desacatos. O primitivo pórtico desapareceu. Salvou-se a cabeceira, que persiste na sua relativa pureza. Enquanto não aparece a chave (caso, em regra, difícil) poderemos dar uma volta pelo exterior da vetusta e genuína obra de religiosa arquitectura. Por fim, chega a chave, trazida de relativa distância por um rapazito prestimoso e arisco, com asas nos pés. Transpõe-se o portal. Abside poligonal admirável, reforçada de fora por dois gigantes e quatro altas colunas com formosos capitéis esculpidos, anímicos e fitomórficos. Interior impressivo e amplo. Cobertura da nave, de madeira, banalíssima, em flagrante contraste com a valiosa e magistral abóbada de pedra, em parte cilíndrica, em parte em quarto de esfera, que cobre a capela-mor. É ver e rever as duas robustíssimas arcadas de ponto levemente subido, com vagas tendências para o recorte do arco islâmico.

A perspectiva e a estrutura desta parte nobre do velho templo bem comprova o saber magistral do mestre que o gizou.

O sítio irradia uma estranha sensação de «superação do tempo». As pedras, as árvores, as casas morenas e tranquilas sugerem uma espécie de cenestesia que não se deixa transferir.

Assim como se diz: Arouca ou Miraflores tem o seu tom evocativo ou indizível *quid proprium*, assim se poderá dizer que Longos Vales tem, na sua humildade, uma atmosfera que não se encontra em qualquer outra parte do mundo.

XLVI

UCRONIA INTERROGATIVA EM FACE DE UMA PAISAGEM FRONTEIRIÇA

EM palavras de impecável brandura, ofereceu-nos, há coisa de uma década, um grande paladino da autonomia galaica, — o professor D. Ramon Otero Pedrayo —, um extenso e delicado manuscrito consagrado à comovida vistoria da linha de vizinhança e separação de Portugal e Galiza, desde as alturas austeras de Monterrey à pirâmide sideral de S.^{ta} Tecla.

Logo levantando o delicado véu da sua resignação, diria o *enxundioso* etnólogo e geógrafo anímico:

«Portugal e Galiza, unidade ocidental atlântica, prematura flor da Europa oferecida ao mundo do Ocidente, só tem por fronteiras o sonho e o desejo imortal traduzido na geografia do espírito pelo Letes, o rio das vagarosas margens... A fronteira histórica é uma cicatriz. Tocar-lhe faz doer. Por isso falaremos dela com dor e piedade. Como é um facto histórico, temos de aceitá-la, provisoriamente

resignados, e dedicar-lhe uma lembrança objectiva e passageira. Encontraremos por vezes, uma passividade triste, a da paisagem cortada e mutilada por grades e portadas; outras vezes, pressente-se a poderosa realidade incompreensível das imposições oficiais e então tentaremos esquecer a tristeza dos regulamentos da fronteira. Isto, por vezes, faz rir por fora, enquanto por dentro sorvemos as lágrimas.»¹

Na verdade, que deveremos entender por «facto histórico»? Que valor deverá ser atribuído a todo o evento assim designável? No chamado fluir da «história», além do facto dito irreversível e consumado, não haverá que considerar como formas ou expressões merecedoras de reflexiva perscrutação aquelas possibilidades eliminadas ou frustradas pelas tão poucas e por vezes tão indesejáveis possibilidades bem sucedidas?

O «curso da história» deverá considerar-se, em suma, como uma realidade exclusiva ou antes como um indefinido feixe de virtualidades divergentes que o Acaso, cego e frio, vai reduzindo à sua expressão dura e crua, aparentemente *exclusiva*?

Segundo o pensar de um sábio antigo, de estirpe helénica, a morte seria para cada ser existente uma espécie de merecido castigo pela injustiça *de ter sido*. Merecido castigo, como? Qual o sentido de tal «castigo»? À primeira vista, tal asserção parece ter o ar de mero brinquedo verbal, mas a verdade é que, na sua sibilina secura, lateja uma fecunda iluminação. Sondando as indefinidas entrelinhas do sóbrio aforismo do sábio oracular, pressente-se esta translúcida intuição: a de que, além dos seres singulares

¹ Cf. «*Guia de Portugal*», vol. IV, 2.º tomo, *Minho*, págs. 726-730 (1965).

que, no decorrer do insondável fluir, têm tido a fortuna de existir, haveria em cada instante (não apenas antropológico mas cósmico) um número indefinido de *seres* diferentes que teriam tanta razão de ser como os que na realidade fugiram à eliminação, — simplesmente, não teriam podido evitar a silenciosa absorção do limbo, imposta pelo jogo cego e frio da fluídica contingência.

Daí concluiria o longínquo filósofo: cada criatura ou partícula ontológica não teria mais razão de ser do que os inúmeros seres similares discretamente eliminados.

No plano da História dos povos, e de um modo geral, da Humanidade, algo de análogo se verifica.

Concentrando-nos um pouco, não é difícil reconhecer que, além da Humanidade que tem vivido à superfície da Terra, outras «humanidades» ou sucessivas gerações étnicas, desta ou aquela parcela terrena, desta ou aquela fracção do tempo, outras «humanidades» poderiam ter existido. E quem diz «humanidades» diz gerações, povos, proliferações étnicas, estirpes, ramificações, famílias.

Em vez de César, Alexandre, Bonaparte, outros cézares, alexandres, bonapartes poderiam ter sido e agido sobre o planeta que, em silêncio, em dado momento decisivo, os diluiu ou inibiu.

Daí a legitimidade de tantas e tantas interrogações, talvez irrisórias e pueris, mas inevitáveis, acerca do que *poderia ter sido* este ou aquele «acontecimento histórico», esta ou aquela «realidade fáctica» se, por qualquer acidente ou desvio fortuito, o curso desse acontecimento ou o advento dessa realidade tivesse sido cortado (ou interferido) deste ou daquele modo.

Quem poderá deixar de pensar, por exemplo, em face desta paisagem raiana, luso-galaica, nos múltiplos possíveis que, aqui e além, ao longo desta corda atlântica,

desde as alturas de Tui e Cerneja ao descampado semilendário da Matança, se cruzaram e degladiaram? Que seria, na verdade, dessa tenra realidade histórica a que hoje se dá o nome de «reino portugalense» ou «monarquia afonsina» se, nesse obscuro e duro prélio de Cerneja, o príncipe vimaranense (refractário ao encontro de Oviedo, convocado por Afonso VII), tivesse sido mortalmente atingido pelo tal virotão desferido de longe por um gigantesco labrego, na fase final do combate? E que seria dessa mesma realidade histórica, mais sazoadada já mas ainda precária, se o rei *Velho*, enfermo, pouco antes liberto do cativo e, em dado transe, cercado pela multidão moirisca de Yacub no alcácer de Santarém, não tivesse sido, mais uma vez, liberto e salvo pela poderosa hoste de socorro que o bispo de Santiago enviou, dias depois reforçada pela chegada do rei leonês, Fernando II, e pelas forças do *rei Novo*, Sancho, que desbaratam e afastam o temeroso enxame maometano?

De quantas contingências a História é tecida!

Neste tácito boiar interrogativo divagam os olhos do corpo e os olhos do espírito sobre as linhas brandas dos montados do Alto Minho fronteiriço.

A partir de Monção, para montante, o rio afigura-se mais cingido pelas duas vertentes geminadas: a galaica e a portuguesa.

A princípio, segue-se quase em plano, entre hortejos e vinhedos, salpicados de casario branco. Assim se cruza a freguesia airosa de Troviscoso. O rio, ainda brando, vislumbra-se entre renques do arvoredor. Já ficam para trás os lugares de Curveiro, do Outeiro e da Laginha, com os seus modestos vergéis e lateiros de forquilha. Transpõe-se

a verde e murmurosa *ribeira das Silvas*, oriunda do alto, dos pendores recatados de Longos Vales. Do lado da Galiza, apontam-se, aqui e além, nas encostas que se vão desdobrando, as aldeias humildes de Liñares, Tortóreos, Porqueira, Nieves, Pozas e tantas outras. Do lado de cá, vivem e moirejam os caseiros e jornaleiros que lavram e sulfatam os batatais e as ramadinhas de Giesteira, Gandra, Pereirinha, Barbeita.¹

O sabor da toponímia é tão afim como o *ar* da própria paisagem desta corda populosa da *raia húmida*.

Andando mais um pouco, surge outro regato rumoroso. É o rústico vale do *rio de Mouro*. A ponte que nos dá passagem é vetusta e evocativa. Foi junto dela que se deu o histórico encontro de D. João I com o duque de Lencastre, o ruivo e celebrado João de Gant, seu aliado e futuro sogro.

O encontro deu-se em 1 de Novembro de 1386, ou seja, no ano seguinte à jornada de Aljubarrota. Uma lápide colocada junto da ponte relembra essa entrevista tão importante no destino de Portugal e da nova dinastia que então iria ter seu começo com o casamento do rei português com a filha do Duque, Filipa de Lencastre, a educadora da Ínclita geração.

O rio afasta-se um pouco, já um tanto embaraçado nas penedias, que o obrigam a contorcer-se e a estreitar-se uma vez ou outra, em profundos pegos procurados pela esquiva truta e pelo vigoroso salmão.

A encosta viçosa e rica de relevos arborizados que nos

¹ Segundo a tradição, D. Afonso Henriques teria tido aqui um encontro com Afonso VII, num solar de Barbeita. Quanto não dariam os olhos de Nuno Gonçalves para surpreender e fixar essas duas grandes figuras! E quanto não daria o museu das Janelas Verdes por esse possível apontamento do prodigioso pintor? Eis o que nos ocorre perguntar, ao deglutir esta obscura e saborosa Barbeita!

segue do lado de cá e marchetada pelo casario disperso de Ceivães e Bachim, esta última encostada ao picoto panorâmico da Senhora da Graça. Um pouco adiante, em Paço Velho, aparece outra airosa aldeia. É Valadares, antiga cabeça de um amplo concelho medievo, com uma graciosa capela joanina e uma moradia solarenga: a Casa do Morgado do Rosal. A meia encosta, destaca-se outra moradia brasonada: o Solar de Messegães.

O biombo das montanhas galegas continua a desdobrar-se do outro lado do vale. A cada encurvamento da macia calceta corresponde uma nova e discreta mudança nas linhas de relevo, formas estáticas e familiares para os olhos sedentários de cada casa ou aldeia, instáveis e heracliteanos para o viandante que não se deixa fixar, nem ganhar raiz.

Prosseguindo, novas perspectivas surgem do amplo vale do rio. Sucedem-se os montículos, os patamares de cultivo, os valeiros humedecidos por rumorosas torrentes vindas do alto.

Aparece, enfim, Melgaço, vila antiga, coroada por um donairoso castelo afonsino, como atalaia da fronteira que, a duas léguas, deixa de ser *raia húmida* para se tornar *raia seca e serrana*.

No local onde hoje se ergue o castelo tiveram os Islamitas, mas por pouco tempo, nos fins do século ix (ou seja, na era das incursões temerosas, ora dos Wickings, ora dos peludos guerreiros astúricos), uma fortificada atalaia. Era a época das duras lutas da Reconquista. Os sucessores de Pelágio tentavam empurrar para o Sul os sequazes de Maomé —, enquanto os homens ruivos do Norte, vindos em seus barcos recurvos, de panejamentos negros, desembarcavam aqui e além, nas rias, aprisionando e despojando tanto os agarenos como os devotos da cruz.

Segundo se diz, em 1107 o conde D. Henrique mandou erguer o roqueiro e repovoar a terra. Nessa quadra, já existiria, nessa zona serrana, o templo solitário de N.^a S.^a da Orada, o convento beneditino de Fiães e o convento dúplice de Paderne, hoje ainda tão impressionantes pelas discretas sobrevivências de elementos de arquitectura estrutural e simbólica, interpretável e inefável. Tal é, para exemplificar, o belo *portal* arcaico (o mais antigo) de Paderne, de impressionante maestria e segurança de concepção, debuxo, lançamento, proporções e labor de cinzel; verídica obra-prima de mesurado ritmo e originalidade plástica, oculta num recanto rústico, pré-montanhões.

Em 1181, o rei Batalhador, resignado já e desistente do largo trato de território galaico que havia por algum tempo ocupado desde Cela Nova a Redondela, confina-se na raia mais propícia do rio Minho. Nessa data concede foral à vila de Melgaço. Pouco depois, o prior de Longos Vales, D. Pedro Pires, reedificaria o castelo, sendo, por isso, beneficiado pelo *rei Novo*, ou seja por D. Sancho, que, nos derradeiros anos do Batalhador (durante o seu penoso cativo e nos seus obscuros períodos de enfermidade), já exercia o mando régio sob esse nome que familiarmente o povo lhe concede.

Aos poucos, foi-se fortificando a vila. No pano de muralha voltado ao sul, junto da porta de robusta estrutura, conhecida pelo nome de «porta de D. Afonso III», está uma inscrição latina que comprova o empenho do Bolonhões de tornar seguro este ouriço fronteiriço. A tradução é esta: «No tempo do rei D. Afonso de Portugal, era de 1301 (1263), o mestre Fernando consertou este muro, Martinho Gonçalves, casteleiro do rei, circundou a vila neste ponto.»

No decorrer da guerra acesa entre Portugal e Castela,

a seguir a Aljubarrota, D. João I, aliado ao duque de Lencastre e prestes a encontrar a rainha-noiva, teve de recorrer a um demorado cerco da vila, durante cinquenta e dois dias, para a reaver. A obstinação dos moradores insubmissos dever-se-ia, em boa parte, à presença, dentro da vila fortificada, de uma guarnição de trezentos homens capitaneados pelo alcaide-mor, de estirpe galega, Álvaro Sotto-Maior, e, em acréscimo, mercê também da agressiva índole de uma mulher conhecida, do lado de fora dos muros, pela alcunha de *a Renegada*. O rei português, agastado e já disposto a desferir um decisivo ataque, havia ordenado a construção de uma alta torre rolante de madeira para poder assaltar o muro.

Ele próprio parecia decidido a participar do assalto, como que em homenagem cavaleiresca à rainha-noiva que deveria estar à precisa distância, com a sua comitiva inglesa, para assistir ao arriscado lance.

Algo, porém, de imprevisto se passou, precipitando a rendição.

A dita *Renegada*, sabendo, dentro dos muros, que no acampamento dos sitiantes se encontrava uma mulher rústica, de nome Inês Negra, conhecida pela sua grande força e bravura e tão dedicada à causa dos de fora como ela à dos que se fincavam dentro dos muros, teve a ideia de a mandar desafiar para um combate singular. O repto logo foi aceite. À vista dos sitiantes e dos sitiados, as duas mulheres decididas e possantes acometeram-se com extrema violência. Ao fim de algum tempo, *a Renegada* viu-se prostrada e tão duramente diminuída que não teve outro recurso senão o de se arrastar, conforme pôde, para dentro dos muros.

A prova simbólica teria sido aceite e obedecida. No dia seguinte, a vila, sem combate, render-se-ia.

Implantada a uns duzentos metros de altitude, a vila, modesta e airosa, dispõe-se em patamar sobre o amplo vale. O rio, oriundo das alturas pré-cantábricas de Lugo, prepara-se para o repousado ingresso, verde e meândrico, no imenso corpo do Atlântico.

Defronte, para as bandas do Norte, avultam, em sucessivos planos, os austeros montes orensanos.

Em face da terra galega, impõe-se, como severo miradouro, o velho castelo, de genuína fisionomia afonsina. A *torre de menagem*, quadrangular e ainda coroada de ameias, assentes num formoso ressalto, é quase tão alta e imponente como a do roqueiro vimaranense. Somente, em vez da paisagem urbana e rústica do coração do Minho, a largueza que daqui se domina é tipicamente raiana.

Enraizada num pedregoso espigão granítico e ainda cingida por uma desnuda barbacã, essa torre mestra, de 35 metros de altura tem por base um quadrilátero de uns sessenta e quatro metros quadrados.

Na praça de armas ainda há vestígios da antiga cisterna, esse recurso vital dos assédios.

Da cerca periférica, dentro da qual o castelo teria figurado na época da Restauração como que uma espécie de cidadela, apenas restam duas portas e alguns pedaços encardidos de couraça.

Ao Norte de Melgaço, a uns mil passos, sobranceira e rés-vés da estrada que conduz a S. Gregório, encontra-se alcandorada sobre um pequeno patamar de ampla visão panorâmica, a vetusta e bela igreja de N.^a S.^a da Orada, templo coectâneo se não levemente precedente da fundação da Nacionalidade portugalense. O portal, voltado a Poente, está precisamente no enfiamento do extenso e profundo vale do Minho, permitindo a visão simultânea

das duas vertentes, a portuguesa e a galega. Igreja castiçamente românica, pura e robusta. Portal de três arquivoltas, assentes em seis colunelos de cinzelados capitéis.

Ao longo da cornija, interessante fiada de *modilhões*. Abside rectangular, com outra série de «cachorros» esculpidos e uma fieira de grânulos. Porta lateral, voltada ao Norte, deveras interessante, pela preciosa decoração semicircular, de valor oriental (segundo o olhar pericial de Manuel Monteiro, de inspiração persa) que a reveste.

Interior muito simples. Nave única, relativamente alta, com cobertura de duas águas. Luz discreta, coada por quatro frestas.

Uma pergunta nos assalta ao concluir esta silenciosa hora: Como explicar que há nove séculos fosse tão frequente e simples a realização de obras desta maestria?

O leitor de espírito tranquilo que o diga.

Descendo de novo a carreteira, poderemos prosseguir até ao posto próximo da fronteira.

À medida que se vai caminhando, a paisagem parece redobrar de seriedade.

As montanhas do outro lado do rio ganham em volume, como que justificando, na sua muda eloquência, a custosa desistência que o ânimo forte do primeiro rei português teve de aceitar após o desastre, tão aziago como fortuito, de Badajoz.

A História pende e depende sempre de ciscos.

XLVII

PEDRAS EVOCATIVAS

PELA densidade da sua atmosfera evocativa e intensidade de labor fabril, Guimarães é, na verdade, uma urbe (a gente rústica de suas cercanias ainda hoje lhe dá, por hábito, o nome de *vila*) singularmente antinómica.

Sob o zumbido das suas múltiplas usinas latejam incoercíveis reminiscências históricas. Dentre todas, sobressai esta: aí nasceu o primeiro rei português, o incansável batalhador e lucidíssimo político que foi Afonso Henriques, guerreiro ungido a sós, no limiar da adolescência, no sacro silêncio madrugante de uma catedral leonesa, e pelo seu mesmo desígnio, após a dura refrega de tipo feudal, travada e decidida à vista do roqueiro vimaranense (ainda novo em folha), reconhecido como *príncipe* pelos velhos próceres de Entre Douro e Minho: os Maias, os Sousas, os Velhos de Neiva.

Outro momento decisivo que não poderá deixar de acudir ao espírito de quem se encontrar dentro dos seus muros (reliquias embora pobres à vista do que decerto

foram) será aquele em que o fundador da dinastia de Avis, ainda moço e solteiro, pouco antes da invisível jornada prodigiosa de Aljubarrota — *possível* de aparência *impossível*, ainda no limbo — aí recebeu a nova grave, trazida por algum escudeiro ofegante, de que o Castelhana, seu homónimo, havia de novo invadido o Reino cuja defesa agora lhe incumbia mais do que nunca.

Esse é o crucial momento que a História, na sua fugidia contingência, tão rica sempre de interferências imprevisíveis e fortuitas (uma vez consumadas, convertidas em irreversíveis realidades), tem de registar como primacial «cisco» catalisante desta complexa realidade que se chama usualmente, à falta de melhor, *terra portuguesa* e que o moço Nun'Alvares, aloirado e místico, uma vez por outra, nas horas solenes, tocava com os lábios como se fosse a linfa de uma fonte ou a face branca e fria de uma noiva.

Afonso Henriques, esse, não beijava a terra; percorria-a em galopadas decisivas, e ia demarcando-a com o gume do montante.

Obstinado e lúcido, visava um fim e por ele batalharia mais de meio século. Nem o amor materno, nem o respeito pelo velho aio — o velho e agigantado Egas Moniz — lhe serviriam de embargo. O seu objectivo era um só: cingir e ungir uma *terra*, para si e para os vindouros.

A mãe morreria, em vergonhosa penumbra, no silêncio obscuro de um calabouço penhascoso (Lanhoso?) ou de algum *pazo* tristonho dos Travas¹. O aio, por seu turno,

¹ Camões, com a simplicidade e a fundura que são o apanágio do génio, apontaria, no seu poema, as razões que *moveram o moço príncipe à rebelião decisiva*:

De Guimarães, o campo se tingia
Co'o sangue próprio, da intestina guerra.
Onde a mãe, que tão pouco o parecia,
A seu filho negava o amor e terra.

humilhado e contrito, partiria para Toledo, decidido a oferecer a vida pela palavra não cumprida... Para o moço *príncipe*, tudo isso era indiferente. O seu inflexível desígnio absorve-o como uma espécie de predestinação, talvez recebida em alguma hora de infância, na alcáçova que lhe servira de berço e de cujo eirado ele teria antevisto, no limbo sideral do invisível, o seu melhor Possível.

A contemplação da transfigurada urbe medieva é particularmente impressiva do alto do vizinho e sobranceiro cerro granítico da Penha, ou até da meia encosta, dos patamares voltados a poente do antigo cenóbio agostiniano fundado pela mulher de Afonso Henriques, a rainha Mafalda.

Daí se avista não só toda a antiga *vila* murada e acastelada mas o seu laborioso alfoz, rústico e fabril, rico de *quintas* e *fábricas*, à distância, aparentemente silenciosas e descuidadas.

Já no século dos Descobrimentos, um escritor castiço desse tempo, o douto João de Barros, diria acerca desta terra de duros muros e almas trabalhadoras:

«A vila é das quatro melhores do Reyno; tem muito excelente Castelo e singular muro e suas torres são as mais formosas e altas que em Espanha pode haver. Tem em redor muitas fontes, águas, hortas, pomares, soutos, devesas e todo o género de frutas.»

Em uma das obras mais insólitas da literatura portuguesa dos princípios deste século — o *Húmus*, de Raul Brandão —, existe, como fundo, ao mesmo tempo fantástico e fantasmático de uma narração informe, misto de diário e sincopado solilóquio, uma espécie de cidade de Sonho, cingida por indefinidos muros e povoada de almas

saturadas de angústia. O escritor não pronuncia uma vez sequer qualquer palavra que permita identificar essa «vila» por assim dizer abstracta e sem nome. Todavia, a identificação é mais que evidente. Como uma *pochade* de Van Gogh, esse livro é uma genial transvisão da cidade que o escritor intimamente conhecia e em cujo campo santo (no alto de Atouguia), dorme seu último sono.

*

Em épocas muito anteriores à vinda das coortes adestradas, com severidade mais que espartana, nas margens do Tibre, esta região vimaranense, vizinha do Ave, era já bastante povoada.

Assim o comprovam os inúmeros vestígios de vida originária subsistentes nos cimos de vários cerros: Penha, Polvoreira, Córdova, Briteiros, Sabroso, Bagunte, Terroso e tantos outros.

Estabelecidas as legiões do Lácio, a vida dessa gente, cujo idioma e crenças transcendentales ignoramos, alterou-se profundamente.

O invasor assimilante, com extrema severidade, destruiria as povoações das alturas e coagiria os clãs montanheses a viver nos sítios aráveis, junto das linhas de água e das vias de vigilância.

Como e em que circunstâncias terão sido demolidas as *citânias* que povoavam todos os cumes deste recanto da Península ninguém o sabe e decerto jamais se virá a saber.

Além dos restos da *via militar* que de Braga se dirigiria para sueste, pelo vale do Tâmega e pelo Marão, encontram-se, aqui e além, significativos sinais da época da *paz romana* (aras epigráficas, ruínas de antigas termas, a grande inscrição rupestre de Trajano, a ponte, tão bar-

baramente desfigurada nos nossos dias, de Serves, a pequena mas robusta ponte de Vizela, as labirínticas galerias auríferas de Valongo, etc.).

Da era obscura das invasões germânicas subsistem também alguns testemunhos lapidares (arcas tumulares, capitéis esculpidos, ábacos visigóticos, etc.), mas o seu mutismo pouca luz oferece.

Da fase da Reconquista os hiatos de penumbra são igualmente enormes.

Por volta do celebrado Ano Mil, tido por inumeráveis populações medievais angustiadas como um «terrível fim do mundo», a região aviense parece ter sido, em acréscimo, assolada por sucessivas *razzias* moiriscas e bandos de normandos que a muitos pareceriam, antes da fatídica data, como uma espécie de prelúdio ou prenúncio da catástrofe que se aproximava, e, transposto o temido *terminus*, como caprichosa negaça ou forma de adiamento do insondável Decreto Cósmico.

Um desses assaltos teria determinado a construção do possante castelo roqueiro de *Vimaraenes*¹, obra promovida pela condessa Mumadona, viúva do conde Hermenegildo Mendes e protectora de um cenóbio *duplex* erguido a suas expensas em uma *vila*, sua, desse nome, não muito distante do venerado túmulo de S. Torcato, tido como um dos proto-evangelistas, prosseguidores de Yago, o apóstolo.

¹ Com segurança, não se conhece a origem do topónimo de *Vimaranes*. Alguns pressupõem que seria proveniente de expressão *via Maranis*. Outros inclinam-se a crer que o topónimo se filiaria no nome de um guerreiro gascão ou cantábrico (um tal Vímara Peres) que, nos meados do séc. IX, parece ter desembarcado na foz do Douro e ocupado as ruínas de Portus-Cale, reanimando o burgo votado ao abandono desde a destruição da monarquia sueva.

Herculano pressupõe, e não sem visos de verosimilhança, que essa primeira obra defensiva vimaranense teria sido relativamente modesta e que o castelo existente (salvo, por uma unha negra, em 1834, de uma temerosa decisão camarária de demolição, para se converter o roqueiro em brita...) seria principalmente obra do conde D. Henrique (m. 1114) — daquele (escreveria o historiador) que, até certo ponto, se pode chamar o fundador da nacionalidade portuguesa.

XLVIII

DO CORAÇÃO DO MINHO AOS PULMÕES DE TRÁS-OS-MONTES

QUEM, algum dia, do coração do Minho, — ou seja dos inúmeros e rústicos recôncavos verdes, regados e drenados pelo discreto rio Ave e seus mil arróios e regatos —, se iniciou na descoberta de Trás-os-Montes, demandando as velhas terras silvestres e graníticas de Basto e tenha transposto o sulco profundo do Tâmega, pela recatada ponte de Cavês, terá feito seguramente uma experiência de ordem visual e anímica que não se deixará facilmente delir da sua memória ¹.

O essencial é dispor de olhos atentos e veridicamente indagantes.

A primeira provação ser-lhe-á dada a dois passos da arejada vila branca de Fafe, — a proverbial pátria de uma certa estirpe de Justiça que parece ter profundas afinidades com a chamada justiça da Córsega e que o sarcástico

¹ Sobretudo se tal experiência ou iniciação for feita com os olhos da infância.

espírito de Camilo, em mais de um passo da sua obra, dramática e multiforme, de fictícia realidade mil vezes mais verídica que a realidade mesma, apontou e definiu.

Queremos referir-nos ao solitário picoto de St.^o Ovídio, em cujo cimo (coroadado por uma ermida que parece, a meia distância, um grão de cal viva) subsistem ainda uns vagos resíduos de uma remotíssima povoação castreja, de casotas circulares, esgaravatas e reduzidas à mais extrema penúria significativa pelos estragos do tempo e de certo também pelos chamados pesquisadores de tesouros.

Há cem anos (em 1878) ainda aí existia uma agigantada estátua, mutilada, de granito, de modelação tosca mas expressiva (análoga a outras tidas como representações de *guerreiros lusitanos*, encontradas nas alturas de Barroso) e que Martins Sarmento adquiriu e fez recolher no museu arqueológico vimaranense que tem hoje o seu nome.

Seriam, realmente, os guerreiros (e de um modo geral os homens) da remota Lusitânia, agigantados? Seriam esses guerreiros, ágeis e possantes, um dos mais influentes factores da derrota infligida por Aníbal aos Romanos na planura de Canas?

São interrogações de certo modo lícitas, pois, segundo parece, um dos corpos mais reputados do exército do celebrado Cartaginês era o dos mercenários *galaicos*.

Dessa terra arejada era natural um homem de alto espírito eloquente que teria um fim tão infausto como imprevisto. Seria o jurista e tribuno Vieira de Castro, o uxoricida que Camilo, seu amparo e confidente, em muitas cartas trespassadas de piedade trataria como «meu filho», ao pressentir a sua irrevogável condenação ao fatídico degredo.

O mesmo amigo e confidente, o prodigioso escritor, ao ver-se perseguido, em dado transe pelos aguazis da Relação do Porto, aí se refugiou, em casa do futuro con-

denado, e daí se viu compelido a evadir-se para Trás-os-Montes, sabe-se lá como, por montes e vales de Ribatãmega, dentre Celorico e Mondim, e conseguindo por fim, após uma jornada sob um grande temporal, de ribombos e coriscos, alcançar os cimos de Lamas de Olo, relativamente vizinha da sua familiar aldeola montanhosa da Samardã ¹.

Outra impressiva reminiscência que esta terra, por assim dizer, pré-trasmontana poderá despertar no espírito de quem a percorre com alguma intensidade evocativa, é a da recepção que o Autor do *Eurico*, o sisudo Herculano, por alturas dos quarenta, aqui teve, de surpresa, por iniciativa romântica e quase teatral de uma centena de admiradores seus que, em segredo, resolveram esperá-lo nos limites do concelho, e escoltá-lo, todos a cavalo, quando ele vinha de uma discreta vistoria do cartório de Basto.

Que singular e garbosa obra-prima de hospitalidade!

*

Mas são horas de prosseguir.

Do outro lado da próxima corda montanhosa esperamos a terra úbere e a gente dura de Basto.

A carreteira, hoje relativamente macia, mas ainda há algum tempo extremamente tortuosa e áspera, que vence o austero lombo pedregoso da Lameira, foi aberta e calçetada na era do *fontismo*. Era a via de *macadam*, então inovadora, da malaposta e das pachorrentas diligências.

¹ O próprio escritor o testemunha e relembra:

— «Dei um abraço em Vieira de Castro e fui para Vila Real, sabendo que os aguazis, expedidos do Porto, se acoutavam em Fafe, esperando ocasião segura de me capturarem. Passei a serra do Marão sob a tempestade famosa de 2 de Julho de 1860. Ao dobrar da serra tremi de ver cruzarem-se os coriscos.»

Nos princípios deste século ainda esses pesados carroções puxados a quatro cavalos (três ligados aos varais e um mais chibante e avançado, o *sota*) faziam as suas quotidianas viagens, morosas e sonolentas.

O carroção subia lentamente as curvas e as rampas da Lameira fazendo, a partir da Pica, um grande rodeio para vencer, de esguelha, a tirada mais forte do pendor.

Alcançada a cumeeira, a carroça ajoujada de baús e de gente apinhada, sob o comando do cocheiro veterano munido de dois chicotes e um bom pulso, descia, mais folgada e guisalhante, para a Gandarela e daí para Arco de Baúlhe, onde se fazia a habitual «muda» dos solípedes.

Era uma jornada pachorrenta, de quatro ou cinco horas, que dava tempo de sobra para se ver, com vagar, as penedias pasmadas ou as giestas cobertas de oiro, ou até, para lobrigar, uma vez ou outra, no cimo de alguma fraga, o perfil esquivo de algum lobo desgarrado, descido da serra da Cabreira.

Uma rodovia nova (ainda em obras, que encurtará a jornada de Fafe a Refojos em cerca de duas léguas), vai já para além da antiga vila de Moreira de Rei, destinando-se a servir de via rápida para as alturas de Barroso, um dos robustos pulmões de Trás-os-Montes, para não dizer antes: um dos mais vigorosos geradores de oxigénio do Norte de Portugal.

A antiga cabeça de concelho, neste recôncavo de meia altitude, entre a Lameira e a Cabreira, era Moreira do Rei. Do seu remoto passado guarda ainda alguns indícios: pedras, recantos, patins, varandas, empenas e padeiras de aparelho granítico graúdo, encardidas.

Fafe, essa, é uma vila relativamente moderna e sem história.

Pressupõem alguns que o topónimo, consagrado após as lutas liberais, provém da estirpe protomedieval de Egas Fafes, prócere desta região na fase obscura da Reconquista.

Demandando a serra, escavada e longa, cruza-se, à saída da airosa vila um modesto curso de água, o chamado rio Ferro, vizinho e servo da fábrica do mesmo nome, oculta, ao fundo, num dos refegos do promontório em que assenta a airosa vila nova.

A princípio, a rodovia parece querer dirigir-se para sueste. Mas é um simples estratagemma dos homens do teodolito, para vencerem o pendor da modesta serra.

A pouco mais de meia légua, vislumbra-se a velha Igreja de S. Gens, templo de raiz românica, profundamente alterada — como tantas outras, de modo bárbaro — no século passado ¹.

Aqui, em S. Gens, à direita da porta da igreja tão maltratada, lê-se esta inscrição: *Era MCVIII* (correspondente a 1070), possivelmente data da sua fundação.

Prosseguindo na ladeira relativamente branda, encontra-se no sopé da encosta o lugarejo da Pica, nome e sítio

¹ Desse infortúnio salvou-se a sua conterrânea, não muito distante, a vetusta Igreja de Arões, templo românico do séc. XIII, bem proporcionado e relativamente bem conservado, junto do qual passámos, em tempos, umas horas a demorar os olhos pelas suas silenciosas e mais significativas pedras: modilhões esculpidos, relevos sacros, decorativos labores de cinzel, mesuradas arcadas cegas, expressivos capitéis. — Infelizmente, aí mesmo, as habituais alterações promovidas sem critério deixaram nesse templo penosas cicatrizes. Alguns modilhões da abside teriam sido destruídos a picão. Junto da cabeceira, do lado de fora, jaziam no chão do adro, ao abandono, algumas pedras de patente valor, restos de um cruzeiro historiado e desmantelado. Entre esses fragmentos valiosos contava-se a cabeça decepada de um Crucificado, de borco sobre o chão, a dois passos da residência paroquial...

bem conhecido dos almocreves e feirantes que transpunham a serra e aqui descansavam um bocado, molhando o céu da boca ao balcão da *venda*. Aqui a carreteira põe termo à aparente negaça e volta-se com decisão para nordeste.

Alguns eucaliptos ainda nos seguem por instantes, num último assomo de cortesia da boa companhia arbórea.

Do lado de cima já não há senão tojo e boroas de granito moreno.

Entretanto, os olhos começam a passear à vontade na largueza panorâmica que principia a desdobrar-se. Bela vista!

Vale a pena parar uns instantes para contemplar a sossegada amplitude do enorme quadro. Domina-se todo o antigo concelho de Moreira de Rei, vendo-se, ao fundo, a portela de Várzea Cova, a apontar as longínquas alturas de Barroso.

Foi por essa via que Henrique de Trastâmara, com a sua hoste mal sucedida no assédio de Guimarães, se retirou para os seus domínios, levando consigo todo o gado que pôde arrebanhar nessa retirada, a caminho de Trás-os-Montes. Dessa hoste faziam parte as famigeradas *companhias* de mercenários de Du Guesclin, destemido tomador pragmático do facho de Joana d'Arc.

Segue-se ainda por algum tempo ao longo do escavado cerro.

Por fim, discretamente, transpõe-se a linha cimeira, perdendo-se de vista a largueza panorâmica que nos encantava. Estamos no alto da Lameira. Aqui e além, vislumbam-se alguns trechos planálticos de viçosas pastagens.

O ar é puríssimo. Atmosfera singularmente serrana e pastoril.

A carreteira passa ao lado do povilêu que dá o nome

à modesta serra. São meia dúzia de cardenhos com outra meia dúzia de alpendres e cortelhos. A antiga *venda* já não tem o apetitivo ramo de louro. Com a viação célere, a boa légua poveira que separa a Pica da cumeada vence-se num ápice e já não exige o reconfortante quartilho do capitoso vinho de Basto que os antigos almocreves e feirantes aí emborcavam, deixando lá fora, presas à argola, as azémolas, a ganhar fôlego.

Estamos defronte de Trás-os-Montes.

Ao longe, já se avistam as serranias de Ribeira de Pena e Lamas de Olo.

Lá está, ao fundo, o formoso picoto afunilado da Graça, como sentinela planetária da grandiosa e austera província montanhosa.

A paisagem ampla das terras de Basto — ou *terras de Refojos*! como ainda um ou outro lavrador de castiça têmpera as designa — abre-se, a dada altura, como um majestoso preâmbulo de um País Desconhecido que pela solemnidade nos deslumbra e povoa a alma de tácitas ansiedades.

Assim o verificamos, por volta dos dez anos, ao descer na velha malaposta, em uma espécie de excursão familiar, a caminho de Cabeceiras.

Quantos vislumbres e encantamentos obscuros os das viagens nessa idade!

Os cavalos, ao mesmo tempo folgados e refreados desciam de roldão, coleando-se e contorcendo-se nas recurvas, fazendo tremer as crinas, obedecendo aos tirantes e às rédeas firmes que o cocheiro, atento e de brados sóbrios, guturais, de quando em vez emitia, vigiando a triade que levava sob o espaldar e vigiando o *sota*, aparentemente solto mas não solto.

Estranhos momentos os daquela descida, naquela tarde calma, tendo defronte aquelas montanhas desconhecidas!

Estamos, por assim dizer, a despedir-nos do Minho. A meia encosta, como admirável miradoiro, encontra-se a Gandarela: duas dezenas de casas encostadas a um altaneiro cerro, que as defende das ventanias do Norte e de face voltada para o profundo recôncavo de Fermil e Celorico.

Ao longe, da outra banda do vale, amplo e profundo, do Tâmega, ergue-se a barreira brônzea da serra do Alvão, tão rica de sugestões neolíticas e camilianas.

O viandante não apressado não deixará de prestar de certo uns momentos de repousado tento a uma genuína moradia brasonada que se encontra rente à carreteira no último cotovelo que esta descreve antes de seguir para Baúlhe.

A casa, de genuína feição setecentista, não poderia ser mais simples. Na fachada, voltada a nascente, recortam-se, apenas, em cima quatro portadas envidraçadas com varandas de ferro. Num dos cunhais, o brasão; do lado norte, a capela.

A face, discreta e graciosa, da moradia volta-se para um formoso jardim, triangular, rico de curiosidades decorativas: caramanchões, cocurutos verdes, japoneiras modeladas, pequenos cedros convertidos em pilares, vedações de buxo, arbustos zoomórficos, tufo de flores.

Do próprio muro da via pública pode ver-se este aprazível mimo de típica «jardinagem de Basto».

Como verídico cenário ibérico, daqui se domina e contempla um enorme covão verde cingido do lado do nascente por um agigantado flanco de Trás-os-Montes. É o

covão de Fermil e Mondim cingido, do lado de lá, pelo austero cerro do Alvão. Na descida para Fermil, descobre-se a ilharga rústica e silvestre de Ribas. O topónimo está de acordo com os resvaladouros que separam os soccos de cultivo. Nesse belo e ermo pendor existiu outrora um obscuro convento crúzio, fundado por um arcebispo da particular afeição do primeiro rei portugalense, D. João Peculiar.

Ao dobrar outra lomba, descobre-se outra velha moradia. É a *casa da Granja*¹. A fachada mais soalheira da casa é toda revestida de trepadeiras e flores. Ao lado, há um pavilhão que parece uma cabana feita de folhagem. Mas o maior interesse da velha moradia está na sua face discreta, quase encostada ao íngreme montado, donde desce, em catadupas, sobre um antigo moinho, uma abundante cascata de água viva e rumorosa, vinda do alto. É por essa face que se nota a vetustez da casa (aliás sensivelmente alterada nos princípios deste século).

Por todos os lados se levantam frondosos maciços de arvoredo. Ao fundo, já se avistam os vinhedos que dão fama à região. É a airosa e ampla concha rústica de Molares.

Da paisagem silvestre passa-se para a paisagem quase virgiliana.

Sucedem-se os hortejos, os pomares, os renques de plátanos, esgarçados e limpos, dos quais se debruçam, como festões, os braçados de uvas brancas, o odorante moscatel, a generosa malvasia, o saboroso moirisco.

Estamos dentro do amplo perímetro vinhateiro da an-

¹ Era a velha moradia de Estio de um antigo mestre de medicina do Porto, Prof. Carlos Lima.

tiga *Casa do Campo*, moradia solarenga do séc. xvii, dotada de um formoso jardim, rico de velhas japoneiras, transformadas em singularíssimos caramanchões, um deles, no extremo norte, sobranceiro ao caminho, de tamanho e feitio raro. Parece um enorme e exótico cogumelo verde que, na quadra da Páscoa, se cobre de uma macia corola de flores brancas. Num dos canteiros destaca-se um exótico e raro *redondendro* amarelo. Um naturalista (ou cenógrafo) daria por bem empregar uma manhã na visita paulatina deste patamar ajardinado, um dos mais típicos paradigmas dos *jardins de Celorico* e talvez o de mais recuada origem (porventura do séc. xvi).

Mas, bem mais do que os jardins de Basto, o que neste impressionante e gigantesco golfe de despenhadeiros se impõe à tácita admiração de quem os descobre é a pujança verdejante dos intermináveis pinhais que revestem os flancos fronteiros da serra, acolá designada pelo nome de Meia Via, mais além pela palavra Marão, mais para norte, pelo apelido de Alvão. Essa é que é discreta fonte do nosso silencioso pasmo. Pois não é Trás-os-Montes a província das serras e planaltos escavados? Pelo menos, é o que vulgarmente se acredita.

Simplesmente, a verdade tem muitas faces.

Aqui, Trás-os-Montes é o País das Florestas. O que temos presente não são os seus vigorosos ossos — mas, sim, os seus possantes pulmões. E pulmões bem estranhos, pois, em lugar de queimarem oxigénio, produzem-no discretamente e sem descanso.

Que seria de nós, os habitantes das colmeias urbanas, cá do fundo, rodeados de ar pestilento, se não fora essa incessante e silenciosa fonte de purificação, nocturna e madrugante?

XLIX

CENÓBIO PROTOMEDIEVO DE REFOJOS

Pouco depois da época das invasões germânicas que penetraram na Península Hispânica nos angustiosos tempos dos bispos Idácio e Orósio, este recolhido ermo montanhês de Ribatâmega (que hoje se designa Cabeceiras de Basto) parece ter sido escolhido para retiro monacal de uma comunidade beneditina.

Tal seria a origem do primitivo cenóbio de Refojos.

No próprio topónimo transparece a ideia de retiro pouco acessível ou *refúgio*, que se encontra na raiz obscura de tantos mosteiros e eremitérios protomedievos.

Como Lervão e Arouca, Pitões de Júnias ou Ermidas do Paiva, o sítio, recolhido entre brenhas e serros, seria decerto procurado pela virtude do seu isolamento propício ao trabalho e à ascese; para não dizer, à assimilação da terra e ao convívio com o céu.

Em silêncio, o que então deveras se procurava era um relativo sossego e resguardo para quem quisesse entregar-

-se ao humilde labor de converter a terra em prolongamento do corpo e da alma do próprio homem. Pois, que é o trabalho de desbravar e de lavrar, de converter o chão em grão, o arbusto bravio em árvore de fruto, o espinho em flor, senão a prolação do anseio de assimilar o que, à primeira vista, parece irreparavelmente separado e alheado, indiferente e hirsuto?

E que é a prece, nos melhores momentos — os de verídica vigília ou de verídica aflição — senão a suprema expressão de esperança de que a imensidade do firmamento não é insensível nem opaca às vibrações deste precário ser que o enfermo e lúcido espírito de um genial geómetra designou pela palavra compassiva de *pobre caniço*?

A fundação do remoto cenóbio primitivo, à sombra do qual se formaria a conseqüente e usual *vila* rústica, teria sido promovida por um tal Ermígio Fafes, prócere deste território.

Durante o domínio islamita, o cenóbio, enraizado já, abrigaria, em dada fase, uns setenta monges.

Um pouco como a região serrana amarantina, este recanto agro-montanês seria, então, uma espécie de *beetria*.

Na verdade, há a tradição puramente oral e popular de que sobre o ribeiro que corre ao lado do mosteiro, obscuro e rude, se teria travado uma luta desesperada entre um bando de sarracenos e os próprios monges, dos quais se destacaria, pela gigantesca estatura e desmedida força, um frade de nome Ermígio Romarigues.

Apesar de todas as arremetidas, o bando moirisco não teria podido transpor o ribeiro, devido principalmente ao temível e mortífero braço armado de ferro (ou agigantada moca crivada de espigões) desse monge.

Após a perda de muitas vidas, em vão sacrificadas

nessa duríssima refrega, os agressores islâmicos teriam entrado em negociações com o abade do cenóbio e firmado, por fim, um pacto que concedia aos monges daquela *terra*, já arroteada, uma relativa alforria.

Firmado esse acordo, o hercúleo Romarigues, decerto menos complacente, teria seguido com outros godos a caminho das serranias astúricas e aí teria servido a resistência obscura e diuturna de Pelágio.

Essa é a lenda — e quem sabe se ela não conterà uma boa parcela da chamada verdade histórica, ontológica.

Bastante mais tarde (no séc. XII), o mesmo cenóbio teria recebido de D. Afonso Henriques, o incansável ordenador e animador do levantamento de possantes roqueiros e silenciosos recolhimentos, um amplo *couto*.

Como sinal de penhor devido àquele homem lucidíssimo e sensível ao chamamento de uma voz íntima, mil vezes mais forte que a de Robert Bruce ou a de Jeane d'Arc, os obscuros monges de Basto teriam oferecido ao infatigável batalhador o discreto óbolo pecuniário de *oitocentos maravedis*...

Era então abade do convento de Refojos um tal D. Bento Mendes.

Seria ele quem ofertou esse punhado de prata?

Que bela entrevista jornalística se poderia recolher hoje desse velho e ignoto abade se nos fosse possível, com a experiente colaboração metapsíquica de um Conan Doyle ou de um Crooks, conseguir o singelo testemunho da entrega desse óbolo ao batalhador de Ourique e a confiança da palavra ou palmada no ombro dele recebido, em amistoso escambo?

Nesses bons tempos, os monges, segundo a velha regra, levantavam-se de noite do severo catre, rezavam, cantavam as matinas, liam, faziam em relativo silêncio suas refeições em comum, repartiam e cumpriam as horas de labor, lavravam os campos, soerguiam os muros derruídos pela invernia, podavam estas ou aquelas árvores, zelavam os hortejos, aprendiam com os velhos e ensinavam os noviços, copiavam os antifonários e livros sacros.

Será bom não esquecer, entretanto, que a pouco e pouco o âmbito terrantês do rude mosteiro protomedieval se tornaria desmedido e que, à sombra dos proliferantes réditos e foros, o primitivo e rude cenóbio passou a ser uma potestade secular. Dentro do dilatado *couto*, a justiça era administrada pelo próprio mosteiro.

Tanto no cível como no crime, o abade era o ouvidor e desembargador de todas as queixas e pleitos.

Como por toda a parte, a regra monacal iria decaindo, A ascese e o amor do trabalho iriam cedendo lugar à rotina da vida religiosa ociosa e aparente.

Em vão, alguns monarcas afonsinos, desde D. Dinis a D. Fernando, procuraram corrigir o mal monástico pelas chamadas leis de desamortização e das sesmarias. A contaminação era geral e não somente da ordem beneditina.

Precisamente na era fernandina (ou seja: na era em que a realza tenta, em Portugal, fazer renascer a modéstia e a frugalidade dos velhos cenobitas, tentando reprimir a ociosidade e frenar a abastança —, essa tentação pecaminosa — nas comunidades religiosas), o velho cenóbio de Refojos receberia, por um capricho da fortuna, um enorme acréscimo do seu âmbito terrenal.

Seria o inesperado e pingue legado, de foros e bens de raiz, de um riquíssimo fidalgo de Barroso, de nome Gonçalves, defunto e inofensivo esposo de D. Leonor Alvim, casada pouco depois, em tenra viuvez, com Nuno Álvares, o futuro vencedor de Aljubarrota.

É desde aí que o velho Mosteiro de Refojos, extraordinariamente enriquecido, entra naturalmente em declínio de viver edificante. Aí se faz sentir também o esmorecimento da verídica intensidade votiva.

Em boa parte, os réditos monásticos seriam fruídos por comendatários, muitas vezes ausentes e uma vez por outra desconhecidos dos próprios monges, sobrecarregados de tecidos adiposos e dormitivos.

Na era tridentina, o papa Paulo III, por um *breve*, secamente emitido, decidiu extinguir o mosteiro. Os frades de Refojos opuseram, porém, tão vigoroso embargo à decisão pontifícia que, mercê dos bons ofícios do arcebispo bracarense, Frei Diogo de Murça, Roma anulou o *breve*.

Nos meados do séc. xvii, a estrutura do poderoso mosteiro seria inteiramente reformada.

Todo o edifício monástico, incluindo o próprio templo, seria apeado e reconstruído com outro espírito e novo plano, segundo os ditames dimanados de Tibães, a casa-mãe da Ordem, que, tão inconsideradamente, havia tomado a deliberação de promover a completa reforma architectónica de todos os velhos recolhimentos beneditinos, sem excluir os próprios templos, por mais patente que fosse a sua firmeza ou vetusta pulcritude.

Por via de regra, tais reformas foram equivalentes a autênticos sismos, seguidos de trabalhosas reedificações de inspiração *barroca*, *pseudo-renascentista*, *filipina*, *jesuítica* e, em um caso ou outro, *pombalina*.

É ver, por exemplo, o frontal (inacabado) da gran-

diosa e sacrificada igreja monástica de Salzedas, ou os penosos contra-sensos de Alcobaça, Pombeiro, Arouca, Rendufe, Paço de Sousa, Tibães.

Em Refojos (poderá perguntar-se), como seria o vestusto cenóbio e a coetânea igreja integrante?

Será muito difícil vislumbrar e responder.

O que se poderá asseverar com relativa probabilidade é que esse conjunto monástico, de tão longínqua raiz, era decerto uma genuína expressão da mesurada e austera arquitectura protomedieval, de estilo montanhês. Mas com precisão (segundo cremos) não é possível hoje saber como seria o primitivo cenóbio, nem o seu recolhido e austero templo.¹

Mas voltemos à infância...

Por um esforço por assim dizer criptomnésico, tentemos rever e reviver a derradeira hora da longa jornada de sete léguas, encantado e empoleirado naquela prodigiosa traquitana rolante, repleta de gente e de baús.

Quem poderá saber hoje em dia o que era aquele *modo de viajar*?

Era no Estio de 1912.

Na paragem de Baúlhe, enquanto se procedia à mudança dos bichos aquecidos pela fatigante descida da Gandarela, toda a gente se apeava da bojuda malaposta, poeirenta, para desentorpecer as tíbias e tomar o fresco. Conversava-se e tomava-se qualquer bebida. A velha dama vimaranense, anafada e maternal, toda revestida de sedas, sacudia o amplo guarda-pó e fazia perguntas ao pupilo

¹ Em 1834 (data em que foi extinto), o mosteiro contava ainda um abade, um prior e doze monges.

que ela vigiava e acarinhava como filho ¹. Para ela, a terra de Basto era também uma espécie de terra incógnita. Ao lado, dois sujeitos falavam ainda dos recentes sucessos da incursão armada de Couceiro, nas alturas de Barroso, e da morte violenta do major de Cabeceiras pelos guerrilheiros do afamado padre Domingos. «Como foi; como não foi: como poderia ter sido». Tal era o assunto debatido. A verdade é que o velho major, conforme diziam, aí teria tido o seu fim, às mãos dos apaniguados do padre ².

As manobras e as trocas da muda estavam, enfim concluídas. Novos cavalos de tiro, um deles deveras possante mas levemente manco, atrelavam-se aos *varais*. O *sota* parecia escusado. Toda a gente retomava seus lugares, e a bisarma rolante de novo partia.

Entrava-se no cerne da região agro-montanhesa de Basto. Sucediavam-se os rudes valeiros onde rumorejavam as águas vivas de regadio. O chouto pausado e certo dos bichos parecia uma espécie de música parda a servir de fundo ao desfile das árvores e dos silvados. Quantos outros bichos — algum gato bravo, algum láparo, algum ra-

¹ Era uma dama (de nome D. Luísa Mendes Rosas, senhora de largos bens de raiz, nas cercanias do Ave, com trinta anos de S. Paulo, no Brasil) e que, para desfastio da sua recente viuvez, se decidira a ver a afamada feira de S. Miguel, a instância de uma família de Riodouro e Eiró, inculcada por um antigo caixeiro seu, viajante de secos e molhados no antigo e transfigurado planalto de Piratininga, sempre encolarinhado e de bigodes retorcidos, de azevi-che, e que em breve seria o novo consorte da pesada velhota, toda anafada em indefinida pecúnia campesina e brasílica.

Ah Camilo, Camilo, que tanta falta nos fazes!

² Referência a uma esporádica rebelião realista, ateadada por um sacerdote guerrilheiro de Cabeceiras, muito parecido com os caudilhos tonsurados da época da Patuleia. Uma das vítimas dessa rebelião truculenta seria o próprio administrador do concelho (major Barreto de Magalhães), morto num acto de força dos sequazes do padre.

posso ou ouriço-cacheiro — não estariam, por momentos, atentos e suspensos, ao ouvirem também aquela quase familiar bisarma rumorosa que surgia e passava?

A meia distância, do lado de lá da ribeira que refresca os patamares de Baúlhe, avistava-se uma moradia de empenas brancas. Um forasteiro, como nós empoleirado, apontava e esclarecia. Era a velha Casa da Pedraça, onde, segundo dizia, o lendário Nun'Álvares, o Condestável, teria passado a sua juventude — já atado pelo *hymineu*, diria o sarcástico autor do *Amor da Perdição*, à virgem e riquíssima D. Leonor Alvim, viúva do tal fidalgo de Barroso... ¹.

Com a devida calma, a pachorrenta *diligência* prosseguia na sua rota, ora ladeando umbrosos biombos de pinho bravo, ora um ou outro valeiro rústico de milho viçoso rodeado de folhosas videiras.

De chofre, algo se passava que alterava o ritmo e o tom do tropel.

As crinas dos bucéfalos pareciam trementes; o jogo dos músculos mais vigoroso. Era a chegada a Cabeceiras, a terra desconhecida e antiga do tal mosteiro «mais velho que a Sé de Braga».

Os olhos abriam-se e perscrutavam. Como seria o tal ermo antigo? o tal *refúgio* dos frades? o tal gigantão de pedra, de sentinela, à entrada? e como seria a tal «feira grande»?

No espírito da infância tudo é ansiedade interrogativa.

Em breves segundos, as perguntas, sem palavras, cru-

¹ Quem tiver dúvida ou estranheza consulte o discreto cronista. Junto da transfigurada casa, subsiste uma espécie de *picadeiro* que a gente da terra se compraz em apontar como sendo o recinto onde o vencedor de Aljubarrota e Valverde, o paladino da primazia da Infantaria, se teria exercitado na arte de bem cavalgar em toda a sela.

zavam-se como voos céleres de andorinha ao sabor do frémito das crinas dos cavalos que nos arrastavam, naquela trepidante bisarma.

Como estremunhado, demos, de repente, com os olhos num zimbório, coroados por um lanternim e uma figura, quase dançante, do arcanjo S. Miguel, o padroeiro da terra e da tão celebrada feira. Entre o desencanto e o deslumbramento, apeávamo-nos da malaposta. A dois passos via-se o tal *gigantão*, hirtos e quase grotescos, de barretina e bigodes pintados! Como era possível que aquele *brutamontes* fosse um conterrâneo de Viriato? E como era possível que naquele mosteiro, tão poderoso, se tivesse vivido em verdadeira humildade?

Mas a feira tudo faria esquecer.

Havia foliões, feirantes, armados de varapaus, oriundos de todos os quadrantes. Era um arraial enorme e rumoroso que durava oito dias. Dormia-se ao ar livre. Havia iluminação, fanfarras, rusgas, despiques, paradas de cavalos e de gado barrosão — e uma vez por outra, sem tir-te nem guar-te, por uma coisa de nada, levantava-se um burburinho levado dos diabos, com muitas pauladas, gritos de mulheres e roncos de homens estendidos.

De Cabeceiras partia e parte ainda hoje, uma das velhas vias serranas de Barroso: a vetusta carreteira de Salto.

Depois de uma pedregosa subida, alcançava-se, o «lugar» pré-montanhões de Eiró. A nascente, erguia-se um posante cerro, por detrás do qual se oculta o Tâmega.

Não é raro, em algumas noites de Inverno, ouvir desse sombrio lombo o uivar aziago de algum lobo neurasténico, de bucho vazio. Do lado de cá do monte desce um riacho de águas vivas e propícias à criação e recreio das

lúdicas trutas. É o chamado *Riodouro*. Um bom mergulhador, com uma singela buceta de caniços «caçava» nesses tempos, em uma tarde, algumas dúzias dessas agilíssimas moradoras dos recolhidos pegos de água límpida.

Seria uma das vivas lembranças da nossa apontada viagem da puerícia, coetânea da tal façanha do padre guerrilheiro.

Ao fundo, lá está (na memória, claro) o grande cedro de uma das quintas do imponente e velho barão de Basto, figura dominante da terra nos princípios deste século.¹

À volta, as aldeias são raras e apinhadas, como manda a lei da solidão nocturna da montanha. É já, pode dizer-se, uma transposição do limiar de Trás-os-Montes. A terra, a paisagem e a gente pouco se parecem com as do Minho. O modo de falar é outro. Nota-se já o travo glótico e pausado bem característico do Trasmontano; para não dizer: do castiço português antigo.

Mais ao cimo, está o vilório frumentário e pastoril de Salto, ponto de passagem obrigatória, noutros tempos, para as manadas de gado barrosão, ainda tenro, de que o laborioso Minho tradicionalmente precisa, para renovar a força paciente e motora dos seus velhos carros e arados.

¹ Cujos filhos últimos, — o António, um latagão de alma simples; o Jaime, hercúleo e quixotesco defensor físico, certo dia, ao fundo das Escadas de Minerva, de um temido *lente* em apuros; e o Fernando, o mais novo, a Bondade em pessoa —, seriam por algum tempo companheiros nossos na decantada «república» dos Grilos, em Coimbra (1923).

L

ARES DO MINHO

(ANTOLOGIA RÚSTICA)

*(À memória de alguns lavradores e jornaleiros que conhecemos há mais de meio século no pequeno valeiro rústico de Corvite e Prazins, afluente do Ave.)*¹

○ Minho é o país dos mil outeiros e bouças frondosas. É o paraíso da passarada e do gado. Passada a época das canículas, a água-de-lima volta a brincar no fundo esmeralda dos lameiros. Os campos reverdecem. Pelos caminhos tortuosos e íngremes, íntimos e arcaicos, descem os carros de bois, do tempo do rei Wamba, com a sua típica chiadeira, carregados de toros de pinho ou de

¹ Evoquemos alguns: O bondoso *ser*-António da *Portela*, que de longe a longe ia a Barroso buscar duas dúzias de bezerros; os moços de lavoura de *Tarrio* e das *Quintãs*, levados pela Guerra de 14 e que lá ficaram; o solitário Júlio Bezerra, da Arruela, caçador veterano de perdizes; os caseiros da *Tulha*, com as suas buliçosas vindimas e vessadas; o Manuel da *Lavandeira*, o arruinado morgado, com os olhos sempre presos nos pinheiros e nas nuvens; o magro Agra, vima-

tojo trazido do monte. Quem, em meados de Outubro, passa pelo fundo das barrocas, na vizinhança das «quintas», sente por vezes vir do interior dos velhos muros, que rodeiam os eidos, o cheiro inesquecível dos mostos. São os lagares que fervem. O lavrador anima-se e esquece-se da má colheita. Prepara e aperta as aduelas do vasilhame. Pede à mulher o mascoto, o cebo e a estriga. Os miúdos, ligeiros como saguís, marinhão pelas uveiras e latadas, que começam a tingir-se de sanguínea, e procuram os últimos bagos das uvas, doces como mel. Outros já andam a farejar as primeiras castanhas na devesa. Ao cair da tarde, os melros assobiam nos silvados, ferindo os ares com os seus avisos sibilinos e quase metálicos, que só eles entendem. À noite, aqui e além, no negrume dos campos, rebrilham lumes e sobem risadas, apupos e acordes de ranchos de raparigas. São as «esfolhadas», que duram até noite alta e terminam em folias e danças e, uma vez por outra, em duas ou três pauladas, vibradas entre uivos e gritaria do mulherio...

Certo dia, um régio pintor, ao percorrer, num comboiozinho, um vale do Minho, parece ter exclamado: «— É uma viagem através dum jardim!». Na verdade, de todas as províncias de Portugal, o Minho é aquela que maiores encantos oferece. Chamar-lhe um «jardim» talvez

ranense, irmão do tão falado Aldão de S. Trocato; os herdeiros e jornaleiros da Quinta do Paço, cujos brados e ralhos se ouviam desde o amanhecer até ao pôr do sol, como as fábricas de Pevidém; o João, nosso companheiro da escola longínqua de Santa Eufémia, vizinha do Ave; os mineiros do alto do *Assento* que sangravam o monte com trabalhosos poços, até que descobriam a *veia* que iria dar mais dois carros de grão no agro, de sequeiro, do fundo, fronteiro de Santa Marta...

seja um exagero, mas não há outra palavra para exprimir a sensação de frescura e de intimidade que nesta província, a cada passo, se respira.

Quem atravessa, a pé, as suas várzeas, no pino do Verão, para tomar um pouco de fresco no pinhal que fica do outro lado do regato, não precisa de levar consigo algum caderno de versos de João Verde ou de Rosalia para sentir que está numa espécie de Arcádia Atlântica. Em cada recanto, entre videiras e silvas, murmura uma fonte —, enquanto as grandes nuvens brancas passam devagar sobre as copas rumorejantes dos pinheiros, vogando na imensidade azul. Da paisagem soalheira e verde evola-se verdadeira beatitude terrena e transcendente. São as mulheres que andam, ao fundo, na várzea, a sachar o milho e elevam nos ares os seus coros, em cristalinos acordes; é o carro da era dos Afonsinos que vem das bouças, pela invisível «barroca», a chiar, com a carga enorme de mato ou lenha verde; é o brado infantil, de saborosa entoação galaica, dos miúdos que tomam conta do gado e que chamam de outeiro para outeiro, sobre o pequeno vale:

— «Ó Maria, olha a *baca* de riba! Olha a bicha nas *coubes*! Eh-lá-hou-ou-ou!».

As afinidades telúricas e humanas desta província com a vizinha Galiza são tão patentes que um dos mais ilustres geógrafos galegos dos nossos dias, Ramon Otero Pedrayo, expressamente anotou que pela afinidade da paisagem e da terra, da atmosfera e da gente, «era insensível a passagem da fronteira galaico-portuguesa». Daí a verídica im-

pressão de um forasteiro: «— O Minho, berço de Portugal, é a província puramente céltica: é a Galiza portuguesa». À qual se poderia, com perfeita justeza, replicar: «— A Galiza é um perfeito prolongamento do Minho.»

O autor dos *Ceifeiros*, com a sua pupila de Alentejano, sentiu bem o inefável da paisagem minhota, ao apontar «as verduras radiantes à luz de um sol claro».

Ramalho, por sua vez, ao referir-se à encantadora região minhota de Ribeira de Lima, não hesitou em dizer: «— Quem durante alguns dias não viveu e passeou nesta ridente e amorável região privilegiada das éclogas e das pastorais, não conhece de Portugal a porção de céu e de solo mais vibrantemente viva e alegre, mais luminosa e mais cantante».

Só Oliveira Martins, amargo e áspero, entendeu ver somente na velha província os aspectos que lhe dariam os traços desta rude definição:

«O Minho (escreveria) é uma Flandres, — não é uma Ática. O vinho não amadurece: o ácido picante dá-lhe uma semelhança das bebidas fermentadas do Norte, cidra ou cerveja, e com ela, ao génio do povo, caracteres também semelhantes aos dos Bretões ou Flamengos. A vegetação, já de si mesquinha, é amesquinhada ainda pela mão dos homens; as necessidades implacáveis da população abundante produzem uma cultura que é mais hortícola do que agrícola: pequeninos campos, circundados por pequeninos vales, orlados de carvalhos pigmeus, decotados, onde se penduram os cachos de uvas verdes. No meio disto formiga a família: o pai, a mãe, os filhos, imundos, atrás

de uns boizinhos anões que lavram uma amostra de campo, ou puxam a miniatura de um carro». ¹

O subjectivismo do quadro é flagrante. O escritor ignora ou esquece a realidade quando considera a paisagem do Minho como mesquinha e monótona, vendo com olhos de Guliver a estatura das árvores e do gado, a gente de lavoura e a própria lavoura.

É uma típica generalização do impulsivo escritor, tantas vezes considerado e sumário.

O mal está quase sempre na visão apressada e «externa».

O Minho é tão rico de perspectivas que nenhuma definição justa se poderá formular acerca da sua fisionomia sem uma persistente auscultação da sua anímica intimidade.

É preciso sair do carro — essa grande praga — ou do comboio — bom apenas para a cinematografia estereotipada — e entrar aqui e acolá, naquela «bouça», subir aquele monte, calcorrear os caminhos rústicos, conhecer os lugares recatados que nenhum «guia» poderá indicar, transpor alguns pontilhões dos seus verdes regatos, seguir sem destino ao longo de um silvado, contemplar um ou outro valeiro do cimo de um desconhecido miradouro e ouvir o rancho das raparigas que andam lá em baixo, no meio da várzea, a sachar ou a mondar, fazer dois dedos de conversa, com bonomia e lhaneza, com o rapazito que guarda o gado na borda de um campo, descansar uma hora numa devesa — então se conhecerá o velho e verídico Minho.

Importa, de resto, ainda esta «errata»: se tomássemos à letra a definição de paisagem dada por nós mesmos, quando nos referimos aos «mil outeiros», dever-se-ia pen-

¹ «História de Portugal», vol. I, pág. 35 (ed. de 1917).

sar, como Oliveira Martins, que toda a província é constituída por modestos valeiros revestidos de arborização «decotada e mesquinha». Mas a verdade é outra. Na realidade, o Minho é extremamente rico em admiráveis penhores e miradouros. Quem algum dia subir ao alto da Penha, em Guimarães, ou de Santa Luzia, em Viana do Castelo, ou de Santa Marta, em Braga, ou se der ao cuidado de visitar os montes do Faro, em Valença, da Franqueira, em Barcelos, da Abadia, em Santa Maria de Bouro, os velhos roqueiros de Lanhoso ou Lindoso —, jamais poderá esquecer a vastidão e a sideral harmonia dos horizontes que daí terá contemplado.

O lavrador minhoto, canseiroso e poupado, entrega-se com afinco ao cultivo da terra que tem arrendada ou é sua ¹. No primeiro caso, para poder pagar a renda, tendo à mão a rasa e o rasão, ao lado da eira; no segundo, para não dar com a casa de lavoura em pantanas e passar de dono do eido a *caseiro*. Num caso ou outro, o lavrador, de poucas falas e sisudo, trata de arrancar o melhor que pode da terra, o fruto e o greiro. Sua norma de vida é esta — «Guarda que comer e não guardes que fazer». Ora cuida do «pão», ora do «vinho», ora do «pascigo». Faz a *vessada*: entra no campo da porta, que é o seu mais-que-tudo, com a sua junta, tendo à soga a mulher ou o filho (por vezes ainda um cinco-réis de gente), descobre-se, faz o sinal da cruz e começa a lavrar a folha devagar e a eito. Noutro dia, poda ou sulfata. Depois esgadanha aqui

¹ Já há um século escrevia um geógrafo francês (E. Reclus): — «Se a França fosse relativamente tão povoada como a província do Minho, teria perto de setenta milhões de habitantes.»

ou acolá. Limpa o pé das vides. Sulfata de novo. Monda o milhão e rega a preceito, ao cair da noite ou de madrugada, para aproveitar a vez na represa que ora é sua, ora do vizinho. Bebe uma infusa de água-pé na hora da canícula. Previne o desavinho, essa praga que espreita o bago nos dias «malinos», de nevoeiro ao romper e às tantas soalheiros. Vai à feira para ver o preço do gado. Vigia e guia, descalço e com a enxada mais leveira, a água que entra no dito campo da porta, que é o mais forte: o do milho alto, de duas e três maçarocas e de pendão vistoso. Vence o Agosto. Vindima e colhe o grão. Às primeiras chuvas, semeia o nabal e deita uns punhados de sarradela, para ter mão na terra. Esvazia as cortes e o quinteiro. Empilha o estrume curtido. Roça o mato, para fazer outro. Planta a horta e semeia o nabal. Na quadra de S. Martinho, com duas castanhas na mão, prova o vinho e atesta a vasilha.

Chegado o Janeiro, volta ao princípio.

O vinho típico da terra é o *vinho verde*. É uma bebida apetitosa, cor de âmbar ou cor de rubi, de fraca graduação alcoólica, levemente picante. Deixa na gorja um travo a que os provadores dão o nome de *ponta de agulha*. Como bebida de mesa, é difícil encontrar outra que se lhe compare. Há excelentes vinhos brancos, de um doirado macio, que facilmente se convertem em espumantes. Os de Monção, por exemplo, ou de Amarante. Mas o vinho verde típico é o *vinho tinto* cor de rubi. Esse é o vinho inconfundível e castiço que decerto os Romanos já bebiam, colhendo-o de *vides de enforcado* (*ulmisque adjungere vites*). Alguns são muito ricos em tanino, devido em boa parte

talvez à casta das uvas e à maneira como a vindima é feita, em regra bastante prematura ou de uveiras demasiado altas ¹.

Na região de Braga, e mais ainda na de Guimarães ou de Basto, é frequente ver vindimadores a colher uvas empoleirados em escadas esguias de pinho, de treze, quinze e dezoito degraus, gritando lá de cima: — «*Vai e torna! Vai e torna! Ó mulheres!*» — segurando por uma corda fina as cestas cheias de uvas. As uveiras predominantes são das *bordaduras* dos campos. As vinhas, espaçosas e regradas, são raras. As que se encontram aqui e além, são principalmente de velhos enólogos (como seja o reputado Mota Prego, em Pevidém) ou de grandes empresas exportadoras, como a da Aveleda (Penafiel), as de Lago Cerqueira e Gatão (de Amarante), a de Vila Meã, dos Novais (Silveiros), as de S. Miguel, Cantim e Santa Maria (de Barcelos). — A graduação do *vinho* oscila, normalmente, entre oito e dez graus. Por vezes é um pouco espesso e áspero. Há zonas, porém, onde o vinho tem a leveza do clarete e certa delicadeza de *vinho de missa*. É uma questão de saber procurar. A variedade enológica da província é muito rica. O melhor vinho branco é o de bica aberta. Engarrafado em Janeiro, a seguir à trasfega, com uma pitada de açúcar cãndi, torna-se uma bebida de veraneio que vale dez vezes a melhor cerveja. Os bons apreciadores do chamado vinho Alvarinho (oriundo das ramadinhas plainas e assoalhadas, de forquilha, das cercanias de Monção), que o digam.

¹ Uma boa parte da produção do vinho verde tende a ser feita por adegas cooperativas regionais, pondo-se cobro ao mofino hábito da vindima prematura, mas, em contrapartida, por imposição da *standardização* dos mostos e das «correções químicas», em detrimento da variedade qualitativa dos vinhos de cada casa ou *quinta*.

Falar da pinga é relembrar o conduto e o presigo.

À beira-mar, na velha província rústica e marinheira (em Viana, na Póvoa, em Caminha) a pescada cozida, o congro, o goraz, o polvo-vitela (demolhado umas horas em água fresca com um meio quarteirão de bagaceira), o sável e a lampreia fazem as honras da mesa. Mais para o interior, o forte da cozinha minhota está no *clássico* cozido, no alguidar de arroz do forno, no lombo assado, no *bacalhau cozido com todos* — e, na quadra da invernia, no pantagruélico *sarrabulho*. Tudo isto regado a preceito com o capitoso vinho da casa, tirado da *mãe*, pelo espiche. — Das guloseimas, as mais típicas da cozinha minhota são as tigelas de marmelada, os sonhos e as aletrias. Pela quadra do Natal, aparecem duas variantes da doçaria: — os *formigos* e as *rabanadas*, de vinho ou de mel. Um outro acepipe (se se pode chamar assim) muito característico da inventiva culinária do velho Minho é o chamado *caldo-verde*; com umas migalhas de pão de milho e uma rodela de salpicão bem defumado é um mimo que poderá ser apreciado pelo mais enjoado *gourmet*. — De resto, em seu viver canseroso e pausado, do dia-a-dia, tanto o dono do agro como o rendeiro deste ou aquele *quinteiro*, que aprendeu a lavrar com o seu avoengo, são, por via de regra, de passadio rude. A base espartana do seu sustento é o velho *caldo*, quase sempre de couve galega, uma vez por outra de cabaça ou de castanha pilada, com uma boa tora de toucinho que ele com a prole emborca devagar, tendo ao lado outra malga, a do vinho. Como aperitivo, no dia em que aparece a sardinheira andarilha com a canastra ajoujada de peixe da Póvoa, o trabalhador rústico, tanto o amo como o jornaleiro, o moço e a moçoila, o miúdo e o velho consolam-se com a apetitosa sardinha

na brasa. Nos dias de vessada do agro mais afastado ou da jorna no *monte*, a roçar mato, à hora do meio-dia aparece a cestada com o jantar para todos. Sentam-se à roda da toalha num sítio a jeito e servem-se com calma, de um panelão abarrotado de batatas cozidas, ainda com pele, que demolham, à vez, num prato largo e vidrado de louça vermelha, com o fundo coberto de azeite e vinagre. Ao fim de uma hora, o panelão está vazio e o avantajado canjirão enxuto. O amo levanta-se e dá o sinal: «*Vamos à festa, minha gente!*» A «festa» é a enxada ou a rabiça do arado.

O que não quer dizer que não haja outras festas.

Toda a província é pontuada de santuários que removem o coração e o sangue de milhares de devotos e foliões. Entre os mais afamados apontam-se o S. Torcato, o S. Bento, a Senhora da Peneda e a de Santa Marta. São os que atraem gente de mais longe. Ao de S. Bento da Porta Aberta vão romeiros, a pé, de seis e sete léguas em redor. Partem de suas terras ao anoitecer e chegam ao santuário de madrugada, no dia do arraial. Noutros tempos (há dois terços de um século ainda), as romarias mi-nhotas eram inesquecíveis pela indumentária típica dos romeiros. Hoje em dia, a vulgaridade do traje festivo das mulheres, como dos homens, salta aos olhos.

A vestimenta do rústico de antes da Primeira Grande Guerra era ainda luxuosa e quase enfática: calça de fio de seda, faixa lustrosa e longa, colete de veludo, jaqueta de alamares, camisa de linho bordado e gomada, chapéu braguês, de aba direita e larga. À mão, o inalterável vergueiro, elástico e seguro dos grandes rodopios. O vestuário feminino, por sua vez, era um verdadeiro mimo. A mulher

campesina era então extraordinariamente realçada na sua graça por este conjunto de singularíssima policromia: um *lenço de lã*, amarelo, com franjas a cingir-lhe a nuca; um *corpete*, branco, por vezes de atacadores a envolver-lhe o busto; uma *saia rodada*, de listas vermelhas não muito longa, mas também não poupada, sensível aos mínimos requebros do corpo (quase sempre moderados e discretos) — e sobre a pujança dos seios um sumptuoso mostruário de ourivesaria —, de cordões, de formosas medalhas, de enormes corações de filigrana, de cruzes aurifulgentes. Nas aldeias da Maia, de Margaride, de Geraz do Lima, de Afife, faziam-se notar certas particularidades de colorido ou atavio que permitia distinguir as mulheres de cada um desses sítios. Hoje, de um modo geral, todas vestem pelo mesmo figurino. Só nas exhibições ditas folclóricas ainda se podem ver, como evanescentes lembranças, essas graciosas formas de vestir.

Uma *festa*, mas essa de feição sisuda, é a *caça*. Embora lúdica, impõe-se como ocupação séria. O caçador veterano, com o seu feitio duro e o seu ritual, não gosta de parceiros ou novatos estouvados. Caçar, para ele, é matar a preceito.

Nos matagais e até nos campos de milho abunda o *coelho*. A lebre, mais dada à planura, só uma vez ou outra aparece em alguma devesa ou várzea.

No Minho, o genuíno devoto de Santo Huberto raras vezes se faz acompanhar de galgo ou matilha. Caça a sós, tendo como discreto companheiro o cachorro de bom sangue e olhar entendido.

Aliás, nas zonas rústicas, a *perdiz* é rara. O rapazio minhoto, sempre à espreita dos ninhos, é o inimigo pertinaz e mofino de todas as variedades ornitológicas (melros,

rolas, perdizes, codornizes, poupas, estorninhos, pica-paus, etc.). Nenhum silvado ou galho alto lhe escapa.

Onde a bela régia perdiz ainda se encontra, em revoadas, é nas zonas montanhosas, para os lados de Barroso ou do Suajo. Esporadicamente, como resíduo da antiga caça grossa, das velhas eras afonsinas, aparece de longe a longe um *porco bravo*, ou algum *corço*. A *cabra-montesa*, do Gerês, essa, extinguiu-se nos princípios deste século e a chamada *águia real*, da mesma serra, parece estar em vias de sofrer o mesmo destino. O que aí conserva como singularidade cinegética é a chamada *charela* ou *perdiz cinzenta*.

Caça aquática ou caça de arribação faz-se ao longo do litoral; por exemplo, na faixa lacustre da Apúlia. Nas brenhas serranas, acoitam-se *raposas* e *lobos* bastante favorecidos nos últimos anos com o repovoamento florestal. Por isso, de vez em quando se promovem batidas de que participam fiadas de caçadores e batedores. Na serra da Cabreira ainda existe o antigo muro duplo, convergente, que conduz ao saguão coberto de silvado onde uma ou outra fera, acossada e cercada, vai terminar entre apupos e grosso tiroteio.

A gente rústica do Minho tem um modo de falar muito característico, bem distinto do Duriense e do Trasmontano. A entoação, a sintaxe e as formas idiomáticas são ricas de sabor arcaico e castiço ressaibo portucalense. Pelas irregularidades e deturpações aproxima-se muito do falar vizinho da antiga Galiza. O Minhoto não diz «*não*» — diz «*num*»; diz «*bou*» em vez de «*vou*»; «*bô*» em vez de «*bom*»; «*acaijo*» em vez de «*quase*». E como essas tantas outras: — v. gr., *troufe* em vez de *trouxe*; *cáurdo* em vez de *caldo*,

despois e não depois, tamém e não também, arriba em vez de acima, etc., etc. — As corruptelas são incessantes no seu linguarejar corrente e rude. Mais do que nenhuma outra província portuguesa, essa tem uma fonética e um léxico próprio. O que não quer dizer que o falar minhoto constitua um dialecto. Tão longe não se deverá ir. O que se verifica é uma acentuada rusticidade glóssica e vocabular que torna o oriundo genuíno do Minho facilmente reconhecível. O seu falar faz lembrar, para não dizer antes sugerir, uma espécie de *português antigo*, de sabor medievo. Importará, aliás, acentuar que, no falar do minhoto, há diversas tonalidades regionais. Um ouvido experiente não tem dificuldade em identificar, pela entoação, o cavador serrano das terras de Basto do rústico cabaneiro vimaranense ou bracarense, ou separar o pastor autóctone de Castro Laboreiro ou da serra da Peneda do genuíno pescador poveiro, de falar cerrado e cantante e por vezes quase (ou de todo mesmo) hermético.

O que é admirável — para não dizer, *prodígio!* — é que este povo do Minho, de idioma tão rústico, tenha gerado em si mesmo, ao cabo de um milénio de linguarejar doméstico e agrário, uma expressão tão rica e subtil, comovida e satírica, caricatural e exacta, proteica e multímoda, da sua *alma* e correlativo *irmão corpo*.

Tal seria — e foi, e é! — o milagre do génio de Camilo, sua obra e seu Verbo translúcido e nocturno.

ÍNDICE

	Págs.
<i>Velho Minho</i>	5
I — Castros e Citânias	9
II — Civilizações de altitude	15
III — Madrugada ibérica	21
IV — Enigmas de arqueologia	27
V — Civilizações vizinhas antipolares	35
VI — Abadias medievais obscuras	41
VII — Relances medievos	49
VIII — Travanca	55
IX — Digressões inactuais	61
X — Grandeza e audácia do Primeiro Rei e Obreiro portu- tucalense	69
XI — Tempos semifeudais	79
XII — Um templo gótico	83
XIII — Os malcasados	89
XIV — Metamorfoses	95
XV — Rates	99
XVI — Branca póvoa marítima refúgio de um Poeta	105
XVII — Humilde Universidade Livre	113
XVIII — Permuta epistolar entre dois Arqueólogos	121
XIX — Barcelos	125
XX — Homens de outro tempo	129
XXI — Vilar de Frades	135
XXII — Vale do Vizela	141
XXIII — Velhas terras vimaranenses	153
XXIV — Trabalhadores discretos	159
XXV — Fastos vimaranenses	167

	Págs.
XXVI — O Velho Loiro do Alto	173
XXVII — Cathedral truncada	179
XXVIII — Biblioteca bracarense	189
XXIX — Tibães	195
XXX — Evocativa abadia beneditina	203
XXXI — Bucos	211
XXXII — Montanha balsâmica	217
XXXIII — Cercanias do Ave	225
XXXIV — Foz do Lima	231
XXXV — Terras de Velhos e águas de Lima	235
XXXVI — Serra e Mar	241
XXXVII — Recontro de Valdevez	247
XXXVIII — Lindoso	255
XXXIX — Primórdios da Galiza	261
XL — Recessos de Paredes de Coura	265
XLI — Cisão galaico-portugalense	273
XLII — Romeiros e peregrinos de outros tempos	279
XLIII — Alto Minho e Galiza	285
XLIV — Velhas praças e rosetas do rio Minho	291
XLV — De Ganfei a Longos Vales	301
XLVI — Ucronia interrogativa em face de uma paisagem fronteiriça	311
XLVII — Pedras evocativas	321
XLVIII — Do coração do Minho aos pulmões de Trás-os- -Montes	327
XLIX — Cenóbio protomedieval de Refojos	337
L — Ares do Minho (Antologia rústica)	347



biblioteca
municipal
barcelos



16855

Velho Minho